

Revista NERA

n. 52
DOSSIÊ



NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

GEOGRAFIAS INDÍGENAS NO/DO MATO GROSSO DO SUL

Juliana Grasiéli Bueno Mota e Jones Dari Goetter

TEKOKA ÑEROPU'Ã: ALDEIA QUE SE LEVANTA

Eliel Benites

TERRAS SEM HOMENS DE BEM PARA HOMENS DE BEM SEM TERRA

Marco Antonio Delfino de Almeida

TERRITORIALIDADE E SUSTENTABILIDADE: DESAFIOS PARA AS COMUNIDADES KAIOWÁ E GUARANI EM MATO GROSSO DO SUL

Rosa Sebastiana Colman e Levi Marques Pereira

A QUESTÃO AGRÁRIA E SEUS DESDOBRAMENTOS NA RETOMADA INDÍGENA DOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS EM MATO GROSSO DO SUL

Sedeval Nardoque e Danilo Souza Melo

CONFLITOS TERRITORIAIS E RACIONALIDADES DIVERGENTES: CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA ESCOLAR PARA LUTA E (RE) EXISTÊNCIA DOS GUARANI E KAIOWÁ EM MATO GROSSO DO SUL

Solange Rodrigues da Silva e Flaviana Gasparotti Nunes

O MOVIMENTO GUARANI E KAIOWÁ PELA REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DA NATUREZA E AS RETOMADAS DE TEKOKA

Marcos Mondardo

O ACAMPAMENTO-TEKOKA LARANJEIRA ÑANDERU EM RIO BRILHANTE (RS): A ATUAL CONJUNTURA DOS CNFLITOS E DAS RESISTÊNCIA

Lara Dalperio Buscioli

2020





Sobre as imagens

Placa em estrada de acesso à Reserva Indígena *Tey Kue* (Caarapó – MS). Inscrições em *negrito* de acampamentos-retomadas de *tekoha* sobre placa informativa de nomes de fazendas.

Por Jones Dari Goettert (2019)

Revista NERA nº. 52

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>

EDITORES

**Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira**

CONSELHO EDITORIAL

**Antonio Augusto Rossotto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Hannah Wittman
Wendy Wolford**

ORGANIZADORES DO DOSSIÊ

**Juliana Grasiéli Bueno Mota
Jones Dari Goettert**

**NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
2020**

Revista NERA (RNERA) nº. 51

EDITORES

Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Rossoto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Wendy Wolford
Hannah Wittman

ORGANIZADORES DO DOSSIÊ

Juliana Grasiéli Bueno Mota
Jones Dari Goettert

CONSELHO CIENTÍFICO

Antonio Augusto Rossotto Ioris – Cardiff University (Cardiff, País de Gales)
Adriano Rodrigues de Oliveira – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Ana Domínguez Sandoval – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
Anderson Antônio da Silva – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Carolina Russo Simon – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Daniela Pessoa de Goes Calmon – International Institute of Social Studies (The Hague, Holanda)
Danilo Borja – University of Calgary (Calgary, Canadá)
Débora Assumpção e Lima – UNICAMP (Campinas, SP, Brasil)
Djoni Roos – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Douglas Cristian Coelho – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Elienai Constantino Gonçalves – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Evandro César Clemente – UFG (Jataí, GO, Brasil)
Fábio de Oliveira Pitta – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Facundo Martín – UNCUYO, (Mendoza, Argentina)
Fernando Mendonça Heck – IFSP (Tupã, SP, Brasil)
Flamarion Dutra Alves – UNIFAL-MG (Alfenas, MG, Brasil)
Francilane Eulália de Souza – UEG (Formosa, GO, Brasil)
Francisco Hidalgo Flor – Universidad Central del Ecuador (Quito, Pichincha, Equador)
Flavio Bladimir Rodríguez Muñoz – Universidad Externado de Colômbia (Bogotá, Cundinamarca, Colômbia)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hannah Wittman – UBC (Vancouver, British Columbia, Canadá)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)
Humberto Tommasino – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
Jacob Binsztok – UFF (Niterói, RJ, Brasil)
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha – UFTM (Uberaba, MG, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)
José Carlos Dantas – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
José Sobreiro Filho – UFPA (Belém, PA, Brasil)
Juliana Grasiéli Bueno Mota – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
Juscelino Eudâmidas Bezerra – UnB (Brasília, DF, Brasil)
Lindberg Nascimento Júnior – UFSC (Florianópolis, SC, Brasil)
Luciano Concheiro Borquez - UAM-X (Cidade do México, Distrito Federal, México)
Luis Daniel Hocsmán - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Luis Felipe Rincón Manrique – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Marcelo Gomes Justo – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
Márcio Freitas Eduardo – UFFS (Erechim, RS, Brasil)
Margarida de Cássia Campos – UEL (Londrina, PR, Brasil)

Marta Beatriz Chiappe Hernández – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
 Matias Carámbula Pareja – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
 Michele Linder – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)
 Mônica Shicavinatto – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
 Munir Jorge Felício – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
 Omar Angel Arach – Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
 Onélia Carmem Rossetto – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)
 Oscar Bazoberry Chali – UMSA (La Paz, Bolívia)
 Raul Paz – UNSE (Santiago Del Estero, Argentina)
 Rodrigo Simão Camacho – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
 Samuel Frederico – UNESP (Rio Claro, SP, Brasil)
 Sedeval Nardoque – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
 Thaís Tartalha do Nascimento Lombardi – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
 Thiago Araújo Santos – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
 Valmir José Valério – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
 Virgínia Marina Rossi Rodriguez – UDELAR (Paysandú, Uruguai)
 Wendy Wolford – Cornell University (Ithaca, New York, Estados Unidos da América)
 Wilder Robles – University of Manitoba (Winnipeg, Canadá)

Revista NERA

Distribuída por



Indexada por



Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2	2015 – ano 18, nº 27
1999 – interrompida	2015 – ano 18, nº 28, Dossiê
2000 – ano 3, nº. 3	2015 – ano 18, nº 29
2001 – interrompida	2016 – ano 19, nº 30
2002 – interrompida	2016 – ano 19, nº31
2003 – interrompida	2016 – ano 19, nº32, Dossiê
2004 – ano 7, nº. 4	2016 – ano 19, nº33
2004 – ano 7, nº. 5	2017 – ano 20, nº34, Dossiê
2005 – ano 8, nº. 6	2017 – ano 20, nº35
2005 – ano 8, nº. 7	2017 – ano 20, nº36, Dossiê
2006 – ano 9, nº. 8	2017 – ano 20, nº37
2006 – ano 9, nº. 9	2017 – ano 20, nº38, Dossiê
2007 – ano 10, nº. 10	2017 – ano 20, nº39, Dossiê
2007 – ano 10, nº. 11	2017 – ano 20, nº 40
2008 – ano 11, nº. 12	2018 – ano 21, nº 41
2008 – ano 11, nº. 13	2018 – ano 21, nº 42, Dossiê
2009 – ano 12, nº. 14	2018 – ano 21, nº 43
2009 – ano 12, nº. 15	2018 – ano 21, nº 44
2010 – ano 13, nº. 16	2018 – ano 21, nº 45, Dossiê
2010 – ano 13, nº. 17	2019 – ano 22, nº 46
2011 – ano 14, nº. 18	2019 – ano 22, nº 47, Dossiê
2011 – ano 14, nº. 19	2019 – ano 22, nº 48, Dossiê
2012 – ano 15, nº. 20	2019 – ano 22, nº 49
2012 – ano 15, Dossiê	2019 – ano 22, nº 50
2012 – ano 15, nº. 21	2020 – ano 23, nº 51
2013 – ano 16, nº. 22	2020 – ano 23, nº 52
2013 – ano 16, nº. 23	
2014 – ano 17, nº. 24	Quadrimestral
2014 – ano 17, nº. 25	ISSN 1806-6755
2015 – ano 18, nº 26, Dossiê	

1. Geografia - Periódicos - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/Unesp

ENDEREÇO

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
 FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
 Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552

Site: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera> - e-mail: revistanera@fct.unesp.br

Sumário

GEOGRAFIAS INDÍGENAS NO/DO MATO GROSSO DO SUL

07

INDIGENOUS GEOGRAPHIES IN MATO GROSSO DO SUL

GEOGRAFÍAS INDÍGENAS EN MATO GROSSO DO SUL

Juliana Grasiéli Bueno Mota e Jones Dari Goettert

TEKOHA ÑEROPU'Ã: ALDEIA QUE SE LEVANTA

19

TEKOHA ÑEROPU'Ã: INDIAN VILLAGE THAT GETS UP

TEKOHA ÑEROPU'Ã: PUEBLO PARA LEVANTARSE

Eliel Benites

TERRAS SEM HOMENS DE BEM PARA HOMENS DE BEM SEM TERRA

39

GOOD CITIZENS WITHOUT LAND MOVE TO A LAND WITHOUT GOOD CITIZENS

LOS BUENOS CIUDADANOS SIN TIERRA SE MUDAN A UNA TIERRA SIN BUENOS CIUDADANOS

Marco Antonio Delfino de Almeida

TERRITORIALIDADE E SUSTENTABILIDADE: DESAFIOS PARA AS COMUNIDADES KAIOWÁ E GUARANI EM MATO GROSSO DO SUL

63

TERRITORIALITY AND SUSTAINABILITY: CHALLENGES FOR THE KAIOWA AND GUARANI COMMUNITIES IN MATO GROSSO DO SUL, BRAZIL

TERRITORIALIDAD Y SUSTENTABILIDAD: DESAFÍOS PARA LAS COMUNIDADES KAIOWÁ Y GUARANÍES EN MATO GROSSO DEL SUR, BRASIL

Rosa Sebastiana Colman e Levi Marques Pereira

A QUESTÃO AGRÁRIA E SEUS DESDOBRAMENTOS NA RETOMADA INDÍGENA DOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS EM MATO GROSSO DO SUL

90

THE AGRARIAN QUESTION AND ITS CONSEQUENCES IN THE RETAKING OF INDIGENOUS TRADITIONAL TERRITORIES IN MATO GROSSO DO SUL

LA CUESTIÓN AGRARIA Y SUS CONSECUENCIAS EN LA RETOMA DE TERRITORIOS TRADICIONALES INDÍGENAS DE MATO GROSSO DO SUL

Sedeval Nardoque e Danilo Souza Melo

CONFLITOS TERRITORIAIS E RACIONALIDADES DIVERGENTES: CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA ESCOLAR PARA LUTA E (RE) EXISTÊNCIA DE GUARANI E KAIOWÁ EM MATO GROSSO DO SUL

110

TERRITORIAL CONFLICTS AND DIVERGENT RATIONALITIES: SCHOOL GEOGRAPHY CONTRIBUTIONS TO THE FIGHT AND (RE) EXISTENCE OF THE GUARANI AND KAIOWÁ FROM MATO GROSSO DO SUL

CONFLITS TERRITORIAUX ET RATIONALITES DIVERGENTES : CONTRIBUTIONS
LA GEOGRAPHIE SCOLAIRE POUR LA LUTTE ET (RE) EXISTENCE DES GUARAN
KAIOWA DES MATO GROSSO DO SUL

Solange Rodrigues da Silva e Flaviana Gasparotti Nunes

**O MOVIMENTO GUARANI E KAIOWÁ PELA REAPROPRIAÇÃO SOCIAL
DA NATUREZA E AS RETOMADAS DE TEKHOA**

133

THE MOVEMENT OF GUARANI AND KAIOWÁ BY THE SOCIAL
REAPPROPRIATION OF NATURE: TEKHOA, RESUMES AND R-EXISTENCE

LA MOUVEMENT DE GUARANI ET KAIOWÁ PAR LA REAPPROPRIATION
SOCIALE DE LA NATURE: TEKHOA, RESUMES ET R-EXISTENCE

Marcos Mondardo

**O ACAMPAMENTO-TEKOHA LARANJEIRA ÑANDERU EM RIO BRILHANTE (MS):
ATUAL CONJUNTURA DOS CONFLITOS E DAS RESISTÊNCIAS**

151

THE ENCAMPMENTS-TEKOHA LARANJEIRA ÑANDERU IN RIO BRILHANTE (MS):
THE CURRENT CONJUNCTURE OF CONFLICTS AND RESISTANCE

EL CAMPAMENTO-TEKOHA LARANJEIRA ÑANDERU EN RÍO BRILHANTE (MS):
LA ACTUAL COYUNTURA DE LOS CONFLICTOS Y RESISTENCIAS

Lara Dalperio Buscioli

COMPÊNDIO DE AUTORES

176

COMPENDIO AUTORES

COMPENDIUM AUTHORS

COMPÊNDIO DE EDIÇÕES

209

COMPENDIO EDICIONES

COMPENDIUM EDITIONS

Geografias indígenas no/do Mato Grosso do Sul

Indigenous geographies in Mato Grosso do Sul

Geografías indígenas en Mato Grosso do Sul

Juliana Grasiéli Bueno Mota

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.
e-mai: julianamota@ufgd.edu.br

Jones Dari Goettert

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.
e-mail: jonesdari@ufgd.edu.br

Sublinhamos a importância da presença indígena nos primeiros séculos da história do Brasil. Não se trata de um simples “resgate” do homem esquecido, nem de uma exaltação dos oprimidos ou vencidos da história. Antes, procuramos demonstrar que a história, embora escrita e distorcida por uma pequena minoria com interesses próprios, foi feita e vivida por agentes muitas vezes desconhecidos. De fato, a história dos índios apresenta um claro exemplo da omissão de um ator significativo nos livros de história mais convencionais.

John Manuel Monteiro, 2000.

Qualquer estimativa da população global de 1500 terá de levar em conta fatores históricos, tais como efeitos diferenciados das doenças sobre povos distintos e os movimentos espaciais de grupos indígenas em decorrência do contato, entre outros.

John Manuel Monteiro.1994.

De 1492-1500 aos dias atuais, as histórias e trajetórias dos Povos Indígenas passaram por profundas transformações socioespaciais em decorrência do contato com o não-índio. Hoje, mais do que nunca, é necessário um olhar atento às existências indígenas, que até a virada do século XV para o XVI eram construídas sem qualquer relação com o mundo ocidental. Cada povo, a seu modo de ser, viver e pensar o mundo, estabelecia um conjunto de interrelações com outras gentes *ameríndias*, diferenciando-se pelo/no contato. Nesse sentido, o não indígena é somente mais um povo que os mais diversos povos nativos, ao longo de suas histórias-trajetórias, estabeleceram relações e negociaram suas concepções e existências de/desse/nesse mundo.

Antes mesmo que qualquer não indígena “botasse o pé nas terras dos índios”, como certa vez enfatizou o Kaiowá Admiró¹, os índios, em sua multiplicidade, habitavam vastos territórios e estabeleciam relações entre si, fossem elas por meio de alianças ou por meio de conflitos, incidindo na produção de seus territórios com a conformação de fronteiras étnicas (Barth, 1998), onde e nas quais cada povo se (re)produzia em seu modo de ser e viver. Momentos como esse da história dos índios são narrados como o espaço-tempo da liberdade, onde/quando as cercas das propriedades privadas não existiam e, conseqüentemente, não apartavam as gentes indígenas de seu bem viver.

As histórias e trajetórias dos índios, antes do (des)encontro com o branco, têm sido reconstruídas densamente, sobretudo, no campo da História Indígena e da Antropologia. É importante, inclusive, refletirmos que o potencial radical da Antropologia tem sido “afirmar que outros mundos são possíveis” (TSING *apud* CARDOSO, 2018, p. 397) – que aponta, para nós, geógrafas e geógrafos, *outros espaços possíveis*.

O grande desafio posto para a Geografia é/será sempre repensar e dialogar com esses *outros espaços possíveis*, inclusive refletir como nossas imaginações geográficas podem/poderão pensar (os serem repensadas com) os mais diversos povos, que estão construindo suas lutas e existências no aqui-agora. A geógrafa Doreen Massey (2008), em seu livro *Pelo Espaço*, nos oferece uma importante reflexão acerca das diversas concepções, dimensões ou imaginações geográficas, em que é possível pensar e fazer o espaço. O *exercício analítico* de Massey se inicia com uma das diversas histórias da chegada de europeus ao continente americano: o (des)encontro entre Fernão Cortés (espanhol) e Montezuma (“imperador” Mexica), na conquista do que é hoje a Cidade do México (*Tenochtitlán*).

Para a autora, a forma como imaginamos o espaço implica no modo como podemos pensar as narrativas dessas ou outras conquistas. Ao questionar a concepção ocidental de espaço-superfície, propõe uma abordagem alternativa de espaço: imaginá-lo como uma simultaneidade de *estórias-até-agora*. Imaginar assim o espaço, permite entender que, apesar de sabermos que as conseqüências do “encontro” foram desiguais nas interações entre índios e não-índios, os primeiros

¹ Em setembro de 2011 o Kaiowá *ñanderu* Admiró narrou a história de sua família, nessa narrativa pontuava a chegada do “branco” e as transformações vivenciadas pelos povos Kaiowá e Guarani.

também estavam produzindo “suas próprias trajetórias, próprias histórias específicas e o potencial para seus próprios, talvez diferentes, futuros” (MASSEY, 2008, p. 24).

A despeito desse revolucionário olhar de Massey, nos atrevemos a afirmar que a Geografia parece estar longe de conceber os índios como protagonistas de suas próprias histórias-trajetórias, pois persiste a coloquial e reducionista visão dos índios-vítimas. Essa persistência reproduz uma Geografia que ainda tem dificuldade de compreender o outro – indígena – como sujeito capaz de tomar suas decisões, de ser construtor de histórias e trajetórias que não lhe são alheias, mas, também, produto de suas próprias intenções e aspirações.

De algum modo, parece que a Geografia ficou ausente do debate em torno desses *outros mundos possíveis* que atravessa a temática indígena, sobretudo, no que tange à compreensão da particularidade das formas de lutar contra o colonialismo. Vale ressaltar que cada povo indígena é o mundo, o que coloca em xeque teorias amparadas em modelos cartesianos-ocidentais. Ousamos, nesse debate, lançar uma provocação à Geografia Agrária brasileira: “O que podemos aprender com os povos indígenas sobre a complexidade de suas lutas por terra-território?” Inclusive, coloca-se aqui um outro desafio: reaprender o sentido de terra-território a partir desses *outros mundos possíveis* que estão sendo construídos e que são desconhecidos pela Geografia. O que nos leva a outra questão: “Estamos prontos para o desafio de reconhecermos e lutarmos pela existência das Geografias indígenas?”

Em meio a essa crítica de cunho mais geral, ressaltamos que há um aspecto positivo que se manifesta no fazer geográfico brasileiro: o despertar e o contínuo crescimento de pesquisas sobre a temática indígena, apontando para a emergente necessidade de se pensar esses povos em sua complexidade e diversidade. Os estudos também reivindicam um aprofundamento teórico e metodológico, que avance sobre a simplista definição desses sujeitos comumente aglutinados sob a noção de “comunidades tradicionais”, ou a ainda insistência em admiti-los como “camponeses”. O desafio para construirmos *outras geografias possíveis*, as Geografias Indígenas, e o espaço que os índios irão ocupar na Geografia, no presente e no futuro, está em aberto.

Nesse aspecto, Cunha (1992, p. 18) faz uma importante advertência:

Por má consciência e boas intenções, imperou durante muito tempo a noção de que os índios foram apenas vítimas do sistema mundial, vítimas de uma política e de práticas que lhes foram externas e que os destruíram. Essa visão, além de seu fundamento moral, tinha outro, teórico: é que a história [também a geografia], movida pela metrópole, pelo capital, só teria nexos em seu epicentro. A periferia do capital era também o lixo da história. O resultado paradoxal dessa postura “politicamente correta” foi somar à eliminação física e étnica dos índios sua eliminação como sujeitos históricos [e geográficos].

A autora escreveu tal afirmação na década de 1990, no livro pioneiro “História dos índios no Brasil”, inaugurando no campo historiográfico um modo de pensar e analisar a trajetória dos povos indígenas. O livro demarcava a invisibilidade dos índios no espaço-tempo dos nossos olhares acadêmicos, presente na forma como narramos a própria história/geografia do Brasil: sempre iniciando em 1500... (CUNHA, 1992).

O excerto reproduzido parece ser pertinente às geógrafas e aos geógrafos, que têm como desafio suscitar outras imagens sobre os índios, uma necessária tarefa de des-mistificar a visão reducionista colonialista que impera na(s) Geografia(s) que busca(m) se debruçar sobre os povos indígenas.

Nesse Dossiê, Geografias Indígenas no/do Mato Grosso do Sul, o desafio é tornar visível a conformação socioespacial e as Re-existências dos povos indígenas em terras marcadas por uma atuação hegemônica do “agrohidronegócio” (conforme construção conceitual de THOMAZ JUNIOR, 2010).

De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), o Mato Grosso do Sul – antigo sul de Mato Grosso – é o estado brasileiro com a segunda maior população indígena. Nesse estado viviam, aproximadamente, 77.000 pessoas autodeclaradas indígenas, pertencentes a 11 etnias: Guarani e Kaiowá (família linguística tupi-guarani); Terena e Kinikinau (família linguística arawak), Kadiwéu (família linguística guaicurú); Guató (tronco macrojê); Chamacoco e Ayoreo (língua zamuco); Atikum e Camba (cada um com a língua original isolada). Atualmente, não são falantes da língua original os Guató (tronco macrojê) e os Ofaié e/ou Ofaié-Xavante (tronco macrojê) (CHAMORRO, COMBÈS, 2018; ISA, 2019).

Tanto pelos números estatísticos que apontam a diversidade étnica, mas, principalmente, pelo conjunto de cosmogeografias que estão sendo construídas pelos povos indígenas, Bartomeu Melià (2018, p. 17) fez uma importante afirmação: Mato Grosso (do Sul) é um estado indígena.

Os povos indígenas não estão no fim da história, senão no início de um futuro diferente. Quem tem tido a oportunidade de estar com eles sabe de sua sabedoria e dos horizontes que ela nos tem aberto para pensarmos o bem viver; sabe da esperança de que outro mundo foi e é possível. Se os povos indígenas não existissem, teríamos que inventá-los. Mas não é necessário, eles se reinventam a cada dia e amanhecem de novo a cada manhã (MELIÀ, 2018, p. 17).

Cada texto que compõe o dossiê demonstra o **protagonismo** dos povos indígenas do passado e do presente na construção de futuros. A presença indígena no Mato Grosso do Sul demarca que os índios, e somente eles, são autônomos para construir seus próprios futuros. Pode parecer insistência a repetição, mas é necessário sempre lembrar: existe um persistente mito em determinados setores da sociedade (e política) sul-mato-grossense, e até mesmo acadêmica, de que os índios que reivindicam seus territórios étnico-ancestrais estariam/estão sendo “insuflados e dirigidos” por interesses recônditos de determinadas organizações indigenistas.

A ideia de passividade dos indígenas é muito recorrente nos argumentos utilizados pela classe ruralista brasileira, à qual entende que “por trás” das reivindicações indígenas há sempre um não-indígena (normalmente um pesquisador-antropólogo ou uma instituição como o Conselho Indigenista Missionário ou a Fundação Nacional do Índio). Ainda, inclusive em espaços acadêmicos, vê-se discursos de que os indígenas estariam a copiar estratégias de lutas de outros movimentos sociais, e seriam eles, e não os indígenas, os protagonistas de suas ações sociopolíticas!

Desse modo, persiste uma dificuldade, inclusive entre os mais bem-intencionados, em reconhecer os índios como protagonistas de suas histórias-trajetórias. Percebe-se, em vários momentos, um completo desconhecimento das estratégias de lutas dos povos indígenas e, sobretudo, o *intrigante* imaginário social e colonialista de que o índio é incapaz de tomar suas próprias decisões.

Os povos Guarani e Kaiowá têm tido visibilidade em todo o mundo. Notícias que apontam a situação de conflito e violência, envolvidos em alarmantes ocorrências de “ocupações” de terras, no qual preferimos fazer uso do conceito de **Retomada**, por tratar-se de seus territórios étnicos. Tais ocorrências aparecem como uma espécie de novidade, inclusive na academia, de que os indígenas passaram a construir formas de lutas por seus territórios somente em tempos recentes.

Uma vasta literatura historiográfica tem afirmado que as práticas de reexistência indígenas são constituintes de sua própria formação e processo. Por

exemplo, os Kaiowá foram “descobertos” pelo mundo colonial entre os anos de 1750 e 1760, através do Tratado de Madrid (Meliá, G. Grünberg, F. Grüberg, [1976] 2008, p. 13). Aparecem na literatura historiográfica como os Caaguá, considerados descendentes dos *Itatines*, e parte de seu povo foi reduzido pelas missões jesuíticas, cujo convencimento se deu pelo argumento de fugirem dos *encomendeiros*². Outra parte se refugiou no mato, longe dos colonizadores (aliás, a própria palavra “kaiowá” tem origem em *ka’agua*, que, em tradução para o português, seriam aqueles que *vivem na mata!*).

Dito de uma forma breve: os *Itatins* que não se deixaram reduzir são os Kaiowá contemporâneos que resistiram na mata ameaçados pela “la conquista española, el empuje *guaycurú*, las incursiones bandeirantes-*tupies* y las inquietudes tribales en la otra ribera del rio Paraná” (SUSNIK, 1965, p. 40). Ainda foram os mais atingidos pela penetração dos bandeirantes paulistas, a partir de 1632.

É importante ressaltar que os Kaiowá, assim como os mais diversos povos indígenas, têm uma longa história de luta para continuarem a existir e formas singulares de defesa de seu território étnico. Portanto, os índios nunca deixaram de lutar, e por isso re-existem. Cabe a nós, geógrafas e geógrafos, reconhecermos que as lutas indígenas sempre existiram e que sabemos pouco sobre suas geografias de Re-existência. Hoje, nos processos contemporâneos de reivindicações de seus territórios, o **passado é trunfo**, pois é ele quem legitima o direito originário sobre as terras dos índios. O passado ampara o *direito pelo território* em referência a sua ancestralidade. Tal direito é, de certa forma, até inegável pelos ruralistas, por isso a frequência da narrativa na qual salienta-se que: se demarcar as terras reivindicadas pelos índios, ter-se-ia que demarcar todo o país³!

Em Mato Grosso do Sul existem mais de 40 acampamentos indígenas de retomada. Somente nos municípios de Dourados e Caarapó, em 2017, existiam mais de 20! Seus “nascimentos” e suas “mortes” estão diretamente vinculados aos territórios étnicos historicamente usurpados, eclodindo nas últimas décadas na

² “A *encomienda* consistiu na concessão temporária de um certo número de indígenas aos cuidados de um senhor, o *encomendero*, que devia catequizar e proteger os indígenas a ele *encomendados* em troca dos serviços prestados como tributo. Apesar de concebido como um dispositivo legal para apaziguar a escravidão, a instituição acabou servindo de cobertura para novas expedições armadas, a fim de capturar novos indígenas, pois os já incorporados à colônia tinham se acabado ou já não atendiam à demanda” (CHAMORRO, 2008, p. 112).

³ Tal afirmação foi feita pelo presidente da Federação da Agricultura e Pecuária Mato Grosso do Sul (FAMASUL) no documentário A sombra de um delírio verde.

explosão de conflitos com os proprietários de terras, que tomam medidas judiciais para a reintegração de posse e, consecutivamente, o despejo das famílias indígenas. Parte expressiva desses acampamentos são de famílias Guarani e Kaiowá e tem uma relação direta com a impossibilidade de viverem em Reservas Indígenas (MOTA, 2011; 2015), criadas no início do século XX pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

Cada acampamento-retomada tem suas particularidades, ressaltando que sua existência não é somente o re-avivamento de território étnico – a exigência que o Estado reconheça propriedades privadas como terras indígenas –, mas, também, a possibilidade de reconstrução de um modo bom/ideal de ser e viver, o *teko porã*, sempre em referência a um modo originário de ser.

Através dos trabalhos de Pereira (2006; 2007; 2010), Mota (2011; 2015), Benites (2014), Crespe (2009; 2015) e Moraes (2017) destacamos alguns pontos para pensarmos os acampamentos-retomadas indígenas, que se diferem, desde sua origem, dos acampamentos dos movimentos sociais em luta pela Reforma Agrária.

- Os acampamentos-retomadas são construídos nos territórios étnicos ancestrais. Consolidam-se através de barracos de lona preta ou branca, ou sapé, às vezes levantados nos fundos de pasto, ao longo de córregos e rios, próximos a olhos d'água; às vezes na beira das rodovias, em Reservas Indígenas e nas cidades. Sua existência implica uma condição de “provisoriedade”, a aguardar o efetivo reconhecimento do Estado através da identificação e demarcação;
- Toda retomada é um processo de insistência, teimosia e rebeldia dos índios para reaverem seus territórios étnicos;
- Toda retomada é marcada pelo desejo de que a natureza possa se reconstituir, transformando a paisagem dos territórios do “agrohidronegócio” – marcadas profundamente pelos impactos da exploração econômica, seja com o gado, a soja, o milho ou a cana; e
- Os acampamentos-retomadas se constituem como possibilidade de viver ao modo dos antepassados, na relação solidária entre humanos e não-humanos.

O presente dossiê pode ser compreendido como uma pequena “retomada” de geógrafas e geógrafos, e de outras pensadoras e outros pensadores, em *retomar um território* que sempre esteve *ali*, mas à espera do despertar de um *passado* para a construção de caminhos em *futuros*. Talvez um *tape po’i* (expressão Guarani e Kaiowá que significa uma trilha, um atalho) com capacidade de se fazer um *tape guasu* (uma grande estrada), mas em contatos e diálogos permanentes com gentes, caminhos e territórios de perto e de longe, indígenas e não-indígenas, da Geografia e de fora dela.

O dossiê é formado por sete textos. O texto inaugural é escrito pelo indígena kaiowá Eliel Benites, morador da Reserva Indígena *Te’yikue*, no município de Caarapó, e também professor efetivo da Universidade Federal da Grande Dourados (no curso de Licenciatura Indígena *Teko Arandu* – Faculdade Intercultural Indígena). A abertura com o texto de Eliel não é, obviamente, aleatória: a coordenação deste dossiê entende que a possibilidade de avanço na construção de Geografias Indígenas é só possível junto com os Povos Indígenas – e Eliel, neste momento doutorando em Geografia na UFGD, é parte do esforço deste diálogo.

Segue um pouco do que é encontrado no dossiê.

Tekoha Ñeropu’ã: aldeia que se levanta, de Eliel Benites, apresenta como objetivo “refletir, a partir do diálogo com os moradores e líderes tradicionais nas retomadas territoriais do entorno da Reserva *Te’yikue* (Caarapó – Mato Grosso do Sul), os elementos fundantes que contribuem para a recomposição do *tekoha* (aldeia)”. O principal destaque “extra-texto” é – repetimos – a sua autoria: Eliel é indígena kaiowá. Dividido em duas partes principais – “Yvyrasáva: os viajantes ‘pela terra’” e “*Tekoha Ñeropu’ã: construindo tekoha*” –, a análise conclui que “Os *tekohas* se tornam vivos se existem pessoas viajando em dimensões espirituais e terrenas na busca do reconectar-se continuamente o *teko* com os *Ñane Ramóĩ Jusu*, no ensejo do *teko araguyje*. Viajar significa mover-se no tempo e nos diferentes patamares, realizando relações com os diversos *Teko Jára* e absorvendo múltiplos *teko* no encanto da trajetória da existência do ser guarani kaiowá. *Levantar Tekoha*, hoje, é retomar esta lógica da existência diante da transformação do pensar, do viver e de existir causada pela presença do modelo de ser não indígena”.

Em **Terras sem homens de bem para homens de bem sem terra**, Marco Antonio Delfino de Almeida analisa a condição Guarani e Kaiowá a partir da invocação e prática das políticas de colonização de exploração e de povoamento. Articuladas como parte do processo de imposição de uma lógica de apropriação e uso da terra,

tais políticas foram cruciais na construção da “fronteira entre natureza e cultura, entre barbárie e civilização”, atribuindo aos povos indígenas um estágio “natural” e “bárbaro”. O espaço a ser colonizado precisava ser “limpo”, “disciplinado” e “ordeiro”, pois que até então o “deserto” (as “*terras nullius*” ou Terra de ninguém) era ocupado por índios “inúteis”. O “imaginário civilizatório” foi, assim, uma *prática civilizatória*, que o autor argutamente analisa dialogando com fontes teóricas e documentais – como em documento no qual artífices da colonização insistiam na necessidade em “Tornar produtiva uma população, hoje improdutiva, é, pelo menos, tão importante como trazer novos braços”. “Braços” indígenas ou paraguaios, sobretudo, para atender a um “dono”, um “transgressor” mesmo de um território que devia ser – para atendimento de um modo de produção em expansão – novo, em eliminação de todos os elementos que ainda lembrassem o passado, um mundo-território a ser suplantado. Em termos finais, o autor destaca: “O principal motivo para eliminação do indígena não é raça, ou religião, grau de civilização, mas, simplesmente acesso ao território. Território é o elemento específico e irredutível do colonialismo de povoamento”.

O texto **Territorialidade e sustentabilidade: desafios para as comunidades Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul**, de Rosa Sebastiana Colman e Levi Marques Pereira, propõe-se a discutir “os desafios enfrentados pelas comunidades kaiowá e guarani em relação à garantia de seus territórios de ocupação tradicional e o esforço por elas realizado para assegurar suas formas de sustentabilidade”. A autora e o autor argumentam que as atuais condições sócio-territórias dos Guarani e Kaiowá inviabilizam a reprodução do “*ava reko*” e do “*teko katu*” – a forma principal de expressão cultural e do bom viver; ambas as expressões (suas materialidades e imaterialidades) se chocam com a ideia de “desenvolvimento” ocidental moderno-contemporânea. A análise é enriquecida com o diálogo com “categorias” nativas como “*Oguata*”, “*Ñane retã*”, “*Ñande rekoha*”, “*Ka’aygua*”, “*Ka’aguy*”, “*Ka’aguy jara*” e “*Jehovasa*”. Essas e outras “categorias” da cosmologia Guarani e Kaiowá ajudam na reflexão, junto às/aos indígenas, na sustentação de um modo de ser imbricado ao território, à terra, a mata – como afirma uma liderança citada no texto: “nós mesmos somos os do mato, nós somos o mato. Olha, antigamente, nós éramos do mato, fazemos parte, com os bichos, com o meio ambiente, nós somos o meio ambiente, o mato”.

A questão agrária e seus desdobramentos na retomada indígena dos territórios tradicionais em Mato Grosso do Sul é o título do texto de Sedeval

Nardoque e Danilo Souza Melo. Nele, os autores se dedicam a “apontar nuances da questão agrária e refletir sobre seus rebatimentos na questão indígena em Mato Grosso do Sul, sobretudo algumas tragédias e formas de resistência Kaiowá e Guarani”. O texto, dividido em três partes centrais – “Apropriação capitalista e ‘limpeza’ da terra no Sul de Mato Grosso do Sul”, “A violência decorrente da estrutura fundiária concentrada” e “A territorialização do capital e o protagonismo indígena na luta pela terra” –, situa os movimentos de retomada territoriais dos Guarani e Kaiowá como protagonista na luta e resistência na/pela/junto a terra-território no estado.

Solange Rodrigues da Silva e Flaviana Gasparotti Nunes, autoras do artigo **Conflitos territoriais e racionalidades divergentes: contribuições da Geografia escolar para luta e (re) existência dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul**, apresentam “reflexões sobre as possíveis contribuições da Geografia escolar enquanto elemento potencializador para reafirmação da identidade Guarani e Kaiowá, e, por conseguinte, para a luta pela retomada dos territórios por eles ocupados tradicionalmente”. Partindo “[de]A criação das Reservas indígenas nos municípios de Amambai, Dourados e Caarapó em Mato Grosso do Sul”, o texto em seguida apresenta como potência para o ensino de Geografia a apresentação e discussão do “*Jasuka* – ‘princípio do Ser e do Ser Criador’”, e como, então, outras geografias podem provocar rasuras no saber geográfico instituído.

Marcos Mondardo, em **O movimento Guarani e Kaiowá pela reapropriação social da natureza e as retomadas de *tekoha***, parte da constatação de que no “Mato Grosso do Sul existe uma geopolítica da despossessão em curso de que as maiores vítimas são os povos Guarani e Kaiowá que tradicionalmente ocupavam seus *tekoha*”. Conceitualmente, o autor dialoga com análises relacionadas à “bio/necropolítica da despossessão”, “genocídio”, “etnocídio” e “ecocídio”, sobretudo. Em contraponto às práticas de morte, destaca que “A proliferação dos acampamentos, das retomadas, das mobilizações políticas, das relações de parentesco, dos rituais, da busca da terra ‘sem males’ [...] movimenta sentidos à luta por território e fortalece os indígenas para resistirem à violência, ao genocídio e etnocídio”. Dividido em três partes – “O pluriverso dos direitos territoriais indígenas: o diálogo entre categorias nativas e da Geografia”, “Reservas, *teko* e conflitos territoriais” e “Retomadas de territórios tradicionais: acampamentos, ocupações e autodemarcações” –, o texto insiste na “descolonização do poder”, nas “multi-transterritorialidades dos Guarani e Kaiowá”

(como as retomadas dos *tekoha*) em contraponto ao “colonialismo interno” e à “institucionalização da violência”.

E Lara Dalperio Buscioli, em **O acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu em Rio Brillhante (MS): a atual conjuntura dos conflitos e das resistências**, analisa uma das dezenas de retomadas Guarani e Kaiowá no sul do Mato Grosso do Sul. Partindo de um denso trabalho de campo junto ao território de retomada, a autora, de um lado, analisa as tensões e conflitos entre comunidade e agronegócio, e, de outro, as práticas de resistência que se entrelaçam com dimensões físico-materiais (como a mata) e espiritual-imateriais (como a cosmologia) – ambas, indissociáveis. Constata e elucida, junto a suas/seus sujeitas/os da comunidade em retomada, a tragédia histórico-territorial do “*Então agro negócio está matando a nossa terra*”, protagonizado tanto por capitais nacionais quanto estrangeiros (com a produção exclusivamente mercadológica de milho, soja e cana-de-açúcar). Em contraponto, como salienta uma liderança indígena do *tekoha* Laranjeira Ñanderu, “*se a gente ganhar essa terra dá pra plantar o milho branco mesmo e rezá*”, ressaltando a indissociabilidade entre a terra plantada, o produto cultivado e o alimento/bebida tornado/a reza.

Que os textos possam despertar o interesse, a sensibilidade e a solidariedade de todas e todos na construção incessante – e urgente – das Geografias Indígenas no/do Mato Grosso do Sul, no Brasil, na América Latina, na Terra e em todos os *outros mundos possíveis*.

Referências

BENITES, Tonico. ***Rojerokyhina ha roike jevy tekohape*** (Rezando e lutando): o movimento histórico dos *Aty Guasu* dos *Ava Kaiowa* e dos *Ava Guarani* pela recuperação de seus *tekoha*. (Doutorado em Antropologia), UFRJ/PPGAS, Rio de Janeiro, 2014.

CHAMORRO, Graciela. ***Terra Madura: yvy araguyje: fundamentos da palavra guarani***. Dourados: EdUFGD, 2008.

CRESPE LUTTI, Aline Castilho. ***Acampamentos indígenas e ocupações***: novas modalidades de organização e territorialização entre os Guarani e Kaiowa no município de Dourados - MS (1990-2009). Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, 2009.

_____. ***Mobilidade e temporalidade kaiowá***: do *tekoha* à reserva, do *tekoharã* ao *tekoha*. Tese (Doutorado em História) – UFGD, Dourados, 2015.

GADELHA, R. M. **As Missões Jesuíticas do Itatim**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MELIÀ, Bartomeu; GRÜNBERG, George; GRÜNBERG, Friedl.. **Los Paï Tavyterã**: etnografía guarani del Paraguay contemporáneo. Asunción: CEADUC – CEPAG, [1976] 2008.

MELIÁ, B. M. **Pai-Tavyterã**: etnografía guarani del Paraguay contemporáneo. Asunción: 2008.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowa**: da territorialização precária na Reserva Indígena de Dourados à multiterritorialidade. (Mestrado em Geografia) - UFGD, Dourados, 2011.

_____. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá**: diferenças e as lutas pela Des-colonialização na Reserva Indígena de Dourados e acampamentos-tekoha-Dourados/MS. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2015.

MORAIS, Bruno Martins. Do corpo ao pó: crônicas da territorialidade kaiowá e guarani nas adjacências da morte. São Paulo: Elefante, 2017.

PEREIRA, Levi Marques. Assentamentos e formas organizacionais dos Kaiowá atuais: o caso dos “índios de corredor”. **Revista Tellus**, Campo Grande: UCDB, Ano 6, n. 10, p. 69-81, 2006..

_____. Mobilidade e processos de territorializações entre os Kaiowá atuais. **Revista História em Reflexão**, Dourados: UFGD, vol. 1, 2007.

_____. Demarcação de terras kaiowá e guarani em MS: ocupação tradicional, reordenamentos organizacionais e gestão territorial. **Revista Tellus**, Campo Grande: UCDB, ano 10, n. 18. p. 115-137, 2010.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classes no Brasil do século XXI. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v.5, n.10, p. 92-122, ago. 2010.

Tekoha Ñeropu'ã: aldeia que se levanta

Eliel Benites

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Mato Grosso do Sul Brasil
e-mail: elielbenites@ufgd.edu.br

Resumo

A existência do povo indígena Guarani Kaiowá tem na palavra *yvyrasáva* (os viajantes da terra; *yvy*, terra) o meio da realização da grande viagem da existência. Este texto tem como objetivo refletir, a partir do diálogo com os moradores e líderes tradicionais nas retomadas territoriais do entorno da Reserva *Te'yikue* (Caarapó – Mato Grosso do Sul – Brasil), os elementos fundantes que contribuem para a recomposição do *tekoha* (aldeia). O texto é parte de uma pesquisa de doutorado que está sendo realizada, desde 2018, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD (PPGG/FCH/UFGD). Procuramos trazer ao debate a visão indígena sobre o mundo e as forças propulsoras da sua mobilidade espacial, ao mesmo tempo em que os seus limites, quando se encontram com outros modos de ser, são atravessados pelas estratégias teórico-políticas a fim de demonstrar a resistência Guarani Kaiowá ao modelo homogeneizante do ser. Essa resistência está na persistência em viver no modo de ser tradicional, sentido e vivido pela relação com as divindades através do *tekoha*.

Palavras-chave: Guarani Kaiowá; território; cosmologia.

Abstract

Tekoha Ñeropu'ã: indian village that gets up

The existence of the Guarani Kaiowá indigenous people sums up in the word *yvyrasáva* (the travelers of the land; *yvy*, land) as a means of realizing the great journey of existence. This text aims to reflect, from the dialogue with the residents and traditional leaders in the territorial retakes around the *Te'yikue* Reserve, on the founding elements that will contribute to the recomposition of *tekoha* (village). The text is part of the doctoral research that is being conducted since 2018, in the Postgraduate Program in Geography PPG / FCH / UFGD. Bringing the indigenous vision about the world and the forces that propel it to its spatial mobility, at the same time its limits, when encountering other ways of being, are theoretical-political strategies to demonstrate Guarani Kaiowá resistance to the homogenizing model of being and resistance is the persistence to living in the traditional way of being that gives meaning when there is a relationship with the deities through the *tekoha*.

Keyword: Guarani Kaiowá; territory; cosmology.

Resumen

Tekoha Ñeropu'ã: pueblo para levantarse

La existencia del pueblo indígena Guarani Kaiowá se resume en la palabra *yvyrasáva* (los viajeros de la tierra; *yvy*, tierra) como medio de la realización del gran viaje de la existencia. Este texto tiene como objetivo reflexionar, a partir del diálogo con los moradores y líderes

tradicionales en las retomadas territoriales en torno a la Reserva Te'yikue, sobre los elementos fundantes que contribuirá a la recomposición del tekoha (aldea). El texto es parte de la investigación de doctorado que se están realizando desde el año 2018, en el Programa de Postgrado en Geografía PPG / FCH / UFGD. Traer en el debate la visión indígena sobre el mundo y las fuerzas propulsoras de su movilidad espacial, al mismo tiempo sus límites, cuando se encuentran con otros modos de ser, son estrategias teórico-político para demostrar la resistencia Guaraní Kaiowá al modelo homogeneizante del ser y, la resistencia está en la persistência en vivir en el modo de ser tradicional que da sentido, cuando hay una relación con las divinidades a través del tekoha.

Palabras-clave: Guaraní Kaiowá; território; cosmología.

Introdução

O saber do povo Guaraní Kaiowá se caracteriza pela diversidade e pela particularidade de visões de mundo: a sua expressão é a própria representação do ecossistema local, denominado como *tekoha* (território tradicional/aldeia). Busca-se, com este conhecimento, a possibilidade de aproximar (*ombojoaju*) de maneira contínua o seu modo de ser com o modo de ser das divindades, através das práticas de cerimônias tradicionais, edificando uma trajetória conhecida como *teko araguyje* (jeito sagrado de ser). A aldeia, nesta perspectiva, é vista como um meio para construir essa trajetória, onde se encontram o sujeito e a sua espiritualidade, produzindo o *tekoha araguyje* (aldeia sagrada).

A vida no *tekoha* busca reviver continuamente os encontros entre múltiplas trajetórias já realizadas. Reproduzindo este passado, ela (a vida vivida no *tekoha*) dá sentido ao presente e clareza para o caminho do futuro. Os elementos do *tekoha*, como as florestas, os rios, a casa de reza e a roça, por exemplo, são linhas condutivas que levam ao passado e às dimensões espirituais e, na volta, trazem a memória viva para atualizar e fundamentar as novas relações necessárias, diante da transformação constante da realidade. Nesta dinâmica da mobilidade espacial e espiritual, o conhecimento caracteriza-se como uma particularidade que permite resistir às pressões homogeneizantes do saber de origem ocidental.

Estas reflexões são resultado de muito diálogo e convivência com as lideranças tradicionais, jovens e mulheres que estão em áreas de retomadas desde 2013 no entorno da Reserva Indígena de Caarapó, conhecida como Aldeia *Te'yikue*, em Caarapó (Mato Grosso do Sul – Brasil). O registro de relatos e depoimentos em áudio durante a pesquisa de campo¹ foi a estratégia metodológica utilizada para recompor as trajetórias das pessoas² e

¹ A pesquisa de levantamento sobre as trajetórias das pessoas mais velhas está sendo realizada, desde o início de 2018, para estabelecer redes de trajetórias que demonstram múltiplos encontros na Reserva *Te'yikue*, para compreender os transbordamentos nas áreas de retomadas desde 2013.

verificar os encontros entre elas, interpretando as intensidades desses encontros em um determinado tempo/espço – o que produz um ambiente significativo, como é o caso da Reserva *Te'yikue*.

Além dessas trajetórias, a pesquisa está sendo construída por meio de duas grandes estratégias: uma delas é a observação das maneiras particulares de realizar a continuidade destas trajetórias na própria Reserva, resistindo às pressões e modelos homogeneizantes da sociedade não indígena; e a outra, o foco se dá na discussão a partir deste texto, na atenção aos esforços dos Guarani Kaiowá em recompor as energias ou os elementos que caracterizam um *tekoha*, para que ele se levante segundo a filosofia tradicional. A hipótese que se verifica, até o momento, é que o “ser” guarani kaiowá de hoje é resultado de múltiplos encontros de trajetórias, devido ao condicionamento de uma realidade de “fronteiras” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 44). A construção de uma nova caminhada nas retomadas territoriais é a reprodução dessas experiências, mas orientada, ao mesmo tempo, por seus saberes tradicionais.

A proposta deste texto é demonstrar minimamente a visão guarani kaiowá sobre o mundo, a partir da sua lógica, para caracterizar o processo da perda do território tradicional desde o final da primeira metade do século XX – quando de fato se inicia a constituição das primeiras fazendas no entorno de *Te'yikue*. Ao final, o texto busca também analisar os apontamentos feitos pelos líderes tradicionais nas reuniões e encontros sobre gestão territorial e sobre a reconstrução das aldeias, o que, na língua guarani kaiowá, denomina-se *tekoha ñeropu'ã* (aldeia que se levanta).

Yvyrasáva: os viajantes “pela terra”

O universo na ótica guarani e kaiowá é composto de múltiplos “patamares celestes”, e localiza-se nos horizontes onde se encontram o céu e a terra. Pereira (2004) aponta que:

Cada patamar celeste constitui um sistema específico, apresentando distintas condições de luminosidade, relevo, vegetação e, principalmente, dos tipos de seres que habitam o local e das modalidades de interação aí desenvolvidas. Apresenta uma base sólida semelhante à terra onde vivem os humanos, servindo como suporte para o desenvolvimento das formas de vida aí encontradas. Sobre essa base sólida existe uma atmosfera parecida com a terrestre, inclusive com diversas camadas de nuvens. As camadas de nuvens mais altas servem como uma espécie de colchoado, sobre o qual emerge o patamar superior, igualmente constituído, e assim sucessivamente (PEREIRA, 2004, p. 235).

2 Para Tilley (*apud* Ingold, 2015, p. 219), a existência humana “desdobra-se não em lugares, mas ao longo de caminhos. Prosseguindo ao longo de um caminho, cada habitante deixa uma trilha. Onde habitantes se encontram, trilhas são entrelaçadas, conforme a vida de cada um vincula-se à de outro”.

O patamar mais importante se localiza no sol nascente, chamado *Kuarahy Resẽ*, onde se encontra o *Ñane Ramóĩ Jusu* (o Deus, pode-se dizer). O rezador Ricardo Jorge, da área indígena *Guyra Kambiy*³, afirma, em seu depoimento, que a nordeste e a noroeste estão localizados os deuses da roça (*kokue*), denominados como *Paitambeju kuéra*. O pôr do sol, segundo ele, é o lugar dos mortos (*aguéry kuéra*); e apesar de encantador, *Araguaju* é a fonte dos malefícios humanos. Já a sudoeste e ao sul é o lugar dos diferentes tipos de pássaros sagrados (*guyra marangatu kuéra*).

Estes patamares, apresentados pelo rezador, são lugares onde se formam as sementes do *ayvu* (som primordial/alma), e se desacoplam para iniciar a viagem cosmológica em direção ao *tekoha*, realizando a primeira parte do caminho. No momento em que este *ayvu* se materializa aqui na Terra, no processo denominado *ojeasojavo* (nascimento, aparecimento), inicia-se a segunda parte da viagem na dimensão terrena. Portanto, a vida guarani e kaiowá já existe antes da existência biológica, existindo primeiramente no cosmo e se materializando (*ogueroguapy*) no *tekoha* como parte da sua grande viagem da existência.

O mundo cosmológico é visto como *Ypy* (raiz, ancestral, matriz, alicerce), que sustenta, produz e dá a funcionalidade ao mundo e ao universo que conhecemos (o mundo concreto). Toda a beleza e a organização do micro/macrouniverso vêm desde mundo, o *Chiru Renda*, o resultado dessas forças resultando na dinâmica do planeta Terra, a formação do solo, das chuvas, dos rios, as estações climáticas, as correntes marítimas, a própria modelagem da crosta terrestre (*yvy oñemongo'ĩ*).

A viagem realiza-se nestas dimensões para chegar ao *Ñanderu Roka Rusúpy* (o grande pátio de deus). Para chegar nele, existem muitos caminhos (*tape po'ĩ*) que se encontram, possibilitando fluxo e dinâmica em cada fase da atmosfera, definindo a característica climática da aldeia. Existem dois tipos de viagem que podemos realizar: a primeira é através da edificação do *teko* (modo de ser), que leva o tempo da própria existência para chegar ao destino; e, a segunda, é através do *jerosy* (cerimônias do milho branco), realizada periodicamente no mês de fevereiro de cada ano.

Na cerimônia do *jerosy* realiza-se a viagem através do canto, passando por todos os horizontes até chegar ao patamar celestial do *Ñane Ramóĩ Jusu*. O canto do *jerosy* é como um caminho: viajamos através desse caminho em espírito, perpassando todos os universos com múltiplas dimensões de espaço e tempo. O grau de concentração durante as cerimônias define a intensidade da viagem. Por isso, o *tekoha* e todo o universo são como meios de uma grande viagem para chegar até *Ñane Ramóĩ Jusu*.

³ Fala proferida durante o “Encontro de Rezadores” realizado no *Tekoha Guyra Kambiy*, entre os dias 05 e 06 de setembro de 2018, para discutir *kokue* (roça) nas áreas de retomadas.

João (2011, p. 59) descreve como é a cerimônia do *jerosy puku*:

O ritual do *jerosy puku* é cantado, rodando em volta de um *apyka* (banco) ou em volta de uma vasilha de *xixá*. Esta vasilha pode ser um balde de alumínio, com capacidade volumétrica de uns vinte litros, abastecido constantemente a partir de um recipiente maior, onde foi produzida a bebida. O canto do *jerosy* é considerado infinito, porém, cada *xamã*, durante a noite até o amanhecer, procura alcançar sua meta de trabalho que é chegar ao canto de *pa'i kuara*.

A palavra *yvyrasáva* (aquele que passa pela terra) expressa claramente a existência guarani *kaiowá* na terra, porque todos passamos por ela. Cada espécie de animal ou planta tem os seus guardiões (protetor espiritual de cada espécie); esses guardiões caminham à noite, mudando de lugar a cada fase da lua e estação do ano, o que faz com que a terra seja *ombojegua*⁴ (colorida) para que os espíritos se encantem, *ojepota*, e caminhem por ela. A riqueza e a diversidade biológica de cada ecossistema são resultado dessa contínua mudança de lugar dos guardiões (*Mba'e Jára kuéra*), que conduzem cada espécie de ser (*mymba*) da Terra.

A terra é, assim, embelezada (*oñembojegua va'ekue*) pelos homens e guardiões através do modo de caminhar por ela. Nessa caminhada, criam-se armadilhas ou encantos, *ojepotáva*, para que os seres vivos, que estão em viagem, se fixem naquele lugar, fazendo parte da ecologia específica do local. O mundo então é um grande *jepota renda*, lugar de grande encanto, para que os homens se fixem nela, potencializando e acelerando cada vez mais o amadurecimento da terra, *yvy araguyje*. O amadurecimento da terra é o ponto máximo de sua perfeição, que permite interagir com os animais, as florestas e com os próprios guardiões (*Teko Jára kuéra*⁵). Foi por meio do *encantar* (*ojepota*) que *Ñane Ramói Jusu* criou a Terra nos primórdios dos tempos, através do canto (*porahéi*) e da dança (*ojeroky*). Por isso o universo e todos os seus componentes estão sempre em movimento, não cessando suas danças, que são intermináveis.

Chamorro (2008, p. 216) é elucidativa sobre o *aguyje*:

[...] 'aguyje' é a perfeição para a qual os *kaiová* acreditam ser vocacionados junto com os demais seres e com a terra inteira. De modo que se, por um lado, a salvação requer um empenho individual, por outro, tem a ver com a plenitude do sistema social e religioso o que só pode acontecer numa terra renovada. Isso pode ser observado claramente na expressão *yvy araguyje*, 'terra de tempo-espaço perfeito', com a qual os *Kaiová* [no Brasil] e os *Paĩ-Tavyterã* [no Paraguai] mostram, em sua teoria da 'redenção do dizer', o âmbito cosmológico.

4 "Para o *Kaiowá*, viver na terra não é o destino do homem e todo o esforço está voltado para superar essa condição. Enquanto isso não acontece, improvisam um modo de ser terreno e negociam com os guardiões da caça, das plantas dos peixes [...]" (PEREIRA, 2016, p. 117).

5 Acreditamos que cada sujeito obtém seus guardiões, que cuidam do seu modo de ser, em visitas diárias, nos primeiros raios do sol, porque o dia é uma viagem para cada ser da terra.

No mundo carregado de seres encantados constitui-se o jeito próprio de ser, o *teko*⁶ (jeito particular de viver e estar no mundo). O conteúdo de cada ser se desprende de diferentes patamares – como um pássaro – e se materializa em substância orgânica para o seu aparecimento na terra (*ojeasojava*). O *teko*, assim, é o antecessor do corpo físico no mundo cosmológico: existimos nessas dimensões em duas maneiras, *guyra* (pássaro) e *ayvu* (o som da nossa alma), que muitos os traduzem como linguagem.

A nossa forma de ser depende muito do tipo de patamares ou aldeia encantada⁷ de que viemos. O ser mais sagrado é aquele que veio do *Pa'ikuará* (sol); já pessoas com jeito maldoso são aquelas que vieram do *Araguaju* (região amarelada do pôr do sol), por exemplo. Muitas vezes obtemos um pouco de tudo no jeito de ser, por isso, no processo de batismo o *Ñanderu* (líder espiritual) viaja em espírito a estes lugares para descobrir de qual das aldeias encantadas a criança emergiu, nomeando-a conforme a sua origem. A cada fase da vida mudam-se os nomes por conta da transformação do *teko*, denominada *ohero*.

A partir do nascimento de uma pessoa (*ojeasojava*), o convívio na aldeia propicia a modelagem do *teko* através do compartilhamento de saberes e experiências conforme os lugares percorridos: a roça, a construção de casas, a construção de armadilhas, as coletas de frutas, as pescarias, as caçadas, as cerimônias sagradas (como *jerosy* e *kunumi pepy*, a cerimônia de perfuração dos lábios dos meninos⁸). Todos esses lugares são distantes uns dos outros, por isso, é preciso estar em trânsito em todos os momentos. Para a construção de uma casa, por exemplo, é preciso saber o tipo de madeira que nasce em determinado lugar, o tipo de sapé, a fase da lua para cortar essas madeiras; ou seja, um conjunto de saberes específicos.

Para adquirir estes saberes, as crianças devem estar constantemente acompanhadas por um *herekua* (instrutor) em todos os lugares, apreendendo a ser hábil no cotidiano e produzindo o *teko katu* (jeito habilidoso de ser). No *teko katu* está também o *teko porã* (jeito belo de ser), a habilidade de viver na alegria, felicidade e troca de bens. Este modo de ser é visto como a maior riqueza de uma comunidade, porque o sujeito, trilhando no *teko katu* e *teko porã* durante toda a sua vida, chegará ao *teko araguyje* (perfeição máxima do ser).

6 Aqui os *teko* entendidos como essência, os fundamentos do ser que caminham em outros patamares cosmológicos.

7 O *tekoha* físico é o lugar do encontro dos caminhos dos espíritos. Estes caminhos levam a diversas aldeias sobrenaturais e encantadas, como *Pa'ikuara* (moradas do sol na região leste), *Yryvukua* (fica na região sul, constelação de Andrômeda), *Jasy* (lua), *Chiru* (ao norte, aldeia onde fica o *Chiru*, a força gravitacional universal), *Araguaju* (aldeia da região do pôr do sol, lugares dos mortos e das maldades), *Eichuparĩ* (constelação de plêiades).

⁸ A última cerimônia *kunumi pepy* foi realizada em 1992 na Aldeia Panambizinho; ela não tem mais ocorrido em função, sobretudo, da ausência de recursos naturais envolvidos no ritual e do aumento dos problemas sociais nos *tekoha*.

O sujeito que alcançou o *teko araguyje* a partir dos percursos em seu *tekoha* transita entre os mundos físicos e o mundo dos *Ñane Ramói Jusu*; essa pessoa também pode ser considerada como um *hechakáry* (aqueles que vê tudo). O *hechakáry* é um nível de vida muito elevado que envolve ser rezador, médico e revelador, um líder espiritual completo da comunidade. A reza é um elemento que acelera o processo do *aguyje*, mas todos podem chegar a ele conforme o grau da dedicação ao caminho do *teko porã*.

O *teko* é como uma planta que cresce conforme o ambiente (*tekoha*) em que vive, fazendo relações, trocas e absorvendo energias com os diversos seres para moldar o seu jeito de ser. É semelhante a um cipó, que sobe nas árvores mais altas e produz seu corpo conforme a árvore sustentadora. O *aguyje* é o ponto de chegada, mas, nesta fase, todos os elementos adquiridos na trajetória já estão amadurecidos (*ijaguyjéma*) para serem semeados ao ambiente novamente. Não é um ponto final, mas um ciclo no qual o sujeito é capaz de reproduzir o seu próprio *teko*, induzindo outros que estão iniciando a caminhada.

No processo de *aguyje*, o sujeito se transforma em *jekoha* (esteio, coluna), sustentador de outros *teko*. Sustentar significa que o sujeito do *aguyje* obtém a facilidade de encantar os outros *teko* em desenvolvimento junto ao seu modo de ser; não é uma força aglutinadora, mas uma força encantadora do *tekoha*, a partir das relações que são construídas no processo de trânsito por diversas localidades, criando múltiplas referências e relações, tanto físicas como sobrenaturais. Assim, a aldeia é um meio para produzir o jeito de ser composto por múltiplos lugares e que compõem as relações com o sujeito do *teko* em desenvolvimento. O sujeito do *aguyje* é como um tutor nesta aventura, neste encantamento.

A dependência do sujeito do *tekoha* é fundamental, porque cada membro da comunidade constrói seu *teko* no mesmo *tekoha*, mas com tempo e trajetórias específicos, diferenciando-se uns dos outros. A questão é que estes *teko* amadurecidos buscam reproduzir suas subjetividades, mas já transformados no tempo, o que ocorre, por exemplo, com os mais velhos da comunidade de hoje em dia, no contexto da Reserva.

Podemos então afirmar que o espaço geográfico na visão guarani kaiowá é o *tekoha*, devido a sua produção a partir das relações, com múltiplos elementos que o compõem em suas dimensões sociais e sobrenaturais. O que leva a produzir o *tekoha* é a busca por obter relações permanentes com as divindades e, para isso, o *teko* (modo de ser), deve ser vivido de acordo com as regras tradicionais. Assim, o objetivo do preparo ou da educação do sujeito é a demanda por esta relação; nesta busca permanente, se constrói uma trajetória específica, que marca, produzindo o *tekoha*.

Tekoha, nesse sentido, é um caminho por onde o sujeito caminhou e ainda caminha, no tempo e no espaço, dando sentido à existência. O ponto de chegada desta caminhada é o *teko araguyje* (modo perfeito de ser, modo de ser dos deuses). O *teko araguyje* não é o final de um *teko*, mas o momento em que se obtém a capacidade de

produzir outros *teko* no ambiente a partir de sua persuasão, dando, assim, sequência aos valores tradicionais. Os *ñanderu* (rezadores) são exemplos das pessoas que alcançaram esta etapa e têm a responsabilidade de multiplicá-la, por isso formam grupos de rezadores, buscando, na coletividade, reproduzir e redirecionar muitos outros *teko*. O *teko araguyje* é o fechamento do ciclo de uma trajetória de formação tradicional e possibilita o reinício de vários *teko* a partir das sementes jogadas no *tekoha*.

A ideia de trajetória, aqui, implica múltiplos encontros de diferentes caminhadas atraídas por esse objetivo comum, o que gera redes coerentes, uma malha, e torna o lugar significativo para estes atores que se conectaram. Ingold (2015, p. 224) afirma:

Cada fio é um modo de vida, e cada nó um lugar. Na verdade, a malha é algo semelhante a uma rede em seu sentido original de um tecido de fios entrelaçados ou atados. [...] Elas são os caminhos *ao longo* dos quais a vida é vivida. E é na ligação de linhas, não na conexão de pontos, que a malha é constituída.

O *tekoha*, agora na dimensão física, produz uma vida cheia de experiências contínuas com as outras culturas; no caso da cultura da sociedade não indígena, os fundamentos guarani kaiowá são alterados. Com o encontro entre culturas, inserem-se outras demandas para a vida, que reorientam o próprio *teko*; o encanto com o modo de ser dos não indígenas foi possível justamente pela produção de uma outra forma de ver o mundo, que molda o pensamento e a subjetividade para se encantar com outras formas de ser.

Esta mudança não aconteceu com as pessoas que se fundamentaram com a educação tradicional (como os mais velhos), mas com as novas gerações e foi produzida no trajeto das relações com os não indígenas no contexto da Reserva. A escola teve o papel importante nesse contexto, fundamentando e edificando nas novas gerações uma nova cosmovisão, legitimando (pelo menos parcialmente) os saberes ocidentais. Com essa bagagem, a nova geração produz também *Tekoha*, enriquecendo a multiplicidade e, nesse emaranhado de perspectivas, são compostos os *Tekoha* de hoje.

Tekoha Ñeropu'ã: construindo tekoha

Para compreender o contexto da *retomada* em áreas considerados áreas tradicionais pelos Guarani Kaiowá é importante trazer à tona o processo histórico da perda e da descaracterização do território, com a chegada de ondas de ocupação regional pela sociedade não indígena a partir da primeira metade do século XX. Essa parte do texto tem

como objetivo demonstrar o processo da reconstituição dos elementos considerados fundamentais para que o *tekoha* de fato se concretize.

Campestrini e Guimaraes (*apud* Brand, 1997, p. 55), demonstram o início da ocupação não indígena onde está localizado hoje o sul de Mato Grosso do Sul:

Foi na década de 1830 que se iniciou de fato o povoamento por não-índios das terras que hoje constituem o estado de Mato Grosso do Sul. Esta ocupação se deu pelos campos de Miranda, Serra de Maracaju e, entrando pelo rio Paranaíba, rio Sucuriju e Taquarussu (1835), chegando aos campos do rio Brilhante (1839) e rio Vacaria.

Entre o final do século XIX e início do século XX, a presença não indígena foi intensificada com a Guerra do Paraguai (1864 a 1870) e, principalmente, com a instalação da Companhia Mate Laranjeira (1880 a 1940), com objetivo de explorar a erva mate, planta nativa, como produto de exportação. No período entre os anos de 1915 a 1928, o Governo demarcou oito pequenas extensões de terra⁹, de em média 3600 hectares cada, para usufruto dos Guarani Kaiowá, com o objetivo de *confinar*¹⁰ os diversos núcleos populacionais dispersos na região. Foi a estratégia política do governo “para liberação de terras para colonização e consequente submissão da população indígena aos projetos de ocupação e exploração dos recursos naturais por frentes não-indígenas” (BRAND, 2004, p 138).

A Reserva Indígena Te'yikue/Caarapó foi demarcada em 20 de novembro de 1924: “O Decreto Estadual Nº 684, de 20 de novembro de 1924, criou a terceira Reserva de 3750 ha para os Kaiowá de Caarapó, ou Tehy-Cuê, onde residiam os exploradíssimos índios dos poteiros dos bugres” (BRAND,1997, 112). Com esta demarcação, a área indígena foi reduzida, ficando de fora muitas aldeias tradicionais como: *Takwara, Javevyry, Ypytã, Javorai, Pindo Roky, Piratiy, Joha*.

No período de 1960-70 era muito comum o trabalho de derrubada de matas nativas para a abertura de fazendas, e havia muitos contratos de trabalhos temporários para desmatar as florestas virgens, que cobriam toda área de Te'yikue. É importante destacar que, neste período, a mão de obra disponível era dos indígenas e, por isso, a sua presença era tolerável, podendo até se estabelecer no fundo das fazendas como mão de obra disponível para o fazendeiro.

9 “As áreas demarcadas são: Posto indígena Benjamim Constant (Amambai), Limão Verde, Posto indígena Francisco Horta (Reserva de Dourados), Reserva indígena José Bonifácio (Caarapó, Te'yikue), Reserva de Porto Sessoró, Reserva de Patrimônio Iguatemy (Porto Lindo), Reserva de Pirajuy, Reserva de Cerro Perón (*Takuapiry*)” (BRAND,1997).

10 A ideia de *confinar* foi usada por Brand (1997) em sua tese de doutorado para explicar o processo de inserção dos indígenas guarani kaiowá de toda a região do atual sul de Mato Grosso do Sul em oito reservas.

Julio Almeida, um morador antigo da região de Saverá, em seu depoimento em guarani (maio de 2018), relata que todas as florestas que cobriam a Reserva *Te'yikue* e seu entorno começaram a ser derrubadas em 1964.

Coroado ho'a va'ekue 64 pe. Fazenda Aparecida ho'a va'ekue 64. Pe péa ho'a maramo, ho'a Santa Maria. Todo mi ka'aguy imimi oïva oitýma voi, pea empleiteiro Lopi herava, peteĩ paraguajo piru Serro Memby ygua ojagarra akue.

(Tradução)

Coroado caiu em 64. Fazenda Aparecida caiu em 64. Quando este caiu, caiu Santa Maria. Todas as pequenas florestas que sobravam, derrubaram tudo. O responsável era um empreiteiro chamado Lopi, um paraguaio bem magro morador de *Serro Memby* que pegou. (Entrevista com Julio Almeida em 05 de maio de 2018).

As fazendas apontadas por Julio são aquelas que se estabeleceram no período de 1960 ao redor da Reserva *Te'yikue* e que usavam a mão de obra guarani kaiowá para sua abertura. Essas fazendas arrematavam grupos de forma seletiva, sendo os mais fortes escolhidos pelos empreiteiros paraguaios para derrubar as florestas virgens. A exploração do trabalho era intensa e os indígenas iniciavam o expediente com o nascer do sol e encerravam no pôr do sol.

Após o trabalho intenso de desmatamento, “a mão-de-obra indígena foi canalizada para o roçado dos pastos e para o plantio de pastagens exóticas” (Brand, 1997, p. 90), como a braquiária e o colômbio. Matas abertas nas fazendas com pastos em desenvolvimento propiciaram a introdução de gado e, por isso, os indígenas que estavam trabalhando no desmatamento continuaram atuando como “peão de boiadeiro”.

Na década de 1980, as fazendas já estavam estruturadas e configuradas como na atualidade; para os Guarani Kaiowá, não havia mais refúgio e a sua presença começa incomodar os fazendeiros. Assim, foram transferidos para as reservas os últimos indígenas que ainda estavam trabalhando nelas. Foi neste período, também, que se iniciou o aumento da população e vários problemas internos foram desencadeados nas reservas.

Essa década também foi marcada por outros tipos de trabalho, como contratos nas destilarias de cana-de-açúcar, catação de soja, coletas de tocos, catação de milho, o arrancar de feijão e outros. Todos esses trabalhos eram considerados temporários e ocorriam somente num período específico, como os de *boias-frias*¹¹. Essa era uma forma de relação entre a fazenda e a reserva indígena, antecedendo a introdução da mecanização das grandes lavouras, mas que ainda dependeu – pelo menos temporariamente – da mão de obra indígena como complemento.

11 Boias-frias eram trabalhadores pagos pelas diárias trabalhadas. Os contratantes chegavam à reserva em carros, buzinando em torno das três ou quatro horas da madrugada e avisando os trabalhadores, e voltavam no final do dia, trazendo os trabalhadores de volta. Cada trabalhador levava a sua comida e o valor que recebiam variava conforme a faixa etária e sexo.

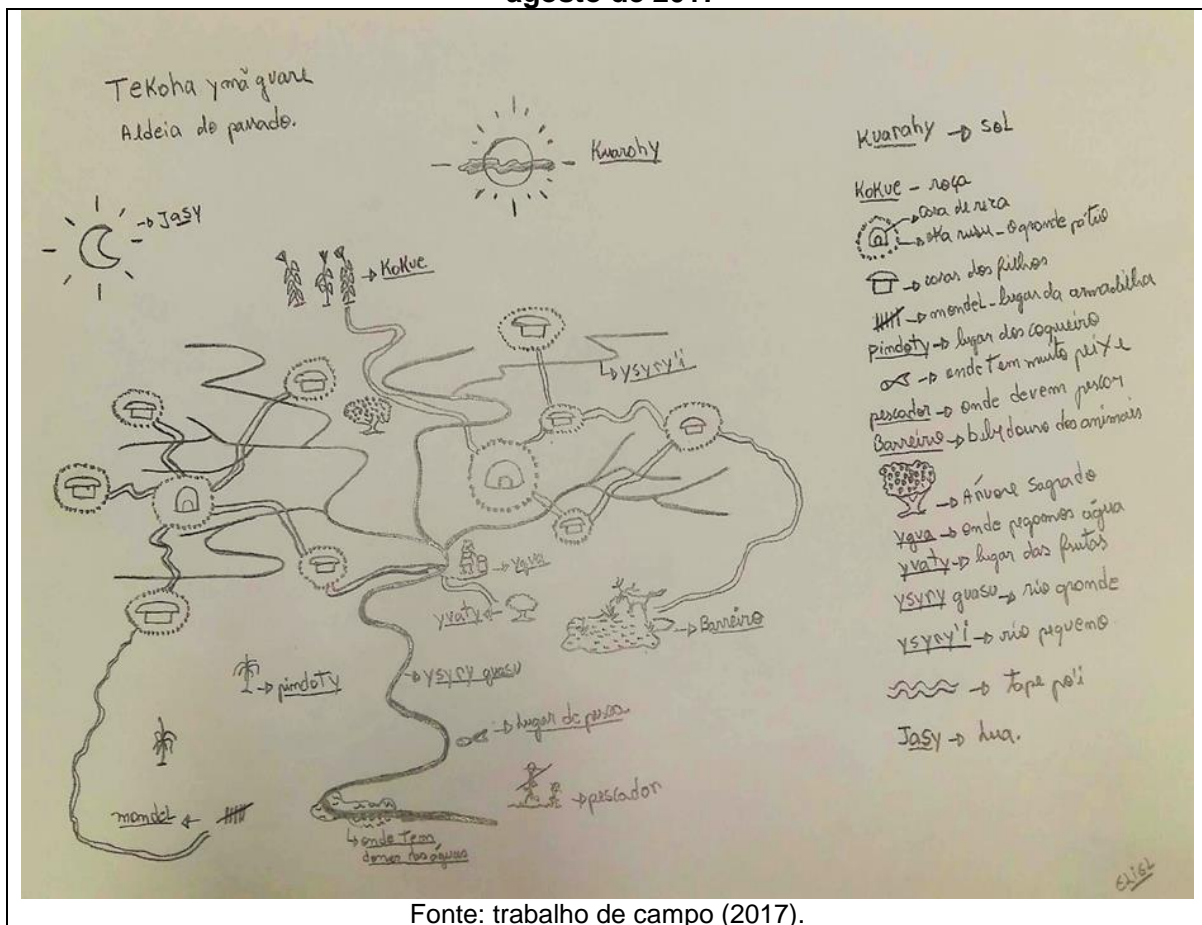
Atualmente a área da Reserva Te'yikue tem 3594 hectares e uma população de 4694 pessoas, segundo dados obtidos na Secretaria Especial de Saúde Indígena/Polo Base de Caarapó, em setembro de 2018. É composta por microrregiões como: *Saverá, Ñumbuku, Kuchuiygua, Sahã pytã, Ñandu Potrero, Pahĩ* e *Yvy ku'i veve*. No decorrer do tempo, os nomes das regiões da Reserva também mudaram devido à atualização de referenciais (*Ñumbuku, por exemplo, passa a ser chamado de Ñandejára, em referência à escola Ñandejára*).

Em 1997 inicia-se a construção da educação escolar indígena com o objetivo de valorizar as práticas e os saberes tradicionais como fundamento da educação e de obter a autonomia e sustentabilidade nas aldeias. Com o tempo, foi sendo percebido que a manutenção desses valores dependia principiante do território, porque a retomada dos valores era dependente da também retomada dos componentes do território para dar sentido ao conjunto de saberes e práticas que estavam sendo deixados e que deveriam ser reconquistados. Assim, umas das estratégias buscadas por meio da educação diferenciada foi conhecer a história, para entender a realidade e para superar desafios.

A conscientização política das novas gerações a partir da educação escolar indígena revelou a necessidade de retomar os fundamentos do *teko* (modo de ser tradicional), ancorados nos saberes dos mais velhos. Assim, o debate sobre o futuro guarani kaiowá passa principalmente pela retomada do território tradicional. Essa retomada é um novo trilhar do caminho do *teko araguyje*, mas exige a recomposição das florestas, das plantas medicinais, dos animais, dos rios, das casas de rezas e muitos outros elementos que possibilitarão a reaproximação dos guardiões na aldeia.

Em 2017, a partir do diálogo com os mais velhos, foi elaborada uma representação do *tekoha* para os Guarani Kaiowá em Te'yikue.

Figura 1: Representação do *tekoha* na visão dos mais velhos de Te'yikue, agosto de 2017

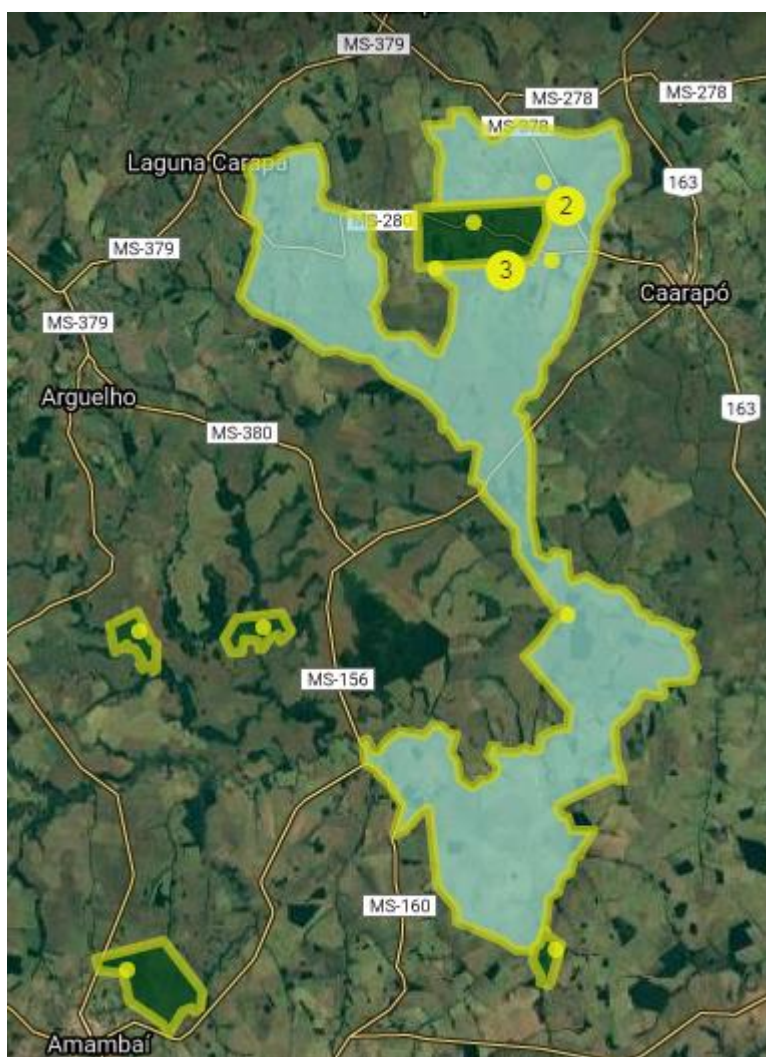


Fonte: trabalho de campo (2017).

Nessa representação vê-se a importância dos rios (*ysyry*), das florestas (*ka'aguy*), das roças (*kokue*), lugares de caça, pesca e das moradas dos guardiões. Além desses elementos, existem as casas, que indicam a importância das redes de relações que são realizadas entre as famílias e parentes próximos, através das práticas de cerimônias tradicionais como *chicha* (festa de dança) e *jerosy* (cerimônia do batismo da colheita de milho). Para manutenção do *tekoha* é necessário transitar por esses lugares, realizando caminhadas periódicas que denominamos *oguata*.

Em 12 de maio de 2016, o Governo Federal, através da Fundação Nacional do Índio (Funai), publicou o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) da Terra Indígena Dourados-Amambaipéguá I, com uma extensão total de 55.600 hectares. Nessa área estão incluídos os antigos *tekoha* que ficaram de fora durante a demarcação da Reserva *Te'yikue* em 1924. Abaixo, ao centro, está representada a área declarada e, dentro dela, em forma retangular, a Reserva *Te'yikue* (TI Caarapó).

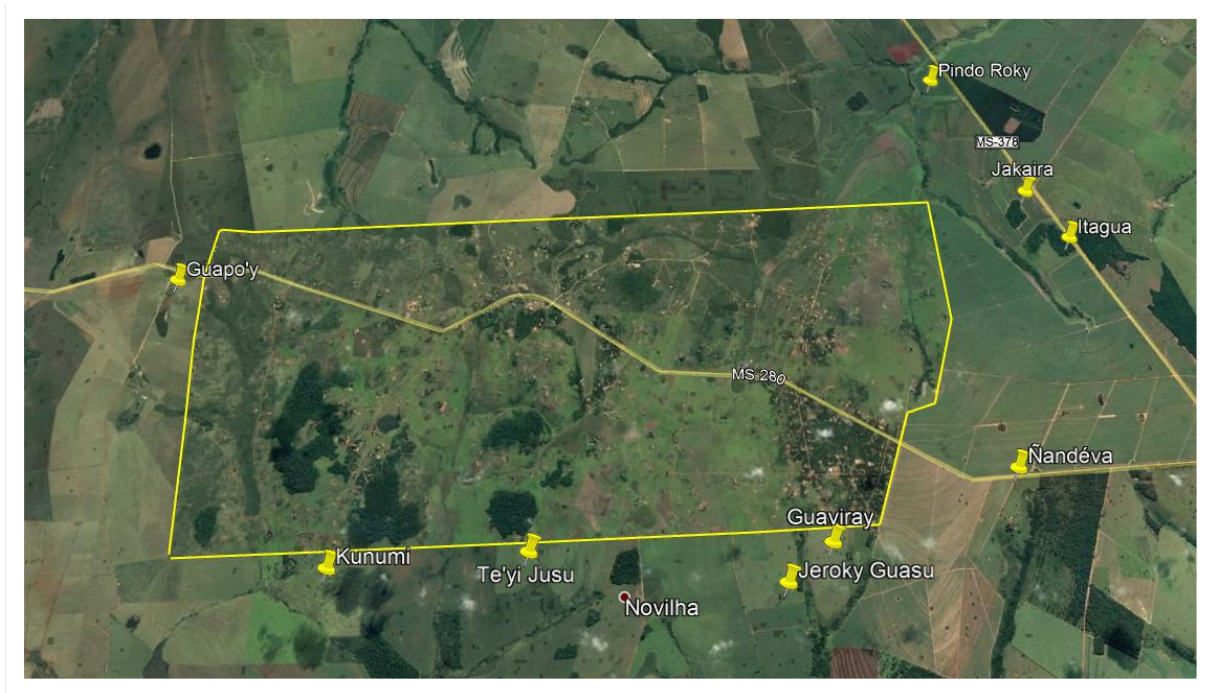
Imagem 1: Terra Indígena Dourados-Amambaieguá I



(A TI Dourados-Amambaieguá I está identificada nos “arredores” da RI *Te'yikue* [na parte superior da imagem, em quase “retângulo”, nº 3], perfazendo de norte a sul aproximadamente 70 km.)
Forte: <https://guarani.map.as/#/> (recortado – acesso em 20/11/2019)

No dia 14 de junho daquele mesmo ano, a comunidade iniciou a reocupação da área hoje chamada de *Kunumi*, nome dado em homenagem ao jovem kaiowá Clodiodi de Souza, assassinado no dia 16 de junho (2018) durante um ataque armado realizado por grupos de pistoleiros-jagunços contratados pelos fazendeiros. Diante desse fato, houve grande mobilização da comunidade para retomar outras áreas como *Guapo'y*, *Ñamói Guaviray*, *Jeroky Guasu* e *Ñandéva*. Abaixo estão representadas outras retomadas, como *Te'yi Jusu*, *Itagua*, *Jakairá* e *Pindo Roky*.

Imagem 2: Representação das Áreas de Retomadas



Organização: pelo autor a partir de imagem do "Google Maps".

O desafio enfrentado nas áreas de retomada é absorver a maneira própria de ocupação que contribuirá na construção do *tekoha*, despidendo-se das influências e da experiência histórica da Reserva. Nos deparamos, no entanto, com a tendência de reprodução da organização socioespacial da Reserva, em que, o que se quer não corresponde com o que se faz. Durante quase um século de permanência na Reserva, a epistemologia e a alma guarani kaiowá foram trabalhadas para que o futuro e os modelos de vida fossem equiparados aos da sociedade não indígena. Este é o quadro da situação populacional em Te'yikue após as retomadas, conforme dados obtidos junto à Secretaria Especial de Saúde Indígena em setembro de 2018.

Tabela 1: População da Reserva Te'yikue por área ocupada.

Nº	Área indígena	Número de População
01	Reserva Te'yikue	4694
02	Guapo'y	52
03	Te'yi jusu	18
04	Ñamóĩ Guaviray	25
05	Ñandéva	47
06	Itagua	110
07	Pindo Roky	26
08	Kunumi	21
09	Paitavyterã/Jakairá	22

Fonte: Polo Base de Caarapó (SESAI), setembro de 2018.

O “transbordamento” da população para as áreas de retomadas estabilizou um pouco o crescimento da população da Reserva nos últimos anos, já que o fluxo das famílias para as outras áreas é intenso e ultrapassa o entorno da Reserva, alcançando áreas para tanto de Caarapó quanto de outros municípios, como as aldeias de Taquara (município de Juti), Guyra Roka (município de Caarapó), Guaimbê (município de Laguna Carapã), Mbororó e Passo Piraju (ambas no município de Dourados). Por isso, os números de população em *Te'yikue* são sempre temporários, estão sempre em constante mudança. Existe ainda a presença de famílias vindas de aldeias do Paraguai, como *Piray* e *Jakairá* (em *municipalidades* paraguaios como Capitan Bado), que margeiam os municípios de Coronel Sapucaia e Aral Moreira, no Brasil.

Desde 2013 vêm ocorrendo muitos debates e experiências práticas de produção agrícola que buscam a garantia de sustentabilidade econômica dos *tekoha* a partir dos saberes tradicionais. Estas experiências, no decorrer do tempo, foram sendo amadurecidas e fizeram perceber que as iniciativas pontuais, como práticas de produção agroecológica, recuperação ambiental e roças, para citar alguns exemplos, são vias para tornar a aldeia um *vy'aha*, um lugar feliz para se viver. Portanto, as práticas de produção em *Te'yikue* não são fins em si, mas meios para fortalecer os valores tradicionais; assim, é necessário buscar certa coerência entre essas experiências, em torno de objetivo comum.

Este objetivo comum seria a busca por retomar os valores como o *ñande reko ete* (nosso verdadeiro jeito de ser) em cada prática, para recompôr os nutrientes da terra. Recuperando a terra podemos recuperar a vegetação nativa e, com ela, o microclima local. No decorrer do tempo, esta terra se tornará equilibrada em nível elevado e terá sensibilidade acentuada, permitindo que as trocas e fluxos de energia sejam realidade outra vez. Nesse

contexto, a retomada estará efetivamente entre o “ser” dos Guarani Kaiowá e a sua espiritualidade.

Algumas indicações nesse sentido foram apontadas pelas lideranças nas reuniões. A construção da casa de reza, por exemplo, é como o fundamento de um *tekoha* e, a partir dela, ocorre a produção da roça (*kokue*), o plantio de plantas medicinais, a recuperação das microbacias e corredores ecológicos. A casa de reza também é um símbolo da atualização do calendário das cerimônias tradicionais como o *jerosy* (cerimônia de milho branco), *guachire* (festa), *mitã jehero* (batismo de criança), *áry rovái* (canto para o tempo) e muitos outros.

Imagem 3: Discussão sobre como fortalecer *tekoha*.



Fonte: trabalho de campo (2018).

As práticas de cerimônias necessitam de materiais (insumos) específicos, como: bebidas tradicionais como a *chicha*; *mbaraka* (instrumento musical feito de porunga); *takuapu* (instrumento musical feminino feito de bambu); *chiru* (altar de madeira feito de cedro e angelim). Assim, a recuperação da fauna e da flora local são necessárias para extrair os materiais a serem usados nas cerimônias e que são meios para a manifestação dos guardiões (*mba'e jára kuéra*).

A reconstrução do *tekoha* requer o trabalho em mutirão, e todos participam e contribuem para a recomposição das forças da natureza. Para isso, é necessário encantar as pessoas para produzir o *teko joja* (jeito harmonioso de ser). Essa habilidade cabe às lideranças, fazendo com que todos se sintam atraídos por uma empreitada: “é como abelha

jatai que é atraída pelo mel”, explica Carlito Oliveira, em depoimento durante reunião em maio de 2018, na área de Itaguá.

Portanto, *levantar aldeia* é retomar o *teko joja* como estratégia para recompor as energias¹² do próprio *tekoha*, através do *jekoha* (sustentador), para possibilitar o *vy'a renda* (lugar de alegria) multiplicado. Somente o *ñanderu* (rezador) obtém essas habilidades.

Para Pereira (2016, p. 117),

O gesto de levantar é pensado essencialmente como uma ação, cujo desencadeamento depenem de um personagem de expressão, fundamental para iniciar o processo. Levantar é assimilar forças e conhecimentos, pressupondo que essas forças e conhecimentos devam ser emitidos a partir de uma fonte, e essa fonte é uma espécie de potência xamânica.

Nas áreas de retomadas, além de serem marcadas profundamente pela produção da soja e da cana, a tendência é a reprodução das experiências de vida de reserva, e o reavivamento dos modos tradicionais se depara com grandes dificuldades (também) pela ausência de líderes de caráter xamânica, como o *jekoha*. Esta situação é resultado de uma longa vivência de um processo contínuo de enfraquecimento do sistema próprio gerado pela relação com a sociedade não indígena.

A reprodução do “ser” *jekoha* nas gerações foi quase interrompida, mas obteve estratégias de resistências com o invisível – especificidade no processo da negociação com diversos seres que compõem a realidade atual, como em áreas de retomada. O *jekoha* é que levanta o *tekoha* ao seu modo através da sua influência e relações efetivadas de maneira estratégica, propagando o seu *teko* adquirido ao longo do tempo durante a trajetória e viagem cosmológico e terrena.

O *teko* do *jekoha* influencia (re)movimentando o grupo que estava inerte, parado. O levantar é o primeiro passo para retomar a sua grande viagem na perspectiva de reconectar com os *teko Jára* (donos do ser) a existência guarani kaiowá. As áreas de retomada, consideradas como *tekohas*, são uma parte do meio pelo qual recomeça a grande viagem da existência, e as ações de construção da casa de reza, por exemplo, são apenas como meios de articular pessoas na busca de efetivar o caminho do *teko joja* para emergir o *jekoha*.

¹² Equilíbrio total do *tekoha* em termos ecológicos como a mata, os rios, os animais, as produções e o modo harmonioso de ser na busca de objetivo comum.

Imagem 4: Mutirão de construção da casa de reza no *tekoha* Te'yikue

Fonte: trabalho de campo (2018).

As reflexões apresentadas neste texto fazem parte de uma pesquisa de doutorado em andamento e necessitam de aprofundamento, observando os modos de ser e de pensar que influenciam a produção da realidade nas áreas de retomada. Aqui estão reunidos alguns dados que buscam expressar a visão indígena e demonstrar que o Guarani Kaiowá é composto por múltiplas trajetórias, produzidas por múltiplas realidades impostas pelo contato com os não indígenas; essas experiências estão presentes na construção do *tekoha* e mesclam-se com os seus valores tradicionais. O produto desse processo ainda não sabemos qual é, mas a certeza e a insistência em atualizar constantemente o modo de ser guarani kaiowá nos dias de hoje, é evidente.

Considerações finais

Nessa reflexão introdutória buscamos materializar discussões realizadas nas retomadas territoriais guarani kaiowá no entorno da Reserva Indígena *Te'yikue* desde 2018, especialmente através de reuniões sobre gestão territorial, coordenadas por lideranças do

Aty Guasu (Assembleia Geral dos Guarani Kaiowá). A ideia central é o fortalecimento das ocupações das áreas retomadas, incentivando a produção e a organização social a partir das experiências tradicionais.

O texto buscou mergulhar na cosmovisão guarani kaiowá para apontar que o mundo é composto por patamares celestiais interligados e podemos transitar nelas a partir das relações com a espiritualidade. Estas relações serão possíveis quando recuperamos as forças da terra, para que o próprio *Ñane Ramóĩ Jusu* se manifeste nela. O processo da recomposição dos nutrientes e forças da terra é a própria retomada do modo de ser tradicional guarani kaiowá, a partir de práticas culturais como o *jerosy* e a construção de casas de reza.

Os *tekohas* se tornam vivos se existem pessoas viajando em dimensões espirituais e terrenas na busca do reconectar-se continuamente o *teko* com os *Ñane Ramóĩ Jusu*, no ensejo do *teko araguyje*. Viajar significa mover-se no tempo e nos diferentes patamares, realizando relações com os diversos *Teko Jára* e absorvendo múltiplos *teko* no encanto da trajetória da existência do ser guarani kaiowá. *Levantar Tekoha*, hoje, é retomar esta lógica da existência diante da transformação do pensar, do viver e de existir causada pela presença do modelo de ser não indígena.

Referências

ALBUQUERQUER, J. L. C. *A Dinâmica das Fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo: Annablume, 2010.

BRAND, A. J. *O Impacto da Perda da Terra sobre a Tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra*. 1997. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: PUC/RS, 1997, 378p.

BRAND, A. J. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os kaiowá e guarani no MS. *Tellus*, Campo Grande, n. 6, 2004, p. 137-150.

CHAMORRO, A. C. G. *Terra madura, yvy araguyje: fundamento da palavra guarani*. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008. 368 p.

INGOLD, T. *Ficar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Vozes, 2015. Tradução de Fábio Creder.

JOÃO I. *Jakaira Reko Nhepyrũ Marangatu Mborahéi: Origem e fundamentos do canto ritual jerosy puku entre os kaiowá de Panambi, Panambizinho e Sucuri'y*, Mato Grosso do Sul.

PEREIRA, L. M. *Imagens Kaiowá do Sistema Social e seu Entorno*. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2004.

PEREIRA, L. M. *Os Kaiowá em Mato Grosso do Sul: Módulos Organizacionais e humanização do espaço habitado*. Dourados/MS: UFGD, 2016. 127 p.

Sobre o autor

Eliei Benites – Graduação em Licenciatura Indígena pela Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Mestrado em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco. Doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Docente na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0002-0034-4589>.

Como citar este artigo

BENITES, Eliei. Tekoha Ñeropu'ã: aldeia que se levanta. **Revista NERA**, v. 23, n. 52, p. 19-38, dossiê., 2020.

Recebido para publicação em 10 de agosto de 2018.

Devolvido para a revisão em 27 de julho de 2019.

Aceito para a publicação em 10 de agosto de 2019.

Terras sem homens de bem para homens de bem sem terra

Marco Antonio Delfino de Almeida

Universidade Federal da Grande Dourados(UFGD) – Dourados, MS, Brasil

e-mail: marcodalmeida@gmail.com

Resumo

O presente artigo busca refletir sobre a implementação, no oeste brasileiro, de um colonialismo de povoamento com o exame das consequências de sua efetivação. O colonialismo de povoamento é caracterizado pela apropriação violenta do território de povos indígenas. A eliminação do “nativo” ocorre por intermédio da remoção forçada, assassinatos e denegação étnica. Este processo não decorre da raça, ou religião, grau de civilização, mas, simplesmente, como condição para acesso ao território. Para impedir a marcha da civilização, basta aos povos originários permanecerem onde sempre estiveram.

Palavras-chave: Colonialismo de Povoamento; SPI; Kaiowá; Guarani; Deslocados Internos.

Abstract

“Good Citizens without land move to a land without good citizens”

The present article seeks to reflect on the implementation of a settler colonialism, in western Brazil, with the examination of the consequences of its effectiveness. Settler colonialism is characterized by the violent appropriation of the territory of indigenous peoples. The elimination of the "native" occurs through forced evictions, homicides and ethnic denial. This process does not stem from race, or religion, degree of civilization, but simply as a condition for access to territory. To prevent the march of civilization, it is enough for the original peoples to remain where they have always been.

Keywords: Settler Colonialism; SPI; Kaiowá; Guarani; Internally Displaced Persons.

Resumen

“Los buenos ciudadanos sin tierra se mudan a una tierra sin buenos ciudadanos”

El presente artículo busca reflexionar sobre la implementación de un colonialismo de colonos, en el oeste de Brasil, con el examen de las consecuencias de su efectividad. El colonialismo de los colonos se caracteriza por la apropiación violenta del territorio de los pueblos indígenas. La eliminación de los "nativos" se produce a través de desalojos forzosos, homicidios y negación étnica. Este proceso no se deriva de la raza o religión, el grado de civilización, sino simplemente como una condición para el acceso al territorio. Para evitar la marcha de la civilización, es suficiente que los pueblos originales permanezcan donde siempre han estado.

Descriptor: colonialismo de colonos; SPI; Kaiowá; Guaraní; Personas desplazadas internamente.

Introdução

A dicotomia entre colonialismo de exploração e colonialismo de povoamento é restrita, no campo acadêmico, ao período colonial e se cinge à contribuição do modelo de colonização para a formação econômica do Brasil. Em termos sintéticos, a opção pelo colonialismo de exploração de matriz ibérica teria acarretado o “atraso” econômico brasileiro em oposição aos países derivados de colônias de povoamento. Os primeiros teriam se tornado subdesenvolvidos enquanto os últimos (Estados Unidos, Austrália, por exemplo), desenvolvidos. A proposição – com modificações – foi adotada por membros da Escola Histórica Alemã, ortodoxos liberais franceses, marxistas, cliometristas e estrelas acadêmicas contemporâneas (MONASTERIO, 2016).

O objetivo do presente estudo não é a renovação da discussão da conexão com a formação econômica do Brasil, mas sim a sua utilização para compreensão das políticas de povoamento do Brasil. O mito da natureza selvagem (*wilderness*), do deserto, da fronteira, do pioneiro e, especialmente o processo de violência decorrente da sinergia destes conceitos encontra-se presente no processo de colonização do Oeste brasileiro (a denominada Marcha para o Oeste), nos anos 1940-1950, e na colonização da região amazônica, nos anos 1970. Há o claro estabelecimento da fronteira entre natureza e cultura, entre barbárie e civilização, entre inumanos e homens de bem. Ilustrativo desta diferenciação é a seguinte citação que retrata o nascimento do primeiro amazônida. Como se as milhares de pessoas que ali residissem, nada mais fossem do que integrantes da paisagem selvagem a ser domesticada.

Um anúncio da construtora Queiroz Galvão retrata muito bem a decidida xenofobia do projeto. O texto anuncia o nascimento de Juarez Furtado de Araújo Transamazônico, o “primeiro menino a nascer naquele admirável mundo novo que estamos ajudando a construir”. O pequeno Juarez é o primeiro “pioneiro” nascido na terra. A própria denominação de “pioneiro” já demonstra a carga discriminatória, tanto racial quanto social, sobre aqueles que os precederam, índios e posseiros, inequivocamente encarados como inimigo do progresso (TORRES, 2006. p. 275-276).

Claramente, a política de colonização contida nas hipóteses acima reproduz integralmente o modelo colonial, em uma renovação da relação metrópole x colônia, na oposição capital x sertão. Neste caso, o colonialismo de exploração, típica do Brasil colonial, transmuta-se em colonialismo de povoamento: Os colonizadores vieram para ficar, a invasão das áreas ocupadas pelos Povos Indígenas e tradicionais não é um evento isolado, mas parte integrante de uma estrutura (WOLFE, 2006). Como igualmente definido por Brand, a chegada a colonização de povoamento promove a chegada dos “nossos contrários” (BRAND, 2016).

Colonialismo: definição

No presente trabalho não adotaremos o conceito de colonialidade, uma vez que o mesma deriva do colonialismo e pode ser considerado um modelo teórico para examinar um padrão de poder que “[...] se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da idéia de raça” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131). Por seu turno, no colonialismo se verifica uma clara relação de poder entre dois povos, caso em que enquadramos a relação do governo brasileiro com os Povos Indígenas. A tutela, existente até a edição da Constituição de 1988, estabelecia uma clara relação vertical, tipicamente colonial.

Podemos ilustrar, por exemplo, O sistema punitivo associado ao controle dos Povos Indígenas. Ele se assemelha ao “Code de L’Indigenat” (Código do Aborígene, em tradução livre). A legislação, destinada à França Colonial, estabelecia uma diferenciação entre cidadãos e súditos (populações das colônias). A norma instituída no séc. XIX permaneceu vigente, ainda que parcialmente, até 1962. Entre as restrições às populações coloniais estava o estabelecimento de um rol de 27 (vinte e sete) infrações estabelecidas em 1874 e aumentadas progressivamente até 1881. Entre as infrações estavam previstas a reunião sem autorização, viagem sem permissão da autoridade administrativa, ato irresponsável e ofensa ao agente colonial (WEIL 2005, p. 96).

Infrações semelhantes podem ser derivadas, claramente do Regulamento do SPI conforme redação da alínea e) do art. 9º do Decreto nº 10.652, de 16 de outubro de 1942:

e) propor ao diretor, mediante requisição do Chefe de Inspetoria **competente, o recolhimento á colônia disciplinar, ou na sua falta ao posto Indígena** designado pelo diretor, e pelo tempo que êste determinar nunca excedente a 5 anos, de Índio que por infração ou mau procedimento, agindo com discernimento, fôr considerado prejudicial á comunidade indígena a que pertencer, ou, mesmo, ás populações vizinhas, indígenas ou civilizadas (BRASIL, 1942 – grifo nosso em negrito).

A sujeição tipicamente colonial pode igualmente ser verificada pelo controle de deslocamentos, especialmente os destinados a lugares “inconvenientes” que pudessem trazer algum tipo de embaraço à instituição. Ressalte-se que o eventual descumprimento acarretaria a conseqüente manipulação de sua indianidade, com o claro recado de que a obediência às ordens do tutor era inerente à condição de indígena, conforme verificamos no memorando 213, de 4 de abril de 1956. O memorando derivado do chefe da IR-5 (Inspetoria Regional do Serviço de Proteção ao Índio), em Campo Grande (MS) é endereçado ao chefe do Posto Indígena Francisco Horta, em Dourados:

Confirmo o telegrama nº 35, que depois que foi mandado passar chegou o vosso m/m nº 30, no qual trata de Jardineira para Caarapó, e também dos

índios (que foram pedir licença para irem no Rio, cuja licença não poderá ser fornecida, porquanto a Diretoria não aprecia visitas de índios já civilizados, que geralmente só vão causar despesas e quasi (sic) sempre falar dos encarregados. **Pode informar a esses índios que se não quiserem (sic) desistir de ir, que vão, mas não levarão nenhuma autorização, e esta Inspeção não se responsabiliza pelo que possa acontecer em viagem, ou mesmo de serem eles transferidos para outra região** (MPF, 2014a - grifo nosso em negrito).

A existência da clara relação assimétrica de poder, com a subordinação, inclusive espacial dos Povos Indígenas, com a utilização de agentes públicos para imposição da devida fiscalização e punições, fundamenta claramente um modelo colonial operado no interior das fronteiras nacionais. Neste sentido, temos as definições de ROBERT BLAUNER e GONZALEZ CASANOVA. A primeira definição surge no contexto dos embates raciais dos Estados Unidos, no final dos anos 60. A segunda, do mexicano GONZALEZ CASANOVA, foi tecida no bojo do livro *La Democracia em México*, de 1965. A definição original foi reelaborada em seus trabalhos recentes. Apresentemos os conceitos:

Parecem existir quatro componentes básicos nesta definição. A primeira se refere à forma como o grupo entra na sociedade dominante (seja o poder colonial ou não). **Colonialismo começa com uma entrada forçada ou involuntária.** Segundo, há impacto na cultura e na organização social do colonizado. Impacto este que não é apenas o resultado de um processo normal de contato entre culturas. O poder colonial promove uma política que restringe, transforma ou destrói valores indígenas, orientações e formas de vida. **Terceiro, colonialismo envolve uma relação por intermédio da qual membros de um grupo tendem a ser administrados por representantes do poder dominante.** É a experiência de ser manipulado e dirigido por pessoas que não pertençam ao mesmo status étnico. O argumento final do colonialismo é o racismo. **Racismo é um princípio de dominação social pelo qual um grupo visto como inferior em decorrência de características biológicas é explorado, controlado e oprimido socialmente e psicologicamente pelo grupo dominante** (BLAUNER, 1969, p.396, grifos nossos em negrito).

Colonialismo e a construção do deserto

Ínsito ao projeto colonial, de exploração ou de povoamento, é o conceito de natureza selvagem (*wilderness*), da terra improdutiva, do deserto, anteriormente nominado. A exploração ou o povoamento da terra se baseiam na denominada doutrina do descobrimento e da conseqüente conferência das terras “descobertas” como *terras nullius* (Terra de ninguém).

Interessante apontar que a visão eurocêntrica, existente até hoje, relaciona a propriedade com o cultivo. O pensador Locke indagava se “nas florestas selvagens e nas vastidões incultas da América deixadas à natureza, sem nenhuma melhoria, lavoura ou cultivo, mil acres rendem aos habitantes necessitados e miseráveis tanto quanto dez acres de

terra igualmente fértil em Devonshire, onde são bem cultivadas (LOCKE 1998, Segundo Tratado, V § 37).

A “vastidão inculta” poderia sofrer o desmatamento, o cultivo, a extração das drogas do sertão ou da atividade minerária e mesmo, no final do século XIX, transformar-se em área protegida para preservação de animais e sítios de elevada beleza cênica. Ou seja, qualquer utilidade econômica ou “social” diversa da mero “abandono” das terras indígenas.

No imaginário civilizatório antes havia apenas o deserto. Deserto que para ser “conquistado” demandou, como no caso da Argentina, um exército de cinco mil homens. O “deserto” continha “[...] los miles de indígenas que lograron sobrevivir, encerrados en prisiones en diversos puntos del país os separados de sus familias y enviados lejos de sus tierras a trabajar como mano de obra barata en obrajes, yerbatales, ingenios” (BONATTI, 2015, p. 139).

No Brasil, o “deserto” não era menos presente, como verificamos neste relato sobre os trabalhos das comissões militares designadas para exploração do país: “Em menos de 13 mezes, desde 23 de Março do anno findo, data em que começamos nossos trabalhos em S. Bento, até 19 de Abril quando os terminamos aqui, **vencendo o deserto e todos os perigos e privações que nelle se encontram**” (MARTINS, 2017, p. 130 – grifo nosso em negrito).

Interessante apontar que se tratava, claramente, de um discurso, usado conforme as conveniências governamentais, especialmente dos militares. Neste sentido, cabe mencionar estradas e fazendas do interior do país, percorridas por Rondon no início do século XIX, por óbvio, que todas contaram com a participação indígena:

Naquela região Rondon teve oportunidade de constatar muitas vezes que velhos trabalhadores indígenas recebiam de suas mãos os primeiros salários em dinheiro, em sua longa e árdua vida de labuta pelas fazendas. **Verificou, então, que as afirmações sobre a indolência irremediável do índio não passavam de justificativa para a exploração a que os submetiam. Sendo os índios a única mão-de-obra da região, só eles poderiam ter aberto as estradas, construído as fazendas e derrubado a cada ano as matas para os roçados; mas era preciso ignorar e negar a evidência para justificar a servidão a que os sujeitavam** (RIBEIRO, 2000, p. 133-134, grifo nosso em negrito).

Mato Grosso do Sul: do colonialismo de exploração ao colonialismo de povoamento

O ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul representou relevante importância econômica e pode ser considerado, sobre a perspectiva dos Povos Indígenas, como exemplo do denominado colonialismo de exploração. A denominada colônia de exploração (*Pflanzungskolonien*) teria como objetivo “[...] a exportação de produtos primários para os países europeus. Geralmente, o número de europeus seria baixo, eles não se tornariam cidadãos locais e o uso de mão de obra da escravidão seria frequente (HEEREN *apud*

MONASTERIO, 2016, p. 11).

A erva-mate representou o principal produto de exportação entre o final do século XIX e início do século XX. A pujança econômica do setor é indissociavelmente atrelada à companhia Matte Laranjeira. Por exemplo, examinemos os dados de produção de erva-mate, no ano de 1923. A diferença entre os denominados produtores independentes, exprimem, em números a magnitude da empresa.

**PRODUÇÃO DE ERVA-MATE PELA MATE LARANJEIRA E PELOS
PRODUTORES INDEPENDENTES EM 1923**

Produtor	Kg
Produtores Independentes	1.330.730
Matte Laranjeira	9.937.396

Fonte: Arruda, 1986 (*apud* Jesus, 2004, p. 97).

A pujança da companhia está igualmente indissociavelmente associada à proximidade com o estado brasileiro. O Decreto Imperial, de nº 8799, de 9 de dezembro de 1882, concedeu à Thomaz Laranjeira vasta extensão de terras para a extração da erva-mate pelo período de dez anos. A pessoa jurídica responsável pela exploração seria a Companhia Matte Laranjeira. Em face de alterações societárias o controle dos ervais passaria à Laranjeira, Mendes & Cia, a partir de 1902 e, finalmente, para a empresa Matte Laranjeira S.A., a partir de 1916 (MAGALHÃES, 2013). Através do Decreto nº 520, de 23/06/1890, o arrendamento é ampliado bem como obtido o monopólio na exploração da erva-mate. “[...] Através da Resolução nº 103, de 15/07/1895, ela obtém a maior área arrendada, tendo ultrapassado os 5.000.000 ha, [...] tornando-se um dos maiores arrendamentos de terras devolutas do regime republicano em todo o Brasil para um grupo particular” (ARRUDA, 1986 *apud* FERREIRA, 2007, p. 31).

O tamanho bem como o monopólio da extração sobre a totalidade da área, são alterados com a edição da lei nº 725, de 24 de setembro de 1915. A legislação permitiu o arrendamento sobre um total de 1.440.000 hectares, mas igualmente lei liberou a venda de até dois lotes de 3.600 ha a terceiros. (BRAND, 1997 *apud* FERREIRA, 2007, p. 32)¹

A proximidade com o poder político, origem do patrimônio da empresa, acarretou desafetos. Em resposta a supostas ofensas, um dos herdeiros da empresa, Mário Mendes, redigiu extensa carta endereçada ao general José Pessoa Cavalcanti, comandante da 9ª Região Militar. A carta apresenta interessantes conexões com a invisibilização e utilização econômica da mão de obra indígena. Vejamos os trechos:

¹ O artigo 31º dessa lei previa: A cada um dos ocupantes de terras de pastagens e de lavouras situadas dentro da área compreendida no contrato de arrendamento em vigor, será garantido dentro do prazo de dois anos, a contar de 27 de julho de 1916, a preferência para a aquisição de uma área nunca superior a dois lotes de três mil e seiscentos hectares cada um, ainda mesmo que dentro dessas terras existam pequenos ervais.

Os atuais municípios de Ponta Porã e Dourados eram na época referida, **sertão bravo**, que somente se integraram-se à civilização e ao progresso pelo esforço gigantesco da Mate Laranjeira, pela energia de seus diretores, a qual o Brasil deve a conversão do deserto em cidades florescentes como Porto Murtinho, Ponta Porã, Campanário e Guaíra e numerosas povoações que prosperam sob o influxo benéfico e criador da mesma.

[...]

Ademais, somente o peão paraguaio, criado nos trabalhos dos ervais, suporta-os nesta zona, onde todo o erval silvestre encontra-se no seio de mata virgem, como V. Excia teve oportunidade de verificar. Neles, os cargos de direção e administração são exercidos quase que exclusivamente por nacionais (MAGALHÃES, 2013, s/d – grifo nosso em negrito).

A narrativa, típica da história “oficial”, confere papel preponderante ao empreendedor e desconsidera “[...] pobre e sangrenta infantaria da Revolução Industrial” (SHARPE, 1992, p. 53). Desconsidera as populações indígenas. É crível que houvesse a utilização de empregados paraguaios, mas a extensão da área arrendada (cerca de um milhão e meio de hectares) em um ambiente desprovido de estradas e meios céleres de transporte, aponta para a dupla invisibilização do indígena: como não-indígena e não-nacional.

Interessante apontar que a descrição da “suportabilidade” do paraguaio evoca Magalhães ao relatar que “Quem visita os seringales da foz do Amazonas conhece logo à primeira vista, que é o tapuío' e não o branco que foi criado para aquela vida” (MAGALHÃES, 1873, p. 104). Evoca igualmente o já nominado Rondon, ao alertar que a invisibilização visava “ignorar e negar a evidência para justificar a servidão a que os sujeitavam”, uma vez que “[...] sendo os índios a única mão-de-obra da região, só eles poderiam ter aberto as estradas, construído as fazendas e derrubado a cada ano as matas para os roçados” (RIBEIRO, 2000, p. 133-134).

Por intermédio da criação do território federal de Ponta Porã pelo Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, o arrendamento foi extinto. Após os termos dos contratos estatais a companhia prosseguiu com as atividades ervateiras em propriedades particulares até ao ano de 1953, quando a Argentina proibiu as importações de erva-mate brasileira e paraguaia, por conta de uma superprodução de seus ervais (MAGALHÃES, 2013, p. 139).

Em 28 de outubro do mesmo ano, é criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, pelo Decreto-Lei 5.941. A área a ser demarcada não seria inferior a 300.000 (trezentos mil) hectares. Serviço que seria realizado pela Divisão de Terras e Colonização do Departamento Nacional da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura.

Com a criação do referido território inicia-se um novo modelo de colonização: O colonialismo de povoamento: O decreto-lei estabelece a “Chegada dos nossos contrários”.

SPI e o Ministério da Agricultura

Couto Magalhães, integrante do IHGB, deu a fundamentação teórico-econômica para o processo de dominação colonial dos povos originários. Em artigo publicado na revista do IHGB, em 1873, denominado “Ensaio de antropologia: região e raças selvagens”. Couto de Magalhães aborda tópicos que serão aprofundados em sua principal obra “O Selvagem”: a utilização dos povos indígenas como elemento econômico para a colonização do interior do país. Aponta que a sua utilização, como mão de obra, nas indústrias pastoris e extrativas representaria claros benefícios econômicos à nação. A sua substituição pela mão de obra branca, por seu turno, acarretaria a “sua destruição” ou minimante a sua “degradação”:

Se attendermos à circumstancia muito importante de que quasi todo o interior do Brasil é coberto de campos ; que os matos são raros, que o velho mundo necessita mais de carne do que de café ou de assucar, e que as industrias pastoris **são as que exigem menor número de braços, menor emprego de capitães, e maior extensão de terras, em comparação com outras industrias**; se considerarmos ainda, que só ellas quasi, que não necessitam de estradas para serem seus productos transportados à grandes distancias, **ver-se-há a immensa importancia que podem vir a ter os terrenos do interior do Brasil, desde que se' fomente com methodo este genero de industria.**

[...]

Supportará tanto mais facilmente a acção dos agentes atmosphericos, ou exhalações teluricas.- aquella. raça que mais aclimada estiver à ellas.

[...]

a raça branca, que não goza da mesma immuidade, por isso mesmo que é raça peregrina, expondo-se a ellas, **entrega-se voluntariamente ou à uma causa de destruição, ou quando menos de degradação.**

[...]

As industrias extractivas do norte estão no mesmo caso, e só vivem e medram porque existe o tapuia, e já representam nas províncias do Para e Amazonas uma exportação de doze mil contos annuaes

[...]

Quem visita os seringaes da foz do Amazonas conhece logo à primeira vista, que é o tapuio' e não o branco que foi creado para aquella vida

[...]

O branco no meio das florestas, com os commodos de sua civilisação, é tão miseravel como o tapuia em nossas cidades com seu arco e flecha.

[...]

Desde porém que, seguindo o methodo razoavel e unico productivo de empregar o homem n'aquillo que está conforme com seus habitos, se tratar de applicar o selvagem ás industrias pastorís e extractivas, industrias estas a que está reservado um grande futuro, elle se ha de prestar a elas melhor do que qualquer das raças que habitam a America, como se está prestando (MAGALHÃES, 1873, p. 99-105, grifos nossos em negrito).

O trabalho seguinte de Couto Magalhães, “O Selvagem”, foi elaborado a pedido do imperador Pedro II para figurar na biblioteca americana da Exposição Universal de Filadélfia, em 1876. Em comemoração ao Centenário da Independência Americana. Os assuntos debatidos no livro seguem a trilha do artigo de 1873. É importante frisar a importância do tema à época. Em 25 de junho de 1876, aconteceu a Batalha de Little Big Horn, entre unidades

do Exército Americano e indígenas do povo Lakota. Paralelamente, havia a intervenção militar chilena no território Mapuche, denominada “Pacificação da Araucania” (1862-1883) e, igualmente, a intervenção militar argentina em face das comunidades indígenas Mapuche, Tehuelche e Ranquel, denominada “Conquista do Deserto”. Nesse contexto, o debate centrava-se no destino das comunidades indígenas: Extermínio ou aproveitamento econômico? A solução gestada por Couto Magalhães reforça a utilização do “selvagem como elemento econômico”:

Não estará longe o dia em que seremos forçados, como a República Argentina, o Chile, os Estados Unidos, a manter verdadeiros corpos de exército para conter nossos selvagens, se abandonarmos essa questão ao seu natural desenvolvimento.

[...]

Estes prejuízos, as despesas que serão necessárias com movimento de forças, as perturbações sociais que provirão de conflitos sanguinolentos no interior, mostram que quaisquer despesas que fizermos agora para assimilar os selvagens na nossa sociedade serão incomparavelmente menores do que as que teremos de fazer se, por não prestarmos atenção ao assunto, formos forçados a exterminá-los. (Magalhães, 1876 p. 18-20)

[...] E prossegue:

Povoar o Brasil quer dizer:

1º) Importar colonos da Europa para cultivar as terras já desbravadas nos centros, ou próximos aos centros povoados.

2º) **Aproveitar para a população nacional as terras ainda virgens, onde o selvagem é um obstáculo**; estas terras representam quase dois terços do território do Império. **Tornar produtiva uma população, hoje improdutiva, é, pelo menos, tão importante como trazer novos braços.**

3º) Utilizar cerca de um milhão de selvagens que possuímos, os quais são os que melhores serviços podem prestar nessas duas terças partes do nosso território, porque as indústrias extrativas, únicas possíveis nessas regiões (enquanto não houver estradas), **só têm sido e só podem ser exploradas pelo selvagem** (MAGALHÃES, 1876, p.12, grifos nossos em negrito).

É possível afirmar, à luz dos documentos apresentados, que a Proteção dos índios não representava um fim, mas um meio para obtenção do efeito econômico desejado: a utilização da mão de obra indígena no processo de colonização do interior do Brasil. Em um cenário de carência de recursos tecnológicos para exploração das áreas (por exemplo, a extração da erva-mate e derrubada de matas para implantação de pastagens), os índios representavam as “ferramentas vivas”. A localização topográfica do SPI na estrutura burocrática federal (vinculada ao Ministério da Agricultura, durante a maior parte do período de sua existência) não permite uma conclusão em outra direção.

Nesse vetor, temos o Decreto-Lei nº 1.736/1939, que subordinou o SPI ao Ministério da Agricultura. A redação legal não deixa dúvidas em relação ao desiderato estatal: “[...] de orientar e interessar os indígenas no cultivo do solo, para que se tornem úteis ao país e possam colaborar com as populações civilizadas que se dedicam às atividades agrícolas” (BRASIL, 1939, s/d).

Índio ou Paraguaio?

Para que atuassem como “ferramentas vivas” a serviço do processo de colonização, a categoria jurídica era irrelevante: índios ou paraguaios. Esta assertiva pode ser verificada no exemplo da Companhia ervateira Matte Laranjeira. Até meados do século XX, a empresa era a maior contratadora de mão de obra da parte sul do então Estado de Mato Grosso. A medida visava afastar dois problemas: a contratação de mão de obra indígena e o consequente arrendamento de suas terras.

No final do século XIX e início do século XX, o Mato Grosso possui uma população extremamente rarefeita, não oferecendo o contingente de mão de obra necessário para o trabalho nos ervais, ou mesmo formas ágeis para atraí-lo de outras regiões do Brasil, devido à carência de vias de comunicação e de transporte (BIANCHINI op. cit: p. 172). Entre os historiadores há um consenso sobre a origem paraguaia da quase totalidade dos trabalhadores da Matte Laranjeira, o que, segundo Bianchini, é confirmado pela leitura dos documentos da empresa, entre os quais destaca as correspondências internas demonstrando a preocupação dos seus dirigentes frente à Lei de Nacionalização do Trabalho (BIANCHINI op. cit: 175-176). No entanto, é preciso considerar que:

[...] o argumento da mão de obra paraguaia soa mais como uma manobra da Cia Matte, para não expor o uso da mão e obra kaiowa em seus ervais. Pois, ao caracterizar seus mineiros como paraguaios, a Cia Matte se coloca à margem de duas questões controversas e legalmente inviáveis: o emprego da mão de obra indígena e o arrendamento de suas terras (VIETTA, 2007, p. 62, grifos nossos em negrito).

Wolfe (2006) aponta interessantes diferenciações no tratamento racial dos negros e dos indígenas, especialmente nos EUA. Em sua visão os negros americanos tiveram um conceito diferente de raça (regra de uma gota de sangue, *one drop rule*) em face da utilização econômica. Quanto maior o número de negros, maior o número de escravos e, conseqüentemente, da vantagem econômica dos proprietários. Os Povos Indígenas, de forma diversa, impediam a plena fruição de riqueza pelos colonizadores. Quanto menor o seu número, quanto mais invisibilizados ou descategorizados fossem, mais fácil seria o acesso à terra. Nos EUA, a estratégia utilizada foi a denegação de direitos aos denominados “índios misturados” (OLIVEIRA, 1998). Há a indissociabilidade entre um determinado Povo Indígena e seu território. Há a possibilidade de rompimento deste vínculo pela remoção, igualmente

realizada, tanto nos EUA como no Brasil. Porém, há igualmente, no Brasil, o recurso de denegação de existência do Povos Indígenas.

Eduardo Galvão citado por Oliveira (1998) nos traz os exemplos dos índios do nordeste e da sua mestiçagem: "A maior parte vive integrada no meio regional, registrando-se considerável mesclagem e perda dos elementos tradicionais, inclusive a língua". A clara consequência da "mestiçagem" é a perda do acesso legal aos territórios tradicionais. Como exposto igualmente por Oliveira (1998, s/d), a "mistura" acarretava a desmobilização do processo de identificação e delimitação de terras indígenas, reduzidas ao mínimo na região: "Mesmo nessas poucas e pontuais intervenções, o órgão indigenista tinha de justificar para si mesmo e para os poderes estaduais que o objeto de sua atuação era efetivamente composto por "índios", e não por meros "remanescentes".

A denegação baseada na "mistura" tinha fundamento legal, o decreto-lei nº 5.484/1928, estabelecia a seguinte "classificação" dos indígenas. O decreto frisava a visão, constitucionalmente estabelecida, de entender o indígena como um estado "transitório". A visão claramente evolucionista encontrava-se plasmada na legislação. A concessão de bens deriva da "passagem" para centro agrícola ou sociedade civilizada: não há previsão para concessão de terras para indígenas" que vivem promiscuamente com civilizados".

Art. 2º Para os efeitos da presente lei são classificados nas seguintes categorias os índios do Brasil:

1º, índios nomades;

2º, índios arranchados ou aldeados;

3º, índios pertencentes a povoações indígenas;

4º, índios pertencentes a centros agrícolas ou que vivem promiscuamente com civilizados.

[...]

Art. 10. O Governo Federal promoverá a cessão gratuita para o domínio da União das terras devolutas pertencentes aos Estados, que se acharem ocupadas pelos índios, bem como a das terras das extintas aldeias, que foram transferidas às antigas Províncias pela lei de 20 de outubro de 1887.

[...]

Art. 38. Desde que passe para centro agrícola ou se incorpore á sociedade civilizada, receberá o índio os bens que lhe pertençam individualmente, para que os possa livremente administrar.

Art. 39. No caso da collectividade (grupo, horda, tribo ou nação) passar na totalidade para centro agrícola ou ser incorporada á sociedade civilizada, far-se-ha entrega dos bens communs ao chefe respectivo; si, porém, uma parte da dita collectividade permanecer em povoação indígena ou posto do Serviço, ficará sob a gestão do inspector a quota que proporcionalmente caiba a essa parte (BRASIL, 1928).

O processo de proteção de terras indígenas, no período do SPI, dependia de um processo de negociação com os estados, conforme expressamente previsto no art. 5º do Decreto-Lei nº 1.886/1939: "O Ministério da Agricultura entrará em entendimento com os Governos dos Estados para a salvaguarda das terras habitadas pelas tribus indígenas" (BRASIL, 1939). Em um cenário de interesse econômico sobre as áreas a serem protegidas

surge óbvia a opção a ser exercida, mesmo em um cenário de colonialismo de exploração: o agente mais poderoso economicamente. É o que depreendemos da tabela abaixo.

Reservas Indígenas demarcadas criadas entre 1915 e 1928					
Terra Indígena	Grupo Étnico	Município	Área real (ha)	Data de criação	Área do decreto
Amambai (Posto Indígena Benjamin Constant)	Kaiowá	Amambai	2.429	Decreto nº 401, de 10/09/1915	3.600
Dourados (Posto Indígena Francisco Horta Barbosa)	Guarani/Kaiowá e Terena	Dourados/I taporã	3.474	Decreto nº 404, de 03/09/1917	3.600
Caarapó/ Te'yikue (Posto Indígena José Bonifácio)	Guarani/Kaiowá	Caarapó	3.594	Decreto nº 684, de 20/11/1924	3.600
Porto Lindo (Posto Indígena Jacarey)	Guarani	Japorã	1.649	Decreto nº 835, de 14/11/1928	2.000
Taquaperi (Posto Indígena Cerro Perón)	Kaiowá	Coronel Sapucaia	1.777	Decreto nº 835, de 14/11/1928	2.000
Sassoró/Ramada (Posto Indígena de Sassoró)	Kaiowá	Tacuru	1.923	Decreto nº 835, de 14/11/1928	2.000
Limão Verde	Kaiowá	Amambai	668	Decreto nº 835, de 14/11/1928	900
Pirajuí (Posto Indígena Pirajuí)	Guarani	Paranhos	2.118	Decreto nº 835, de 14/11/1928	2.000
Totais			17.63		19.700
Dados fornecidos pela Funai, população estimada com base no Censo populacional de 2010 e do SIASI – Sistema de Informações sobre Atenção à Saúde Indígena da SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena, Ministério da Saúde. Os dados refletem a situação até fevereiro de 2013. (BRAND, 1998, p.108-112); (CAVALCANTE, 2013, p. 89)					

Frise-se que a maioria dos decretos nominados que permitiram a demarcação de oito reservas para os Kaiowá e Guarani, entre 1915 e 1928, só foram editados após a publicação da Resolução nº 725, de 24 de setembro de 1915. A resolução do Governador do Estado de Mato Grosso, Manoel de Faria e Albuquerque, limitava, temporal e espacialmente, a área de arrendamento da companhia Matte Laranjeira. O art. 3º da referida resolução estabelecia que “[...] a cada um dos ocupantes de terras de pastagens e de lavoura situadas dentro da área compreendida no contrato de arrendamento em vigor [...] a preferencia para aquisição de **uma área nunca superior a dois lotes de três mil e seiscentos hectares**” (MATO GROSSO, 1915, grifo nosso em negrito).

Ao examinarmos, de forma mais detida, a tabela acima temos uma constatação evidente: a área constante do decreto não se verificou, em boa parte dos casos, na realidade fática. Para uma área prevista de 19.700 ha (dezenove mil e setecentos hectares), apenas 17.632 ha (dezessete mil e seiscentos e trinta e dois hectares) foram efetivamente concedidos aos Kaiowá e Guarani. O número é muito mais baixo do que adviria pela reserva de um lote, nos termos da resolução citada (28.800 ha – vinte e oito mil e oitocentos hectares) e muito menor do que a decorrente do máximo permitido (57.600 ha – cinquenta e sete mil e seiscentos hectares). Brand (1998, p.116) destaca, de forma especial a alteração topográfica da Reserva de Porto Lindo. A reserva, embora “[...] localizada em área de mata e ao longo do

rio Iguatemi (*Relatório do auxiliar Pimentel Barboza, 1927:CXXXVIII*)” teve seus limites alterados, “exatamente aquela parte próxima ao rio e onde localizavam-se ervais, por pressão da Cia Matte Larangeira.”

A força dos setores econômicos se faz sentir, também, sobre essas pequenas extensões de terras, mesmo após demarcadas. Foi o que se verifica na história da Reserva de Ramada. Corno a área era rica em ervais nativos, todos os moradores índios foram transferidos, quatro anos após a decretação da Reserva, em 1932, para uma outra área, Pueblito Kuê, localizada nas proximidades. Ubaldo Castelan assim relata esta história: "de repente chegou a política e por causa do administrador da Companhia que toma aldeia e que toma essa Ramada. Então, no lugar de Ramada arnlmo outra aldeia, Pueblito" (13: 1) (BRAND (1998, p.120, grifo nosso em negrito).

A pujança econômica da empresa e a consequente influência na destinação de terras no estado, à época, nos é trazida por Foweraker (1981, p.89), ao comparar o orçamento do estado de Mato Grosso, em 1924 (5.000 contos) com o orçamento da companhia Matte Laranjeira (30.000 contos ou mais). Este poderio econômico igualmente retardou a mudança do modelo colonial, de exploração para povoamento: Foweraker (1981, p. 89) conecta o poder policial, privadamente exercido pela companhia, em conjunto com o poder econômico pela contenção do movimento colonizado de cerca de 20.000 (vinte mil) migrantes em Ponta Porã.

Paradoxalmente, a contenção de um povoamento não orientado pelo estado, associado ao não-interesse na propriedade da área, mas apenas na exploração dos ervais acarretou um fator de proteção ao território dos Kaiowá e Guarani “[...] ao manter absoluto controle sobre a entrada de outros colonizadores dentro da área arrendada, especialmente dos migrantes gaúchos” (BRAND, 19998, p. 89). De modo diverso, como veremos, foram os efeitos do povoamento orientado pelo estado, na área de abrangência da Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

De dono a transgressor

El colonialismo es una persona que llega desamparada, porque el migrante europeo llega a América desamparado y que pide que por favor le deje entrar en la casa. Y el dueño de la casa le deja entrar porque está lloviendo, porque está haciendo mal tiempo, le deja estar una noche en su casa. Y después este señor que llegó convence al dueño de la casa que como ellos son muchos y los otros son pocos, es decir, el dueño de la casa es un viejito y una viejita, que por qué no le cede una parte de la casa. Y ellos [los viejitos] se quedan con sólo una habitación. Y después, de esta habitación los pasan a la cocina. Y después, de la cocina los pasan al fondo del quintal. Y después, llega la segunda generación de estos migrantes pobres y se preguntan qué hace este señor en el fondo del quintal, de dónde vino. No se pregunta de dónde vino él [el migrante colonizador] ¡De dónde vino él! Porque este señor que está en el fondo del quintal, es el dueño de la casa entera (MELIA, 2012, p.7-8).

A civilização é como o sol brilhante
 Que sae do berço em flor das rosas do levante
 E, vai sempre para o oeste, o zênite atingir
 A marcha para o oeste, é marcha para a altura,
 É marcha para o azul, para onde mais fulgura
 O progresso a irradiar na glória do porvir
 [...]
 E mostraram ao mundo, em fantástica luz,
 As lendárias regiões, onde brotam os rios,
 E erram em solo de ouro os tapuias bravios
 [...]
 Foi marcha também dos novéis pioneiros,
 A marcha de Rondon e dos seus companheiros,
 Devassando a soidão dos broncos penetrais;
 Marcha da nossa história, ela parte do oceano,
 Para a interlândia imensa, no novo éden arcano
 Em que Deus requintou os seus dons aos mortais.
 (AQUINO, 1940, p.15/16).

O colonialismo de povoamento tem o poder transmutador da realidade: o dono torna-se um desconhecido, um “mero ocupante da casa dos fundos”, na brilhante (e ao mesmo tempo, dura) metáfora de Meliá. Ou, não raras veze, torna-se o transgressor, o que não respeita os limites, o que não respeita as cercas erigidas, contra a sua vontade, sobre aquilo que já foi seu.

O poema “Marcha para o Oeste”, dedicado a Getúlio Vargas, sintetiza o projeto civilizatório: Levar o sol brilhante da civilização “para a soidão dos broncos penetrais” onde erram em solo de ouro os tapuias bravios” (AQUINO, 1940, p. 15-16). O arroubo poético foi ecoado no discurso estatal. Em discurso realizado em 1939, em São Paulo Getúlio Vargas proferiu “Caminhamos para a unidade, marchamos para o centro, não pela força de preconceitos doutrinários, mas pelo fatalismo da nossa definição racial”. Em 1940, em novo discurso realizado em Manaus, Getúlio aponta que a marcha para o Oeste era “o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade dos bandeirantes e sertanistas.” Em sua visão, era necessário eliminar “os vazios demográficos” e coincidir as fronteiras econômicas com as fronteiras políticas. (VARGAS *apud* LENHARO, 1986, p.56).

Por intermédio da criação do território federal de Ponta Porã pelo Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, o arrendamento foi extinto. Em 28 de outubro do mesmo ano, é criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, pelo Decreto-Lei 5.941. A área a ser demarcada não seria inferior a 300.000 (Trezentos mil) hectares. Serviço que seria realizado pela Divisão de Terras e Colonização do Departamento Nacional da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura.

A previsão de criação das Colônias Agrícolas derivava do decreto-lei nº 3.069/1941 que estabelecia a criação, pelo Governo federal, de núcleos coloniais “[...] em colaboração com os Governos estaduais e municipais e todos os órgãos da administração pública federal e por intermédio do Ministério da Agricultura” divididos em lotes de “20 a 50 hectares”

destinados aos “cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas e, excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros (BRASIL, 1941).

Neste ponto cabe rememorar a posição do SPI na estrutura organizacional do Poder Executivo O Decreto-Lei nº 1.736/1939, subordinou o SPI ao Ministério da Agricultura e não deixa dúvidas em relação ao desiderato estatal: “[...] de orientar e interessar os indígenas no cultivo do solo, para que se tornem úteis ao país e possam colaborar com as populações civilizadas que se dedicam às atividades agrícolas” (BRASIL, 1939). Claramente, estava estabelecido o papel das populações indígenas: trabalhadores que deveriam colaborar com “as populações civilizadas”. Em caso de conflito, entre a Divisão de Terras e o SPI, estava estabelecida a chave para a solução conforme verificamos deste trecho de um ofício da CAND, de agosto de 1942 “Acredito que v.s. deve saber, que tanto o Serviço dos Índios, como a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, são dependências do Ministério da Agricultura, e nenhum diretor pode tomar qualquer medida drástica, sem autorização ministerial” (BRAND, 1998, p. 84).

Caso as soluções administrativas não fossem suficientes restava a punição nos termos Regulamento do SPI conforme redação da alínea e) do art.9º do Decreto nº 10.652, de 16 de outubro de 1942, por ser considerado prejudicial “a que pertencer, ou, mesmo, às populações vizinhas, indígenas ou civilizadas”:

e) propor ao diretor, mediante requisição do Chefe de Inspetoria **competente, o recolhimento à colônia disciplinar, ou na sua falta ao posto Indígena** designado pelo diretor, e pelo tempo que este determinar nunca excedente a 5 anos, de Índio que por infração ou mau procedimento, agindo com discernimento, fôr considerado prejudicial á comunidade indígena **a que pertencer, ou, mesmo, às populações vizinhas, indígenas ou civilizadas.** (BRASIL, 1942 – grifos nossos em negrito).

Um exemplo nos é trazido em um episódio datado de 23 de setembro de 1944. Em correspondência endereçada ao Chefe da Inspetoria Regional do SPI em Campo Grande, Francisco Horta Barbosa o chefe de Posto da Terra Indígena de Dourados, Acácio de Arruda, narra a prisão de indígenas em decorrência de conflitos com a CAND:

[...] recebendo eu do senhor Ilderberto Silva, técnico agrícola da colônia federal, uma parte por escrito contra o índio Pedro Henrique, esta em dia de ontem 22 do corrente mês, resolvi **mandar o Capitão João Fernandes, filho do ex Capitão Joaquim (..) à frente de 12 homens em arma visto que tal índio ser muito mau elemento, dei ordem para que o trouxessem preso e também todas as armas que fosse encontradas**, que fizessem comparecer neste posto os índios que estivessem junto do dito Pedro Henrique e esta força partiu no mesmo dia 22 pernoitando no acampamento do Henrique com todos os índios ali existentes detidos até o dia seguinte. Hoje às 3h00 da tarde **veio a este posto o Capitão Alvaro Rodrigues com expressão um tanto rude conforme vos telegrafei na mesma hora a tarde, chegou a força trazendo 22 índios inclusive o Pedro Henrique** duas

carabinas 44 um revólver 38 que este conseguiu com o delegado de entre rios um porte de arma e também uma garrucha 44 como já fosse tarde deixei todas as providências para o dia seguinte dia 24. **Às 7h00 da noite regressou a este posto o dito capitão Alvaro Rodrigues com o fim de saber o resultado da questão, ficado um tanto desapaixionado visto os índios negarem dita forja então tanto ele como seus engenheiros ficaram muito amáveis** e eu solicitei-lhes providência muita enérgica para provar a culpa dos índios e o que se prontificaram em tratar. Há um roubo de uma espingarda feito pelo índio Pedro Henrique a poucos dias e eu irei tratar com energia até aparecer dita arma. **Este índio arvorou-se capitão dos índios que estariam no laranja azeda e não deixa os outros virem para o posto a pretexto de ter ele conseguido com vossa senhoria aqueles terrenos e os outros estavam crendo nele.** Amanhã irei fazer um inquérito bem feito para averiguar este negócio. Penso em que este índio não deve ficar entre seus patrícios visto ser tão péssimo elemento, é perito ladrão e homicida, **é enfim um perigo seria ótimo que fosse transferido deste posto para o outro bem longe** (MPF, 2014b, 2014c, 2014d – grifos nossos em negrito).

O caso é ilustrativo de um padrão inerente ao colonialismo de povoamento. Wolfe (2006, p. 388) aponta que para se colocar no caminho do colonizador, basta ao indígena permanecer em casa. O principal motivo para eliminação do indígena não é raça, ou religião, grau de civilização, mas, simplesmente acesso ao território. Território é o elemento específico e irredutível do colonialismo de povoamento.

Considerada esta lógica como premissa, a leitura da carta se torna mais clara: a) a utilização do aparato policial estatal para prender pessoas que “insistem” em permanecer no caminho dos colonizadores; b) entendemos igualmente a indignação do representante da colonizadora, na demora de resolução da questão e de seu “incômodo” em ter que justificar de forma mais evidente o real motivo da “parte” efetuada em relação à liderança indígena; c) Entendemos, igualmente, a indignação do chefe de posto na resistência dos indígenas ao processo de remoção forçada dos territórios tradicionais para a reserva e, finalmente, entendemos como o aparelho repressor colonial funciona quando “pessoas perigosas” são encontradas com a conseqüente punição, por meio de prisão, ou, no caso em tela, remoção para um lugar distante.

As inúmeras interações violentas desta natureza entre colonizadores e povos indígenas não é o escopo do presente trabalho. Uma narrativa mais detalhada do processo de povoamento é incompatível com o escopo do presente estudo. Um maior detalhamento dos conflitos, registrados, de forma paradoxal, pela burocracia estatal pode ser obtida em Vietta (2009), Brand (1998) e Bezerra (1994). De forma sintética, podemos apontar como relatado por Foweraker (1981, p. 72) que a CAND, entre todas as trinta colônias criadas foi a melhor sucedida. Em sua visão, este “sucesso” não impediu que houvesse um processo de reconcentração fundiária com a conseqüente alteração do padrão inicialmente planejado de lotes de 31 ha (trinta e um hectares).

Lenharo (1986b, p. 53) reforça os mesmos dados de “sucesso” do empreendimento colonizador ao relatar que “Dourados converteu-se no maior centro produtor da região. No meio da década [...] deu-se uma grande elevação na produção [...] como arroz 254%, o feijão 163%, o café 461%. Durante a década, a população de Dourados cresceu em torno de 611%.”

Visão igualmente compartilhada pelos jornais da época como “O Progresso” citado por Vietta:

Matéria publicada pelo jornal O Progresso, em 1951, com a manchete: Grande aquisição de terras neste município..., dá uma noção do impacto da invasão desordenada desencadeada a partir dos inícios dos trabalhos da CAND:

“Repentinamente, da noite para o dia, iniciou-se a grande procura de terras que teve seu clímax nos anos 1948 e 1949 e atingiu a tal ponto que, em pouco tempo não mais havia terras devolutas no município.

As matas foram tomadas de assalto pelos engenheiros encarregados da medição e demarcação de lotes, e num instante, como por encanto povoaram-se os mais longínquos rincões. Levas e levas de colonos chegavam quase diariamente de todos os Estados, colocando-se nas Colônias Agrícolas, ou comprando terras para a agricultura (VIETTA, 2007, s/p – grifo nosso em negrito).

O principal motivo para eliminação do indígena não é raça, ou religião, grau de civilização, mas, simplesmente acesso ao território. Território é o elemento específico e irredutível do colonialismo de povoamento. A afirmação de Wolfe (2006, p.388) faz a necessária ponderação do “sucesso” decorrente de matas “que foram tomadas de assalto”. E as pessoas que estavam antes dos agrimensores?

A resposta nos é trazida por Brand (1998) ao descrever pelo menos 13 (treze) aldeias tradicionais kaiowá-guarani destruídas nas últimas décadas, localizadas na área da CAND. São elas: Ipehum -Barro Preto (região CAND); Guapuku - (região da CAND); Jatei Kuê ou Yassoury - (região da CAND); Juiú / Barrero / Picadinha - (região da CAND); Piravevê/Cambaretã - (região da CAND); Ponte do Segredo ou Itacoá - (região da CAND); Porto Juti ou Karaja - (região da CAND); Kokue (região da CAND); Syviran-doty - (região da CAND); Toro Pire - (região da CAND); 15 de agosto - (região da CAND); Guaivira'y - (região da CAND); e Potrero Guasu - (região da CAND) (BRAND, 1998, p. 306-309).

A CAND produziu ao lado do “sucesso” na política de povoamento e de estímulo à produção agrícola, uma massa de deslocados internos, fruto das remoções forçadas. De uma forma sucinta podemos assemelhá-lo ao refugiado. As diferenças são basicamente duas: O fluxo migratório/deslocamento ocorre para fora dos limites do Estado Nacional e há um arcabouço jurídico internacional protetivo da condição de refugiado, o que ainda não ocorre com o Deslocado Interno.). O antropólogo Paul Little apresenta interessante exemplificação sobre o tema:

[...] grupo compreende as vítimas de deslocamentos diretos e forçados. O maior exemplo disso, e talvez o mais brutal, na história humana foram a captura e o transporte de vinte milhões de africanos negros no comércio transatlântico de escravos nos séculos XVI a XI. Numa escala menor, mas igualmente trágica, foi a "Trilha das Lágrimas", onde os índios Cherokee foram em massa desterrados à força de suas terras no Estado norte-americano da Geórgia, para serem levados contra vontade para o Estado árido de Oklahoma, num processo que matou três/quartos desse povo (LITTLE, 1994, p. 8-9).

Como exposto, a ausência de estatuto jurídico alcança igualmente a univocidade do estabelecimento de definições para o conceito de Deslocado Interno. Nos filiamos ao conceito exposto no Relatório de pesquisa do Comitê Norueguês para Refugiados que estabeleceu como deslocados internos os derivados da “[...] A longa política (implementada por décadas) de alterar a composição demográfica de uma determinada região pela retirada ou expulsão de populações indígenas consideradas indesejáveis com sua consequente substituição por outras populações” (GLOBAL IDP, 2002, p. 6).

Em relação aos Kaiowá e Guarani, por décadas, o exemplo narrado representa comprovação da sua submissão à uma política de remoção sistemática pela ação violenta de proprietários rurais, com ou sem auxílio direto de agentes públicos. É a implementação do desiderato do Presidente da Província de Mato Grosso,

No estado, porém, em que vivem, são completamente inúteis e prejudiciais à sociedade pelas suas frequentes correrias, trazendo continuamente em sobressalto os lavradores do interior da Província. Creio que o único meio de chamá-los à civilização será o da persuasão, procurando se modificar os seus **hábitos por intermédio de Missionários que possuídos da verdadeira fé christã, se internem nos sertões com o fim de aldear e catechisar esses infelizes** (MONTEIRO, 2003, p. 27 – grifos nossos em negrito).

Toro Piré era moradia de Pedro Henrique, citado na documentação retrotranscrita. No memorando nº 15, de 31/03/1953, endereçado ao Chefe da Inspetoria Regional do SPI em Campo Grande. O chefe de Posto da Terra Indígena de Dourados, Alaor Fioravanti aponta que “não causou surpresa a chegada do índio Pedro Henrique neste posto com o seu memorando porque é de costume dele sair do aldeamento de Panamby, sem o encarregado saber, e vai fazer queixa falça(sic) para o chefe” (MPF, 2014e). Sem temer eventual contradição, o chefe de posto sustenta que a liderança já havia sido transferida de forma punitiva para “(..)Buri e delá (sic) ele fugiu, foi preso novamente e mandaram para o P.I. de Icatu, de lá ele fugiu novamente foi preso e mandaram para a I.R.7, dela ele veio parar novamente aqui” (MPF, 2014f).

Parece evidente a utilização da estrutura repressora colonial contida na ampla possibilidade de punição, de indígenas, que “por infração ou mau procedimento, agindo com discernimento, for considerado prejudicial á comunidade indigena **a que pertencer, ou,**

mesmo, às populações vizinhas, indígenas ou civilizadas” (BRASIL, 1942 – grifo nosso em negrito). Em um cenário em que o colonizado não desfruta das garantias processuais do colonizador, a vaga expressão representava clara possibilidade de punição pela oposição sistemática ao processo de povoamento. Punição naturalizada e justificada, uma vez que era dirigida aos que se situavam no “mundo selvagem”, na “inculta floresta”, no espaço em que o estado ausente permite a presença dos “seres demoníacos e bandidos” que não têm “domicílio fixo”, “moram em qualquer lugar”, “gente sem senhor” e “inúteis ao mundo” (SCHMITT, 1990, p. 261)

Vietta aponta as consequências da atuação do SPI, a desmobilização da reação, efetuada pelos pleitos perante a administração central “porque é costume dele sair do aldeamento do Panamby, sem o encarregado saber e [...] fazer queixa falça (sic)” (MPF, 2014e). Por ocasião da elaboração do relatório de identificação da terra indígena, um dos integrantes da comunidade, Ricardo Jorge relata que “[...] depois que ele foi preso aproveitaram para despejar os índios, despejaram muitos... Aí já ficou menos patricio. Então o que nós conseguimos aqui foi por causa do Pedro Henrique. Mas depois eles lotearam e tomaram tudo” (VIETTA, 2007, p. 330-331).

Conclusão

O colonialismo de povoamento tem o poder transmutador da realidade: o dono torna-se um desconhecido, um “mero ocupante da casa dos fundos”, na brilhante (e ao mesmo tempo, dura) metáfora de Meliá. Ou, não raras vezes, torna-se o transgressor, o que não respeita os limites, o que não respeita as cercas erigidas, contra a sua vontade, sobre aquilo que já foi seu.

O principal motivo para eliminação do indígena não é raça, ou religião, grau de civilização, mas, simplesmente acesso ao território. Território é o elemento específico e irreduzível do colonialismo de povoamento. Como relatado por Foweraker (1981, p. 72), a CAND, entre todas as trinta colônias agrícolas criadas foi a melhor sucedida. **“As matas foram tomadas de assalto pelos engenheiros encarregados da medição e demarcação de lotes, e num instante, como por encanto povoaram-se os mais longínquos rincões.** Levas e levadas de colonos chegavam quase diariamente de todos os Estados [...]” (VIETTA, 2007, p. 194, grifo nosso em negrito).

O poema “Marcha para o Oeste”, dedicado a Getúlio Vargas, sintetiza o projeto civilizatório: “Levar o sol brilhante da civilização “para a solidão dos broncos penetrais” onde erram em solo de ouro os tapuias bravios” (AQUINO, 1940, p.15-16). A tomada de assalto das matas acarretou a produção em massa de deslocados internos os derivados da “[...] A longeva

política (implementada por décadas) de alterar a composição demográfica de uma determinada região pela retirada ou expulsão de populações indígenas consideradas indesejáveis com sua conseqüente substituição por outras populações” (GLOBAL IDP, 2002, p.6).

O caso dos Kaiowá e Guarani exemplifica a definição contida no documento citado. Uma submissão, por décadas, de um processo de remoção sistemática pela ação violenta de proprietários rurais, com ou sem auxílio direto de agentes públicos. É a implementação do desiderato do Presidente da Província de Mato Grosso,

No estado, porém, em que vivem, são completamente inúteis e prejudiciais à sociedade pelas suas frequentes correrias, trazendo continuamente em sobressalto os lavradores do interior da Província. Creio que o único meio de chamá-los à civilização será o da persuasão, procurando se modificar os seus **hábitos por intermédio de Missionários que possuídos da verdadeira fé christã, se internem nos sertões com o fim de aldear e catechisar esses infelizes.** (MONTEIRO, 2003, p.27, grifos nossos em negrito).

Referências

- ARRUDA, Gilmar. **Heródoto**. In: CICLO da erva-mate em Mato Grosso do Sul 1883 –1947. Instituto Euvaldo Lodi. 1986, p.219
- BARBOSA, Genesio Pimentel. Relatório, **Inspeccoria de Matto Grosso, Serviço de Proteção aos índios**. In: MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa (Org.). **Levantamento histórico sobre os índios Guarani Kaiwá**. Rio de Janeiro: Museu do Índio. 2003. (Coleção Fragmentos da História do Indigenismo).
- BEZERRA, Marcos Otávio. **Panambi: um caso de criação de uma Terra Indígena Kayowá**. Cadernos de Graduação. N.5 Niterói. EDUFF, 1994.
- BLAUNER, Robert. **Internal Colonialism and Ghetto Revolt Social Problems**, v. 16, n. 4 (Spring, 1969), pp. 393-408. University of California Press on behalf of the Society for the Study of Social Problems. Disponível em URL: <http://www.jstor.org/stable/799949> . Acesso em: 23/09/2014 00:29.
- BONATTI, Andrés Bonatti Valdez, Javier, **Una guerra infame. La verdadera historia de la Conquista del Desierto**, Buenos Aires, Edhasa, 2015.
- BRAND, Antônio. **“Quando chegou esses que são nossos contrários” - a ocupação espacial e o processo de confinamento dos Kaiowá/ Guarani no Mato Grosso do Sul. Multitemas**, [S.l.], jul. 2016. ISSN 2447-9276. Disponível em: <<http://www.multitemas.ucdb.br/article/view/1235/1151>>. Acesso em: 29 set. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.20435/multi.v0i12.1235>.
- _____. **O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da Palavra**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, 1998.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto Imperial, de nº 8799, de 9 de dezembro de 1882**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8799-9-dezembro-1882-546038-publicacaooriginal-59643-pe.html>>, acesso em set. 2018.
- _____. Presidência da República. **Decreto nº 5.484 de 27 de junho de 1928**. Regula a situação dos índios nascidos no território nacional.

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5484-27-junho-1928-562434-publicacaooriginal-86456-pl.html>, acesso em out. 2018.

_____. Presidência da República. **Decreto-lei nº 1.736, de 3 de novembro de 1939.** Subordina ao Ministério da Agricultura o Serviço de Proteção aos Índios. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1736-3-novembro-1939-411705-publicacaooriginal-1-pe.html>, acesso em set. 2018.

_____. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 1.886, de 15 de dezembro de 1939.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1886-15-dezembro-1939-411852-publicacaooriginal-1-pe.html>, acesso em set. 2018.

_____. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3059-14-fevereiro-1941-413001-publicacaooriginal-1-pe.html>, acesso em jun 2018.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 10.652, de 16 de outubro de 1942.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-10652-16-outubro-1942-464627-publicacaooriginal-1-pe.html>, acesso em set. 2018.

_____. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 5.941, de 28 de outubro de 1943.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5941-28-outubro-1943-416007-publicacaooriginal-1-pe.html>, acesso em març. 2018.____

_____. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De15812.htm, acesso em jun. 2018.

_____. Presidência da República. **Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967.** Autoriza a instituição da "Fundação Nacional do Índio" e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5371.htm, acesso em març. 2018.

_____. Presidência da República. **Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.** Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6001.htm, acesso em set.2018.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 349-371, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-90742011000100017&lng=pt&nrm=iso. Acesso em jun. 2019.

_____. **Colonialismo, Território e Territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul.** Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

CORREA, Dom Aquino **Marcha para o Oeste** In: Revista do centro mato-grossense de letras, nº15/16, 1940. Disponível em: <http://www.academiadeletrasmt.com.br/revistas/pdf/revistaAML-15e16.PDF>

FERREIRA, Eva Maria Luiz **A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Larangeira (1902-1952)** / Eva Maria Luiz Ferreira; orientação Levi Marques Pereira. 2007

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

_____. **Em defesa da Sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003.

FLOWERAKER, Joe. **The struggle for land: a political economy of the pioneer frontier in Brazil from 1930 to the present day** Cambridge University Press Cambridge, England ; New York 1981

GARAVITO, César Rodríguez. **El derecho en América Latina:** un mapa para el pensamiento

jurídico del siglo XXI. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

GLOBAL IDP Project & Norwegian Refugee Council. **Internally displaced people: a global survey** 2nd ed. USA, UK, Routledge, 2002.

HERZL, Theodor **Old–New Land [Altneuland, 1902]**, Lotta Levensohn, Trans. New York: M. Wiener 1941), p 38.

JESUS, Laércio Cardoso de **Erva-mate: o outro lado: a presença dos produtores independentes no antigo Sul de Mato Grosso 1870-1970**. Dourados – MS: UFMS, CPDO, 2004

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas, Papirus/UNICAMP, 1986a.

_____. **A Terra Para quem Nela Não Trabalha: (A especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50)**. Revista Brasileira de História, v. 6, n. 12. 1986b.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um Grande Cerco de Paz: Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Sobre tutela e participação: povos indígenas e formas de governo no Brasil, séculos XX/XXI**. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 425-457, ago. 2015.

LITTLE, Paul E. Espaço, memória e migração: por uma teoria da reterritorialização. *Textos de História*, v. 2, n.4, Brasília, p. 5-25, 1994. p.8-9.

LOCKE, J. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MAGALHÃES, Couto. **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**. In: RIHGB, T. 36, v. 47, pt. 2, p. 359-516 Rio de Janeiro: IHGB, 1873.

_____. **O Selvagem**, 1876. Disponível em: http://cdpb.org.br/leitura_basica.html . Acesso em 29/07/2018.

MAGALHÃES, Luiz Alfredo Marques. **Retratos de uma época – os Mendes Gonçalves & a Cia. Matte Laranjeira**. Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, 2013

MALDONADO-TORRES, Nelson. “Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”, en Castro-Gómez, S. y Grosfoguel, R. (eds.): **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá, Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007, pp.127-167.

MARTINS, José de Souza **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo:Contexto, 2009

MARTINS, Marco Túlio **História do pensamento geográfico: formação territorial do Brasil à luz dos projetos territoriais do Exército (1889-1930)** / Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – 2017,

MASO, Tchenna Fernandes. **Resistência Guarani e Kaiowá e a integração Latino-Americana: reflexões desde A ATY Guasu**. 2016. 188 p. Dissertação (Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2016.

MATO GROSSO. Governador do Estado. **Resolução nº 725, de 24 de setembro de 1915**. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/res-725-1915.pdf>.

MCKENNA, Mark. **Moment of truth: history and Australia's future** / Black Inc Carlton, VIC 2018

_____. **From the edge: Australia's lost histories**. The Meigunyah Press an imprint Melbourne University Publishing, Carlton, Vic, 2017.

MELIÁ, Bartomeu. El Encubrimiento de America. In: MELIÁ, Bartomeu; TEMPLE, Dominique. **El don, la venganza y otras formas de economía guaraní**. Asunción del Paraguay: CEPAG,

2004.

_____. Actas del Congreso Internacional "América Latina: La autonomía de una región", organizado por el Consejo Español de Estudios Iberoamericanos (CEEIB) y la Facultad de Ciencias Políticas y Sociología de la Universidad Complutense de Madrid (UCM), celebrado en Madrid el 29 y 30 de noviembre de 2012. Disponível em: <http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/87/37/49/PDF/XVEncuentro-p0238.pdf>. Acesso em 25/09/2014.

MONASTEIRO, Leonardo. Ehrl Philipp. **Colônias de povoamento versus colônias de exploração: De Heeren a Acemoglu**. 2015. 40 f. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. **Levantamento histórico sobre os índios Guarani Kaiwá**. Rio de Janeiro: Museu do Índio. 2003. Coleção Fragmentos da História do Indigenismo.

MPF. Ministério Público Federal. **Microfilme nº006_00968**. Cópia digital de microfilmes do Museu do Índio – Rio de Janeiro – RJ. (Arquivo da Procuradoria da República no Município de Dourados-MS).2014a.

MPF. Ministério Público Federal. **Microfilme nº006_2056**. Cópia digital de microfilmes do Museu do Índio – Rio de Janeiro - RJ. (Arquivo da Procuradoria da República no Município de Dourados-MS).2014b.

MPF. Ministério Público Federal. **Microfilme nº006_2057**. Cópia digital de microfilmes do Museu do Índio – Rio de Janeiro - RJ. (Arquivo da Procuradoria da República no Município de Dourados-MS).2014c.

MPF. Ministério Público Federal. **Microfilme nº006_2058**. Cópia digital de microfilmes do Museu do Índio – Rio de Janeiro - RJ. (Arquivo da Procuradoria da República no Município de Dourados-MS).2014d

MPF. Ministério Público Federal. **Microfilme nº007_00056**. Cópia digital de microfilmes do Museu do Índio – Rio de Janeiro - RJ. (Arquivo da Procuradoria da República no Município de Dourados-MS).2014e.

MPF. Ministério Público Federal. **Microfilme nº007_00057**. Cópia digital de microfilmes do Museu do Índio – Rio de Janeiro - RJ. (Arquivo da Procuradoria da República no Município de Dourados-MS).2014f.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, Apr. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493131998000100003&lng=en&nrm=iso. Access on 30 Sept. 2018.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. A História Indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 178-218, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/31745>.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Trad. Viviane Ribeiro. São Paulo: EDUSC, 2005.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur).

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques et al. (Org.). **A nova história**. Coimbra: Almedina, 1990.

SHARPE, Jim. **A história vista de baixo**. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas*

perspectivas. São Paulo: EdUNESP, 1992, p. 39-62.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa, v. I, A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

TODOROV, Tzvetan. Fictions and Truths. In: _____. **The morals of history**. Translated by Alyson Waters. Minneapolis, USA: University of Minnesota Press, 1995.

_____. **A Conquista da América: a questão do outro**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TORRES, M. & Figueiredo, W. (2005), "Fronteira: Um eco sem fim". In: Torres, M. (org.). *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da br-163*. Brasília, CNPq.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the past: Power and the production of History**. Massachusetts, USA: Beacon Press, 1995.

VIETTA, Katya. **Histórias sobre terras e xamãs Kaiowá: territorialidade e organização social na perspectiva dos guarani de Panambizinho (Dourados, MS) após 170 anos de exploração e povoamento não indígena da faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. |Tese (Doutorado em Antropologia Social). USP, São Paulo.2007

_____. VIETTA, Katya. **Relatório Circunstanciado de Delimitação e Identificação da Terra Indígena Panambi (Douradina/MS)**, Brasília: Fundação Nacional do Índio,2009. (Processo Administrativo FUNAI/08620-026980/2011-46).

VON MARTIUS, Karl Friedrich, and José Honório Rodrigues. "**Como Se Deve Escrever a História Do Brasil.**" *Revista De História De América*, no. 42, 1956, pp. 433–458. JSTOR, JSTOR, Disponível em: <www.jstor.org/stable/20137096>, acesso em 2019.

WEIL Patrick. Le statut des musulmans en Algérie coloniale. Une nationalité française dénaturée , *Histoire de la justice*, 2005/1 (N° 16), p. 93-109. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-histoire-de-la-justice-2005-1-page-93.htm>>. Acesso em jun. 2019.

WOLFE, Patrick. **Settler colonialism and the elimination of the native**, *Journal of Genocide Research*, 8:4, 2006, p.387-409. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14623520601056240>>. Acesso em Març. 2006.

Sobre o autor

Marco Antonio Delfino de Almeida – Graduação em Ciências Náuticas pela Escola Naval e em Direito pelo Centro Universitário Anhanguera de Campo Grande. Mestrado em Antropologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Doutorando em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). **Orcid**: <https://orcid.org/0000-0002-7105-6410>.

Como citar este artigo

ALMEIDA, Marco Antonio Delfino. Terras sem homens de bem para homens de bem sem terra. **Revista NERA**, v. 23, n. 52, p. 39-62, dossiê., 2020.

Recebido para publicação em 06 de agosto de 2018.
Aceito para a publicação em 16 de setembro de 2019

Territorialidade e sustentabilidade: desafios para as comunidades kaiowá e guarani em Mato Grosso do Sul

Rosa Sebastiana Colman

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD, Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil)
e-mail: rosacolman01@gmail.com

Levi Marques Pereira

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD, Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil)
e-mail: levimarquespereira2@gmail.com

Resumo

O presente artigo discute os desafios enfrentados pelas comunidades kaiowá e guarani em relação à garantia de seus territórios de ocupação tradicional e o esforço por elas realizado para assegurar suas formas de sustentabilidade. A vulnerabilidade dessas comunidades aprofundou-se com a política implementada pelo governo brasileiro, com o confinamento compulsivo de dezenas de comunidades em minúsculas reservas, onde foram submetidas a políticas assimilacionistas ao longo do século XX. Vivendo atualmente em pequenas áreas superpovoadas e com recursos escassos, a população enfrenta o desafio cotidiano de prover suas necessidades básicas e de seguir reproduzindo suas formas de expressão cultural – *ava reko*. A abordagem transita entre os enfoques geográfico, histórico e o antropológico, para realizar uma crítica das políticas públicas implementadas junto às comunidades, o que resulta na persistência de impasses territoriais e ambientais. Procuramos também identificar algumas estratégias de luta desenvolvidas pelas comunidades como forma de buscar o cumprimento de direitos assegurados em lei e a continuidade das práticas sociais associadas ao bom viver – *teko katu*.

Palavras-chave: Kaiowá e Guarani; territorialidade; sustentabilidade; cosmologia; desafios.

Territoriality and sustainability: challenges for the Kaiowa and Guarani communities in Mato Grosso do Sul, Brazil

Abstract

This article discusses the challenges faced by the Kaiowa and Guarani communities regarding their efforts to guarantee their traditionally occupied territories and ensure forms of sustainability. The vulnerability of those communities increased with the assimilationist policies implemented by the Brazilian government that compulsorily confined dozens of communities in tiny reservations during the 20th century. Nowadays living in small areas that are super populated and with scarce resources, this population daily faces the challenge to provide for basic needs and keep reproducing their cultural expressions – *ava reko*. This article crosses geographical, historic and anthropological approaches to make a critique about the public policies that were imposed on the communities and resulted in the persistence of territorial and environmental impasses. We also aim to identify some strategies developed by those communities to demand the fulfilment of their rights and the continuity of the practices connected to “living well” – *teko katu*.

Key words: Kaiowa and Guarani; territoriality; sustainability; cosmology; challenges.

Territorialidad y sustentabilidad: desafíos para las comunidades kaiowá y guaraníes en Mato Grosso del Sur, Brasil

Resumen

El presente artículo discute los desafíos que son enfrentados por las comunidades kaiowá y guaraníes en relación a la garantía de sus territorios de ocupación tradicional y el esfuerzo por ellas realizado para asegurar sus formas de sustentabilidad. La vulnerabilidad de estas comunidades se profundó con la política implementada por el gobierno brasileño, con el confinamiento compulsivo de decenas de comunidades en minúsculas reservas, donde fueron sometidas a política asimilacionistas en todo el siglo XX. Viviendo actualmente en pequeñas áreas súper pobladas y con escasos recursos, la población enfrenta el desafío cotidiano de proveer sus necesidades básicas y de seguir reproduciendo sus formas de expresión cultural –ava reko. El abordaje transita entre los enfoques geográfico, histórico y el antropológico, para realizar una crítica a las políticas públicas implementadas junto a las comunidades, lo que resulta en la persistencia de impases territoriales y ambientales. Procuramos también identificar algunas estrategias de lucha desarrolladas por las comunidades como forma de buscar el cumplimiento de derechos asegurados en ley y la continuidad de las prácticas sociales asociadas al buen vivir – teko katu.

Palabras-clave: Kaiowá y Guaraní; territorialidad; sustentabilidad; cosmología; desafíos.

Introdução

As populações indígenas, como outras populações tradicionais, enfrentam sérios desafios para a reprodução de seus sistemas sociais, a partir da submissão compulsória a políticas públicas e ações de segmentos da sociedade nacional, cujas orientações se contrapõem aos seus interesses e necessidades. No caso dos Kaiowá e Guaraní em Mato Grosso do Sul (MS), a imposição de políticas dissociadas dos interesses das comunidades foi intensa e já dura mais de um século, gerando efeitos prolongados sobre seus sistemas sociais.

O esforço das lideranças das comunidades em assegurar suas formas de territorialidade e de sustentabilidade tem sido percebido como movimento que se opõe e dificulta uma certa noção de desenvolvimento que, além de não respeitar suas formas organizacionais, desconsidera o patrimônio genético desenvolvido e utilizado por tais populações. Assim, Franco registra que:

Sem dúvida, a industrialização e os avanços tecnológicos são uma necessidade das sociedades contemporâneas. No entanto, sua concretização tem sido marcada, acima e abaixo da linha do Equador, por políticas tecnológicas economicistas. Estas, levadas ao extremo, expressam formas de civilização que transbordam culturas antropofágicas e voltadas para dominar o mundo externo como se este fosse inferior e lhe pertencesse (FRANCO, 1993, p. 92).

A percepção indígena, imersa num universo de comunicação e interação com o que no Ocidente se denomina de natureza, tem sido uma fonte inesgotável de incompreensões e equívocos de cientistas e gestores, com implicações diretas nas políticas públicas

direcionadas ao atendimento das populações indígenas. O conceito de desenvolvimento predominante normalmente se refere apenas a aspectos puramente econômicos. Para Elizalde (2000, p.51), uma alternativa seria o “desenvolvimento à Escala Humana” que é:

la propuesta de una teoría de las necesidades humanas fundamentales y una concepción del desarrollo que rompe radicalmente con las visiones dominantes que lo hacen análogo al crecimiento económico.

Elizalde (2000, p.58) continua afirmando que:

hay recursos que por su naturaleza son creadores de vida, instauradores de potencialidad y de virtualidad transformadora, generadores de diversidad y de enriquecimiento colectivo.

Essa dimensão coletiva e focada na diversidade das sociedades humanas é desconsiderada pelas economias estatais que tentam impor a universalização de uma concepção particular do que seriam as necessidades humanas, focada na noção do imperativo do crescimento econômico como algo irredutível. O mesmo autor afirma, ainda, que a consideração do “enriquecimento coletivo” conduz a reconhecer que os “recursos criadores de vida” são “sinérgicos”, que crescerão na medida em que forem repartidos e cita, como sinergias, a “linguagem, o amor, o conhecimento científico, a informação, a criatividade, o poder, a memória coletiva, a identidade grupal, o humor e a democracia” (ELIZALDE, 1986, p.59). Notamos aí, o reconhecimento de propriedades do espírito, tangíveis e intangíveis. O elemento humano e a humanização crescente estão intrinsecamente vinculados ao conceito.

O conceito de território, segundo Souza (1995, p. 78), “é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Ou ainda, conforme o mesmo autor (1995, p. 87), os territórios são, “antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos, os quais são apenas os substratos materiais das territorialidades”. Assim, os territórios são construídos e definidos a partir de relações construídas no espaço, estando implicados nas relações entre pessoas e grupos humanos.

Outro aspecto que não se pode dissociar de território é a questão da sustentabilidade. Tratar de sustentabilidade pressupõe uma vivência sob uma nova ética, pautada pelo compromisso e responsabilidade com a promoção e defesa da vida em todos os sentidos estabelecidos por um coletivo específico, a partir de suas próprias pautas culturais. O desafio está na busca de um bem estar sem agredir o ambiente. Para Le Bourlegat (2004, s.p.), “a análise da sustentabilidade implica, sobretudo, em uma abordagem local das várias combinações existentes na complexa estrutura do mundo”. Isto requer levar em consideração as relações estabelecidas com outros coletivos, que, por sua vez, produzem outras formas de territorialidade.

O conceito de sustentabilidade se apoia em um tripé básico, formado por ambiente, economia e sociedade. E isto a partir de um princípio de equilíbrio dinâmico entre participação ativa, ética e ou valores, tecnologia e ou conhecimento, necessidades humanas, dinâmica natural e dinâmica social. Para Carmo (2012, p.208),

Uma das referências fundamentais da discussão sobre sustentabilidade é o Relatório Brundtland de 1987, que apresentou a definição básica de desenvolvimento sustentável englobando dois grandes conjuntos de aspectos a serem considerados. Por um lado a equidade social, ou seja, a distribuição equânime dos ganhos obtidos com o processo de desenvolvimento. Por outro, a necessidade de que se adote uma perspectiva de longo prazo, no sentido de não comprometer as possibilidades de sobrevivência digna das gerações futuras.

Historicamente, sabe-se que depois de tanta agressão ao meio ambiente, as pessoas passam a ser vítimas das consequências de seus próprios atos. Ocorreram, então, várias conferências como a de Estocolmo, em 1972, sobre a problemática ambiental. Pensa-se, a partir daí, alternativas mais harmônicas de relacionamento com a natureza de forma mais integrada. Esta também é a forma como as comunidades indígenas e tradicionais, em geral, concebem a natureza, normalmente concebida como um campo relacional, como se discutirá mais detalhadamente adiante. O desafio é pensar em um desenvolvimento que busque uma sustentabilidade ambiental, social e econômica, que perpassa de certa forma por alguns conceitos apresentados neste artigo. Assim, conhecer os modos como as sociedades indígenas e tradicionais constroem suas territorialidades e produzem sua sustentabilidade pode ajudar as próprias economias de estado a repensarem sua própria noção de desenvolvimento. Para Sawyer (1993, p. 149):

No que diz respeito a meio ambiente e desenvolvimento, 1992 viu um clímax na Conferência do Rio de Janeiro, também conhecida como ECO 92. Esta “cúpula da terra” pode ter sido um dos eventos históricos mais importantes do século. Ao consagrar o conceito de “desenvolvimento sustentável”, a Conferência assinalou uma mudança de rumo no modo de tratar o meio ambiente. A partir deste momento de inflexão, emerge um novo consenso de que o desenvolvimento deve levar em conta os limites colocados pela degradação e poluição do meio ambiente, tanto o longo quanto no curto prazo.

A partir da ECO 92 ganha expressão e importância a noção de que os recursos são finitos e o crescimento econômico deve, necessariamente, levar isto em consideração, sob pena de colocar em risco a própria economia, gerando um colapso em ritmo contínuo de desenvolvimento.

O processo da globalização econômica é acompanhado, simultaneamente, por uma tendência a não uniformização das identidades. Em vários países ocorrem movimentos de acirramento étnico ou de fortalecimento da identidade de minorias étnicas. Esse processo

demonstra que a intensificação da relação e contato com outros coletivos parece emergir a necessidade de afirmação da identidade. Para Poutignat (1998 p. 40), “a identidade étnica (a crença na vida em comum, étnica) constrói-se a partir da diferença”. E, em outro momento, na mesma obra, Barth (apud POUTIGNAT, 1998 p. 196) ressalta que “a persistência de grupos étnicos em contato implica não apenas critérios e sinais de identificação, mas igualmente uma estruturação da interação que permite a persistência das diferenças culturais”. A etnicidade, portanto, aparece como forma de interação social. Ela se torna, assim, um veículo de afirmação da identidade, no ordenamento e articulação com as relações mantidas com outros coletivos relacionados. Nesse mesmo sentido, Oliveira Filho (1999) recorre, também, a Barth (1969), que define grupos étnicos como “um tipo organizacional em que a sociedade se utilizava de diferenças culturais para fabricar e refabricar sua individualidade diante de outros com que estava em processo de interação social permanente” (BARTH, apud OLIVEIRA, 1999, p. 20).

Pensando em desenvolvimento local das populações indígenas, muitas vezes se recorre ao conceito de etnodesenvolvimento, um desenvolvimento pensado a partir de sociedades tradicionais. Stavenhagen (1985), citado por Ayala e Fehlauer (2005, p.41), apresenta os objetivos de etnodesenvolvimento, que são:

A satisfação de necessidades básicas do maior número de pessoas ao invés de priorizar o crescimento econômico, embutindo uma visão endógena, ou seja, dar uma resposta prioritária à resolução dos problemas e necessidades locais: valorizar e utilizar conhecimento e tradição locais na busca da solução dos problemas, visando a auto-sustentação e independência de recursos técnicos e de pessoal e proceder a ação integral.

E etnodesenvolvimento, no caso das sociedades indígenas, para Azanha (2005, p. 15), tem os seguintes pressupostos essenciais:

Segurança territorial, usufruto exclusivo dos recursos naturais, meios internos para acesso assegurados para acesso a mercadorias externas, tempo empregado na produção destes meios ajustado ao tempo empregado na subsistência e segurança do núcleo de parentes, controle social sobre o nível das necessidades impostas pelo contato e internalização dos benefícios através dos canais internos atuais de circulação e distribuição.

O planejamento centralizado e tecnicista que parte de gabinetes, chegando às comunidades de uma forma arbitrária e autoritária, nem sempre atende aos anseios do local. Em se tratando de populações indígenas, isso é mais grave e projetos desta forma já estão condenados ao insucesso, em especial, quando a sua elaboração não está vinculada com a realidade cultural e cosmológica de cada povo.

No caso das comunidades indígenas constata-se que muitos programas e projetos governamentais ou da sociedade civil se propõem a resolver problemas, mas, muitas vezes, o resultado é produzirem novos problemas, gerando impactos negativos. Entre esses

problemas estão a degradação ambiental, a partir da introdução da lavoura mecanizada, ignorando as práticas tradicionais de cultivo, como a roça itinerante. Outro exemplo é a substituição de espécies e cultivares autóctones por cultivos exógenos, sobre os quais a comunidade não detém conhecimentos e nem estão em sintonia com as práticas produtivas, organizacionais e formas de consumo da comunidade. Embora o imediatismo e utilitarismo sejam práticas comuns, muitas vezes até solicitadas por lideranças das comunidades, devido a vícios herdados de experiências anteriores, não é mais possível conceber projetos com resultados apenas imediatos e utilitários. O ouvir as comunidades, identificar suas demandas e contemplá-las na elaboração dos projetos, constitui-se em exercício complexo que, muitas vezes, não são tidos como compatíveis com o tempo e a dinâmica de fluxo da administração pública.

Há de se pensar, também, em resultados a serem atingidos a médio e longo prazo e que tenham impactos na vida social e cultural das comunidades. Nesse sentido, Gallois (2001, p. 167) afirma que:

A tentativa de transmutação étnica da noção de desenvolvimento pelas agências oficiais tende a relegar os índios a um estado natural ou aistórico. Sua apropriação ambígua em programas de fomento, sejam eles oficiais ou não, tende a negar a capacidade dos índios de se posicionar frente às sucessivas mudanças que alteram profundamente suas condições de vida e suas expectativas de futuro.

É necessário, também, romper com a tendência, um tanto natural, de dar ênfase ao econômico. Já se pensa em projetos querendo resolver problemas econômicos. Para as comunidades indígenas, a economia, conforme Sahlins (1984), está, em muitos casos, subordinada às relações de parentesco e às necessidades sociais decorrentes do parentesco. O que se produz tem o papel de viabilizar relações de reciprocidade. Por isso, para estas sociedades, faz-se mais urgentes projetos que contribuam para o fortalecimento das relações sociais, o que nem sempre está em consonância com o aumento da produtividade econômica. Projetos e programas, normalmente, planejam ações de desenvolvimento com a preocupação focada em resolver problemas apenas ligados ao combate à miséria ou à geração de renda, sem considerar outras características e necessidades das sociedades às quais as ações se destinam.

O assistencialismo como cultura política está muito presente nas ações dos órgãos públicos e acabam sendo assimilados e expressos em certos pedidos das comunidades. Para Gallois (2005, p. 30):

[...] no campo indigenista, as políticas públicas estão atualmente voltadas ao atendimento de demandas emergentes, praticando-se um assistencialismo que já demonstrou e continua sendo o principal causador da ruptura na sustentabilidade dos modos de vida indígenas.

No desenvolvimento, numa perspectiva ecológico-humana, as pessoas devem ser reconhecidas como sujeitas e beneficiárias ao mesmo tempo, e deve-se assegurar mecanismos de participação política, colaboração e cogestão, sempre visando à autonomia. Isto exige tempo e investimento na construção de mecanismos eficientes de participação.

Refletindo sobre sustentabilidade nas sociedades indígenas, Azanha (2005, p.12) afirma:

Nenhuma intervenção humana sobre a natureza se dá ao acaso porque a condição humana é uma condição cultural e se encontra, de imediato investida de uma sociabilidade e toda sociabilidade se fundamenta em um sistema de trocas (reais e simbólicas) entre grupos humanos que assim e somente assim, formam um sistema de inter-relações, uma sociedade. Estas inter-relações são culturalmente produzidas, estabelecendo-se regras e normas que fornecem para o sistema de trocas um conteúdo específico, ao definirem com quem se troca o quê.

Para pensar o conceito de sustentabilidade em comunidades indígenas é primordial compreender o conceito de natureza. Tal como nós ocidentais o concebemos, este conceito não encontra, no pensamento indígena, um correspondente. Pelo contrário, animais, plantas e outros fenômenos, por nós considerados naturais, normalmente estão imersos em um complexo campo relacional, cujo acesso exige o domínio de códigos especializados. E para isso se faz necessário desarmar-se do conceito ortodoxo, ocidental e capitalista, que percebe a natureza de forma hierarquizada, de dominação e de forma separada e compartimentada. Para entendermos o modo como as sociedades indígenas se relacionam como a “natureza”, é necessário observar com sensibilidade, para dar-nos conta de que é possível a existência de outras formas de nos relacionarmos com a natureza, sem estar orientado pelo princípio da dominação e da transformação.

Para as sociedades indígenas e outras sociedades tradicionais, a sustentabilidade depende mais da capacidade de compreensão, respeito e integração entre humanos e outras categorias de seres, do que de equipamento técnico capaz de proporcionar a dominação e a transformação da natureza. Na concepção das sociedades indígenas há uma profunda “interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social” (ARRUDA e DIEGUES, 2001, p.32). E isto é um aspecto importante para se pensar a sustentabilidade dessas sociedades.

Gallois (2005, p.35), referindo-se aos desafios na relação entre sustentabilidade e cultura indígena, observa que:

O que parece mais urgente [...] é fortalecer a capacidade dos índios, de suas comunidades e organizações representativas, em desenhar e gerir projetos. Projetos que só poderão alcançar metas de sustentabilidade quando forem apropriados e implementados no âmbito de redes de relações locais. Onde “locais” não significa “autárquicas” pois [...] a lógica da produção indígena implica sempre no dar e receber, na troca. O fortalecimento dessas

experiências indígenas exige o empoderamento de sua capacidade de gerir as transformações em seus modos de vida e em suas formas de articulação aos contextos regionais tão variáveis. Esta é, provavelmente, a dinâmica mais enriquecedora da política de sustentabilidade que todos almejamos ver construída em aldeias indígenas.

É necessário verificar alternativas e potencialidades no que se refere à sustentabilidade das áreas indígenas retomadas¹ ou em processo de recuperação, sob a ótica e iniciativa da própria comunidade.

As ações e iniciativas locais favorecem a sustentabilidade da comunidade envolvida, como afirma Ferrão (2002, p.23):

A caracterização de diferentes realidades territoriais segundo o tipo de externalidades de proximidades que possuem, por sua vez, definir as trajetórias de evolução consideradas como mais adequadas tendo em conta, por um lado, a situação presente (ponto de partida) e, por outro lado, um horizonte estratégico que vise compensar as principais debilidades existentes.

Gallois (2005, p.33) apresenta a necessidade de se romper com velhas práticas nas políticas públicas e sugere a necessidade de realizar a discussão de “novas práticas” a partir da articulação de dois princípios importantes:

O primeiro é admitirmos que conhecer é o primeiro passo para dimensionar a capacidade de sustentação de formas de organização social e política, sistemas de produção, consumo e troca, padrões locais de sustentabilidade; O segundo, que decorre do primeiro, é verificar como podemos ajudar as comunidades e garantir que suas formas de organização, produção e troca sejam dinamicamente enriquecidas em experiências controladas pelas próprias comunidades.

Para ilustrar esta imbricação e relação diferenciada que os povos indígenas mantêm com os recursos, F. Grünberg (1999/2003, p.4) relata o seguinte:

En estas culturas indígenas se come la caza con la conciencia de que al comer uno incorpora también las capacidades específicas del animal. Según los Aché, un pueblo guarani de cazadores y recolectoras en el este del Paraguay, el embrión recibe las cualidades del primer alimento que el padre trae a la madre después de saber del embarazo. Puede ser un animal o una planta. Este alimento forma sobre todo el alma corporal del niño aún no nacido. Recibirá el nombre de este animal o esta planta y seguirá estando estrechamente relacionado con él por toda su vida sin jamás comerlo.

Regras e tabus alimentares, uso de plantas e produtos animais como remédios fazem parte dos conhecimentos e das práticas das comunidades indígenas. A alimentação está intrinsecamente associada à construção da pessoa, interferindo diretamente em sua

¹ Retomada é uma categoria utilizada pelos próprios Kaiowá e Guarani para se referir ao processo de rearticulação de coletivos expropriados de suas terras de ocupação tradicional, e que buscam reaver os territórios expropriados em décadas anteriores. A categoria tem três dimensões principais: a) uma organizacional, a partir da recomposição de coletivos; b) uma dimensão territorial, a da retomada da posse da terra; c) uma dimensão cultural, a partir da ativação de práticas como cantos e rezas que buscam recompor o modo correto de se viver – *teko katu*.

constituição, saúde e disposições para a sociabilidade. Ainda, nesse sentido, esse todo relacionado que os povos indígenas vivenciam, pode ser observado em Nascimento (2004, p.54), quando relata a fala de seu João, da aldeia de Panambizinho, no Município de Dourados, que, em sua definição de cultura, demonstra que tudo está relacionado no sistema ou modo de ser kaiowá:

[...] a cultura é o seguinte... porque cultura, [...] nós não come carne quando criancinha mais nova assim, não pode comer carne [...] perigosa. Não pode comê. A criança tem que comê, por exemplo, milho, milho branco [...] então vamos supor, vamo plantá milho, eu derrubei roça, derrubei um arqueire de roça, eu chama o índio mais véio que sabe, esse ora [orar] aqui prá plantá [...] depois vai começa reza, reza aqui todinho, depois nasce o milho, quando fica grande [...] então a criança come, nunca dá doença, nunca tá doente, então esse é a cultura do índio.

Azanha (2005, p.15) destaca que para as sociedades indígenas “sustentar-se [...] significa manter o equilíbrio das trocas com o mundo natural (e sobrenatural), visando a segurança dos parentes mais próximos”. Assim, não há como pensar a sustentabilidade sem levar em conta os módulos organizacionais, configurados de distintos modos nas diversas sociedades. Humanidade, natureza e sobrenatureza representam um todo interligado e interdependente, conectado por relações ora harmoniosas, ora potencialmente perigosas. Surge daí a ideia de cuidado, já que, como diria Guimarães Rosa, viver é algo muito perigoso, que requer conhecimento e negociação. Entre os Kaiowá e Guarani, a doença, por exemplo, é explicada como um mal-estar entre esses mundos. A cura ocorrerá quando os rezadores, que são os elos de ligação entre esses mundos, conseguem devolver a harmonia entre as pessoas, a natureza e os deuses, regulando os fluxos de energia.

Nesse sentido, é importante pensar as relações de parentesco ao se pensar projetos de sustentabilidade para as sociedades indígenas. São as relações sociais de parentesco e as associações e oposições entre grupos de parentesco que ditam o ritmo das atividades produtivas. As inter-relações e o sistema de trocas entre os membros são culturalmente produzidos, com regras e normas que definem com quem se troca o quê, ou quem coopera com quem e, também, com quem não se troca e nem se coopera. O objeto da troca é utilizado como veículo de comunicação com o outro e não como um valor em si mesmo. O sentido do sistema de trocas se dá do modo como observado por Gallois (2005, p. 33):

Quando se consolidam alianças políticas, entre famílias, entre comunidades, entre moradores de certas terras indígenas, não se trocam apenas produtos, se trocam conhecimentos, experiências, alternativas de futuro. O que é menos importante nessas trocas é o valor da coisa trocada. O importante é a relação, é o fortalecimento dessa rede, e em muitos lugares o que é rompido com as políticas públicas, é justamente essa rede de troca, que encerra os mais importantes valores culturais e sociais, além das instâncias de poder que não são suficientemente reconhecidas.

A não consideração destes aspectos culturais faz com que muitos objetivos não sejam alcançados e muitos projetos frustrados. Por isso mesmo, os territórios são tão importantes. A questão do território, para as sociedades indígenas, se constitui como ponto indispensável para a sustentabilidade e o etnodesenvolvimento.

Para as sociedades tradicionais, e aqui de modo específico para as sociedades indígenas, o conceito de território abrange dimensões indissociáveis. Ele é o espaço que torna possível as relações sociais e simbólicas produzidas pela memória social, onde se vivencia a inter-relação entre as pessoas, a natureza e a sobrenatureza. A concepção de território para as sociedades indígenas, conforme Alcida Ramos (1986, p.13), tem como suporte “a vida social ligada a um sistema de crenças e conhecimentos”, o que leva a autora a afirmar que “para as sociedades indígenas a terra é muito mais que simples meio de subsistência”. Não significa apenas recursos naturais, mas sim um “recurso sociocultural”, e possuem a mesma importância e relevância.

Nesse sentido, Gallois afirma que “o território de um grupo pode ser pensado como um substrato de sua cultura” (2005, p.41). Insiste, por isso, na distinção entre Terra Indígena e território (200, p.39):

A diferença entre “terra” e “território” remete a distintas perspectivas e atores envolvidos no processo de reconhecimento e demarcação de uma Terra Indígena. A noção de “Terra Indígena” diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sob a égide do Estado, enquanto a de “território” remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial.

Para Oliveira Filho, terras indígenas

São bens da União e os recursos ambientais ali existentes são parte integrante do território nacional, mas por constituírem habitat dos índios, a utilização de tais terras está destinada prioritariamente à reprodução sociocultural dessas populações, devendo portanto adequar-se aos seus usos e costumes e reverter-se necessariamente em benefício para os seus moradores tradicionais (1999, p. 162).

Pensando em concepção de território para as sociedades indígenas, Paul Little (2002, p. 3) define territorialidade como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território””. Os processos de territorialização, desterritorialização e posterior reterritorialização foram profundamente marcados por situações de conflitos. Esse contexto Oliveira (apud LITTLE, 2002, p.4) identifica “como processos de territorialização que surgem em contextos intersocietários de conflito”. Outro aspecto interessante que o mesmo autor destaca é que:

Nesses contextos, a conduta territorial surge quando as terras de um grupo estão sendo invadidas, numa dinâmica em que internamente, a defesa do território torna-se um elemento unificador do grupo e, externamente, as pressões exercidas por outros grupos ou pelo governo da sociedade dominante moldam (e às vezes impõem) outras formas territoriais (OLIVEIRA, apud LITTLE, 2002, p. 4).

Desse modo, os movimentos históricos de luta por demarcações de terra, os conflitos e as conquistas ou retomadas de áreas tradicionais das sociedades indígenas seriam expressões de coesão interna e fortalecimento cultural. São processos que dialogam com a história, com as disputas políticas, diretamente vinculadas ao controle do acesso e uso dos territórios, que não raro opõem comunidades indígenas e particulares, que requerem seus territórios de ocupação tradicional para usos distintos, como para atividades agropecuárias.

Em 1950 ocorreu a criação do Parque Nacional do Xingu, a demarcação de uma reserva grande e significativa. Pela primeira vez houve a preocupação do Estado na demarcação de uma terra indígena com os recursos naturais necessários para a vida daquele povo. Começava a discussão sobre território para as populações indígenas. Antes, as demarcações de terras para usufruto dos índios tinham um caráter mais humanitário, de proteção e de inserção dos indígenas no sistema produtivo nacional, como pode ser observado na atuação do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) ao demarcar pequenas reservas para os Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul (COLMAN, 2007).

Um aspecto importante a ser destacado é que a partir da definição de limites precisos de terra que ficam disponíveis para usufruto dos povos indígenas, impõe-se a eles uma reorganização social, decorrente da definição dessa base territorial fixa. Antes das demarcações, cada vez que havia uma dificuldade como, por exemplo, doenças, morte de familiares, esgotamento do solo, ou desentendimentos internos, a solução, culturalmente mais recorrente, era o distanciamento. Hoje, com os limites das reservas, isso já não é mais possível. A realidade do confinamento entre os Kaiowá e Guarani sinaliza para a inviabilização do processo cultural de *Oguata*², em que os grupos se deslocavam para outras áreas para se reestruturarem e se reorganizarem. Atualmente, observam-se outras formas de deslocamentos como as retomadas, o perambular pelas cidades, os acampamentos em margens de rodovia, etc (COLMAN, 2007).

A possibilidade de recriar espaços abre possibilidades para a recomposição de relações sociais danificadas pelas condições de vida impostas na situação de reserva. Antes do confinamento, recriar espaços consistia em deslocamentos para outros lugares, dentro do território de ocupação tradicional, nos quais criavam seus territórios de produção e reprodução de coletivos. Os limites territoriais impostos pela demarcação das reservas indígenas

² Caminhada, conceitos trabalhados por Melià e outros em que há uma alusão ao sonho guarani que é a busca da terra sem males - *Yvy-marane'ỹ*. (COLMAN, 2015)

interferiram, profundamente, nas relações sociais, dificultando a mobilidade própria do *ogwata*, o caminhar no território. Nas reservas ocorrem várias situações de conflitos internos, principalmente entre lideranças, disputando recursos e espaços. É necessário, então, recriar espaços, através das retomadas, para que as relações sejam possíveis. Os espaços retomados são aqueles nos quais está inscrita a memória social dos grupos, onde, no passado, já radicaram suas aldeias.

Por isso, para as sociedades indígenas, a perda de territórios não restringe o impacto sobre a economia, mas, em especial, também, sobre a estrutura sócio-política e religiosa. Assim, desterritorialização, territorialização e reterritorialização são processos que envolvem todas as dimensões da vida. O território é semiotizado, isto é, transformado, ressignificado pelo ser humano. Recompondo continuamente sua distribuição espacial, atualizam e produzem sua organização social, como movimento contínuo de recomposição de seus coletivos, dentro do amplo espaço reconhecido como de ocupação tradicional. É o que se observa quando se constata que os Kaiowá e Guarani constroem e distribuem suas casas a partir lógica do parentesco. Pode-se, por isso, considerar a territorialidade como projeção da identidade dessas sociedades sobre o espaço físico, transformando-o e organizando-o de acordo com suas formas organizacionais e princípios cosmológicos (COLMAN, 2007).

Na Constituição de 1988 aparece a concepção de território indígena como habitat, espaço de afirmação étnica. No artigo 231, da Constituição de 1988, consta que:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

A garantia que aparece na Constituição é o direito Indígena às terras de ocupação tradicional, referindo-se não a uma dimensão imemorial, mas à modalidade de ocupação, sempre referenciada pela tradição particular de cada povo, indicando a preocupação com assegurar o território necessário à reprodução física e cultural. O texto eleva à categoria constitucional o conceito de terras indígenas no parágrafo 1º do mesmo artigo:

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

A Constituição de 1988 também reconhece aos índios:

O usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes nas terras indígenas; que o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos aí os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas, só podem ser efetivados com a autorização do Congresso

Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada a participação nos resultados da lavra; a garantia da inalienabilidade e indisponibilidade das terras indígenas e a imprescritibilidade dos direitos sobre elas; - a proibição da remoção dos índios das suas terras; a nulidade de todos os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras indígenas; a legitimidade dos índios, suas comunidades e organizações para ingressarem em juízo em defesa de seus direitos e interesses.

A convenção 169 da OIT³, da qual o Brasil é signatário, avança na questão da proteção das terras indígenas. No artigo 13 deste documento aparece a seguinte formulação:

1. Ao aplicarem as disposições desta parte da Convenção, governos deverão respeitar a importância especial que para as culturas e valores espirituais dos povos interessados possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação.

No artigo 14 da OIT, no segundo parágrafo, aparece a responsabilização dos governos em garantir a permanência dos povos indígenas em seus territórios: “Os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam, tradicionalmente, e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse”.

Todos os avanços na legislação, porém, não foram suficientes para assegurar, de forma eficaz e satisfatória, os direitos territoriais indígenas. Há a falta de uma política eficaz de demarcação de terras indígenas e, também, nas instâncias judiciais ocorre uma morosidade que ainda retardam os processos de regularização dessas terras. Nesse sentido, afirma Dallari:

Tendo sido promulgada a Constituição em 5 de outubro de 1988, as terras indígenas deveriam ser demarcadas até 5 de outubro de 1993 e, bem longe disso, a União, vale dizer, o governo federal, pouquíssimo fez para o cumprimento de sua obrigação constitucional. Basta assinalar que, somadas as demarcações anteriores a 1988 e o que se fez depois, em grande parte com recursos financeiros providos de entidades comunitárias do exterior, ainda falta demarcar quase a metade das terras indígenas (2000, p.31).

Vale destacar que a quase totalidade das terras demarcadas para os indígenas se concentra na região amazônica. As demandas territoriais dos Kaiowá e Guarani no MS foram pouco recebidas pelas políticas públicas, resultando em graves conflitos entre indígenas e particulares. Fenômeno semelhante ocorre em outros Estados das regiões Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Sudeste.

No Brasil ainda há mais um entrave legal que é a vigência do Estatuto do Índio, de 1973, com a ultrapassada ideologia integracionista e assimilacionista e que não acompanha

³ Organização Internacional do Trabalho. A convenção é de 1989, no Brasil ela foi aceita em 1993.

o avanço obtido na Constituição de 1988, orientada pelo respeito à diversidade cultural, com direito a tudo que esse ser índio exige, inclusive o direito às suas terras. Existe um novo Estatuto do Índio tramitando na Câmara dos Deputados há anos, mas que ainda não foi votado. Segundo alguns entendimentos, a Constituição de 1988 anularia os dispositivos integracionista do Estatuto Antigo do Índio. Mas, enquanto o Novo Estatuto do Índio não for aprovado, muitos operadores do Direito continuam se referenciando pelo antigo Estatuto. O mais grave é que, nos últimos anos, os direitos indígenas passaram a ser fortemente questionados pela bancada ruralista, com a proposição de várias PECs (Proposta de Emenda Constitucional), que visam reformar a Constituição, retirando direitos indígenas.

Território e sustentabilidade para os Kaiowá e Guarani

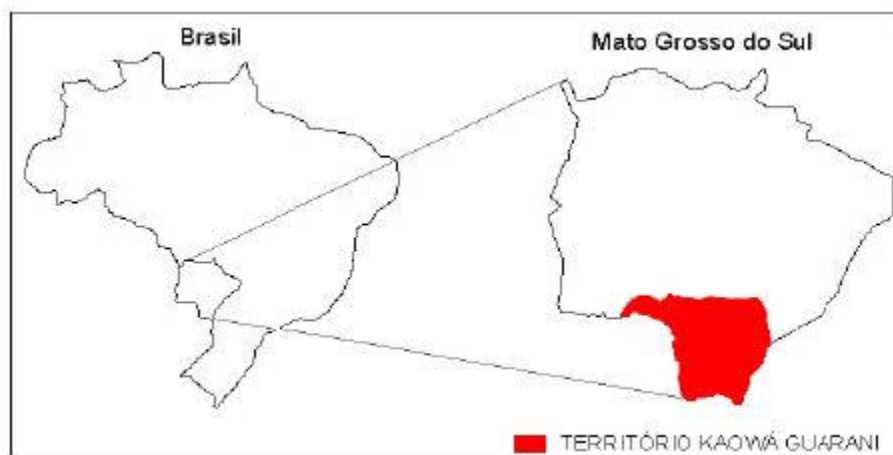
Compreender o significado e a importância do território para os Kaiowá e Guarani requer buscar o sentido dos conceitos de *Ñane retã* e *Ñande rekoha*:

La conceptualización ñane retã es por tanto el de una territorialidad política. En este caso es también el lugar que Ñande Ru extendió y amojonó para que los Paĩ usen esta tierra que les fue designada; esta patria recibe nombres sagrados. Ñane retã y su particularización, ñande rekoha, es el lugar, como lo indica la misma composición de la palabra, donde se sitúa y donde es posible ñande reko. Por esta razón por la que el asunto tierra es de primordial importancia (MELIÀ, G. GRÜNBERG e F. GRÜNBERG, 1976, p. 190).

Segundo estudos de Melià, G. Grünberg e F. Grünberg (1976, p. 217), o território original e tradicional teria uma área de aproximadamente 40 mil km² de extensão e encontra-se dividido ao meio pela fronteira entre o Brasil e o Paraguai:

Los Paĩ mantienen hasta hoy como único grupo guarani la noción de su propio territorio que se extiende al Norte hasta los ríos Apa y Dorados (Pirajuy) y al Sur hasta la sierra de Mbarakaju y los afluentes del río Jejuí. Su extensión Este-Oeste va unos 100 Kms. a ambos lados de la cordillera del Amambay (la línea fronteriza Paraguay-Brasil) inclusive todos los afluentes de los ríos Apa, Aquidabán (mberyvo), Ypane, Arroyo Guasu (Yete), aguaray e Itanarã del lado paraguayo y los ríos Dorados (Pirajuy), Amambái e Ygatimi del lado brasileño.

O mapa a seguir localiza o território tradicional dos Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul. Apresenta o território onde estavam distribuídas as aldeias no período anterior ao estabelecimento da ocupação não indígena. Atualmente, as comunidades reivindicam parcelas de terras dentro desse vasto território ocupado no passado.



Mapa 01 - Território Tradicional Kaiowá Guarani no Mato Grosso do Sul.
Fonte - C. Smaniotto (2005) Geoprocessamento do Programa Kaiowá Guarani, NEPPI/UCDB.

Tratar da questão do território e sustentabilidade para esta população indígena requer conhecer sua forma de se relacionar com a natureza e a sobrenatureza. Melià (1987, p. 82), quando se refere ao território tradicional guarani, afirma que o mapa cultural se “superpone a un mapa ecologico que si no es del todo homogeneo, tampoco quiebra ciertas constantes ambientales”. E ainda: “De los tres espacios por los que se mueve y en los que habita el Guaraní, sea tal vez el espacio ceremonial la centralidad misma de la vida Guaraní, donde el *ñande reko*⁴ se estrutura en sus aspectos económicos, sociales y políticos” (MELIÀ, 1991, p. 6).

Tradicionalmente, os Kaiowá e Guarani manejavam os recursos respeitando a capacidade de recomposição desses recursos, sendo a mobilidade também uma estratégia ecológica. A própria agricultura era de itinerância, isto é, faziam seus roçados em derrubadas, que eram queimadas, cultivadas e, depois de dois ou três anos, se deslocavam, deixando aquela terra descansar e se refazer. Havia muito espaço e a vegetação densa possibilitava essa alternativa. Esse sistema, conhecido como agricultura de coivara, não deixava esgotar os recursos do solo. Junto à agricultura havia outros elementos nos quais os Kaiowá e Guarani se apoiavam para seu sustento, como a caça de vários animais, a pesca e a coleta.

Os Kaiowá e Guarani são, historicamente, conhecidos como povo da mata (*Ka'aguygua* ou *ka'aygua* = os da mata, sendo que o próprio nome dos Kaiowá vem dessa denominação), por escolherem para a localização de suas aldeias preferencialmente áreas de mata. Pereira (2004, p.171 e 172) faz referência a uma definição de floresta, abrangendo o seu sentido cosmológico:

A floresta – *ka'aguy* – compõe, na cosmologia kaiowá, o espaço que fica fora dos lugares ocupados pelas casas e roças. É pensada enquanto uma

⁴ *Ñande reko* é um conceito amplo que indica nossa cultura, nosso modo de ser, nosso sistema e nossos costumes.

cobertura vegetal que não recebeu a ação transformadora intensiva do homem. A floresta em sentido genérico é uma categoria ampla, comportando importantes diferenciações internas. É o espaço onde vivem seres não-humanos (animais e espíritos), cuja relação com os humanos é muitas vezes marcada pelo signo da depredação. Por toda essa complexidade, a floresta oculta espíritos dos mais diversos gêneros, e dela podem emergir pessoas estranhas ou inimigas.

Para demonstrar o significado da floresta para os Guarani e Kaiowá, Pereira (2004, p.172) segue relatando a fala de um cacique de Guyra Roka sobre a degradação ambiental: “acabou tudo, acabou mata, bicho, peixe..., a vida do índio ficou triste”. E o autor explica que “sem a enorme heterogeneidade de formas de vida abrigadas na floresta, a existência humana torna-se árida, carente de mistério e alteridade”.

F. Grünberg destaca bem as graves consequências da destruição das matas para a vida dos Guarani hoje:

O prejuízo advindo da perda da floresta vai muito além do componente econômico. Para os Guarani a floresta com seus campos naturais era “tudo o que contava”, era tudo o que conheciam do mundo, era o seu mundo. Domesticar a floresta com seus perigos era a oportunidade que tinham os homens para desenvolver sua personalidade e para obter prestígio. A comunicação vital com os animais e com os espíritos da floresta permitia-lhes desenvolver sua rica vida espiritual (2002, p. 2).

O desmatamento nas terras indígenas, atualmente, contribui para a falta de perspectivas de vida, principalmente para os jovens. Nessas circunstâncias, os Kaiowá e Guarani são obrigados a buscarem outras alternativas para desenvolverem sua personalidade e prestígio. Muitos se empregam nas usinas ou na colheita de maçã, alguns são pastores das igrejas pentecostais e outros jovens são funcionários públicos. Mas a maioria depende dos programas de assistência social.

Os Kaiowá e Guarani consideram os espíritos da floresta como donos ou “cuidadores da floresta”, na expressão de F. Grünberg. Este dono/cuidador (*jára, járy*) protege a mata e cada elemento da mata e da vida, das pessoas, das doenças, enfim, tudo e todos têm o seu próprio dono. O respeito é tão evidente que, quando uma pessoa deseja, ou melhor, precisa de uma árvore para construir sua casa, por exemplo, deve pedir licença ao dono para poder retirar a madeira. Se uma pessoa entrar numa mata sem fazer uma oração adequada e pedir permissão poderá lhe ocorrer acidentes ou outros constrangimentos.

Isto se evidencia, também, nos trabalhos de LANDA (2005, p. 265):

A existência de seres responsáveis pelas matas e florestas – os *ka'aguy jara* – cuja atribuição é cuidar e zelar por estes locais, e para quem deve ser solicitado permissão para adentrar nestas áreas, é de conhecimento daqueles que desejam explorá-las.

Essa compreensão pode ser observada, ainda, na entrevista de uma liderança guarani da reserva indígena de Caarapó⁵: “Quando a gente vai entrar no mato, tem que fazer o *jehovasa* (se benzer), assim falar pro dono da mata para não olhar mal pra gente. Então, na época pra derrubar o mato, você tem que chegar ali e fazer assim, porque se derrubar a árvore sem estabelecer contato com o espírito da mata você fica doente”. E segue o depoimento da mesma liderança, afirmando que “nós mesmos somos os do mato, nós somos o mato. Olha, antigamente, nós éramos do mato, fazemos parte, com os bichos, com o meio ambiente, nós somos o meio ambiente, o mato”.

E para reforçar esta ideia, Brand (1997, p. 243) cita o depoimento de Jorge Paulo, da reserva de Caarapó, afirmando que “quando batiza planta parece criança quando vai ao doutor para tomar vacina. Aí não pega doença”, isto significa que o bom desenvolvimento das plantas depende da comunicação com os seus “donos”, através da reza e das práticas rituais. Cavanha Paim, da mesma área indígena, reconhece que “vai deixando a reza e a planta e a chuva fica ruim” (BRAND, 1997, p. 245). Conforme estudos de Pereira (2004, p. 173):

A floresta em grande medida está sujeita aos seus próprios desígnios, podendo ser generosa numa estação e em outra expor seus exploradores à fome e à penúria devido à dificuldade de encontrar alimentos. Entretanto, o fundamental para um bom manejo da mata, além dos conhecimentos práticos supostos como comuns a todos os membros da etnia, é estabelecer uma boa relação com os espíritos protetores das espécies que aí vivem, isto sim constitui o diferencial. É verdade que o grande conhecimento das potencialidades de exploração faz com que sempre consigam alguma fonte de alimento, mesmo que seja considerado inferior na escala gastronômica, servindo como paliativo até que se encontre alimento considerado mais apropriado ao consumo humano.

Dessa forma, situações de sofrimento sinalizam para um rompimento com os deuses. A própria degradação ambiental é tida como uma forma dos deuses se manifestarem tristes porque as pessoas abandonaram o modo de ser dos Kaiowá e Guarani. Nos projetos de recuperação ambiental, em Caarapó, os caciques diziam que não adiantava apenas plantar mudas de árvores sem realizar as práticas religiosas, que a floresta não poderia se reconstituir sem o consentimento dos deuses. Afirmavam que voltando a praticar o *Ñande Reko* os deuses se alegrariam e a mata voltaria, com toda sua riqueza.

Tradicionalmente, os Kaiowá e Guarani relacionam-se com a natureza de modo que não comprometem a continuidade de seus processos regenerativos, já que se consideram parte dela e não devem explorá-la de forma agressiva. Conhecimentos práticos e rituais se sintonizam, resultando numa convivência bastante equilibrada. Até um passado bastante próximo usufruíam das riquezas e da diversidade de alternativas para viverem de forma farta

⁵ Depoimento gravado por A. Brand durante oficina realizada em Caarapó, dia 9 de novembro de 2000, com um grupo de índios já mais idosos, tendo em vista a implementação de um programa de replantio de espécies vegetais nativas no interior da área indígena (Arquivo Centro de Documentação, Programa Kaiowá/Guarani. NEPPI/UCDB).

e feliz, respeitando a vitalidade do solo. Os depoimentos dos mais velhos sempre demonstram esta fartura, quando se recordam com saudades do tempo em que viviam felizes na mata, como mostra o depoimento citado por F. Grünberg (2002, p. 3): “Aquela floresta lá, chamamos de *ka'aguy rory* – ‘floresta da alegria’, lá tinha uma casa grande onde cantávamos e dançávamos nossas orações durante toda a noite. O pessoal bebia somente *chicha*⁶ abençoada, nada de água, nem sequer um mate”.

Chamorro (1998, p.43) destaca o papel dos diversos espaços que compõem o território guarani: “A selva é o espaço da caça, da pesca e da coleta; a roça, o lugar do cultivo; a aldeia, o lugar das casas, das festas e das reuniões [...]”. Em projetos de recuperação ambiental se observa a satisfação dos índios com os resultados positivos alcançados:

É a mesma coisa a gente dizer, ver uma coisa assim que você fica alegre, uma coisa que estava errado, você vê que consertou, você fica todo satisfeito porque voltou aquele negócio no lugar certo. Então o dono do mato vai ser a mesma coisa, ele vai ficar alegre porque está reflorestando, o pedaço que foi perdido, tá crescendo⁷.

Outro aspecto que comprova a forma equilibrada com que os Kaiowá e Guarani manejavam os recursos é a prática da própria agricultura, realizada também pelos povos indígenas em geral. A agricultura era de itinerância, isto é, faziam seus roçados em derrubadas que eram queimadas, cultivadas e depois de dois ou três anos, quando observavam que a plantação já não estava de acordo, por causa do solo já desgastado, se deslocavam, deixando aquela terra descansar e a mata se refazer. Havia muito espaço e uma vegetação densa que possibilitava essa alternativa.

Inicialmente, toda a relação com a natureza deve ser entendida a partir da lógica da reciprocidade - *jopó*⁸ ou da lógica do dom. Para Melià e Temple (2004, p. 70):

La integración del modo de producción a la reciprocidad extiende la reciprocidad a la naturaleza. Dado que el hombre recibe la vida biológica de la naturaleza, las frutas de los árboles, la mandioca y el maíz del suelo, el agua de los ríos o de la lluvia, el calor y la luz del sol, todo eso puede parecer un don inicial con el cual entre en reciprocidad la tierra es imaginada como donante. En realidad no lo es. Las frutas o las semillas son producidas en gran cantidad porque son pocas las que encontrarán la posibilidad de desarrollarse;

⁶ Chicha ou kaguĩ - bebida tradicional, preferencialmente a base de milho branco fermentado, indispensável nas festas e nos rituais, mas também usado nos dias comuns. Há, também, os que são feitos a partir de cana-de-açúcar e outros, como com o fubá, atualmente.

⁷ Depoimento gravado por A. Brand, durante oficina realizada em Caarapó, dia 9 de novembro de 2000, com um grupo de índios já mais idosos, tendo em vista a implementação de um programa de replantio de espécies vegetais nativas no interior da área indígena (Arquivo Centro de Documentação, Programa Kaiowá/Guarani/UCDB).

⁸A tradução indica presente, porém, etimologicamente significa *mãos abertas*: *jo* (recíproco), *po* (mão) e *i* (abrir-verbo antigo, informação dada por Melià, no seminário de Junho de 2006, na UCDB).

Para Ladeira e Tupã, “o ambiente que compõe o território Guarani apresenta aspectos físicos da paisagem e espécies naturais que implicam um modo de vida definidor das regras de convivência” (2004, p. 51). Isto indica que há relação intrínseca entre as relações sociais e o espaço para os Kaiowá e Guarani.

No uso do espaço pelos Kaiowá e Guarani, a questão da agricultura é um aspecto importante. Inicialmente, é necessário reforçar a ideia de que os Kaiowá e Guarani sempre foram e são agricultores, profundos conhecedores dos ciclos da terra, dos melhores solos, das variedades de produtos, como tipos de mandioca, feijão, de abóbora e de milho.

Nesse sentido, merece especial destaque o milho. Ele tem importância vital para os Kaiowá e os Guarani. O milho, na cosmologia dessas populações, é tão expressivo, que já foram consideradas por Schaden (1974) como a “sociedade do milho”. Uma das mais importantes festas dos Kaiowá é a festa do milho - *avatikyry/avati ñemongarai*, na qual se abençoa junto com o milho os demais primeiros frutos, significando como que uma abertura para o consumo da produção. Nessa ocasião, também, tradicionalmente, os meninos kaiowá perfuravam seu lábio inferior, no ritual de iniciação. Consideram como um ente importante e de referência o dono do milho – *Jakaira*, o que confirma a íntima relação entre o mundo dos humanos, da natureza e da sobrenatureza.

Chamorro (1995, p. 118) retrata bem a relação que os Kaiowá, no caso de Panambizinho, têm com o milho. Compara, inclusive, o desenvolvimento da criança com o milho: “Así como en el *avatikyry* el maiz es una criatura, en el *kunumipepy* los niños son como las plantas”. Tanto o milho como a criança dependem, para seu pleno amadurecimento, de complexos rituais - *avatikyry* e *kunumipepy* - que tinham um espaço importante na vida de qualquer aldeia. Chamorro, num outro momento, afirma que “as crianças são como as plantas, são como as sementes [...]. Enquanto as crianças crescem, no mundo há esperança. Quando isso não mais acontecer, os homens podem plantar milho, mas este não dará fruto” (1991, p. 18).

Quanto ao conhecimento tradicional dos Kaiowá e Guarani a respeito do milho, Schaden (1974) já havia catalogado cerca de oito variedades, dentre as quais destacam-se as seguintes características: algumas são plantas de baixo crescimento, com espigas alongadas em comparação com o milho duro, cuja designação é *avati puku*. A coloração das sementes, por sua vez, é branca, amarela, vermelha e pintada (com grãos amarelos e vermelhos, em mistura).

De todas essas variedades se destaca, pelo interesse etnológico, o *avati jakairá morotĩ* ou *avati puku*, de pé alto e grão branco, o preferido para fazer *chicha*. Para os Kaiowá, este representa uma simbologia especial, como nos relatam Contini, Costa e Rego (2003, s/p):

Os Kaiowá se referem a este milho com muito respeito. “Este tem luxo, não dá em qualquer terra” [depoimento indígena], não dá em kaáti (paisagem de campo), nem roçado novo, só na Capoeira. É preciso benzer a semente, acentua um informante. Este é muito delicado, diz outro; a gente planta a roça e já não cruza mais; e é preciso batizar a terra.

Mas, na realidade, os cuidados ou o respeito cerimonial e mágico são observados, também, com outras variedades, mas, pelo menos entre os Kaiowá, dá-se maior importância ao *avati jakaira morotĩ* (SCHADEN, 1974). Outros autores, como Melià, G. Grünberg e F. Grünberg (1976), citam como diversidades de milho conhecidas e cultivadas pelos Guarani o *avati morotĩ*, *avati sa'yju* e *avati tupi* e, como variantes do *avati morotĩ* (milho branco), o *avati tavyterã*, *avati jakaira*, *avati puku*, *avati mitã*, sendo que todos estes são considerados cultivares sagrados.

Noelli (1993), citando Gatti (1985), identifica seis cultivares de milho Guarani: *avati atã*, *avati tataye*, *avati chayre*, *avati hara piabi*, *avati yú*, *avati pyta*. A autora, ainda, acrescenta mais sete variedades nomeadas em Guarani como: *avati ti*, *avati moroti*, *avati guaicuru*, *avati ky*, *avati tiri*, *avati mbya* e *avati pororo*.

Voltando à questão do espaço, para os Kaiowá e Guarani, território é *tekoha* e, segundo Melià (1991, p. 3): “*tekoha* es el lugar donde se dan las condiciones de posibilidad del modo de ser guarani. La tierra concebida como *tekoha* es ante de todo un espacio socio-político”.

Esta conceituação pode ser confirmada e enriquecida no depoimento do professor guarani, Eliézer Martins⁹. O professor inicia fazendo referência a uma conversa com um rezador importante da área de retomada, Yvy Katu, no município de Japorã (MS), que reflete o modo de pensar dos Kaiowá e Guarani a respeito de território. O professor afirma que “O chão pra nós é especial pra entender, pra fortalecer a nossa dança e vai fortalecer a Língua” (MARTINS, 2006, p.143). Através desta afirmação já é possível perceber que o conceito de território para este povo vai muito além de questões materiais. O espaço é um elemento essencial para a sobrevivência cultural.

Martins segue expressando a necessidade de pensar no futuro das próximas gerações: “a terra vai servir pra nós repassar, repassar tudo que a gente tem, de acordo com a nossa visão, pras crianças e, também, ensinar as crianças que a terra pra nós não é pra gente chegar e ai ficar e depois dizer que essa terra já não vale mais e vamos vender” (2006, p. 143). Esta afirmação indica, também, como o conceito de território vem carregado de aspectos da cosmologia e de caráter não capitalista por não visar lucros. Martins elabora suas análises, a partir da religiosidade, da cultura, relacionando essas dimensões com o território: “É como a reza voltar, o espaço vai ajudar nós, o espaço vai ajudar nós em muitas coisas do

⁹ Mesa Redonda, intitulada *Professores Indígenas e a luta pela terra*, ANPUH (Encontro Regional de História, UCDB, Outubro de 2004) Publicado pela Revista Tellus ano 6, n. 10 de 2006.

nosso modo de ser” (2006, p.144). Em seguida, Martins reafirma que a retomada de territórios perdidos é indispensável para o processo de fortalecimento cultural: “Porque se nós não ocuparmos a nossa terra que era, tradicionalmente, isso vai prejudicar, porque da terra que vem o nosso fortalecimento da cultura” (2006, p.146).

Pelo que se observa nas aldeias, é possível constatar que o viver bem está ligado ao fato de viver na aldeia, na sua terra. Assim, qualidade de vida está intrinsecamente relacionada com a qualidade da terra. As pessoas, pelo menos as que estão tentando recuperar sua terra tradicional, sonham em um dia poder voltar a viver e ser feliz na terra onde nasceram ou na qual seus antepassados viveram. Mesmo que morem em outras aldeias, têm a sensação de que alguma coisa lhes falta. Muitos dizem que não seriam felizes longe de seus parentes, ou que não se adaptariam em viver com os não-índios.

Isso mostra que o território, para os Kaiowá e Guarani, representa o espaço possível para a sobrevivência física e cultural. O lugar do território não é qualquer um, tem sempre um significado de pertença, desde seus antepassados, ali estão enterrados seus ancestrais. A terra deve ser lugar de muita fartura e, de preferência, perto de córregos, de mata. Esta realidade está presente no imaginário dos Kaiowá e Guarani, mesmo nas crianças que vivem em áreas de capim *brachiária* e colônia, sem rios, pois, quando estimulados a fazer desenhos, ilustram a mata como se fosse uma realidade vivenciada por eles próprios e não apenas na imaginação. É muito comum, onde não tem mais mata e córregos nas aldeias, as pessoas saírem em busca de pesca e caça em propriedades particulares, às vezes arriscando a própria vida. O frescor do mato, da sombra, o canto dos pássaros, tudo traz tranquilidade e equilíbrio para a vida do Kaiowá e do Guarani. Segundo Landa (2005, p. 50):

Assim, terra e território são conceitos que se interrelacionam em seus aspectos físicos, sociais, culturais e religiosos, mas apresentam diferenças entre eles. A terra é o suporte físico e o território é a possibilidade de viver em plenitude o modo de ser Guarani. A concepção de terra dos índios ñandeva/guarani e kaiowá não apresenta simetria com a que a sociedade nacional tem sobre ela. A terra para os Ñandeva/Guarani e Kaiowá, neste momento histórico, é o horizonte a ser perseguido, e ao mesmo tempo é a força motriz que os mobiliza para a ação e superação das adversidades presentes no seu devir.

O território kaiowá e guarani, também, tem a ver com suas relações sociais. Tradicionalmente, sua organização social se dava pela família extensa reunida em torno de uma liderança (*tekoharuvicha*, *tekohajára*, *mboruvicha*), que aglutinava o poder político e religioso. A família extensa vai além dos laços consanguíneos. Até o século passado moravam muitas pessoas numa casa grande (*óga jekutu*, *óga pysy* ou *óy gusu*). Como bem assinala o depoimento de Ubaldo Castelan, citado por Brand (2000, p.124): “sempre andava parente junto [...] cabeçante é o cacique”. E a respeito da descrição da casa grande em que moravam, assim esclarece: “É grande, mais ou menos uns vinte metros de comprido por dez de largura

[...]. Ali dentro cada casado morava separado, parente, dez, quinze casado, ali dentro, mas separado”. E o mesmo autor segue informando o número aproximado de moradores nas casas grandes a partir do relato de Feliciano Gonçalves:

[...] tinha às vezes como cinquenta, oitenta, cem naquela localidade [...] só os parentagem combina mais bem porque tem aquele próprio cacique [...]. Aquele próprio cacique ai, o cacique falava aquilo e falou aquilo, acabou. [...] Tinha sessenta, tinha cem, tinha cento e pouco, só grupo de família ali e todos obedecia aquele mais velho, o cacique. É tronco, né? (BRAND, 2000, p.124).

Lehner (2002, p.6), em seus estudos, sistematiza e apresenta o modelo da organização sócio-política e territorial guarani e kaiowá. Dentre os aspectos, cita várias características, como a estrutura social do *tekoha* entre os Kaiowá, que, no Paraguai, são denominados de Paĩ Tavyterã:

- A família extensa (grupo de famílias nucleares relacionadas por parentesco) é o núcleo social estável do *tekoha*.
- um casal da geração ascendente, referida como *Tamõil Jarýi* é a autoridade social e moral da família extensa e exerce também as funções rituais para a família.
- o casal pode escolher livremente seu lugar de residência, na família extensa do esposo ou da esposa, mas também na família extensa de um tio ou tia de um deles. Esta livre escolha é um mecanismo para solucionar conflitos, mas também a causa da flutuação constante dos componentes de uma família extensa.
- ao morrer o casal ou um de seus integrantes, a família extensa geralmente se divide, buscando uma parte dela em outro lugar.
- o tamanho de uma família extensa varia e depende, sobretudo, do poder aglutinador do casal que encabeça a família. Antigamente o tamanho de uma família extensa facilmente chegava a 30 ou mais famílias nucleares.
- a família extensa pode dar refúgio a outras famílias extensas pequenas que, por motivos vários (epidemias, desalojamentos) perderam a possibilidade de manter seu próprio *tekoha* ou a famílias nucleares não emparentadas. Estas famílias, no entanto, dependem explicitamente do cabeçante da família extensa local e não gozam dos mesmos direitos que as famílias nucleares da família extensa local, são consideradas, de certa forma, de segunda categoria.

A organização social dos Kaiowá e Guarani tem a sua dinâmica organizacional própria. Ela é compreendida a partir das relações de parentesco, de grupos macrofamiliares. E estas relações sociais para os Kaiowá e Guarani são o fundamento de tudo. O território, a religiosidade, a economia de reciprocidade e outros aspectos são a base para a viabilidade das relações sociais.

Considerações finais

Refletir sobre o território e a sustentabilidade para os Guarani e Kaiowá, do sul do Estado de Mato Grosso do Sul, possibilitou a aproximação da situação vivida por essas

populações ao longo das últimas décadas. Isto foi realizado a partir da discussão da legislação, incorporando contribuições da história e da antropologia. Nos esforçamos para incorporar o olhar indígena, incorporando percepções de vários interlocutores de pesquisadores que conviveram com essa população.

Os Kaiowá e Guarani, atualmente, enfrentam problemas de várias ordens. A imprensa, frequentemente, anuncia as inúmeras dificuldades vivenciadas nas aldeias e que facilmente são observadas no contato com essas populações. Há falta de alimentos, que se traduz na desnutrição, a violência, o alcoolismo, os suicídios. Existe o consenso entre a maior parte dos pesquisadores de que as alternativas de resolução destes problemas passam necessariamente pela resolução da questão territorial. Pensar em projetos de futuro para essas populações exige, portanto, enfrentar a complexa questão da terra, compromisso ao qual os governos têm se furtado até o momento. O assim denominado problema da terra dos Kaiowá e Guarani é resultado de um longo processo histórico de confinamento, no decorrer do qual essa população viu seus territórios sendo invadidos por sucessivas frentes de colonização, e o Estado pouco fez para assegurar os direitos originários dessas comunidades aos seus territórios.

Observando a situação atual das terras recuperadas pelos Kaiowá e Guarani, a partir da década de 1980, percebe-se que essa ampliação territorial já tem contribuído para diminuir inúmeros problemas, como por exemplo, as tensões internas em algumas das reservas, demarcadas pelo SPI. Na lógica da organização social kaiowá e guarani, uma família extensa deve ter sua autonomia territorial, com sua liderança própria, o que permite compreender as tensões geradas em torno das disputas de lideranças pela superposição desses grupos macrofamiliares nas reservas.

Por outro lado, é possível constatar, também, que só a recuperação de algumas terras não tem sido suficiente para superar os entraves enfrentados pelos Kaiowá e Guarani, atualmente. Ao que tudo indica, as retomadas de terras de ocupação tradicional devem vir acompanhadas de muitas outras iniciativas, imprescindíveis para a melhoria de qualidade de vida destas populações. São necessárias ações conjuntas entre entidades de apoio, órgãos do governo e os Kaiowá e Guarani, na busca de possíveis soluções para os graves problemas enfrentados atualmente nas terras indígenas, como os relacionados com a degradação ambiental, a falta de produção de alimentos, a violência e outros. O que se observa, na realidade, são ações que, apesar das boas intenções, ocorrem de forma desarticulada, as quais, muitas vezes, são arbitrárias, desconsiderando a realidade das comunidades indígenas. E assim, essas iniciativas implementadas nas aldeias são frustradas, não atendendo os resultados esperados.

As áreas retomadas encontram-se degradadas e desmatadas e, conseqüentemente, com solos desgastados, dificultando a prática da roça, elemento primordial para a produção

de alimentos e para a reprodução da cultura tradicional. As roças são importantes para os Kaiowá e Guarani, tanto para a sua sobrevivência física como cultural, devido ao seu significado cosmológico. Já não é mais possível realizá-las da mesma forma, como no passado, principalmente, porque não há mais espaço que possibilite a itinerância, devido ao confinamento em pequenas áreas e porque não há mais matas. Os rios e nascentes de água encontram-se poluídos em consequência da destruição de suas matas ciliares, problema que se acentuou a partir do confinamento imposto a esse povo.

As terras indígenas, mesmo as que foram retomadas recentemente, encontram-se superpovoadas, com problemas como a violência e a falta de produção de alimentos. Os conflitos ocorrem, especialmente, em consequência das disputas de poder entre lideranças ou por simples desentendimentos entre famílias, confinadas em espaços demasiadamente exíguos. O uso intenso do solo tem causado o seu desgaste, sendo a produção já não mais satisfatória na quase totalidade das terras indígenas no MS.

Os solos desgastados precisam de insumos para a sua recuperação e os capins exóticos, como a braquiária, que invadiram as terras indígenas, são difíceis de serem vencidos sem o auxílio do trator, que, por sua vez, traz inúmeros outros problemas. Nas terras, que já são pequenas, o uso do trator vai compactando mais o solo e tornando cada vez mais difícil o uso da tecnologia própria dos Guarani. De outra parte, o mesmo trator cria um círculo vicioso de dependência, pois trata-se de um elemento externo, que precisa de combustível e manutenção, que também dependem de recursos externos. Assim vai se constituindo um elo de dependências que, ao final, inviabiliza a produção dos alimentos. O trator também tem sido utilizado como um elemento de prestígio, como algo, também, para deter o poder dentro das Reservas. Ocorre um empoderamento para quem o detém e controla o seu uso.

Território para os Kaiowá e Guarani é *tekoha*, isto é, espaço que possibilite a vivência do modo de ser kaiowá e guarani. Esse significado de território impulsionou os Kaiowá e Guarani nas retomadas de novas terras de ocupação tradicional, a partir da década de 1980. É o que permite compreender o sentido dessas reocupações. O uso do espaço pelos Kaiowá e Guarani segue uma lógica própria de organização territorial que difere do modo dos não índios. Mesmo com todas as dificuldades para produzirem seus espaços como *tekoha*, as lideranças seguem em frente, buscando acessar espaços para neles produzirem seu modo de ser – *ava reko*.

Referências

ARRUDA, R. S. V.; DIEGUES, A. C. (Orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; S. Paulo: USP, 2001, 205p.

AYALA, C.; FEHLAUER, T. Considerações críticas sobre o conceito de etnodesenvolvimento: para pensar a condescendência na relação intercultural. **Tellus**, Campo Grande, n. 8/9, abr./out. p. 37- 49, 2005.

AZANHA, G. **O que é sustentabilidade para as sociedades indígenas?** São Paulo: Edusp, 2005, 182 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRAND, A. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da Palavra**. 1997. Tese (Doutorado em História). PUC/RS, 1997.

_____. Os Kaiowá/Guarani no Mato Grosso do Sul e o processo de confinamento: a “entrada dos nossos contrários”. In: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO; Regional Mato Grosso do Sul; Comissão pró-índio de São Paulo; Ministério público Federal 3ª Região (Orgs.). **Conflitos de direitos sobre as terras Guarani e Kaiowá no estado de Mato Grosso do Sul**. p. 93-131. São Paulo: Palas Athena, 2000, 487 p.

CARMO, R. L. Cerrado, água, fogo e sustentabilidade. In: MARTINE, G.; OJIMA, R.; BARBIERI, A. F.; CARMO, R.L. (Orgs.) **População e sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais: contribuições para uma agenda brasileira**. 1. ed. Belo Horizonte: Librum, p. 199-210, 2012. v. 1. 320p.

OIT (Organização Internacional do Trabalho) – **Convenção 169**. Disponível em: www.socioambiental.org/pib/portugues/direito/conv169.shtml. Acesso em 20.08.2018.

CHAMORRO, G. Ava kuña reko, aspectos do modo de ser guarani. **Relatório ao Comin**, São Leopoldo, 1991.

_____. **Kurusu Ñe’ëngatu**: palavras que la história no podría olvidar. Assunción: Centro de Estudios Antropológicos/Instituto Ecumênico de Posgrado/ COMIN, 1995, 235 p.

_____. **A espiritualidade Guarani**: uma teologia ameríndia da palavra. São Leopoldo, Sinodal, 1998, 10, 235 p.

COLMAN, R. S. **Território e Sustentabilidade: Os Guarani e Kaiowá de Yvy Katu**. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). UCDB, Campo Grande. 178 p., 2007.

_____. **Guarani retã e mobilidade espacial guarani: belas caminhadas e processos de expulsão no território guarani**. 2015. Tese (Doutorado em Demografia). UNICAMP, Campinas, 2015.

CONTINI, A. Z., COSTA, R. B., REGO, F.L.H. Identificação e caracterização de variedades de milho e mandioca dos índios kaiowá e guarani. In: **III Encontro de Pesquisa e Iniciação Científica – IIIENPIC**, 2003, Campo Grande.

DALLARI, D. A. Terras indígenas: a luta judicial pelo direito. In: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO; regional Mato Grosso do Sul; Comissão Pró-índio de São Paulo; Ministério público Federal 3ª Região (Orgs.). **Conflitos de direitos sobre as terras Guarani e Kaiowá no estado de Mato Grosso do Sul**. P.31- 37, São Paulo: Palas Athena, 2000.

ELIZALDE, A. Desarrollo a Escala Humana: conceptos y experiencias, Universidade Bolivariana de Santiago de Chile. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 01, n. 01, p.51-62, set. 2000.

FERRÃO, J. Inovar para desenvolver: o conceito de gestão de trajetórias territoriais de inovação. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 03, n. 04, p. 16 – 26, março, 2002.

FRANCO. T. Trabalho industrial e meio ambiente: a experiencia do complexo industrial de Camaçari. In: MARTINE, George (Org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdade e contradições**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, p.69-100, 1993. 207 p.

GALLOIS, D. Sociedades indígenas e desenvolvimento: discursos e práticas para pensar a tolerância. In: GRUPIONI, L.D. et al (Orgs.) **Povos Indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade**. São Paulo, USP, 2001.

_____. Cultura “indígena” e sustentabilidade: alguns desafios. **Tellus**, n. 8/9, abr./out, 2005.

GRÜNBERG, F. P. **Reflexões sobre a situação dos guarani no Mato Grosso do Sul, Brasil**. Disponível em: <http://www.guarani.roguata.com>, 2002. Acesso em 20 de ago. 2018.

_____. **La relación de los indígenas con la naturaleza y los Indígenas de cooperación internacional** – Reflexiones sobre la práctica. Disponível em: <http://www.guarani.roguata.com>, 1999/2003. Acesso em 20 de ago. 2018.

LADEIRA, M. I., TUPÃ, L. W. Condições ambientais do território guarani: implicações no modo de vida. n. 6, p. 51-63, 2004.

LANDA, B. S. **Os Nandeva/Guarani e o uso do espaço na Terra Indígena Porto Lindo, município de Japorã/MS**. Tese (Doutorado em História). PUC, Porto Alegre, PUCRS, 2005.

LE BOURLEGAT, C. A. **Sustentabilidade Local**. IV simpósio sobre recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal, Corumbá/MS, 23-26 nov. 2004.

LEHNER, B. **Territorialidad Guarani, MS**. Asunción. Disponível em: <http://www.guarani.roguata.com>, 2002. Acesso em 20 de ago. 2018.

LITTLE, P. E. Territórios Sociais e Povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: **Série Antropologia**, Brasília, 2002.

MARTINS, E. R. A Terra como chão sagrado e como valor cultural. **Tellus**, n. 10, abril. 2006.

MELIÀ, B., GRÜNBERG, G., GRÜNBERG, F. **Los Paĩ-Tavyterã-Etnografia Guarani del Paraguay contemporáneo**. Asunción: Centro de Estudios Antropologicos. Universidad Católica “N.S. de la Asunción”, 1976.

MELIÀ, B. **La tierra sin-mal de los Guarani: economia y profesia**. Ceud, documento copiado, CIMI, 1991. 13 p.

_____. Linguagem de sonhos e visões do índio guarani. In: **As Missões Jesuítico – Guaranis: cultura e sociedade**. Santa Rosa, 1987.

MELIÀ, B., TEMPLE, D. **El don, la venganza y otras formas de economía guaraní**. Asunción del Paraguay, CEPAG, 2004.

NASCIMENTO, A. C. **Escola Indígena: palco das diferenças**. Coleção teses de dissertações em educação, v. 2. Campo Grande, UCDB, 2004.

NOELLI, F. S. **Sem tekoha não há teko: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio do Delta do Jacuí – RS**. 1993. Dissertação (Mestrado em História). PUC, Porto Alegre, 1993.

OLIVEIRA FILHO, J. P. **Ensaio em Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

PEREIRA, L. M. **Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno**. Tese (Doutorado em Antropologia). USP, São Paulo, 2004.

POUTIGNAT, P. **Teorias da etnicidade**. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth/ Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart; tradução de Elcio Fernandes. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1998.

RAMOS, A. **Sociedades Indígenas**. S. Paulo: Ática, 1986.

SAWYER, D. População e meio ambiente na Amazônia brasileira: In: MARTINE, George (Org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdade e contradições**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, p. 149-170, 1993. 207 p.

SCHADEN, E. **Aspectos fundamentais da cultura guarani**. São Paulo, Pedagógica/USP, 1974.

SOUZA, M. J. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceito e temas**. Rio de Janeiro: Beltrán Brasil, 1995.

Sobre os autores

Rosa Sebastiana Colman – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestrado em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Doutorado em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). **OrcID**: <https://orcid.org/0000-0002-9992-913X>.

Levi Marques Pereira – Graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica (PUC). Mestrado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Docente da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). **OrcID**: <https://orcid.org/0000-0002-8513-2613>.

Como citar este artigo

COLMAN, R. S.; PEREIRA, L. M. Territorialidade e sustentabilidade: desafios para as comunidades Kaiowá e Guarani em Mato Grosso Do Sul. **Revista NERA**, v. 23, n. 52, p. 63-89, dossiê., 2020.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. Os autores **Rosa Sebastiana Colman** e **Levi Marques Pereira** ficaram responsáveis pelo desenvolvimento teórico-conceitual; pela aquisição, interpretação e análise de dados e pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 19 de agosto de 2018.
Aceito para a publicação em 07 de agosto de 2019.

A questão agrária e seus desdobramentos na retomada indígena dos territórios tradicionais em Mato Grosso do Sul¹

Sedeval Nardoque

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, Mato Grosso do Sul,
Brasil

e-mail: nardoque@hotmail.com

Danilo Souza Melo

Universidade Federal de Goiás (UFG), Jataí, Goiás, Brasil

e-mail: danilosouza.geo@hotmail.com

Resumo

Em Mato Grosso do Sul apresentam-se elementos agravados da questão agrária resultantes pelo processo de apropriação capitalista da terra sobre os territórios tradicionais dos indígenas. Tal processo resultou na concentração fundiária, na expropriação e na expulsão dos indígenas de seus territórios e no seu confinamento em reservas criadas pelo Estado brasileiro. Este trabalho objetiva apontar nuances da questão agrária e refletir sobre seus rebatimentos na questão indígena em Mato Grosso do Sul, sobretudo algumas tragédias e formas de resistência Kaiowá e Guarani. Para realização deste trabalho, utilizou-se, como procedimento metodológico, a revisão bibliográfica sobre a questão agrária no Brasil e em Mato Grosso do Sul e sobre a questão indígena. Dados secundários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) foram sistematizados em tabelas e mapas a fim de balizarem a discussão. Além disso, foram utilizadas informações publicadas pela mídia sobre conflitos envolvendo proprietários fundiários e indígenas em disputas por terras e as formas de resistência dos Kaiowá e dos Guarani.

Palavras-Chave: Questão Agrária; Questão Indígena; Mato Grosso do Sul.

The Agrarian Question and its consequences in the retaking of indigenous traditional territories in Mato Grosso do Sul

Abstract

In Mato Grosso do Sul have aggravated elements of the Agrarian Question arising through the process of capitalist ownership of the land on the traditional territories of indigenous peoples. This process resulted in the concentration of land ownership, in the expropriation and expulsion of indigenous peoples to their territories and their confinement in reserves created by the Brazilian State. This work aims at pointing out nuances of the agrarian question and reflect on its rebatimentos. The indigenous issue in Mato Grosso do Sul, especially some

¹ Texto resultante das pesquisas realizadas no âmbito do Laboratório de Estudos Territoriais (LABET) vinculado à UFMS/CPTL e da Rede DATALUTA, via projeto de extensão Banco de Dados da Luta pela Terra-MS, financiado pela PROECE/UFMS, Edital 2017. Originalmente publicado sob o título A questão agrária e indígena em Mato Grosso do Sul, no Boletim DATALUTA, número 97, de janeiro de 2016. Após aprofundamento das pesquisas e de levantamentos de dados, fez-se a sua ampliação e revisão.

tragedies and forms of resistance Kaiowá and Guarani. For this study, we used, as methodological procedure, a bibliographic review on the agrarian question in Brazil and in Mato Grosso do Sul and about the indigenous issue. Secondary data from the Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) were systematized in tables and maps to balizarem the discussion. In addition, we used information published by the media about conflicts involving landowners and indigenous people in land disputes and the forms of resistance of the Guarani Kaiowá and Guarani.

Keywords: Agrarian Issue; Indigenous Issue; Mato Grosso do Sul.

La Cuestión Agraria y sus consecuencias en la retoma de territorios tradicionales indígenas de Mato Grosso do Sul

Resumen

En Mato Grosso do Sul, han agravado los elementos de la Cuestión Agraria derivada del proceso capitalista de la propiedad de la tierra en los territorios tradicionales de los pueblos indígenas. Este proceso dio como resultado la concentración de la propiedad de la tierra, en la expropiación y la expulsión de los pueblos indígenas a sus territorios y su confinamiento en reservas creadas por el Estado brasileño. Este trabajo pretende señalar matices de la cuestión agraria y reflexionar sobre su rebatimientos la cuestión indígena en Mato Grosso do Sul, especialmente algunas tragedias y formas de resistencia y guaraní-kaiowá. Para este estudio se utilizó como procedimiento metodológico, una revisión bibliográfica sobre la cuestión agraria en Brasil y en el estado de Mato Grosso do Sul y acerca de la cuestión indígena. Los datos secundarios del Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) fueron sistematizadas en tablas y mapas para balizarem el debate. Además, hemos utilizado la información publicada por los medios de comunicación sobre los conflictos relacionados con los terratenientes y los pueblos indígenas en las disputas de tierras y las formas de resistencia de los kaiowá y Guaraní.

Palabras-clave: Cuestión agraria; La cuestión indígena; Mato Grosso do Sul.

Introdução

No estado de Mato Grosso do Sul há elementos agravantes da questão agrária brasileira, sobretudo pelo avanço da frente pioneira e, mais recentemente, do grande capital sobre as terras de ocupação tradicional de povos Guarani (Kaiowá e Nandeva), Terena, Atikum, Kadiwéu, Kiquinau, Guató e Ofaié. No final do século XIX, mas, sobretudo, no início do XX, por diversas formas violentas, os povos indígenas sofreram intenso processo de genocídio e de etnocídio, além de expropriação de seus territórios tradicionais. Mais recentemente, o avanço da agricultura e das empresas capitalistas pelo estado, com destaque para o Centro-Sul, baseado na concentração fundiária e nas mudanças na posse e no uso da

terra, pela substituição de áreas de pastagens pelos cultivos de soja, milho e cana, contribuem para o agravamento das condições vitais, sobremaneira, entre os Kaiowá e os Guarani.

Estes povos, a partir do final dos anos 1980, com a promulgação da Constituição de 1988, de forma mais intensa, passaram a reivindicar direitos de retorno aos seus territórios tradicionais, de onde foram expropriados nas primeiras décadas do século XX e expulsos no decorrer das décadas seguintes. Dentre as diversas ações, destacam-se as ocupações, denominadas por eles de retomadas de seus Tekoha, além das manifestações em rodovias, ruas e prédios públicos. Por outro lado, o Estado brasileiro e os proprietários de terras agem com a força da lei e da repressão jurídica e policial, bem como à revelia, por meio de crimes de pistolagem disfarçados pelas ações de “empresas de segurança patrimonial”.

Portanto, este artigo baseia-se no entendimento da existência da questão agrária no Centro-Sul de Mato Grosso do Sul, pois além de outras, compreende-a pelas disputas territoriais protagonizadas pelos povos indígenas, a partir da questão indígena, constituindo-se como elemento central de análise no estado. Assim, os indígenas contrapõem-se aos avanços e das ações dos latifundiários e dos capitalistas que transformaram a propriedade, o uso e a posse da terra nos últimos anos, via territorialização do agronegócio.

Sendo assim, o objetivo central deste artigo é apontar as nuances da questão agrária e refletir sobre seus rebatimentos na questão indígena em Mato Grosso do Sul, sobretudo algumas tragédias e formas de resistência Kaiowá e Guarani.

Para tanto, utilizou-se, como procedimento metodológico, de análise e revisão bibliográfica sobre a questão agrária no Brasil e em Mato Grosso do Sul e sobre a questão indígena. Dados secundários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) foram sistematizados em tabelas e mapas a fim de balizarem a discussão. Além disso, foram utilizadas informações publicadas pela mídia sobre conflitos envolvendo proprietários fundiários e indígenas em disputas por terras.

Além desta introdução, o artigo é composto de três seções. Na primeira, apresenta-se um panorama sobre a questão agrária em Mato Grosso do Sul por meio do processo de ocupação do Centro-Sul do estado e seus desdobramentos na questão agrária atual; na segunda, apresentam-se os dados da estrutura fundiária de Mato Grosso do Sul e de alguns municípios e conflitos decorrentes nos últimos anos; na terceira, destaca-se o protagonismo indígena na luta pela retomada de seus territórios tradicionais e os conflitos decorrentes, com destaque para as mortes de indígenas. Por último, as considerações finais.

Apropriação capitalista e “limpeza” da terra no Sul de Mato Grosso do Sul

Os conflitos envolvendo indígenas e não indígenas (fazendeiros e capitalistas) em Mato Grosso do Sul relacionam-se à questão agrária, ou seja, às disputas por terras e seus desdobramentos temporais e espaciais, maiormente a partir do final do século XIX e início do XX, em decorrência da apropriação capitalista da terra por meio da transformação dos territórios indígenas em fazendas, via avanço da frente pioneira, da fronteira demográfica e econômica, dos encontros e dos desencontros (MARTINS, 1994 e 1996). À posterior “limpeza” das terras, pela expropriação e pelo extermínio indígena, ocorreram as titulações de propriedades privadas sob novas nuances legislativas pelo Estado brasileiro (Lei de Terras de 1850) e o concomitante confinamento dos Kaiowá e Guarani, dentre outros povos, em “reservas”.

Para Martins (1994, p.27), a fronteira tem como característica fundamental o conflito social resultante do encontro dos “[...] diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro [...]”, de temporalidades diferentes, portanto é, “[...] a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos”. Sendo assim, “O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História”.

Há pelo menos 2000 anos povos ando-peruanos ocuparam vasta área do continente sul-americano que, atualmente, abrange Paraguai, Argentina, Bolívia, Uruguai e Brasil e, dentre estes povos, os Guarani e seus diversos subgrupos, os mais conhecidos em termos arqueológicos, antropológicos, históricos e linguísticos (MOTTA, 2013, p.28). O Centro-Sul do atual Mato Grosso do Sul compreendia, até as primeiras décadas do século XX, o vasto território dos Kaiowá e Guarani (MOTA, 2015, p.417; LUTTI, PEREIRA, 2015, p.2).

As atuações neste espaço, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, da Companhia Mate Laranjeira, empresa que agregava capital argentino, extraíndo erva-mate, e de pecuaristas mineiros, paulistas e sulistas, contribuíram para as ações de esbulho nas terras dos Kaiowá e Guarani. Também contribuiu, nas primeiras décadas do XX, a política indigenista do Estado brasileiro por meio do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), na criação de reservas e no processo de confinamento, como denominado por Brand (1993). Situação agravada, a partir da década de 1940, com a política varguista da “Marcha para o Oeste”, de privatizações das terras por meio de colonização oficial (Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND) e outras privadas (MOTTA, 2013, p.28). Desde então, os territórios indígenas foram transformados em território do capital, via institucionalização da propriedade

capitalista da terra, por meio de titulações, fraudulentas ou não, como fundamento ideológico, legal e institucional da menor fração do Estado burguês brasileiro².

Desta maneira, nas décadas finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, esta vasta região passou pelo processo de apropriação capitalista da terra, ou seja, transformou-se de território tradicional de ocupação indígena em outra concepção jurídica, política e econômica, metamorfoseando-se em mercadoria, em equivalente de capital – terra de negócio (MARTINS, 1995). O contato entre a frente de expansão e a frente pioneira (MARTINS, 1997) foi deveras perverso contra os indígenas, pois sofreram o processo de esbulho de suas terras sagradas (seu território, o Tekoha) e o posterior confinamento (BRAND, 1993) nas “reservas indígenas” (MOTA, 2011, 2015)³, além das mais variadas formas de violências, colocando-os em “situação de reserva” (PEREIRA, 2012).

Além da concessão de terras às empresas imobiliárias, outros títulos foram emitidos a individuais (FABRINI, 2008, p. 67). Por meio de leis estaduais e, principalmente, após a criação do Código de Terras do Estado, pela Lei nº 336 de 1949, o governo estadual (do antigo Mato Grosso) oferecia enormes quantidades de terras a particulares e companhias, contribuindo, também, com subsídios para os investimentos em infraestrutura, como implantação de estradas, ampliação da rede elétrica, favorecendo, desta maneira, os capitalistas e os latifundiários, em detrimento aos indígenas e aos camponeses (LAMOSO, 1994, p.43-45).

O SPI demarcou oito reservas destinadas, entre 1915 e 1928, para o recolhimento e o agrupamento de milhares de Kaiowá e Guarani, totalizando apenas 18.124 hectares (PEREIRA (2012); BRAND (1997)). Como escrito anteriormente, o SPI tinha como política indigenista a proteção indígena contra o “[...] avanço desenfreado das frentes pioneiras de ocupação que, via de regra, provocavam a dizimação de inúmeras etnias indígenas”. (PEREIRA, 2012, p.125).

Entre 1928 e 1977 não foram criadas novas reservas e o SPI/FUNAI atuaram no sentido de recolher os indígenas, dispersos pelas terras tituladas no Sul do estado, nas pequenas áreas das reservas, desestruturando as formas organizacionais dos Kaiowá e Guarani baseadas nas parentelas (PEREIRA, 2012). Atualmente, em Mato Grosso do Sul, existem mais de 77 mil pessoas indígenas (Censo Indígena, IBGE 2012), constituindo-se a segunda maior população do Brasil. Estes encontram-se confinados, em sua maioria, em

² Entende-se que a propriedade capitalista é a menor fração do território do Estado capitalista, pois a legislação permite o fracionamento do território estatal e a garantia de propriedade em nome o proprietário, unificando posse e domínio numa única figura jurídica. A partir de da Lei de Terras de 1850, o Estado abriu mão da posse e do domínio, mas garantiu a legitimidade de sua soberania pelo encadeamento legal, mas garantindo a propriedade capitalista da terra como fundamento de sua estruturação. Obviamente que as terras públicas existem em paralelo às privadas, incluindo as terras indígenas.

³ Mota (2011, 2015) utiliza os conceitos “territorialização imposta” e “territorialização precária” para explicar os processos e territorialidades Guarani a exemplo da criação das “reservas” e das lutas de enfrentamentos pela mobilidade e retomada dos seus territórios.

reservas, criadas nas primeiras décadas do século XX pelo antigo SPI (EREMITES DE OLIVEIRA, PEREIRA, 2009) e, mais recentemente, pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), totalizando 29 terras indígenas regularizadas e outras 36, assim classificadas: declaradas (9), delimitadas (3), homologadas (4) e em estudo (20). No Sul do estado são 48, mas somente 16 terras indígenas regularizadas (FUNAI, s.d.). O objetivo implícito na criação das “reservas”, desde o início do século XX, era promover a “limpeza da terra”, justamente para efetivar a apropriação capitalista da terra, favorecendo grandes proprietários, membros da elite econômica brasileira, especialmente aquela vinculada aos entremeios do poder político.

A violência decorrente da estrutura fundiária concentrada

O resultado do processo de esbulho sofrido pelos indígenas, com conseqüente confinamento e territorialização precária e imposta, foi a apropriação capitalista da terra em Mato Grosso do Sul, gerando concentração fundiária e violência. Somente entre 2003 e 2010, 250 indígenas foram assassinados em Mato Grosso do Sul, número maior que os 202 mortos nos demais estados do Brasil (LUTTI, LOERA, 2012, p.3; ALMEIDA, 2013, p.2).

Os dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), confirmam a concentração de terras em Mato Grosso do Sul, conforme se verifica na tabela 1. Os imóveis na classe de área de até 200 hectares, as pequenas propriedades, correspondiam a mais de 69% do total, mas ocupavam pouco mais de 7% da área total ocupada por todos os imóveis rurais. Por outro lado, os da classe de área acima de 1.000 hectares, com pouco mais de 9% do total, ocupavam mais de 69% da área ocupada pelos imóveis rurais em Mato Grosso do Sul, demonstrando a clara concentração fundiária, resultante do processo histórico de apropriação capitalista da terra por meio da aliança capitalistas-latifundiários-Estado.

Tabela 1 – Mato Grosso do Sul: estrutura fundiária – 2014.

Classe Área Total (ha)	Nº imóveis	%	Área Total (ha)	%
0 a menos 200	65.494	69,92%	2.783.542,71	7,18%
200 a menos de 500	12.215	13,05%	3.942.123,13	10,16%
500 a menos de 1000	7.182	7,66%	5.070.926,01	13,08%
Acima de 1000	8.777	9,37%	26.983.441,78	69,58%
Total	93.668	100%	38.780.033,63	100%

Fonte: INCRA/SNCR – 2014

No Sul do Estado, a questão agrária, envolvendo terras indígenas, é mais acentuada, como no município de Antônio João. Pela tabela 2, nota-se a forte concentração fundiária,

pois apenas 35 imóveis, acima de 1.000 hectares, concentravam mais de 63% da área total ocupada pelas propriedades rurais no município. Por outro lado, 71,4% os imóveis, na classe de área com menos de 200 hectares, ocupavam, em 2014, apenas 10,83% da área total das propriedades rurais. Neste município ocorreram os últimos conflitos envolvendo fazendeiros, pistoleiros e indígenas em Mato Grosso do Sul, disputas resultantes da reivindicação indígena Kaiowá, desde o final dos anos 1990, da Terra Indígena Ñande Ru Marangatu, de mais de 9 mil hectares, ocupada por cinco fazendas de criação de gado, da qual foram expulsos a partir dos anos 1950. Em conflito ocorrido em 2015, o Kaiowá Semião Fernandes Vilhalva foi assassinado⁴.

Tabela 2 – Antônio João (MS): estrutura fundiária – 2014.

Classe Área Total (ha)	Nº imóveis	%	Área Total (ha)	%
0 a menos 200	282	71,4%	13.529,27	10,83%
200 a menos de 500	62	15,69%	20.334,39	16,27%
500 a menos de 1.000	16	4,05%	11.406,79	9,13%
Acima de 1.000	35	8,86%	79.690,80	63,77%
Total	395	100%	124.961,25	100%

Fonte: INCRA/SNCR – 2014.

Outro município, no Sul de Mato Grosso do Sul, com conflitos fundiários envolvendo indígenas e fazendeiros, é Japorã. Neste município localiza-se a Terra Indígena Porto Lindo, regularizada para os Guarani e outras reivindicadas (Mocajá e Vitoi Kuê, em estudo; Yvy-Katu, declarada). A questão agrária evidencia-se nestes espaços, pois a luta pela retomada dos territórios tradicionais esbarram na forte concentração fundiária, pois apenas 6 imóveis totalizavam 59,32% da área das propriedades rurais do município, conforme os dados apresentados na tabela 3. A situação torna-se agravante frente à estrutura fundiária concentrada pois, neste município, é grande a população indígena em relação à população total, pois dos 7.731 habitantes, 3.822 são indígenas (49,4%), de acordo com o Censo Demográfico de 2010. Como em grande parte do Sul de Mato Grosso do Sul, os fazendeiros articulam expedientes de violência, manipulação da opinião pública e apoio do Estado via reintegração de posse visando permanecerem com a propriedade das terras. As disputas pelas terras de Ivy-Katu ocorrem desde 1982 quando houve a delimitação de 9.484 hectares em 14 fazendas da região, arrastando-se de lá até os dias atuais.⁵

Tabela 3 – Japorã (MS): estrutura fundiária – 2014.

⁴ Notícia publicada na imprensa sobre os conflitos envolvendo indígenas e fazendeiros em Antônio João, sul de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/05/politica/1441467261_989526.html>. Acesso em: 10 dez. 2015.

⁵ A imprensa nacional noticiou os conflitos fundiários em Japorã em 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2015/07/justica-federal-autoriza-permanencia-de-indigenas-em-fazenda-de-japora.html>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

Classe Área Total (ha)	Nº imóveis	%	Área Total (ha)	%
0 a menos 200	189	91,3%	7.869,30	26,76%
200 a menos de 500	10	4,84%	2.869,90	9,76%
500 a menos de 1.000	2	0,96%	1.222,99	4,16%
Acima de 1.000	6	2,9%	17.447,73	59,32%
Total	207	100%	29.409,92	100%

Fonte: INCRA/SNCR – 2014

No município de Naviraí, a concentração fundiária é latente, como demonstrado pelos dados da tabela 4. Os imóveis acima de 1.000 hectares ocupavam mais de 74% da área das propriedades rurais no município, mesmo somando apenas 14,02% do total. Por outro lado, os imóveis com até 200 hectares, mesmo representando mais de 61% do total, ocupavam apenas 5,08% da área das propriedades rurais no município. Neste contexto de forte concentração fundiária, há tendência de conflitos no decorrer dos próximos anos, em virtude da portaria da Funai autorizando os estudos antropológicos, de responsabilidade do Grupo Técnico de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Dourados-Amambaípeguá (I, II, III e IV), nos municípios de Naviraí, Dourados, Amambaí, Caarapó, Juti e Laguna Carapã (FUNAI, s.d.). A situação tornou-se tensa, pois a fazenda Santa Helena, no município de Caarapó, foi ocupada por indígenas após o adolescente Denílson Barbosa, de 15 anos, da comunidade Tey Kuê, ter sido assassinado a tiros em 16 de fevereiro de 2013, enquanto pescava no interior da fazenda. Como forma de protesto, 200 pessoas da comunidade ocuparam a fazenda reivindicada como terra indígena⁶.

Tabela 4 – Naviraí (MS): estrutura fundiária – 2014.

Classe Área Total (ha)	Nº imóveis	%	Área Total (ha)	%
0 a menos 200	416	61,35%	18.091,94	5,08%
200 a menos de 500	112	16,51%	35.778,85	10,05%
500 a menos de 1.000	55	8,12%	36.141,97	10,15%
Acima de 1.000	95	14,02%	266.083,01	74,72%
Total	678	100%	356.095,77	100%

Fonte: INCRA/SNCR – 2014

No mapa 1 observa-se o predomínio da concentração fundiária para além do Sul do estado e como as reservas indígenas estão cercadas pela grande propriedade. Por meio da técnica desenvolvida por Melo e Braz (2018), a partir dos dados do Incra (2017) sobre as

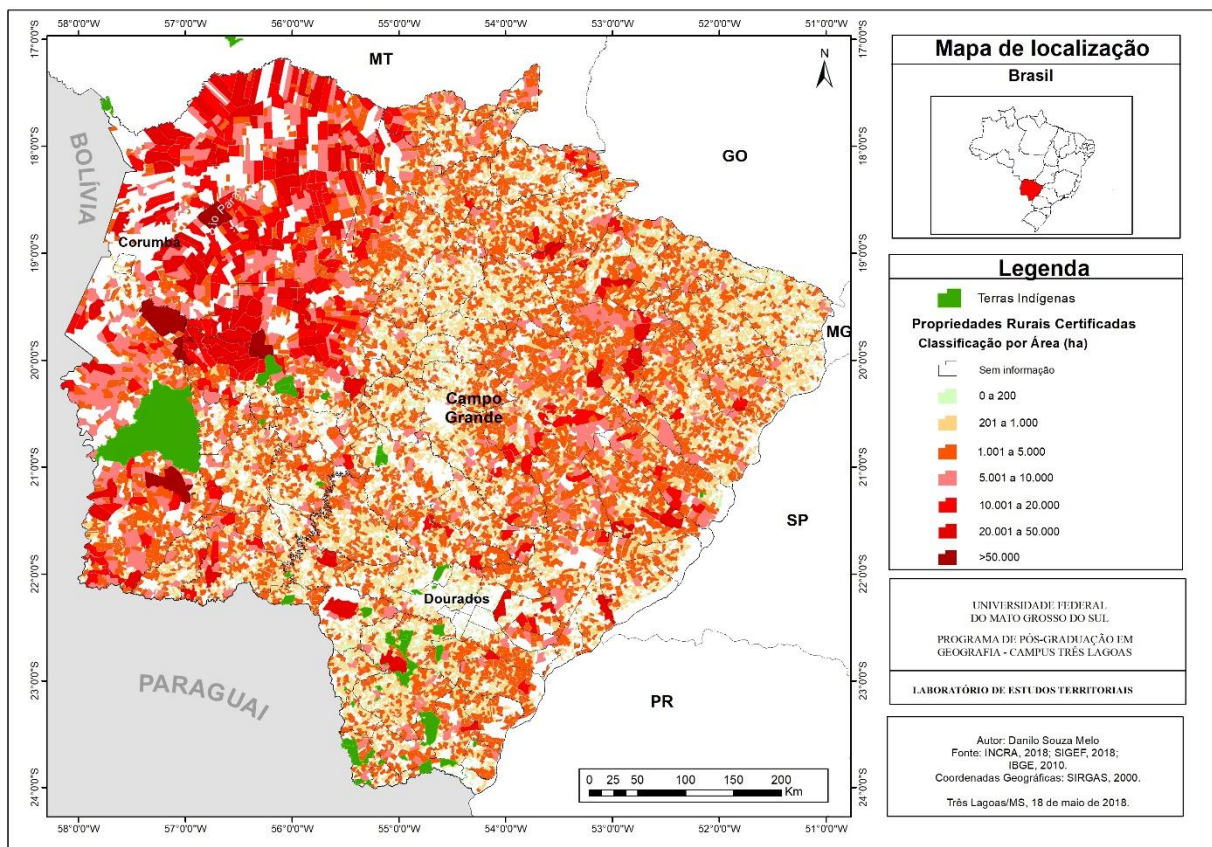
⁶ Notícia disponível em: < <http://m.tanamidianavirai.com.br/ler.php?referencia=972143352117925>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

propriedades privadas certificadas, classificou-se as propriedades em diferentes classes por tamanho em hectares.

Desta maneira, evidenciou-se o predomínio da grande propriedade capitalista da terra em Mato Grosso do Sul, sobretudo as propriedades com tamanho igual ou maior que 5.000 hectares. Destaca-se ainda a existência de propriedades com tamanho acima de 20.000 hectares e sua concentração no Norte do estado, especialmente no municípios de Corumbá, Aquidauana e Miranda.

O mapa 1 ainda revela o cercamento das terras indígenas pelas grandes propriedades em Mato Grosso do Sul. Esta situação explica em parte a tensão vivida no campo neste estado.

Mapa 1 – Mato Grosso do Sul: estrutura fundiária (2017)



Fonte: INCRA, 2017.

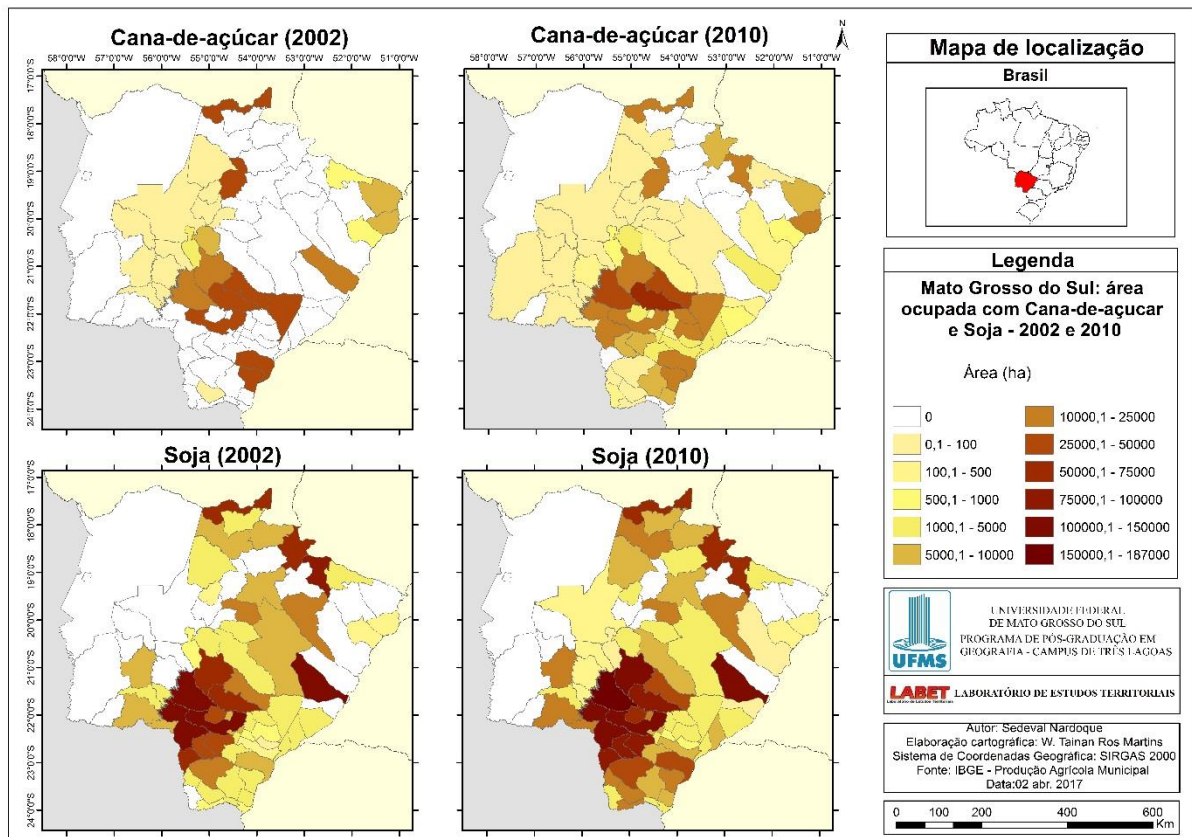
Desta maneira, as populações tradicionais em Mato Grosso do Sul disputam frações do território com a agricultura capitalista. Assim, ao longo da história foram registrados inúmeros conflitos decorrentes da luta indígena por suas terras tradicionalmente ocupadas em contraposição ao avanço da agricultura capitalista no estado.

A territorialização do capital e o protagonismo indígena na luta pela terra

No Centro-Sul de Mato Grosso do Sul acentuou-se a questão agrária, pois concomitante à concentração fundiária, houve a territorialização de monopólios (OLIVEIRA, 1981), iniciada nos anos 1980, com a expansão dos plantios de soja, da atuação de negociantes capitalistas e os negócios derivados deste processo⁷ e, mais recentemente, nas primeiras décadas dos anos 2000, com a instalação de empresas do setor sucroenergético e a expansão dos plantios de cana-de-açúcar (Mapa 2), substituindo as áreas anteriormente ocupadas com pastagens. Este fenômeno recente de territorialização do capital no Centro-Sul do Estado contribuiu para o acirramento das disputas pelo território por parte dos proprietários de terra, em aliança com capitalistas, contra os indígenas. Segundo Oliveira (1981), o território é entendido como expressão concreta da luta de classes travada pela sociedade na busca de sua existência, portanto é espaço delimitado pelas relações de poder. Portanto, a demarcação de terras indígenas contribui para a diminuição de estoques de terras no mercado, provocando forte reação dos proprietários de terras e de capitalistas. A demarcação transforma terra privada em pública, retirando áreas do mercado de terras para comercialização e para o plantio ou criação bovina.

Nota-se, pela mapa 2, a expansão dos plantios de cana e de soja, entre 2002 e 2010, sobremaneira no Centro-Sul de Mato Grosso do Sul, justamente onde há as disputas por terras envolvendo fazendeiros/capitalistas e os indígenas.

⁷ Nardoque (2015) escreveu sobre o mesmo processo em Tangará da Serra (MT), justamente contrapondo-se a concepção de agronegócio como sujeito, mas como atuação de empresários capitalistas em associação com latifundiários, portanto, sujeitos do processo de territorialização do capital, via atividades econômicas derivadas do espraiamento dos plantios de soja e de cana.

Mapa 2 – Mato Grosso do Sul: área plantada com cana e soja – 2002-2010

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE – 2002-2010.

As concepções dos Kaiowá e Guarani sobre território, o Tekoha, alicerçam-se nos princípios de lugar, não apenas na sua fisicidade, mas, também, onde mantêm e reproduzem determinadas formas de vida, relacionando-se ao “bom viver” ou ao modo tradicional de ser Guarani (LUTTI; LOERA, 2012, p.6), princípios em rota de colisão com a lógica capitalista da terra. Em virtude desta concepção de totalidade do território, as “reservas” indígenas, criadas nas primeiras décadas do século XX, não representam a totalidade do Tekoha, mas territorialização imposta (MOTA, 2011).

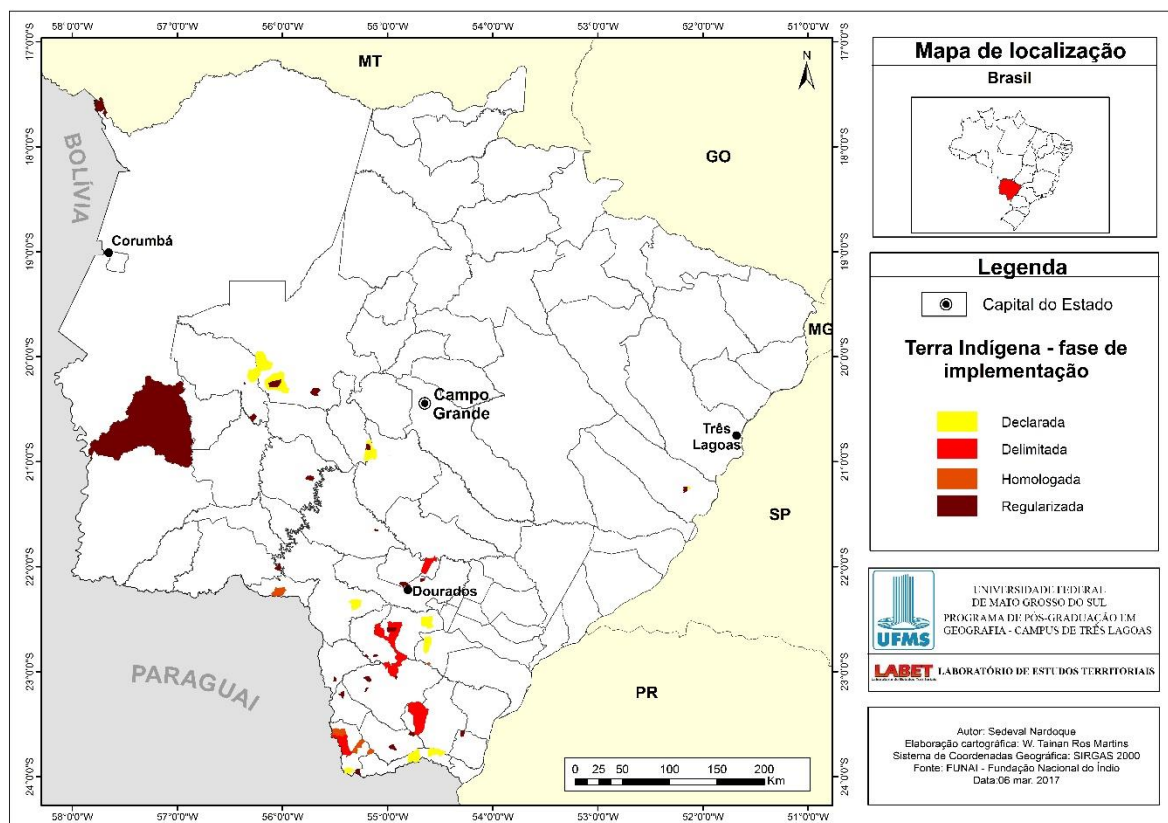
À luz da concepção de território pelos indígenas, no Sul de Mato Grosso do Sul, associada à condição legal do Estado burguês brasileiro, amparada pelo Art. 231, §1º, da Constituição Federal de 1988, a partir da década de 1980, houve a formação e as ações dos movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2005) indígenas. Amplificando-se, sobremaneira, pelas retomadas de seus territórios tradicionais na tentativa de reocupação das antigas terras Kaiowá e Guarani, seja pela formação de acampamentos às margens das estradas ou pela ocupação de fazendas, como no caso da Terra Indígena Ñande Ru Marangatu, localizada no distrito de Campestre, município de Antônio João (EREMITES DE OLIVEIRA, 2015).

Os conflitos ocorrem, principalmente, nas terras tradicionalmente ocupadas, mas que ainda não foram homologadas ou regulamentadas (Mapa 3), permanecendo sob condições jurídicas pouco favoráveis aos indígenas, como “as realização dos estudos antropológicos,

históricos, fundiários, cartográficos e ambientais, que fundamentam a identificação e a delimitação da terra indígena” (Em Estudo); “as terras que tiveram os estudos aprovados pela Presidência da Funai, publicada no Diário Oficial da União e do Estado, na fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça, para decisão de expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional indígena” (Delimitadas) e as “terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento” (Declaradas). (FUNAI, s.d.).

Como a legislação brasileira permite o contraditório, mesmo o direito ancestral sendo reconhecido constitucionalmente (Art. 231, §1º), os fazendeiros e os capitalistas oferecem mecanismos dificultadores para a homologação e a regulamentação das terras indígenas, alegando possuírem títulos com cadeias dominiais de princípios do século XX, emitidos pelo Estado brasileiro. Outra alegação, baseia-se no “mito do desenvolvimento”, alicerçado nos volumes da produção agropecuária e na geração de renda e empregos.

Mapa 3 – Mato Grosso do Sul: terras indígenas por fase de implementação

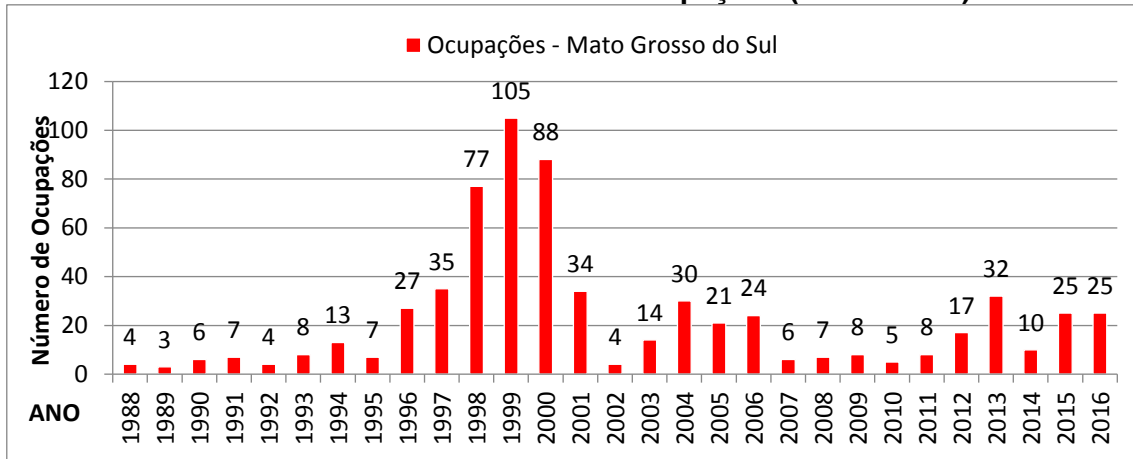


Fonte: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), 2016.

Nos últimos anos, o Banco de Dados da Luta pela Terra/MS (DATALUTA/MS) monitorou e contabilizou as manifestações e as ocupações de terra em Mato Grosso do Sul dos movimentos socioterritoriais. Pelos números levantados nos últimos anos, houve

diminuição significativa das ocupações de terras envolvendo sem terras, sobretudo nos anos 2000, em decorrência da retração das ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como pode ser observado no gráfico 1. Por outro lado, os movimentos socioterritoriais indígenas tornaram-se os principais protagonistas da luta pela terra (MELO, 2015).

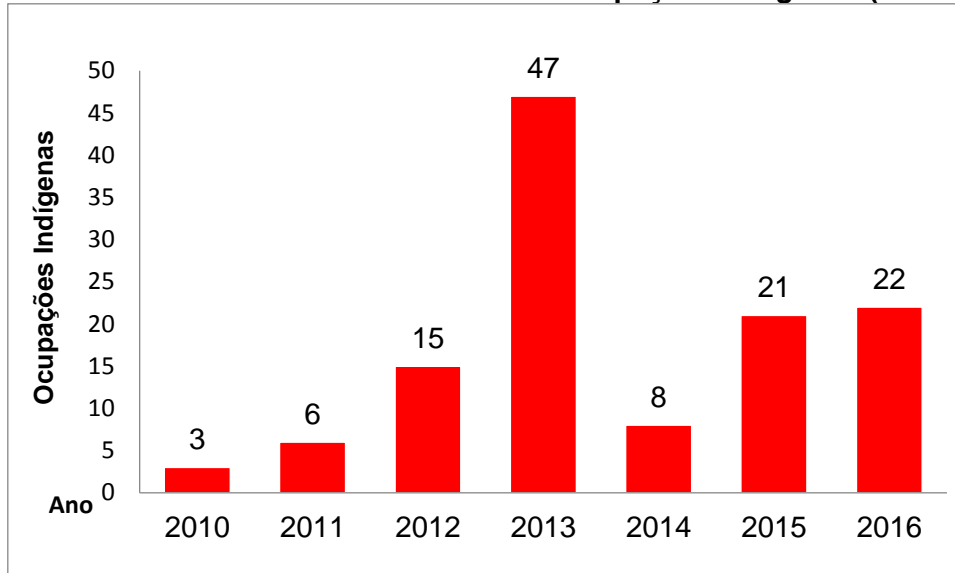
Gráfico 1 - Mato Grosso do Sul: ocupações (1988 a 2016)



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2017.

No gráfico 2, demonstra-se o protagonismo dos movimentos socioterritoriais indígenas nas ocupações de terra, com o claro objetivo de retomada de seus territórios tradicionais. Em 2010, das cinco ocorridas em Mato Grosso do Sul, três foram dos movimentos socioterritoriais indígenas; em 2011, das oito, os indígenas foram responsáveis por seis; em 2012, das 17, 15 foram promovidas pelos índios; no ano de 2013 foram 47, do total de 48; das 10 em 2014, oito foram ocupações realizadas pelos indígenas. No ano de 2015, das 25 ocupações, 21 foram realizadas por indígenas; e em 2016, das 25, 22 foram protagonizadas por movimentos indígenas.

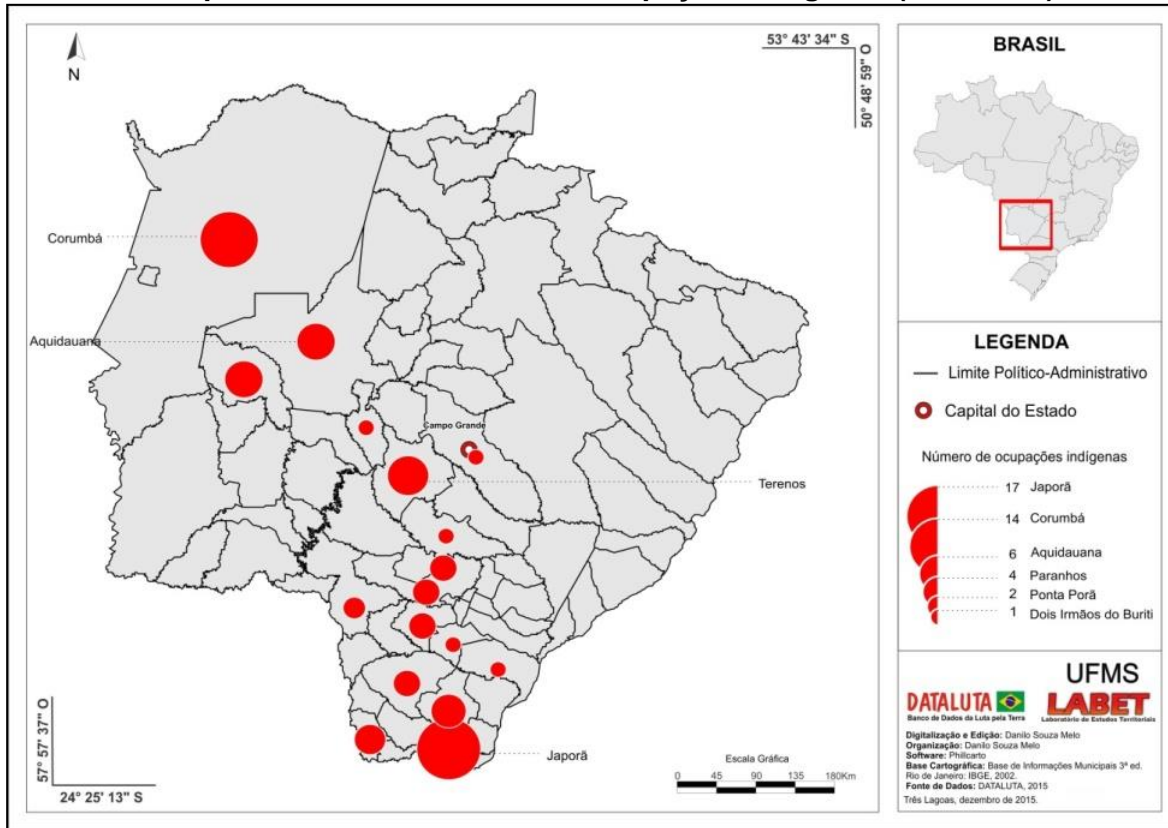
Gráfico 2 – Mato Grosso do Sul: número de ocupações indígenas (2010-2016)



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2017.

No mapa 4, nota-se a concentração das ocupações indígenas localizadas no Sul de Mato Grosso do Sul, justamente onde se localiza a maioria da população indígena do estado, sobretudo os Kaiowá e Guarani e seus territórios ancestrais. Portanto, a luta pela retomada dos territórios indígenas nesta região atrela-se às identidades territoriais por várias modalidades territoriais. Desta maneira, os movimentos socioterritoriais indígenas atuam nas cidades (nas manifestações, por exemplo), nas ocupações/retomadas de fazendas e de prédios públicos, nas alianças entre indígenas e não indígenas, enfim, ocorrem na multidimensionalidade da luta pela terra, por território (MOTA, 2011).

No Centro-Sul de Mato Grosso do Sul, além das retomadas, também é comum a presença de acampamentos indígenas às margens das rodovias, como ocorre em Rio Brilhante, Caarapó e Dourados. Neste último município, há oito acampamentos indígenas: Apyka'i, Nu Porã, Pacuriky, Passo Piraju, Itahum, Boqueirão, Picadinha e Nhu Verá. (NARDOQUE, MELO, KUDLAVICZ, 2018).

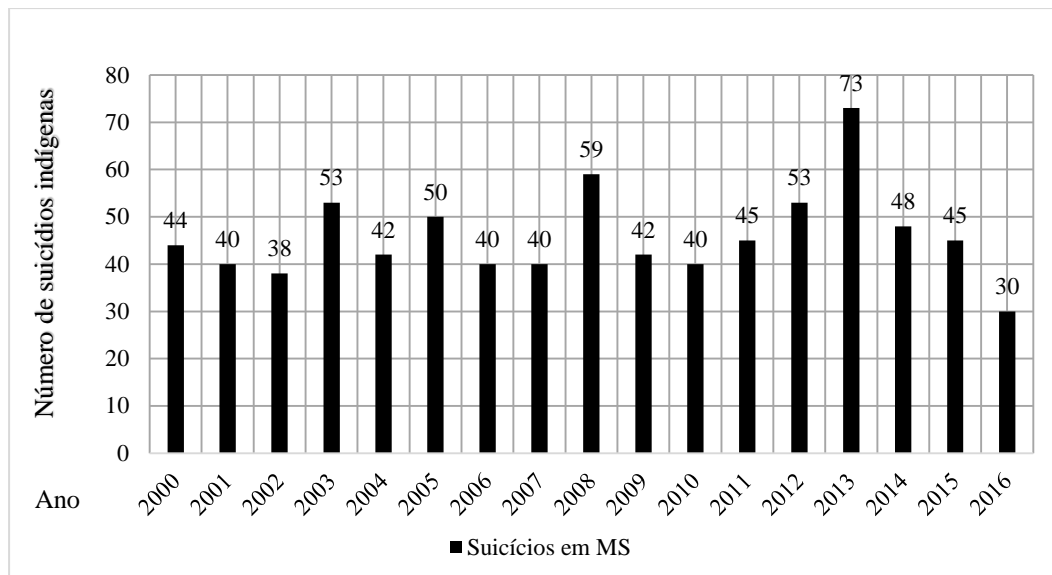
Mapa 4 – Mato Grosso do Sul: ocupações indígenas (2010-2016)

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2017.

Desta maneira, a espacialização da luta pela terra-território indígena, considerada sagrada, diferencia-se da concepção de “terra de negócio/mercadoria e de terra para o trabalho”, na perspectiva dos capitalistas e dos camponeses, respectivamente (MARTINS, 1997). A necessidade indígena de retorno ao território de seus ancestrais e a sua urgência desdobram-se nas mais diferentes formas de violência, em conflitos, sobretudo com mortes de indígenas no estado (MELO, NARDOQUE, 2014).

Acrescenta-se a estas constatações, o alarmante número de suicídios em Mato Grosso do Sul contabilizado pela Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Em seu relatório, o CIMI indica Mato Grosso do Sul como o estado com maior número de suicídios indígenas no país. No gráfico 3 são apresentadas estas informações, indicando a média de mais de 40 suicídios por ano em Mato Grosso do Sul, totalizando 782 mortes entre os anos de 2000 e 2016.

Gráfico 3 - Mato Grosso do Sul: Número de suicídios de indígenas (2000-2016)



Fonte: CIMI-2019. (Organizado pelos autores).

Esta epidemia associa-se às duras condições de vida e reprodução social destas populações tradicionais em áreas diminutas das terras indígenas.

Para Pereira (2012), os casos de violência nas reservas decorrem de suas superpopulações em áreas exíguas, gerando disputas por terras entre vizinhos para o plantio, além da falta de geração de renda e da convivência forçada com parentelas lideradas por desafetos ou mesmo de parentelas que na sua origem eram rivais. Segundo o mesmo autor, a falta de convivência harmônica resulta da fragmentação do tecido social nas reservas, pois o ambiente não é favorável às práticas tradicionais, como os rituais necessários para a manutenção da coexistência pelos valores ético-religiosos. Além do mais, muitos homens saem das reservas para trabalhos nas empresas do setor sucroenergético, além de outras atividades (construção civil, por exemplo), ficando ausentes das relações familiares e de parentesco, resultante da falta de condições materiais de reprodução social no interior das terras indígenas.

Portanto, uma das principais estratégias utilizadas pelas lideranças dos movimentos indígenas é a busca por reaver seus territórios tradicionais, a partir de movimentos denominados, pelos Kaiowá e Guarani, de retomadas. A concentração fundiária, o avanço da agricultura capitalista no Centro-Sul do estado e o agrupamento da luta pela terra nesta região, historicamente ocupada pelos povos tradicionais, acirram as disputas. Desta forma, grande parte das ocupações realizadas pelos movimentos indígenas localiza-se em áreas reivindicadas ou demarcadas como território indígena, mas ocupadas ou cercadas pelas atividades ligadas à agropecuária capitalista e até mesmo por camponeses.

Considerações Finais

A porção Centro-Sul de Mato Grosso do Sul foi ocupada por fazendas de criação extensiva de bovinos ao longo do processo de apropriação capitalista da terra ao longo do século XX. A partir dos anos 1980 houve expansão dos cultivos de soja, sobretudo para exportação e, mais recentemente, o monocultivo de cana espraiaram-se pela região em decorrência da territorialização do capital proveniente do setor sucroenergético que, nesta região, possui 19 usinas, a maioria em áreas reivindicadas pelos Kaiowá e Guarani como sendo territórios tradicionais, seus Tekoha.

O futuro aponta para o acirramento dos conflitos em virtude da disposição dos indígenas na retomada de suas terras e dos proprietários capitalistas na manutenção, a qualquer preço, na dominação do território. Infelizmente, a correlação de forças é desigual para o lado indígena, e se expressa como tragédia, pois a Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2014) registrou, em Mato Grosso do Sul, 149 conflitos envolvendo indígenas, entre os anos de 2010 e 2014, com 8 assassinatos deles.

Grande parte da tragédia imposta aos povos indígenas de Mato Grosso do Sul resulta da questão agrária, notadamente pela gênese da apropriação capitalista da terra que transformou as terras indígenas em propriedades sob o domínio dos fazendeiros e dos capitalistas sob as benesses do Estado brasileiro, expressão máxima da aliança do atraso (MARTINS, 1994).

O recolhimento e confinamento em reservas, a qual foram submetidos, agravaram a situação justamente pela fragmentação dos grupos Kaiowá e Guarani, que apresentavam agrupamentos, denominados de parentelas (PEREIRA, 2012), e possuíam, anteriormente, redes de contatos e relações de produção e rituais interligados por redes de caminhos. A situação de reserva desarticulou seus territórios, juntando um conjunto de pessoas que não possuíam relações de proximidade e, quando não, tinham relações de conflito. É certo que esta situação fez brotar a consciência de lideranças para a retomada de seus territórios ancestrais, dos quais conservam viva memória, as chamadas terras reivindicadas e, muitas vezes, retomadas.

As ocupações de terras realizadas em Mato Grosso do Sul, entre os anos de 2010 e 2016, foram protagonizados pelos movimentos indígenas. Esta constatação indica a necessidade latente destes povos tradicionais em recuperarem as terras de seus ancestrais para garantirem a reprodução de seu modo de vida. Pensar a questão agrária em Mato Grosso do Sul exige dedicar a devida atenção aos movimentos de retomada indígena, esforço empreendido no presente artigo.

Referências

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Por esses mortos, nossos mortos, peço castigo. **Boletim DATALUTA**, n.66, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, Presidente Prudente, jun. 2013.

BRAND, Antônio. **O confinamento e seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá**. Dissertação (Mestrado em História) - PUC/RS, Porto Alegre, 1993.

_____. **O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani**: os difíceis caminhos da palavra. Tese (doutorado) – Programa de Pós Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre. 1997.

BRASIL. Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio. **Modalidades de terras indígenas**. s.d. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em: 04 nov. 2015.

CANUTO, Antônio Canuto; LUZ, Cássia Regina da Silva, COSTA, Edmundo Rodrigues. **Conflitos no Campo** – Brasil 2014. Goiânia, CPT Nacional, 2014.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. Para compreender os conflitos pela posse da terra indígena Nãnde Ru Marangatu no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia** (Anpege). V.11, n.15, jan.-jun.,2015, p.333-340.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi M. **Nãnde Ru Marangatu**: laudo antropológico e histórico de uma terra Kaiowá na fronteira do Brasil como Paraguai, município de Antônio João, Mato Grosso do Sul. Dourados: Editora UFGD, 2009.

FABRINI, João Edimilson (et. al.). Conflitos entre ruralistas, camponeses e indígenas no Paraná. **Boletim DATALUTA**, n.72, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, Presidente Prudente, dez. 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, ano 8, n. 6, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, Presidente Prudente, jan.-jun. 2005.

LAMOSO, Lisandra Pereira. **A ocupação da Amazônia Matogrossense**: o caso de Jauru-MT. Dissertação (Mestrado em Geografia), FCT-UNESP, Presidente Prudente, 1994.

LUTTI, Aline Castilho Crespe; LOERA, Nashieli Rangel. A violência contra os acampamentos Guarani e Kaiowá no Sul de Mato Grosso do Sul. **Boletim DATALUTA**, n.49, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, Presidente Prudente, jan. 2012.

LUTTI, Aline Castilho Crespe; PEREIRA, Levi Marques. Impasses e hesitações no reconhecimento dos territórios de ocupação tradicional dos Kaiowá e Guarani no Estado de Mato Grosso do Sul. **Boletim DATALUTA**, n.87, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, Presidente Prudente, mar. 2015.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: Ensaio de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.

_____. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**; Revista de Sociologia. USP, 8 (1), São Paulo, mai. 1996.

_____. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MELO, Danilo Souza. **Geografia da manifestações e das ocupações em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (2000 a 2012)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFMS, 2015.

MELO, Danilo Souza; NARDOQUE, Sedeval. As manifestações em Mato Grosso do Sul e a relação campo-cidade **Boletim DATALUTA**, n.73, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, Presidente Prudente, jan. 2014.

MELO, Danilo S.; BRAZ, Adalto M. Questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária. **Revista Nera**, n.43, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2018.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Território e territorialidades Guarani e Kaiowá**: da territorialização precária na Reserva Indígena de Dourados à multiterritorialidade. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

_____. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá**: diferenças geográficas e as lutas pela Des-colonização na Reserva Indígena e nos acampamentos-tekoha – Dourados/MS. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

MOTTA, Regina Célia Carvalho de Sá. **As linhas da camponêsidade na (in)subordinação camponêsica em Glória de Dourados/MS**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013.

NARDOQUE, Sedeval. Tangará da Serra-MT: dinâmica fundiária, agricultura capitalista e (re)criação camponêsica. In: ALMEIDA, R. A. de; SILVA, Tânia Paulo da. (Org.). **Repercussões Territoriais do Desenvolvimento Desigual-Combinado e Contraditório em Mato Grosso**. Campo Grande (MS): EDUFMS, 2015.

NARDOQUE, Sedeval; MELO, Danilo Souza. A questão agrária e indígena em Mato Grosso do Sul. **Boletim DATALUTA**, v. 1, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, Presidente Prudente, jan. 2016.

NARDOQUE, Sedeval; MELO, Danilo Souza; KUDLAVICZ, Mieceslau. Questão agrária em Mato Grosso do Sul e seus desdobramentos pós-golpe de 2016. **OKARA**: Geografia em Debate (UFPB), v. 12, João Pessoa, 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e indústria. **Boletim Paulista de Geografia**. N. 58, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, set. 1981, p. 5-64.

PEREIRA, Levi Marques. Expropriação dos territórios Kaiowá e Guarani: implicações nos processos de reprodução social e sentidos atribuídos às ações para reaver territórios – tekohará. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v.4, n.2, jul.-dez., p.124-133, São Carlos (SP), 2012.

Sobre os autores

Sedeval Nardoque – Graduação em Geografia pelo Centro Universitário de Jales. Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Docente na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0003-1562-6623>.

Danilo Souza Melo – Graduação e Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. **OrcID** <https://orcid.org/0000-0002-2645-8509>

Como citar este artigo

NARDOQUE, Sedeval; MELO, Danilo Souza. A questão agrária e seus desdobramentos na retomada indígena dos territórios tradicionais em Mato Grosso do Sul. **Revista NERA**, v. 23, n. 52, p. 90-109, dossiê., 2020.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. A redação do manuscrito foi desenvolvida em grupo. O autor **Sedeval Nardoque** foi responsável pelo desenvolvimento e articulação teórica com a realidade. O autor **Danilo Souza Melo** foi responsável pela aquisição, interpretação dos dados bem como sua organização em tabelas, quadros e mapas.

Recebido para publicação em 18 de setembro de 2018.

Devolvido para revisão em 27 de julho de 2019.

Aceito para a publicação em 08 de agosto de 2019.

Conflitos territoriais e racionalidades divergentes: contribuições da Geografia escolar para luta e (re) existência dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul

Solange Rodrigues da Silva

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) – Oiapoque, Amapá, Brasil.
e-mail: so_ufms@hotmail.com

Flaviana Gasparotti Nunes

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.
e-mail: flaviananunes@ufgd.edu.br

Resumo

Neste artigo apresentamos algumas reflexões sobre as possíveis contribuições da Geografia escolar enquanto elemento potencializador para reafirmação da identidade Guarani e Kaiowá, e, por conseguinte, para a luta pela retomada dos territórios por eles ocupados tradicionalmente. A partir de algumas narrativas míticas Guarani e Kaiowá, de relatos de mestres tradicionais e lideranças políticas destas etnias, em diálogo com conteúdos trabalhados pela Geografia escolar, apontamos as possibilidades desse conhecimento auxiliar os alunos das escolas indígenas na compreensão da situação de Reserva a que foram e/ou estão submetidos, bem como na importância da luta para retornar ao seu território.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; localização; Conflitos Territoriais.

Territorial conflicts and divergent rationalities: school geography contributions to the fight and (re) existence of the Guarani and Kaiowá from Mato Grosso do Sul

Abstract

In this paper we present some reflections on the possibilities that school geography has, from its essence (localization), to contribute as a potentiating element to the reaffirmation of the Guarani and Kaiowá identity, and, consequently, for the fight to reclaim their traditionally occupied territories. Based on some mythical Guarani and Kaiowá narratives, information by traditional masters and political leaders of these ethnic groups, in interchange with contents by school Geography, we pointed out the possibilities that this knowledge has to help the indigenous school students in understanding the situation in which the Reserve where they were and/or are inserted, as well as the importance of the struggle to return to their territory.

Keywords: Geography Teaching; location; Territorial Conflicts.

Conflits territoriaux et rationalités divergentes : contributions de la géographie scolaire pour la lutte et (re) existence des Guarani et Kaiowá des Mato Grosso do Sul

Résumé

Dans cet article nous présentons quelques réflexions sur les possibilités de la géographie scolaire, a partir de son essence (localisation), de contribuer en tant qu'élément potentialisateur à la réaffirmation de l'identité Guarani et Kaiowá et, par conséquent, à la lutte pour la reprise des territoires traditionnellement occupés pour eux. Sur la base de récits mythiques Guarani et Kaiowá, des rapports des maîtres traditionnels et des leaders politiques de ces groupes ethniques, en dialogue avec les contenus travaillés par la géographie scolaire, nous avons souligné les possibilités de cette connaissance aider les élèves des écoles indigènes à la compréhension de la situation de Réserve à laquelle ils étaient et/ou sont soumis, ainsi qu'à l'importance de la lutte pour retourner sur leur territoire.

Mots-clés: Enseignement de la géographie; localisation; Conflits Territoriaux.

Introdução

Assim como Santos (2016), partimos do entendimento de que a principal questão colocada para a Geografia relaciona-se ao onde das coisas, dos homens, das relações que estabelecemos com o mundo, compreendendo que “identificando a localização dos objetos e dos processos que a eles estão associados, podemos aprimorar nossa capacidade de reconhecermos o *onde* de nós mesmos e dos outros” (SANTOS, 2016, p.6).

Este entendimento aproxima-se das ideias do professor kaiowá César Benites¹, para o qual a Geografia é o “carro chefe” da educação escolar indígena, uma vez que ela está relacionada à localização, ou seja, à forma de olhar a terra como ferramenta de sobrevivência:

Por exemplo, os rios, a vegetação, o clima, o relevo. Tudo isso era importante para os Guarani e Kaiowá ocuparem seu território, próximos aos rios, com solos férteis para plantar, vegetação e clima propícios para sobreviver, a caça, a questão dos rios, a pesca, água. A Geografia é importantíssima para o indígena, porque a partir daí ele vai conhecer a sua localização, entender o porque hoje nós estamos vivendo em um lugar, onde não existe rio, em um espaço reduzido (Professor Cesar Benites, em entrevista pessoal no dia 24/11/2015 *apud* SILVA, 2018, p. 228).

Ainda nesta direção, destacamos também os argumentos apresentados por Dona Floriza – Ñandesy Kaiowá² –, que ressaltou a importância das crianças e jovens indígenas compreenderem o processo que os levou a viverem em reservas e as consequências desta localização para reprodução do modo de vida Guarani e Kaiowá:

[...] as crianças, os jovens precisam saber do seu passado, saber que a parteira plantou a placenta num dos pilares da casa e que parte de nós vivos está enterrado nas terras que hoje estão nas mãos dos *karaí* (não índios), e que nós lutamos para recuperar (Fala concedida durante aula de campo realizada no dia 25/08/2015 *apud* SILVA, 2018, p. 229).

¹ César Benites é diretor da Escola Municipal Indígena Agustinho, localizada na Aldeia Bororó, na Reserva Indígena de Dourados (MS).

² Ñandesy Floriza, rezadora Kaiowá, reside na Reserva Indígena de Dourados (MS).

Em vista destes elementos, um ponto de partida para a compreensão da importância da luta dos Guarani e Kaiowá para retomada dos territórios que tradicionalmente ocupavam, seria, ao nosso ver, instrumentalizar as crianças e jovens nas escolas indígenas para que possam responder algumas perguntas próprias da Geografia: “Onde?” Por que nesse lugar? Como é esse lugar? (CAVALCANTI, 2012).

As consequências do processo de desterritorialização dos *tekoha* e territorialização precária na Reserva, são amplamente destacadas por Dona Floriza:

(...) a gente vivia muito bem porque a gente tinha bastante futuro, que eu conheci aonde eu nasci ali no guachi no guarussu. E como que eu vim ficar aqui na beira da estrada? [Em referência a rodovia que corta a reserva indígena de Dourados]. Eu não tenho mais *tekoha*, não tenho mais terra grande pra plantar, pra trabalhar, e onde eu vou colocar minha netaiada, meu filho, minha filha? Lá quando a gente morava lá... Eu não sei se você chegou a conhecer o guavira vermelha árvore grande ali tinha bastante. Até agora eu tava vendo, a coisa acabou. Aqui a terra é muito pequena com duas mãos nós podemos pegar tudo. Eu nasci aqui na reserva, ali no guarussu, que chama sardinha né. Quando eu tinha 10 anos a eu vejo ainda as coisas eram muito boa, ainda tinha mata, tinha muita caça, agora hoje em dia não. Meu pai plantava abóbora, milho verde, a gente plantou dois caroços de milho saboró e aí levantou aquela semente tão bonita e vistosa. Naquele tempo não tinha agrotóxico, e aí o tempo foi passando e foi trocando nossa semente, e como agora a gente vê um monte de semente. Nossa veia que corre no corpo corre água, e ela quer entupir. Naquela época a gente adorava guariorim, suco de guariroba, de pindó, maracujá, macuray, e não tinha desnutrição não. (Ñandesy Floriza, em entrevista pessoal concedida no dia 10/05/2017 *apud* SILVA, 2018, p. 229)

O relato de Dona Floriza pode ser o ponto inicial para que o professor instigue os alunos a buscarem respostas aos três questionamentos próprios da Geografia, anteriormente destacados. As problemáticas relatadas pela Ñandesy resultam de uma política arbitrária imposta pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que sem qualquer reconhecimento dos territórios de ocupação tradicional indígena, realizou a escolha das áreas para construção das Reservas (onde?), negligenciando a importância dos territórios de ocupação tradicional para a (re)produção social do modo de vida Guarani e Kaiowá. (Como é esse lugar? Por que nesse lugar?)

Ao analisarmos os conteúdos da Geografia presentes nos Projetos Político Pedagógicos das escolas indígenas de três municípios de Mato Grosso do Sul (Amambai, Dourados e Caarapó), identificamos que grande parte dos conteúdos/assuntos permitem o diálogo com as distintas histórias-trajetórias e saberes dos Guarani e Kaiowá.

Contudo, Silva (2013) aponta que os limites existentes na Geografia trabalhada nas escolas indígenas perpassam pela necessidade de se romper com algumas concepções e práticas pautadas na racionalidade científica. Essa situação se dá, em grande parte, devido à rigidez das disciplinas escolares - inclusive a Geografia - pautadas em modelos fechados e

mecanismos de controle, legitimados pelo discurso técnico-cientificista, considerados “racionalmente eficientes”.

Daí resulta o fato da Geografia, seja a oficial/acadêmica ou aquela produzida no interior das salas de aula (inclusive nas escolas indígenas), servir como aporte à elaboração de uma série de ideias e representações do mundo, negligenciando que o saber geográfico pode ser identificado a partir da vida real das pessoas (FERRAZ; NUNES, 2016).

Diante desta dificuldade ou limitação, neste texto, trazemos algumas considerações a partir de narrativas míticas Guarani e Kaiowá e relatos de mestres tradicionais e lideranças políticas destas etnias, visando criar aberturas, rasuras no ensino de Geografia instituído nos currículos das escolas indígenas. Assim, procuramos demonstrar que a Geografia, a partir da sua principal questão - o onde das coisas, sua localização e os processos a ela associados - é uma importante ferramenta para afirmação da identidade Guarani e Kaiowá, bem como para a luta pela retomada dos territórios tradicionalmente por eles ocupados.

Para isso, inicialmente, abordaremos os processos de criação das Reservas indígenas nos municípios de Amambai, Dourados e Caarapó destacando o contexto e as transformações espaço-temporais impostas pelo processo de territorialização precária a que os indígenas foram submetidos e as consequências para o modo de vida Guarani e Kaiowá.

Em seguida, buscando estabelecer diálogos e trocas entre a Geografia instituída nos currículos das escolas indígenas e os saberes indígenas, propomos aproximações com as narrativas do Mito da Origem do Cosmo. Nesse mito, identificamos possibilidades de tensionar os conteúdos presentes no livro didático de Geografia que é utilizado pelos professores das escolas das Reservas dos três municípios nos quais realizou-se a pesquisa que embasa este texto³.

A criação das Reservas indígenas nos municípios de Amambai, Dourados e Caarapó em Mato Grosso do Sul

No Brasil, os Guarani estão subdivididos em três grandes grupos: os Kaiowá, os Ñandeva e os Mby'a. De acordo com Brand (2004, p. 139), esses grupos apresentam historicamente características muito semelhantes, especialmente no que se refere à distribuição, quantidade de famílias, organização social, econômica, política e religiosa.

³ Trata-se da pesquisa “A Geografia na educação escolar indígena: reflexões a partir de Mato Grosso do Sul” que foi financiada pelo CNPq (Edital 14/2012 – Universal) e coordenada pela segunda autora do presente texto. Entre as produções resultantes desse projeto, está a tese de doutorado da primeira autora deste artigo que foi financiada pela Fundação de Apoio ao Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT).

Esses núcleos familiares eram relativamente autônomos, caracterizando-se pela constante mobilidade. Essa mobilidade, ao mesmo tempo em que se constituía em estratégia de manejo ambiental, evitando o esgotamento dos recursos naturais, era também importante recurso para a superação de conflitos internos decorrentes, entre outras causas, de acusações de feitiço e disputa políticas.

Apesar não haver consenso sobre quais seriam as principais características de cada subgrupo, Pereira (1999) organizou um quadro em que destaca algumas das características próprias de cada um, em especial no que diz respeito à relação com o território, sendo os Kaiowá os que detêm uma noção mais precisa do território, ocupado por uma parentela, ou conjunto de parentelas; os Nandeva por localizarem-se em diversas áreas do território, como por exemplo, nas áreas Kaiowá de Mato Grosso do Sul e Kaingang no sul do Brasil, não apresentam uma relação específica com o território; e o fato de os Mby'a construírem uma rota migratória bastante ampla, percorrida com certa regularidade por um conjunto de parentelas, dificulta a identificação deste grupo a um determinado território.

A primeira grande frente de ocupação dos territórios Guarani, em especial dos Guarani e Kaiowá do sul do então estado de Mato Grosso, ocorreu por volta do ano de 1882, empreendida pela Companhia Matte Larangeira no pós-guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Como destaca Brand (2004, p. 139):

As primeiras frentes não-indígenas adentraram pelo território kaiowá e guarani, a partir da década de 1880, após a guerra do Paraguai, quando se instala na região a Companhia Matte Larangeira. Esta Companhia, embora não questionasse a posse da terra ocupada pelos índios, nem fixasse colonos e desalojasse comunidades, definitivamente, das suas terras, foi, contudo, responsável pelo deslocamento de inúmeras famílias e núcleos populacionais, tendo em vista a colheita em novos e por vezes distantes ervais. Interferiu menos, ao que parece, na estrutura social interna dos Kaiowá e Guarani do que as iniciativas posteriores. Tampouco constituíram problema mais sério as primeiras fazendas de gado que no final do século XIX e início do século XX se instalaram nas regiões de campo entre Amambai, Ponta Porã e Bela Vista, pois, como já dito acima, os Kaiowá e Guarani localizavam suas aldeias, preferencialmente, nas regiões de mata.

Como o principal objetivo da Matte Larangeira não era a posse da terra, mas o monopólio da exploração da erva-mate, não houve maior incidência sobre o território dos Guarani e Kaiowá, que sofreram maior impacto posteriormente, com a criação da Colônia Agrícola de Dourados (CAND), no ano de 1943.

Como enunciado por Lourenço, (2008, p. 40):

Os índios Guarani, especificamente os da região de Dourados, sofreriam um maior impacto a partir da criação da Colônia Agrícola de Dourados (1943), sendo os habitantes da região do Panamby e do Panambizinho os mais diretamente afetados. A Colônia, assim como outras colônias agrícolas criadas no período, pelo governo Getúlio Vargas, tinha como objetivo primordial incorporar novas terras ao domínio do Estado brasileiro e aumentar

a produção dos produtos primários voltados para garantir o processo de industrialização vivido pelo País.

Uma das principais estratégias utilizadas para criação destas colônias agrícolas foi a criação de Reservas Indígenas, que estava intrinsecamente ligada à atuação do Sistema de Proteção ao Índio (SPI), que iniciou suas atividades na região da Grande Dourados no ano de 1915, período em que o monopólio da Cia Matte Larangeira sofreu a primeira quebra (BRAND, 2004).

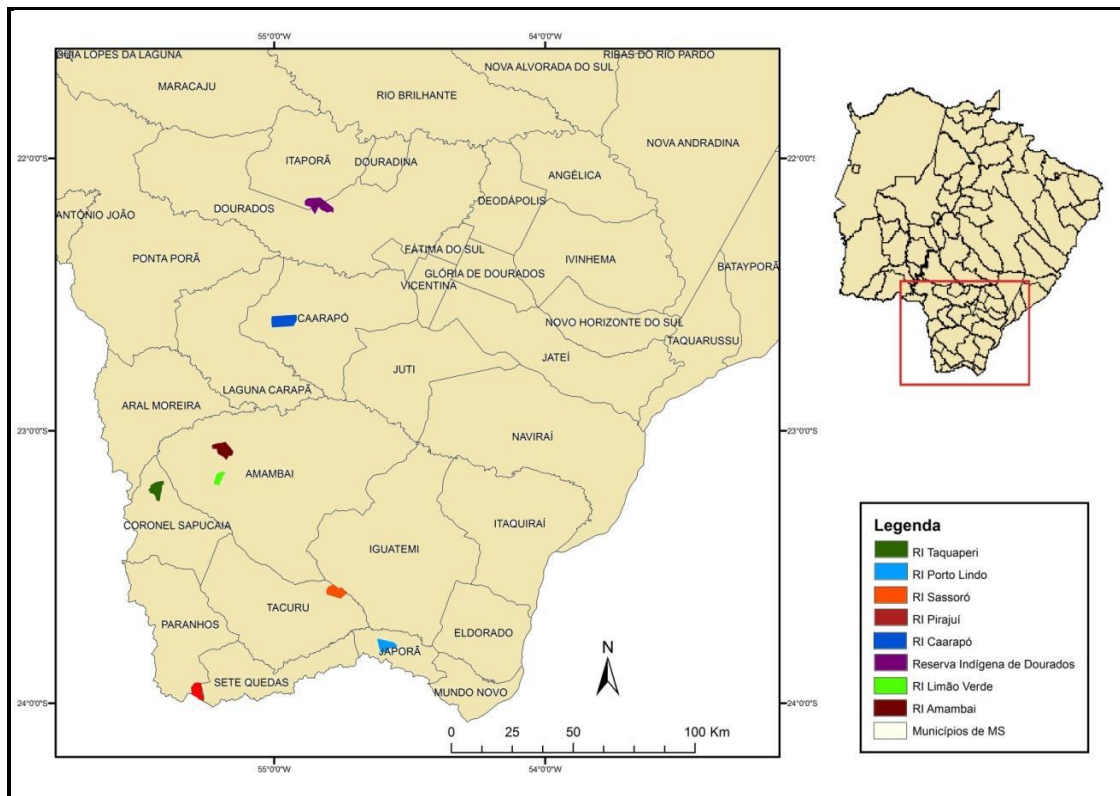
Cavalcante (2014, p. 2) realizou uma análise de fôlego acerca do trabalho de pesquisadores que têm se dedicado a compreender as consequências do processo de criação das Reservas para a vida dos Guarani e concluiu que a instituição do aldeamento imposta pela criação das reservas atendia principalmente a dois objetivos:

[...]1) liberar milhares de hectares de terras ocupadas pelos indígenas para a colonização agropastoril; e 2) submeter os indígenas ao controle do Estado sob a ótica assimilacionista da política indigenista de então. As reservas indígenas foram, portanto, importantes instrumentos para a concretização do *esbulho territorial imposto aos Guarani e Kaiowá durante o século XX* no sul do atual Mato Grosso do Sul (Grifos do autor).

Apesar da resistência dos Guarani e Kaiowá que procuraram de todas as formas manter a posse da terra que ocupavam, a maior parte das famílias teve suas terras expropriadas pelas frentes de ocupação agropecuária, e, sem outra opção, gradativamente foram cedendo às pressões dos proprietários de terra e dos funcionários do SPI, recolhendo-se em áreas de acomodação (PEREIRA, 2007).

É nesse contexto que, entre os anos de 1915 a 1928, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) “reservou” oito áreas de terras a serem demarcadas e homologadas como reservas indígenas no atual estado de Mato Grosso do Sul: Amambai, Dourados, Caarapó, Porto Lindo, Taquaperi, Sessoró, Limão Verde e Pirajuí (Figura 1).

Figura 1: Localização das reservas indígenas Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul



Fonte: Silva, S.R. (2018)

Para Brand (1993), a criação destas Reservas Indígenas deu “início a um amplo processo de confinamento compulsório dos índios Guarani e Kaiowá dentro das oito reservas de terras que lhe são destinados”, sendo que:

Entre os anos de 1915 e 1928, o Governo Federal demarcou oito pequenas extensões de terra para usufruto dos Kaiowá e Guarani, perfazendo um total de 18.124 ha, com o objetivo de confinar os diversos núcleos populacionais dispersos em amplo território ao sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul. Essas reservas, demarcadas sob a orientação do Serviço de Proteção aos Índios, SPI, constituíram importante estratégia governamental de liberação de terras para a colonização e conseqüente submissão da população indígena aos projetos de ocupação e exploração dos recursos naturais por frentes não indígenas. Ignorou-se, na sua implementação, os padrões indígenas de relacionamento com o território e seus recursos naturais e, principalmente, a sua organização social (BRAND, 1993, p. 69).

O conceito de confinamento formulado Brand (1993; 1997), como processo de recolhimento forçado da população Kaiowá nas áreas a ela reservadas pelo SPI, foi utilizado em muitos estudos realizados a partir de então.

Contudo, mesmo reconhecendo a contribuição da abordagem desenvolvida por Brand (1993;1997), optamos pelo conceito de área de acomodação proposto por Pereira (2007), o qual permite evidenciar aspectos importantes da dimensão espacial, econômica, política e principalmente cultural das figurações sociais kaiowá desenvolvidas nas reservas.

Em conexão com as ideias de Massey (2008), entendemos que considerar as reservas enquanto áreas de acomodação nos permite valorizar a existência das distintas histórias-trajetórias coexistentes nesse espaço que se fizeram e estão sempre sendo feitas, num processo de devir, nunca finalizado, nunca fechado. É inegável que a situação de reserva causou inúmeros problemas aos Guarani e Kaiowá, principalmente de ordem social, entretanto, esta relação está sempre em processo de fazer-se.

Isto porque, na situação de reserva, os Kaiowá passam a mobilizar todos os referenciais disponíveis no sentido de gerar formas organizacionais capazes de tornar viável a sobrevivência física e a construção de figurações sociais que, de alguma maneira, assegurem a continuidade de sua formação social. (PEREIRA, 2007, p. 7).

A Reserva Indígena de Amambaí foi a primeira a ser criada por meio do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Inicialmente, a área destinada por meio do Decreto Estadual n. 404, de 1915 era de 3600 ha. Contudo, antes mesmo de ser medida, teve sua área reduzida. No ano de 1926, o governo do então estado de Mato Grosso concedeu título definitivo de parte desta área a um particular. Assim, a Reserva Benjamin Constant, ficou com uma área de 2.429 ha.

Em substituição à área da Reserva de Amambai, titulada em favor de um particular, no ano 1928, através do decreto estadual 825/1928, o SPI criou a Reserva Indígena Limão verde, a quarta Reserva de Mato Grosso do Sul. Trata-se de uma área que inicialmente abrangia 900 (ha), mas que teve homologada apenas 668 (ha). Com solo bastante arenoso e infértil, ambas as Reservas estão localizadas no município de Amambai.

A perda da área inicialmente proposta pelo SPI, também caracteriza o processo de demarcação da segunda Reserva Indígena, localizada nos municípios de Itaporã e Dourados. Criada no ano de 1917, por meio do Decreto n.º 401 de 03/09/1917 recebeu o título definitivo de Reserva somente no ano de 1965. A área destinada para a Reserva Indígena de Dourados (RID) que abrangia inicialmente 3.600 (ha), nesse período já havia perdido 61 hectares para proprietários circunvizinhos, restando atualmente somente 3.539 (ha).

A Reserva Indígena José Bonifácio, localizada no município de Caarapó, criada através do Decreto Estadual n.º. 684, de 20 de novembro de 1924, abrangia inicialmente uma área de 3.600 (ha), mas teve suas terras reduzidas devido a pressões e invasões do entorno, contando atualmente com 3.594 hectares. A Reserva, que também é conhecida como Aldeia Te`yikue⁴, foi a terceira a ser criada pelo SPI, no então estado de Mato Grosso para atender a política fundiária de colonização e submissão dos indígenas ao controle do Estado sob a ótica política indigenista.

⁴ Em sua criação, a hoje aldeia Te`yikue, recebeu o nome de Posto Indígena José Bonifácio e mais tarde ficou conhecida por Reserva Indígena de Caarapó em virtude do nome do município em que se localiza.

Além da perda da área inicialmente demarcada, a complexidade com que se deu a criação dessas Reservas e as consequências para o modo de vida Guarani e Kaiowá - que até aquele momento viviam em amplo território de ocupação tradicional, produzindo geografias conforme seus modos próprios de organização - são temas de extrema relevância para a compreensão da atual configuração socioespacial destas comunidades.

A transferência dos Guarani e Kaiowá para dentro das reservas demarcadas acarretou em profundas transformações para a vida destas comunidades que tiveram seus espaços bruscamente reorganizados, não respeitando os padrões tradicionais existentes até aquele momento no interior de seus *tekoha*. Também provocou mudanças na economia, por meio da imposição do trabalho assalariado como forma de subsistência, além de alterações no sistema de chefias com o surgimento e fortalecimento da figura do capitão acarretando na deterioração da saúde e aumento da violência interna (BRAND, 1993).

A configuração de um novo padrão demográfico inviabilizou a manutenção das antigas formas de ocupação e uso dessas áreas, uma vez que a agricultura tradicional praticada pelos Guarani e Kaiowá implicava numa extensão de terras muito maior. Como consequência da diminuição da área mata, a prática da caça, da pesca e da coleta foi diminuindo gradativamente.

Diante desta situação e em consonância com a reflexão de Cavalcanti (2002, p.14), de que “o objetivo do ensino de geografia é o de formar raciocínios espaciais e formar esses raciocínios é mais do que localizar, é entender as determinações e implicações da (s) localizações [...]”, entendemos que esta disciplina escolar é, ou deveria ser, de fundamental importância, não somente para a compreensão dos alunos acerca das consequências resultantes da situação de reserva a que estão submetidos, como também para o fortalecimento da resistência ao processo imposto pelo SPI.

Na sequência, procuraremos, a partir da narrativa mítica do “princípio do Ser e do Ser Criador (*Jasuka*)”, propor alguns diálogos com os conteúdos da disciplina de Geografia no contexto das escolas indígenas.

***Jasuka* “princípio do Ser e do Ser Criador”: outras geografias a provocar rasuras no saber geográfico instituído**

As diferentes maneiras de conceber o mundo evidenciam uma das principais diferenças entre os povos indígenas e as culturas chamadas ocidentais. Entre os grupos Guarani, a explicação da origem e funcionamento do cosmo se dá, em grande parte, através de mitos.

Como outros povos, a comunidade kaiowá também procura explicar a origem e a destruição do mundo, dos seres humanos e dos outros seres, através de mitos. Resulta daí uma complexa cosmogênese que institui os sentidos da origem e do funcionamento do cosmo. Estes mitos são geralmente transmitidos para crianças e jovens pelas pessoas mais idosas da comunidade (CHAMORRO; CONCIANZA JORGE; PEREIRA, 2016, p.13).

No levantamento sobre esses mitos, percebemos que existe uma variedade de histórias que ora dão enfoque a um mesmo tema por meio de diferentes perspectivas, ora estabelecem conexões de sentido entre distintas histórias, a partir da interação de personagens, por vezes, presentes nas narrativas de outros mitos. Diante desta complexidade, daremos ênfase a um conjunto de mensagens nas quais identificamos a possibilidade de diálogo com os conteúdos de Geografia presentes nos currículos das escolas indígenas.

Grande parte dos relatos dos três subgrupos Guarani relacionam a origem do cosmo ao surgimento do ser primordial gerado e amamentado por uma substância feminina chamada *Jasuka*, “princípio ativo do universo”.

Em Schaden (1974), a *Jasuka* apresenta-se como princípio de emanção, sem personalidade humana ou divina, é a origem de todas as coisas, inclusive do Ser Criador, que surge, nasce e descobre-se a partir “Substância Mãe” e cresce mamando na flor, no seio, de *Jasuka*. Essa ideia aparece repetidamente nos cantos e relatos cosmogônicos. (CHAMORRO, 2008)

Esse ser primordial é conhecido entre os Guarani por diversos nomes, dentre os quais *Ñanderuvussu* e *Ñandejará*. Em algumas narrativas, *Ñanderuvussu/Ñandejará* não tem a companhia de uma figura feminina, mas identifica-se em alguns relatos que esta figura feminina conhecida como (*Jasukávy*) Nossa Mãe/ou nossa Avó surgiu do centro do *Ñandua* – (diadema feito de pena de tucano), usado ritualmente pelos homens. E do centro do diadema levantou a sua companheira *Jasukávy*.

A partir de então, teve início a criação da terra e do céu. Foram criados sete céus, sete níveis, enquanto círculos concêntricos. A terra foi criada sob a *Jasuka*, sobre a qual foi colocada duas varetas cruzadas (em formato de cruz) que deram origem aos quatro pontos cardeais nos quais foram colocadas quatro palmeiras pindó (*yva’y*) que, juntamente com a quinta palmeira (colocada junto a cruz) dão sustentação a terra.

Cada um dos pontos cardeais se transformou na moradia de uma divindade cocriadora, seres cuidadores da terra, os quais para Lima (2012) ajudaram *Ñanderuvussu*, a construir a terra.

No plano terrestre a visão cósmica Guarani baseia-se em dois eixos distintos, mas complementares: um vertical e outro horizontal. O plano vertical é representado pela hierarquia entre os diversos patamares celestes. No plano horizontal, a espacialidade terrestre tem como referência os pontos cardeais,

representados pelos quatro deuses principais que ajudaram Ñanderuvusu – Nosso Pai –, a construir a terra.

a) Norte é representado por Jakaira Ru Ete, deus da primavera, da neblina, que dá vida e abranda o calor, origem dos bons ventos, que cuida das plantas, especialmente do milho;

b) Leste é comandado por Karai Ru Ete, deus do fogo – é o espaço que dá acesso ao peito do dia arapyty'a, associado ao caminho do sol;

c) Oeste é comandado por Tupã deus das águas, do mar, das chuvas e trovões;

d) No Sul é Nãmandu, deus das palavras, representa a origem e o princípio do espaço tempo, ser criador da terra. (LIMA, 2012, p.84)

Jasuka é também o nome religioso simbolicamente atribuído ao cesto⁵, sobre o qual Ñanderuvusu/Ñandejará bateu com seu arco criando o homem - Ñanderu (Nosso pai). Ao bater uma segunda vez no cesto, dessa vez com uma taquara, deu origem a mulher-*Nandesy* (Nossa mãe)⁶.

Certo dia, Ñanderuvusu, que acabara de chegar da roça, teria pedido à sua mulher *Jasukávy*, que fosse colher o milho plantado. Essa, por sua vez, teria ficado irritada com a solicitação e não atendeu ao pedido de Ñanderuvusu, pois este tinha recém realizado a sementeira. Ofendido com a atitude da companheira, Ñanderuvusu decidiu deixar a terra⁷, indo para o primeiro dos sete céus. Mas como ele havia ficado muito contrariado, decidiu destruir a terra. Para conter essa destruição, *Jasukávy* começou a tocar o *takuapu*⁸ e entoar um cântico sagrado, dando início aos rituais entoados pelas músicas. Então, Ñanderuvusu/Ñandejara, mesmo com o pensamento mais tranquilo, resolveu ascender deixando a responsabilidade da terra para os homens (Ñanderu e Ñandesy).

A visão Kaiowá de origem do cosmo é assim apresentada por Mura (2006, p. 213):

Segundo os Kaiowa, o processo de criação do mundo teve início com Ñane Ramôí, que constituiu a si próprio a partir da *Jasuka*, uma substância originária, vital e com qualidades criadoras e geradoras. Do centro de seu *jeguaka* (cocar) ele fez surgir Ñande Jari (Nossa Avó) e, a seguir, criou os primeiros deuses, junto com os quais criou os espaços do Cosmo. Viveu sobre a primeira Terra (*Yvy Ypy*) por pouco tempo. Devido a um desentendimento com a esposa, subiu, sem morrer, para a sua morada atual, no patamar (*yváy*) mais elevado do Universo. Tomado de profunda raiva e

⁵ A importância do cesto-*Jasuka* se evidencia também no fato de as plantas do porongo e do bambu, de cujas lascas se fabrica o cesto, surgirem do orvalho, que é por sua vez símbolo de *Jasuka*. Dessas duas plantas surgiu a humanidade, homem e mulher, respectivamente. A primeira planta é o porongo. Dela se fabrica a maraca dos homens. Da mesma fonte nasce o bambu, do qual se fabrica o bastão de ritmo das mulheres. (CHAMORRO, 2008, p. 125)

⁶ "Nossa Mãe" é a protomulher e a protomãe de um novo ciclo narrativo, produzida sob a influência do Mito dos Gêmeos. Segundo Meliá (1989, p. 329): "O mito dos gêmeos preenche princípios de ordem metafísica, cósmica e de organização social que se expandiram há dois ou mais milênios, muito antes das ramificações dos subgrupos Tupi-Guarani [...] Comum a todos os guaranis da costa atlântica até a cordilheira boliviana [...] a estrutura e o idioma simbólico do mito são muito arcaicos e certamente pré-históricos."

⁷ Os relatos do desentendimento entre Ñanderuvusu e *Jasukávy* assumem as mais diversas formas, sendo que em alguns a personagem feminina está associada apenas à criação da Nossa Mãe *Nandesy*. Em outros como de Mura (2006), comparece a presença das duas figuras femininas sendo a *Jasukávy* (Nossa Avó) companheira de Ñanderuvusu (Nosso Avô) e a *Nandesy* (Nossa Mãe) companheira de Ñanderu (Nosso Pai).

⁸ O *takuapu* é um instrumento feito da *takuara*, que ao tocar o chão, produz um som, que de acordo com alguns relatos pode levar os indígenas ao transe. Para alguns rituais, o *takuapu* é acompanhado pelo *maraka* que é o instrumento do homem.

ressentimento causado por ciúmes, aborreceu-se (*ñemyrō*) e quase chegou a destruir a primeira Terra, sendo impedido por *Ñande Jari*, com a entoação do primeiro canto sagrado (*mboraheĩ*) realizado sobre esta parte do Cosmo, tendo como acompanhamento o *takupu* – bastão de ritmo, feito de taquara, de uso feminino [...].

Ao subir ao céu *Ñanderuvussu* criou um espaço intermediário entre o primeiro céu e a terra. Esse espaço seria uma espécie de Purgatório. Para não cair nesse espaço, eles teriam que passar por uma ponte em formato de cobra. Assim, para que possam voltar ao Ser Primordial, alcançar a mesma ascensão de *Ñanderevussu*, os Guarani precisam passar por uma série de provas aqui na terra, para atingir a pureza, para não cair no Purgatório. O objetivo é que todos possam voltar ao Pai.

A organização da terra, a partir de então, ficou sob responsabilidade de Nosso Pai (*Ñanderu*) e Nossa Mãe (*Ñandesy*). E a partir do centro da terra (*yvy mbyte*), considerado o umbigo do cosmo⁹, espaço ocupado pelos Kaiowá, dá-se início à delimitação territorial dos seres. Para tal, foram criados elementos naturais (montanhas, climas, rios), responsáveis por delimitar a região de cada povo.

A partir do centro da terra, os Kaiowá pensam e organizam o mundo. O centro da terra é também a referência de manifestação dos eventos característicos do tempo primordial, *ymã gware*, quando, a partir da interação entre as divindades e os antepassados dos atuais kaiowá, o ambiente natural (clima, revelo, plantas, animais, astros, etc.) e o ambiente humano foi ordenado e colocado em funcionamento. (CHAMORRO, CONCINANZA JORGE E PEREIRA, 2016, p.16)

Assim, partindo da narrativa mítica, aqui entendida enquanto força potencializadora da compreensão das relações estabelecidas entre os Guarani e Kaiowá no espaço reserva e sua relação com os mais diversos lugares em que a vida acontece, é possível propor diálogos com os conteúdos da disciplina de Geografia no contexto das escolas indígenas.

Não se pretende, com isso, negar a importância da Geografia instituída enquanto uma das disciplinas a serem trabalhadas nas escolas públicas em todo território brasileiro, assim como nas escolas indígenas, presentes nas mais diversas comunidades tradicionais deste país. Também não objetivamos propor a “conteudização” de saberes e conhecimentos tradicionais na tentativa equivocada de igualar a educação indígena à educação escolar indígena, incorporando valores e saberes tradicionais (forças de resistências) ao controle e disciplinarização da escola.

Ao contrário, propomos tensionar, rasurar aos conteúdos estabelecidos a partir de políticas públicas expressas nos currículos e materializada nos livros didáticos elaborados

⁹ Para os Kaiowá, no entanto, o “centro da terra” é o umbigo do mundo, uma espécie de “éden”, lugar onde a história humana começou. O “centro da terra” é, ainda hoje, ponto significativo na orientação espacial desse grupo. (CHAMORRO, 2008, p.162)

com base em um modelo conhecimento hierárquico que objetiva garantir a organicidade do funcionamento do conhecimento socialmente acumulado.

Neste sentido, pensamos ser possível “tornar” os conteúdos formalmente instituídos na Geografia escolar, distribuídos e, muitas vezes, ensinados de maneira fragmentada, em algo politicamente agenciado com força a estabelecer a narrativa mítica enquanto linhas de fuga, capazes de desterritorializar o saber colonial/ocidental, potencializando a existência de outras geografias.

O agenciamento do conceito guarani de habitar o centro da terra (*yvy mbyte*) contido no mito *Jasuka*, por exemplo, pode ser trabalhado a partir e/ou por dentro de conteúdos propostos na segunda unidade do livro didático do 6º Ano¹⁰: Universo e planeta Terra, movimentos orientação e representação. Não se vislumbra, com isso, apenas incorporar outros saberes aos conteúdos curriculares, tão pouco negar o que já está colocado e instituído, mas agenciar outros saberes, enquanto potências a rasurar os conteúdos da Geografia escolar, potencializando outras geografias não percebidas ou aceitas pela escola.

O conceito guarani de habitar o centro da terra desdobra-se em outros relatos, como os recolhidos na Terra Indígena Panambizinho, apresentados por Chamorro (2016):

1- No lugar onde vivia com a sua família, *Jakaira Gwasu* pegou na sua mão um pouco de pó da terra, o soprou e a futura terra começou a se esticar. Para viver sobre ela, ele a esticou, para ter um lugar onde por seus pés, ele tentou fazer a terra. Mas a futura terra não era totalmente firme, era uma camada muito fininha e fofa.

2 - Então ele misturou pedra com a terra e pisou novamente sobre a futura terra e percebeu que ela ainda não estava bem dura e firme. Então colocou no meio da futura terra um pouco de terra roxa e encimou quatro camadas. Depois de esticar esta nova massa, ele pisou novamente sobre a futura terra e percebeu, com os demais Seres que tinham ido observar sua criação, que a futura terra já estava bem dura e firme (CHAMORRO, CONCIANZA JORGE E PEREIRA, 2016, p.14-15).

Os Guarani e Kaiowá, habitantes do centro da terra, são predestinados a cuidar da terra por eles considerada enquanto extensão de seus corpos: “(...) pegou na sua mão um pouco de pó da terra, o soprou e a futura terra começou a se esticar. Para viver sobre ela, ele a esticou, para ter um lugar onde por seus pés, ele tentou fazer a terra”. Mas a futura terra só ficou firme quando foi colocada terra roxa na mistura. O latossolo vermelho é próprio da área ocupada pelas comunidades Kaiowá da Região denominada *Ka’agwyrusu*, da qual Panambizinho faz parte, daí a importância destes povos em ocuparem seus antigos *tekoha*.

Os Kaiowá reconhecem a correlação entre propriedades do solo e aspectos da vegetação. São detentores de conhecimentos teóricos e práticos que permitem a classificação dos tipos de solo segundo sua coloração, características físicas (textura e estrutura) e químicas. A cobertura vegetal, a

¹⁰ Trata-se da coleção “Geografia Homem e Espaço” (LUCCI & BRANCO, 2012) que é utilizada na maioria das escolas indígenas pesquisadas.

coloração e a concentração de matéria orgânica são tomadas como signos para identificar atributos de fertilidade do solo. Este conhecimento é instrumentalizado especialmente na escolha dos solos para a agricultura, na eleição das espécies e variedades mais apropriadas para o cultivo em cada tipo de solo e na definição das técnicas mais adequadas para garantir uma boa produção. O conhecimento da relação, os tipos de solos e os recursos faunísticos e florísticos permitem também associar maior concentração de determinados animais ou plantas nativas a determinadas regiões, o que auxilia as atividades de caça e coleta (PEREIRA, 2016, p. 69-70).

As características do solo, em sua maior parte constituído de grandes extensões de latossolos de texturas que variam de média a muito argilosa, com fertilidade facilmente corrigida pela adubação e calagem e o predomínio de relevos altamente favoráveis à mecanização, são elementos a serem considerados, uma vez que, a partir da década de 1970 a perda dos territórios tradicionais Guarani e Kaiowá, que teve início com processo de incorporação da terra pela frente de ocupação agropecuária, é acentuada, em virtude do processo da chamada “modernização da agricultura¹¹”.

A ocupação agropecuária e a expansão agrícola para o cerrado são conteúdos presentes no capítulo 14 do livro didático 7º ano, intitulado O espaço socioeconômico do Centro-Sul. Mas, apesar de apresentar uma análise sobre a estrutura fundiária brasileira pautada na concentração de terras e a importância da produção familiar para produção de alimentos consumidos pelos brasileiros, chama atenção a racionalidade do discurso da modernização que acaba por subsidiar grande parte das análises:

Geralmente as famílias de agricultores não possuem recursos para manter sua atividade, pelas dificuldades em conseguir capital suficiente para modernizar a sua produção e aumentar a produtividade. Com isso, não conseguem vender seus produtos a preços competitivos.

A agricultura familiar pode se tornar mais competitiva por meio da reunião das famílias ou pequenos proprietários rurais em cooperativas agrícolas. Desse modo, os agricultores têm maiores possibilidades de conseguir financiamento bancário. Podem comprar equipamentos e máquinas agrícolas e utilizá-los em conjunto, contar com técnicos especializados, construir silos para armazenar a produção, comprar máquinas para o beneficiamento agrícola. Assim podem comercializar suas mercadorias com valores melhores, em vez de vender apenas matéria prima agrícola (LUCCI; BRANCO, 2012, p. 197.).

O discurso da modernização presente no livro é incompatível com a economia de reciprocidade própria dos Kaiowá. Porém, permite ao professor o agenciamento de outras potências para a compreensão das circunstâncias históricas atuais em que os Guarani e Kaiowá são chamados a participar na economia regional, principalmente enquanto agricultores, pelo trabalho que realizam nas fazendas e usinas de cana-de-açúcar, ou até mesmo no arrendamento de parte de suas terras para o plantio de soja¹².

¹¹ A esse respeito ver Cavalcante (2013) e Mota (2015).

¹² No ciclo da soja, os problemas de terra deslocam-se para o interior da Reserva [...] provocou concentração da já pouca terra dentro da Reserva [...] então, além do loteamento imposto, instaura-se uma disputa por lotes cada vez maiores por parte dos índios que adotam a mecanização (BRAND, 1993, p. 174).

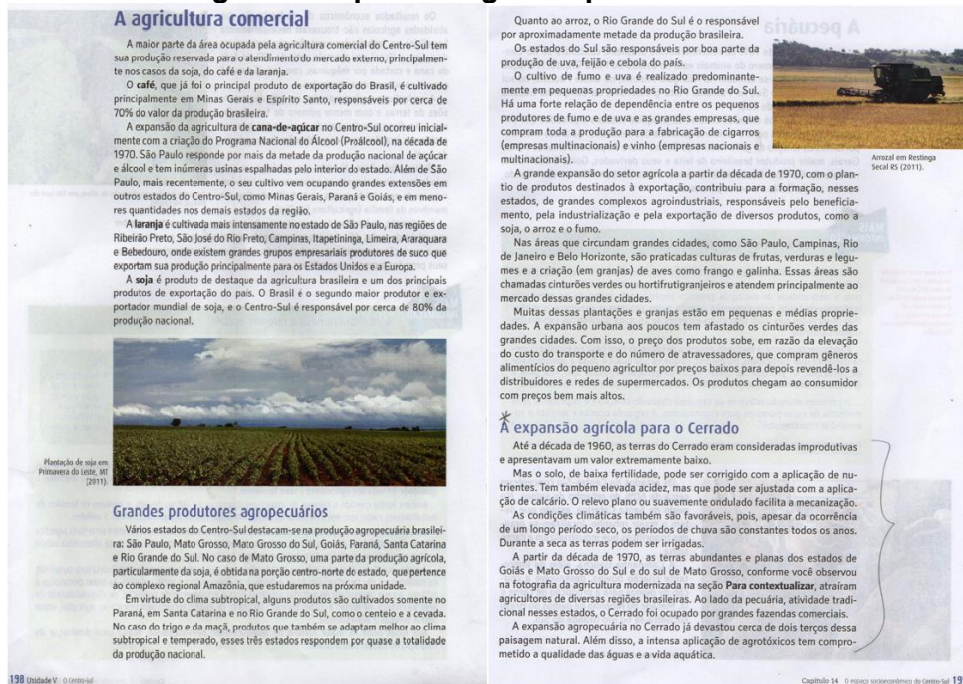
Em parte, isso é devido ao fato de o sul de Mato Grosso do Sul ter na agricultura uma de suas principais atividades econômicas. Entretanto, o trabalho que realizam nas fazendas e usinas de produção de açúcar e álcool está orientado para finalidades distintas daquelas desenvolvidas no interior de suas reservas. No primeiro caso, estabelece-se um contrato de prestação de serviço por um determinado número de dias de trabalho, pelo qual recebem uma remuneração em dinheiro. No segundo caso, o trabalho está inserido em uma economia de reciprocidade, diretamente relacionada ao conjunto da organização social. Estes dois modelos têm importantes implicações nas formas de distribuição dos recursos produzidos pelo trabalho. Segundo a lógica kaiowá, o trabalho remunerado e o trabalho interno se inserem em modos de produção incompatíveis: o primeiro está inserido na lógica de subordinação e dependência em relação ao estado nacional, de acordo com as relações de trabalho características do modo de produção capitalista; o segundo remete à autonomia que os Kaiowá tentam, em alguma medida, assegurar entre seus pares através de sua economia de reciprocidade (PEREIRA, 2016, p.78).

Mas a inserção das relações de trabalho características do modo de produção capitalista é também utilizada como estratégia para que, de alguma maneira, os indígenas possam assegurar entre seus pares a economia de reciprocidade.

Nas trocas internas, muitas vezes, o prestígio e as relações de compromisso, baseadas no parentesco e na aliança política, acabam interferindo no preço dos produtos, inserindo concepções da economia de reciprocidade, próprias dos Kaiowá, nas trocas comerciais de tipo capitalista. Atualmente, os produtos que mais circulam nas trocas entre parentes e amigos são aparelhos de som, celulares, bicicletas e motos (PEREIRA, 2016, p.45).

A economia de reciprocidade pode ser utilizada enquanto potência a tensionar a invisibilidade Guarani e Kaiowá, em detrimento dos grandes produtores agropecuários presentes no livro didático (Figura 2), que ao abordar a expansão agrícola para o cerrado ignorou a presença destes povos nessa porção do território.

Figura 2: Expansão agrícola para o cerrado



Fonte: LUCCI, Elian A.; BRANCO, Anselmo. Geografia homem e espaço – 7º ano, 2012, p.198-199.

Ao se desconsiderar as consequências desse processo de esbulho territorial e o processo de confinamento compulsório dos Guarani e Kaiowá nas reservas indígenas criadas pelo SPI, é negado aos alunos a compreensão da importância da luta pela retomada dos territórios em suas várias modalidades de resistência, utilizadas enquanto estratégias para assegurar o acesso aos recursos necessários à reprodução do modo de ser e viver Guarani e Kaiowá.

A racionalidade que subsidia o discurso dos defensores da “modernização da agricultura” é utilizada para proteger os interesses dos proprietários de terra e do Estado, fundamentada na lógica da propriedade privada da terra e na ideologia do “desenvolvimento”.

Neste contexto, o mito *Jasuka*, apresenta-se enquanto importante conhecimento para questionar o discurso de desenvolvimento econômico difundido pelos defensores do agronegócio, cuja monocultura realizada em grandes porções de terra destina-se à exportação de *commodities* (de cana-de-açúcar, milho e soja).

Ao abordar o desentendimento entre *Ñanderuvussu* e *Jasukávy*, o mito evidencia que o plantio do milho é herança do nosso Pai (*Ñanderuvussu*) e nossa Mãe (*Jasukávy*). “Sendo os povos guarani profundamente marcados pela cultura do milho, esse cereal simboliza a dependência que eles têm da natureza. No milho, eles encontram a metáfora de si mesmos e das divindades” (CHAMORRO, 2008, p. 27).

Diante disto, é possível ao professor, o agenciamento de alguns rituais relativos à economia Kaiowá da reciprocidade, como por exemplo, a festa do milho *avatikyry*, em

contraponto à racionalidade do agronegócio, amparado pela ideologia da propriedade privada, subsidiada pela acumulação, lucro e expansão.

Como outros grupos falantes de línguas guarani, os Kaiowa são profundamente marcados pela cultura do milho, e o *avatikyry* é um modo de ritualizar sua dependência desse vegetal. A festa do milho novo é celebrada anualmente em janeiro ou fevereiro, quando é servida aos indígenas a bebida de milho, chicha ou kagui. Atualmente, este ritual é o mais importante ato religioso Kaiowa. Ele mantém a memória de uma economia de reciprocidade, que teimosamente lembra ao império de uma economia de mercado outras possibilidades de produção e consumo. Esta festa é uma forma de autoconsciência coletiva, capaz de reunir a família em sua totalidade, inclusive seus membros mais distantes (CHAMORRO, 2015, p.183-184).

A perda dos territórios acarretou no quase abandono do cultivo do milho *avaty*, uma vez que este era plantado em solo fértil e em meio à mata. “Após a primeira colheita de milho, são introduzidas culturas como a mandioca, o amendoim, a batata, a banana, etc., menos exigentes em termos de cuidados com a limpeza da área, pois, a partir do primeiro ano, começa a aumentar a infestação de plantas daninhas” (PEREIRA, 2016, p.102);

O roçado novo é local ideal para o Kaiowá plantar o milho branco com um bom rendimento, pois a planta é exigente em termos de solo. A planta possui hastes longas e finas, necessitando de proteção contra o vento, responsável pelo tombamento da planta. Assim, a floresta que margeia a nova roça fornece a proteção ideal de quebra-vento. Além disto, a roça deve ficar longe de outras plantações de milho de variedades híbridas, evitando a troca de pólen e o cruzamento indesejado. Nas atuais reservas, é muito difícil dispor de áreas apropriadas para plantar milho branco, mas as famílias de alguns rezadores ainda insistem em cultivá-lo (PEREIRA, 2016, p.102).

Além da diminuição do cultivo do milho *avaty*, esse processo acarretou inúmeras transformações para as comunidades Guarani e Kaiowa, tais como, dispersão das famílias e consequente dissolução dos vínculos de sociabilidade que cimentavam as relações de muitas comunidades. Para Pereira (2007, p. 5) “O processo de retirada das comunidades dispersas por todo esse imenso território de ocupação tradicional durou décadas, e está em curso até hoje”. Consequência de estratégia governamental de liberação das terras para a colonização, esta disputa vem se transformando numa tragédia de dimensões inimagináveis, com repercussão internacional.

Fundamentado na acumulação, monocultivo, trabalho assalariado, uso intensivo de agrotóxicos e na produção em grande escala, esse modelo é responsável diretamente pela luta dos Guarani e Kaiowá que vivem em acampamento-*tekoha* entendidos por Mota (2015, p. 185) “enquanto territórios construídos por práticas descoloniais, de contestação e insatisfação à condição de Reserva, com estratégias múltiplas de resistências”.

Um desses acampamentos-*tekoha* é *Apyka'ĩ*¹³, localizado às margens da BR 463, no trecho que liga o município de Dourados a Ponta Porã, onde mora Damiana, guerreira e líder Kaiowá. As famílias que lá vivem não possuem eletricidade e acesso à água potável e diante da impossibilidade da prática da agricultura, esta comunidade está condicionada a doações esporádicas e a dependência de programas assistenciais do governo (auxílio maternidade, cestas básicas).

Mas, para dona Damiana, não há dor maior do que não poder estar próxima aos seus parentes mortos e enterrados no que chama de cemitério antigo, localizado no *tekoha Apyca'ĩ*, apropriado pelo proprietário da fazenda Serrana, atualmente arrendada para usina São Fernando.

Isso daqui não é de fazendeiro, isso daqui não é de arrendatário. Esse aqui é o nosso *tekoha*. Meu pai cemitério está lá. Cacique *Ñanderu* está lá. Então minha tia aqui ficou enterrada, fazendeiro não deixou enterrar lá [referindo-se ao cemitério localizado no *tekoha*], e ninguém não é cachorro não para enterrar aqui [apontando para o corpo de sua tia enterrado as margens da rodovia]. Para isso nós temos nosso *tekoha*, minha tia ficou aqui na beira da rodovia, muitos levou muito tiro e ficou lá né. [no antigo acampamento *apyca'ĩ* de onde foram despejados]. Assim triste né, já perdeu muito guerreiro: Gabriel Lopes Sidney Magno, Cleyton, Agnaldo, Eginaldo. Só que ficou um pouquinho meu coração dói pra mim. Imagina você enterrar seu parente uns lá no *tekoha* e minha tia aqui isso dói. Guerreira mulher. Mas nós vamos resistir, não vamos desistir. Principalmente seu Ilário e dona Alzira foi envenenada, fazendeiro jogou veneno de avião. Sidnei foi atropelado pelo caminhão da usina, Vagner também foi atropelado, Gabriel de quatro anos também. E os motoristas nunca prestaram socorro. Reginaldo a nuca caiu longe do corpo, foi muito triste, todos enterrados lá no *tekohá*, e minha tia quer ficar lá também. Só que o fazendeiro não sabe onde tem cemitério velho antigo, todos enterrados lá, só minha tia que ficou aqui na beira da rodovia. (Dona Damiana, liderança Kaiowá, em entrevista concedida em 15/12/2017)

Conforme percebemos pelo relato de Dona Damiana, com os intensos conflitos existentes, os mortos atualmente estão sendo enterrados às margens da rodovia (Figura 3), causando sofrimento aos parentes que ali lutam para retornar ao seu *tekoha*.

¹³ Desde 1999 os indígenas estão reivindicando perante o Estado brasileiro o *tekoha Apyka'ĩ*, vivendo numa das mais graves situações de direitos humanos do mundo.

Figura 3: Cemitério às margens da rodovia BR 463 no acampamento-*tekoha* *Apyka'i*

Fotos: Silva, S.R (2017) e *site* “desacato.info” (acesso em 2018).

Ameaçada constantemente, Dona Damiana diz que a qualquer momento pode se tornar mais uma vítima do genocídio, mas que isso não a deixa triste, pois um dia seus parentes retornarão ao *tekoha* e a levarão para viver junto com demais mortos enterrados no antigo cemitério. A partir deste relato, fica evidenciado que mais do que retomar uma terra, voltar ao *tekoha*, é voltar para junto dos seus.

Aqui, a luta pela retomada dos territórios ganha respaldo quando no mito da *Jasuka*, evidencia-se a busca e a luta dos Kaiowa para voltar ao Ser Primordial (alcançar a mesma ascensão de *Ñanderuvussu*) que pode estar relacionada com a procura pela Terra sem Males, seja pela visão que atribui características semelhantes às áreas por eles tradicionalmente ocupadas, ou pela dimensão cosmológica mais ritualizada e/ou religiosa, na qual é necessário manter os princípios do modo de ser e viver tradicional para alcançar este espaço sagrado. Ambas as perspectivas estão diretamente relacionadas à necessidade e/ou importância destes povos em ocupar os seus *tekoha*.

(1) o fato de a “terra sem males” almejada pelos diversos grupos guarani apresentar características ecológicas e econômicas semelhantes às das áreas ocupadas por eles no passado; (2) o fato de os Mbyá acreditarem que a “terra sem males”, a do além, eles só alcançarão se viverem aqui e agora conforme o sistema guarani, tanto econômica como celebrativamente; (3) o fato de ela se configurar na imaginação dos indígenas como uma grande aldeia inserida numa imensa mata. Para os Kaiová, dada a cruel experiência da falta de lenha em algumas áreas, a terra de tempo-espaço perfeito é um lugar com bastantes árvores que, derrubadas, caíam ao chão já feitas lenha

boa, da qual não sai fumaça, só brasa e chama [...] (CHAMORRO, 2008, p. 217).

Assim, a narrativa do mito *Jasuka*: o Princípio do Ser e do Ser Criador torna-se potência à compreensão da luta pela retomada dos territórios tradicionalmente ocupados pelos Guarani e Kaiowá, uma vez que, a partir dos diferentes relatos presentes neste mito, é possível agenciarmos outros referenciais de localização em que o bem-viver Guarani e Kaiowá esteja intrinsecamente ligado aos tempos primeiros que sustentam os acontecimentos do passado recente e da história do tempo presente. O mito e a história de vida se entrelaçam, as temporalidades se justapõem.

Os Kaiowá consideram que, na situação histórica atual, estão destituídos de seus xamãs poderosos. Os antigos xamãs seriam capazes de curar, ressuscitar, fazer as plantas crescerem e produzirem bem, fazer aparecer caça, etc. Por isso se sentem como órfãos no mundo atual, francamente desfavorável às práticas sociais características de suas comunidades étnicas. Na situação atual, buscam emprestar do branco — *kurai* — instrumentos que lhes permitam produzir e viver, mesmo que seja uma existência imperfeita. Mais do que nunca, a terra é, atualmente, um lugar de breve passagem (PEREIRA, 2016, p. 116).

Portanto, a aproximação com a narrativa mítica possibilita não somente a compreensão das relações cosmológicas destas etnias, mas, sobretudo, permite o entendimento da situação de reserva a que os Guarani e Kaiowá estão submetidos e as relações de poder que envolvem o conflito entre indígenas e os proprietários de terras no estado de Mato Grosso do Sul, iniciado com processo de retirada das comunidades dispersas por todo esse imenso território de ocupação tradicional e que está em curso até os dias atuais.

Considerações finais

Neste texto, procuramos demonstrar que a Geografia, a partir da sua principal questão - o onde das coisas, sua localização e os processos a ela associados - é uma importante ferramenta para afirmação da identidade Guarani e Kaiowá, bem como para a luta pela retomada dos territórios tradicionalmente por eles ocupados.

A aproximação entre os conteúdos curriculares da Geografia presentes nas escolas indígenas e os saberes e conhecimentos tradicionais Guarani e Kaiowá, realizada a partir do agenciamento da narrativa mítica, promoveu rasuras nas concepções estabelecidas pela Geografia escolar institucionalizada, apontando outros sentidos de orientação e localização, portanto, outras geografias possíveis.

De maneira geral, o agenciamento aos vários aspectos do fluido vital “*Jasuka*”, descrito como “o desabrochar de uma flor”, potencializa não somente a compreensão das

relações cosmológicas destas etnias, mas também permite o entendimento da luta diária destes povos, seja os que resistem em situação de reserva, nas periferias da cidade, nos acampamentos de retomada ou em parte dos seus territórios tradicionais demarcados.

Referências

BRAND, Antonio Jacó. **O confinamento e o seu impacto sobre os Pai-Kaiowá**. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowa/Guarani**: os difíceis caminhos da Palavra. 1997. 382 p. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. **Tellus**, Campo Grande, ano 4, n. 6, p. 137-150, abr. 2004.

_____. Considerações sobre Território para os Kaiowá e Guarani. **Tellus**, Campo Grande, ano 8, n. 15, p. 153-174, jul./dez. 2008.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, Território e Territorialidade**: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul. 2013. Tese (Doutorado em História) – UNESP, Assis-SP.

_____. Demarcação de terras indígenas kaiowá e guarani em Mato Grosso do Sul: histórico, desafios e perspectivas. **Fronteiras**: Revista de História - PPGH/FCH/UFGD, Dourados,. v. 16, n. 28 (2014), p. 48-69.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de Geografia na escola**. Campinas: Papirus, 2012.

CHAMORRO, Graciela. **Terra madura, yvy araguyje**: fundamento da palavra guarani. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008. 368p.

_____. **História kaiowa**: das origens aos desafios contemporâneos. São Bernado do Campo: Nhanduti Editora, 2015, 320, p.

CHAMORRO, Graciela; JORGE, Misael Concianza; PEREIRA, Levi Marques. Kaiowa *mombe'upy nhemohemby py rehegwa* - relatos da cosmogonia kaiowá: implicações no campo linguístico e na produção da vida social. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 10-33, jan./jun. 2016.

FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira; NUNES, Flaviana Gasparotti. Linguagens geográficas: o de fora, o corpo e o aluno. IN: PORTUGAL, Jussara Fraga; OLIVEIRA, Simone Santos de; RIBEIRO, Solange Lucas. (Orgs.) **Formação e docência em geografia**: narrativas, saberes e práticas. Salvador: EDUFBA, 2016. 487p.

LIMA, Salvadora. **Concepções de natureza e território na visão dos professores guarani da escola indígena de Dourados/MS**. 2012. 211p. Tese (Doutorado em Geografia). Goiás. Universidade Federal de Goiás.

LOURENÇO, Renata. **A política indigenista do estado republicano junto aos índios da reserva de Dourados e panambilinho na área da educação escolar (1929 a 1968)**. Dourados: Ed. UEMS, 2008. 248 p.

LUCCI, Elian Alabi; BRANCO, Anselmo Lazaro. **Geografia Homem e espaço**. 7º Ano. São Paulo: Saraiva, 2012.

MASSEY, Doreen Barbara. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MELIÁ, Bartomeu. A experiência religiosa guarani. In: MARZAL, Manuel M. *et al.* (Orgs.). **O rosto índio de Deus**. São Paulo: Vozes, 1989. p. 293-357.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowa: da territorialização precária na Reserva Indígena de Dourados à multiterritorialidade**. 2011, 406, p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFGD, Dourados – MS.

____. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e as lutas pela Des-colonização na Reserva Indígena e nos acampamentos-tekoha – Dourados-MS**, 2015. 313 p. Tese (Doutorado em Geografia) – FCT, UNESP, Presidente Prudente-SP.

MURA, Fábio. **À procura do “bom viver” Território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowa**. 2006, 507, p. Tese (Doutorado em Antropologia) Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional - UFRJ, Rio de Janeiro-RJ.

PEREIRA, Levi Marques. 1999. **Parentesco e organização social Kaiowa**. 251 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – IFCH, UNICAMP, Campinas.

____. **Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Guyraroká**. Brasília: Fundação Nacional do Índio, 2002.

____. **Imagens kaiowá do sistema social e seu entorno**. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

____. Mobilidade e processos de territorialização entre os Kaiowá atuais. **Revista História em Reflexão**: Vol. 1 n. 1 – UFGD - Dourados Jan/Jun 2007.

____. **Os Kaiowá em Mato Grosso do Sul: módulos organizacionais e humanização do espaço habitado**. Dourados MS: Ed. UFGD, 2016. 127 p.

SANTOS, Douglas. **O ensino da Geografia e o direito à escola e ao conhecimento**. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.olharesgeograficos.com.br>. Acesso em: 20/02/2017.

SCHADEN, Egon. **Aspectos fundamentais da cultura guarani**. 3. ed. São Paulo, EPU/EDUSP, 1974.

SILVA, Solange Rodrigues da. **A Geografia na educação escolar indígena: limites e possibilidades para a construção da educação Intercultural**. 2013. 143 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCH, UFGD, Dourados, MS.

____. **Ensino de Geografia e educação escolar indígena: da interculturalidade a outras imaginações espaciais**. 2018. 333 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS.

Sobre os autores

Solange Rodrigues da Silva – Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Docente na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0002-2231-3783>.

Flaviana Gasparotti Nunes – Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Pós-doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pela Universidade de Buenos Aires. Docente na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0002-7512-453X>.

Como citar este artigo

SILVA, Solange Rodrigues; NUNES, Flaviane. Conflitos territoriais e racionalidades divergentes: contribuições da geografia escolar para luta e (re) existência dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul. **Revista NERA**, v. 23, n. 52, p. 110-132, dossiê, 2020.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelas autoras. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. As autores **Solange Rodrigues da Silva** e **Flaviana Gasparotti Nunes** ficaram responsáveis pelo desenvolvimento teórico-conceitual; pela aquisição, interpretação e análise de dados e pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 12 de agosto de 2018.
Aceito para a publicação em 11 de agosto de 2019.

O movimento Guarani e Kaiowá pela reapropriação social da natureza e as retomadas de *tekoha*

Marcos Leandro Mondardo

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil
e-mail: marcosmondardo@yahoo.com.br

Resumo

No Mato Grosso do Sul existe uma geopolítica da despossessão em curso de que as maiores vítimas são os povos Guarani e Kaiowá que tradicionalmente ocupavam seus *tekoha*. Essas populações tradicionais estão envolvidas em conflitos territoriais – por terra, água, território e direitos humanos – em “re-existência” na luta pela “reapropriação social da natureza” e afirmação/valorização da identidade étnica-territorial e coletiva. Nesse movimento antisistêmico o território emerge como questão central nas lutas por redistribuição de terra para a construção de um ordenamento territorial pelos de *abajo*. O objetivo deste artigo é analisar os conflitos latentes e manifestos entre indígenas Guarani e Kaiowá e fazendeiros na área de fronteira do Brasil com o Paraguai. Além de revisitarmos criticamente o conceito de território, utilizamos a abordagem multimetodológica ou método misto para a realização do levantamento bibliográfico, documental, coleta de dados e informações, observação, realização de entrevistas e atividades em campo. Consideramos que o *tekoha* e as ações de retomadas territoriais apresentam conteúdo étnico potencial que podem transformar esta realidade de despossessão. A demarcação e autodemarcação dos territórios tradicionais é um movimento importante para a reapropriação social da natureza na construção de um ordenamento territorial decolonial para os de *abajo*.

Palavras-chave: Guarani; Kaiowá; *tekoha*; reapropriação; natureza.

Abstract

The movement of Guarani and Kaiowá by the social reapropriation of nature: Tekoha, resumes and r-existence

In Mato Grosso do Sul there is a geopolitics of the ongoing dispossession that the Guarani and Kaiowá peoples who traditionally occupied their *tekoha* are the main victims. These traditional populations are involved in territorial conflicts - by land, water, territory and human rights - in “re-existence” in the struggle for the “social reapropriation of nature” and affirmation/appreciation of ethnic-territorial and collective identity. In this antisystemic movement the territory emerges as a central issue in the struggles for redistribution of land for the construction of a territorial order for the lower. The objective of this article is to analyze the latent and manifest conflicts between Guarani and Kaiowá natives and farmers in the frontier area of Brazil and Paraguay. In addition to reviewing the concept of territory, we use the multi-method approach or mixed method to perform bibliographical, documentary, data and information collection, observation, interviews and field activities. We consider that the *tekoha* and the actions of territorial repositions present potential ethnic content that can transform this reality of dispossession. The demarcation and self-demarcation of the traditional territories is an important movement for the social reapropriation of nature in the construction of a decolonial territorial order for the people below.

Keywords: Guarani; Kaiowá; *tekoha*; reapropriation; nature.

Résumé

La mouvement de Guarani et Kaiowá par la réappropriation sociale de la nature: Tekoha, resumes et r-existence

Dans le Mato Grosso do Sul, il existe une géopolitique de la dépossession en cours selon laquelle les peuples guarani et kaiowá qui occupaient traditionnellement leurs tekoha sont les principales victimes. Ces populations traditionnelles sont impliquées dans des conflits territoriaux - par la terre, l'eau, le territoire et les droits de l'homme - dans la lutte pour la "réappropriation sociale de la nature" et l'affirmation / appréciation de l'identité ethnique, territoriale et collective. Dans ce mouvement antisystémique, le territoire apparaît comme une question centrale dans les luttes pour la redistribution des terres en vue de la construction d'un ordre territorial pour les plus bas. L'objectif de cet article est d'analyser les conflits latents et manifestes entre les natifs de Guarani et de Kaiowá et les agriculteurs de la région frontalière du Brésil et du Paraguay. En plus de revoir le concept de territoire, nous utilisons l'approche multi-méthode ou la méthode mixte pour effectuer des collectes bibliographiques, documentaires, de données et d'informations, des observations, des entretiens et des activités sur le terrain. Nous considérons que le tekoha et les actions de repositionnements territoriaux présentent un contenu ethnique potentiel qui peut transformer cette réalité de dépossession. La démarcation et l'auto-délimitation des territoires traditionnels est un mouvement important pour la réappropriation sociale de la nature dans la construction d'un ordre territorial décolonial pour les peuples d'en bas.

Mots-clés: Guarani; Kaiowá; tekoha; réappropriation; nature.

Introdução

O saber de uma aldeia é o caminho para a resistência. (Kaiowá, Reserva de Dourados, Jaguapirú, 03/11/2018).

A gente bebe água na nascente. Em 2013 o fazendeiro jogou veneno na gente. Muitas pessoas passaram mal, tiveram diarreia. A gente parecia uma plantinha sendo morta. Estamos lutando para ser indenizados. Quando a gente ia buscar lenha, se você passar a gente ia morrer. Proibir a gente de pegar lenha, proibir a gente de pescar. Fazia de tudo para o índio não ter seu território. (...) Jogaram veneno na água da gente para a gente não voltar para o nosso território. Retiraram o maior bem o indígena, a terra. A gente sabe onde derramaram o sangue de nossos antepassados. (Kaiowá, Tekoha Guyra Kambi'y, área de retomada localizada no município de Douradina, 27/06/2018).

No Brasil contemporâneo existe uma bio/necropolítica da despossessão em curso na territorialização corporativa do agronegócio da qual as maiores vítimas são os povos indígenas que ocupa(va)m seus territórios tradicionais. O Estado brasileiro, articulado com o capital, na versão neoliberal, coloca em prática uma gestão necropolítica para o desmonte, o retrocesso e a retirada dos direitos territoriais indígenas por meio da privatização de suas terras e deposição de seus recursos naturais. Por meio do roubo, do saque e da violação

de direitos humanos ocorre o genocídio, o etnocídio e o ecocídio. Por isso, as estratégias adotadas pelos povos originários para a conquista e/ou manutenção dos seus direitos territoriais é fundamental nas lutas pela existência e por *tekoha*.

Essas populações tradicionais estão envolvidas em conflitos e confrontos territoriais – por terra, água, território e direitos humanos – em “re-existência” (PORTO-GONÇALVES, 2002) na luta pela “reapropriação social da natureza” (LEFF, 2006) e afirmação/valorização da identidade étnica-territorial e coletiva. Nesse movimento antisistêmico o território emerge como questão central nas lutas por redistribuição de terra (FRASER, 2002; 2006) para a construção de um ordenamento territorial de *abajo*.

A questão indígena no Mato Grosso do Sul é considerada, por um lado, como uma das maiores tragédias da América Latina pela gravidade da crise humanitária, insegurança e violência a que foram submetidos os Guarani e Kaiowá. Por outro lado, esses povos são uma potência pela força coletiva da luta por direitos, terras e territórios. O conflito territorial entre indígenas e fazendeiros caracteriza-se como uma disputa tensa e dramática pelo acesso à terra, território e direitos humanos na fronteira do Brasil com o Paraguai. Essa situação envolve a dinâmica espaço-temporal na compreensão e enfrentamento das situações de vulnerabilidade e conflitos fundiários. Os coletivos se empenham em assegurar seus direitos fundamentais cotidianamente negados, em especial o acesso à terra, o território e afirmação/valorização identitária (MONDARDO, 2018). Nesse conflito, a biopolítica (FOUCAULT, 2004) e a necropolítica (MBEMBE, 2011 [2018]) são componentes cada vez mais presentes.

O processo de demarcação das terras indígenas envolve a dinâmica espaço-temporal de desreterritorialização promovida pela expansão territorial da “modernização da agricultura” por meio das monoculturas de soja, pecuária e mais recentemente da cana-de-açúcar, que levaram os Guarani e Kaiowá a enfrentar a situação de vulnerabilidade social e a lutar pelos territórios tradicionais, seus *tekoha*. Renitentes com a imposição de suas vidas condenadas às reservas, pequenas áreas demarcadas pelo Serviço de Proteção aos Índios até 1928, empenham-se, hoje, em assegurar seus direitos constitucionais cotidianamente negados, em especial a recuperação de seus territórios de ocupação tradicional pela Constituição Federal de 1988.

A proliferação dos acampamentos, das retomadas, das mobilizações políticas, das relações de parentesco, dos rituais, da busca da terra “sem males”, uma vez que implicados no próprio conceito de *tekoha*, movimenta sentidos à luta por território e fortalece os indígenas para resistirem à violência, ao genocídio e etnocídio. Nesse movimento de reapropriação social da natureza, territórios são produzidos pelos corpos e espíritos dos povos Guarani e Kaiowá, que apresentam formas e conteúdos históricos, geográficos e políticos que se

desterritorializam e reterritorializam. Nesta contingência espaço-temporal, o *devoir* do *tekohahã* torna-se uma busca permanente destas territorialidades de resistência.

O objetivo deste artigo é analisar os conflitos entre grupos Guarani e Kaiowá e fazendeiros na área de fronteira do Brasil com o Paraguai. Buscamos entender as dinâmicas territoriais relativas aos conflitos em torno da demarcação das terras indígenas associadas às condições de sobrevivência dos povos Guarani e Kaiowá. A noção de conflitualidade que utilizamos é bastante ampla, desde aquela ligada diretamente à luta pela terra, de confrontos e enfrentamentos em acampamentos (LOERA, 2014) de retomadas de territórios tradicionais localizados às margens de rodovias ou em áreas reocupadas em fazendas, passando pelo bloqueio de fluxos e/ou fechamentos (temporários) de vias de circulação, às táticas de fortalecimento e valorização identitária por meio dos direitos humanos, tais como saúde, educação, alimentação e moradia, até a luta pela própria re-existência físico-biológica, tendo em vista os gritantes índices de assassinatos e suicídios de indígenas registrados no Mato Grosso do Sul.

É importante salientar que esta pesquisa é um desdobramento de outros trabalhos (MONDARDO, 2009; 2012; 2013; 2014; 2017; 2018), que revisitamos criticamente o conceito de território na Geografia e nas Ciências Sociais, e fazemos o encontro com os conceitos nativos – como sugere Souza (2013) – de *tekoha* e das ações de retomadas. A multimetodologia da pesquisa foi delineada pelo método qualitativo e quantitativo. Fizemos uso de levantamento bibliográfico, documental, coleta de dados e informações, observação, realizamos entrevistas e atividades em campo. Os resultados e discussões deste texto se estruturam a partir de três categorias criadas: 1) O pluriverso dos direitos territoriais indígenas: o diálogo entre categorias nativas e da Geografia; 2) Reservas, *teko* e conflitos territoriais; e, 3) Retomadas de territórios tradicionais: acampamentos, ocupações e autodemarcações.

O pluriverso dos direitos territoriais indígenas: o diálogo entre categorias nativas e da Geografia

A visibilidade do conceito de território está associada ao protagonismo das lutas dos povos indígenas na contemporaneidade. Mais do que terra, esses povos reivindicam o reconhecimento e a titulação de seus territórios. Para isso é fundamental entender outros horizontes práticos e políticos que os movimentos étnico-territoriais produzem na luta pela “reapropriação da natureza” (LEFF, 2006). Essa maneira de fazer uma reconexão com a natureza, em que todos os elementos são actantes, permite reivindicar direitos e outra dimensão de relação dos sujeitos na construção dos seus territórios:

(...) a dupla humano/não-humano é feita com esse fim: permitir ao coletivo de reunir um maior número de actantes no mesmo mundo. O jogo está aberto. A lista dos não-humanos que tomam parte da ação se amplia. A lista dos humanos que tomam parte na sua recepção, igualmente. Não precisamos mais defender o sujeito contra a reificação; defender o objeto contra a construção social. As coisas não ameaçam os sujeitos. A construção social não enfraquece mais os objetos (LATOUR, 2004, p. 149).

Para isso é necessário romper com a leitura da relação entre sujeito-objeto (VIVEIROS DE CASTRO, 2015), revendo esse jogo dialógico no sentido de compreender os territórios de existência por sua ontologia (ESCOBAR, 2015), ou, talvez, de uma pluriontologia. No caso dos Guarani e Kaiowá vemos como as variações dos modos de ser, o *teko*, constroem o caminhar – a territorialidade – deste território, o *tekoha*. Como cada momento da luta os povos utilizam diferentes estratégias espaciais, de abertura e fechamento, dispersão e aglomeração, demonstrando que as fronteiras étnicas dos territórios são porosas na relação com o Outro. Cabe ressaltar que essa relação de alteridade é definida por cada povo, seja na relação com o Estado, com o Mercado, com a Igreja, com outros grupos, na medida em que permite empoderamento do coletivo e fortalecimento da luta ou da relação com a terra.

Por isso é importante descolonizar o pensamento. Por que a história e geografia dos povos indígenas são contadas a partir da Europa? Será que é para avaliar o nível de europeidade de cada povo? Um devir-minoritário? Na América-latina a história e a geografia devem ser contadas pelos povos, por uma perspectiva latino-americana. As narrativas geográficas e históricas são políticas. Estamos falando da América Latina e de lutas por território desde *abajo*. É possível buscar outros caminhos, como aqueles construídos pelos povos Guarani e Kaiowá ao longo de sua trajetória de resistência? Um devir-minoria?

Devemos, assim, analisar e estar atentos as diferentes leituras de território na “geografia anglo-saxônica” e na “geografia latina”. Na geografia anglo-saxônica, o território é definido pelo caráter mais tecnológico e funcional, noção herdada da Revolução Científica. Nessa perspectiva, Elden (2013) afirma que o:

Território deve ser entendido como uma tecnologia política, ou talvez melhor como um pacote de tecnologias políticas. Território é não simplesmente terra, não no sentido político-econômico do direito do usar, apropriação, e posse de um lugar; nem é uma questão estritamente política estratégica mais próxima de uma noção de terreno. O território compreende técnicas para medir terras e controlar o terreno. Medir e controlar – o técnico e o jurídico – precisa ser pensado ao lado de terra e terreno (ELDER, 2013, p. 322-323).

Compreender o território, na acepção de Elder (2013), como uma tecnologia política nos diferentes contextos histórico e geográfico, leva a pensar o caráter meramente funcional

dos territórios cooperativos do agronegócio. O conjunto de tecnologias políticas usadas nas modernas fazendas do agronegócio nos permite verificar como são medidas as terras e controlados os terrenos, nos sentidos técnico e jurídico. Essa tecnologia política foi implantada por uma nova densidade normativa do território (SANTOS, 1997) que colocou em prática a gestão/governo bio/necropolítico (MBEMBE, 2011), para uma política de produção de consenso e gestão social dos conflitos.

No entanto, os povos indígenas também têm as suas tecnologias. Como nos disse um Guarani Kaiowá da Reserva indígena de Dourados, “rezar é uma tecnologia espiritual, usar as nossas tecnologias de reza, de canto, de dança e rituais” para fortalecer a conexão com a terra. Existem em curso mudanças fundamentais em territórios de povos e comunidades tradicionais que evidenciam debates e disputas sobre entendimento e uso do território, como outros conceitos políticos, jurídicos e teóricos que emergem das lutas concretas contemporâneas como justiça social e de direitos que se aplicam a ele, e que demonstra, hoje, o vigor e a necessidade de atualidade do conceito.

Para além dessa visão mais técnica-funcional-tecnológica da geografia anglo-saxônica (como a de Sack, 1986, de controle de uma área de acesso, e de tecnologia de poder em Elder, 2013), na América Latina, ou nas “geografias latinas” (HAESBAERT, 2013), o território tornou-se um conceito central e utilizado por uma multiplicidade de sujeitos por meio de uma noção (ou noções) mais ampliadas de poder. Segundo Haesbaert (2018) podemos afirmar que essa ampliação do conceito de território enquanto categoria analítica (de investigação) se deve a sua franca interlocução com o uso que os grupos em luta contra-hegemônicas o fazem enquanto categoria da prática. Essa ênfase nas práticas (ou na “*práxis*”) efetiva ocorre pela característica dos contextos histórico-geográficos latino-americanos estar arraigada à questão da luta pela terra e, hoje, também do corpo, por movimentos sociais e grupos em luta a partir de reivindicações de território em concepções que vão da sua dimensão mais concreta (funcional), jurídica (de redistribuição de terras e conquista/defesa de direitos) até a mais simbólica (identitária e de reconhecimento de diferenças étnico-raciais e de gênero).

Mas como elaborar o diálogo entre as lutas indígenas nas Américas e os conceitos e práticas de territórios e territorialidades? Nas lutas indígenas em que estão em disputa os conceitos de território e territorialidade no contexto latino-americano, como realizar o diálogo, esse trânsito pelo pluriverso? Esses conceitos e práticas são disputadas pelas populações tradicionais, corporações e o Estado. É necessário combater o eurocentrismo, o etnocentrismo, para a descolonização do poder na reconstrução do conceito de território na Geografia, não encaixado ao empírico, mas aberto à diferença, ao diálogo, sendo afetado pelas cosmologias, cosmovisões e cosmopolíticas dos povos indígenas. Essa necessidade de conceitos abertos se deve ao trânsito entre teorias e conceitos indígenas e teorias e

conceitos não indígenas. Esse diálogo transforma a academia e, em certo modo, os povos indígenas se apropriam dos conceitos não indígenas.

Nesse exercício de descolonização do poder, deve-se focar nas resistências indígenas, em suas práticas de luta e nas reelaborações cosmológicas, cosmopolíticas e teóricas dos mitos. Os territórios e territorialidades pensados pela Geografia devem ser afetados pela multiplicidade e potência das lutas ameríndias, suas práticas e elaborações conceituais, para estabelecer um diálogo aberto à alteridade. Fazer um bom encontro entre Geografia e povos indígenas implica em construir um diálogo rico em alteridade, aberto à diferença e não encaixado, inclusive com os mitos, corpos, espíritos, línguas, que dizem muito sobre outras formas de vida, de pensar, sentir e estar no(s) mundo(s). Um diálogo aberto como potência em alteridade.

Reservas, *teko* e conflitos territoriais

Hoje a gente enfrenta três bancadas na aldeia: da bíblia, do boi e da bala. Como a gente tem que conviver com as igrejas evangélicas nas aldeias. Isso afeta a nossa cultura, o nosso *teko*, nas aldeias (Guarani Kaiowá, Reserva de Dourados, Jaguapirú, 03/11/2018).

No Mato Grosso do Sul a expansão territorial do capitalismo, sob a égide da destruição criativa da terra, se deu no início do século XX pela acumulação por despossessão e expulsão dos povos indígenas de seus territórios originários em frentes extrativas de erva-mate, passando pela colonização dirigida do Estado Novo (1937-1945), do governo Getúlio Vargas, Marcha para Oeste, até a territorialização da fronteira agrícola, a partir da década de 1970, com a implantação do agronegócio. Essas frentes de colonização atualizaram nesse espaço o capitalismo e o patriarcado por meio do “colonialismo interno” (CASANOVA, 2002). Como afirmamos em Mondardo (2018, p. 127), “desde a criação de reservas indígenas”, “passando pela expansão territorial das chamadas frentes de ocupação e colonização até a modernização da agricultura e a implantação do agronegócio, observamos a questão do domínio e controle sobre a terra” pelo não indígena.

Entre os anos de 1915 a 1928, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) criou oito pequenas áreas – reservas indígenas –, desterritorializando os povos Guarani, Kaiowá e Terena (dentre outros grupos étnicos) de seus *teko*. Nesse período foram criadas respectivamente as reservas de Amambaí (1915), Dourados (1917), Caarapó (1924), Pirajuí (1928), Limão Verde (1928), Porto Lindo (1928), Sassoró (1928) e Takuapery (1928). Com esse dispositivo territorial, o Estado brasileiro realizou a “despossessão” (HARVEY, 2004) das terras indígenas, liberando-as para a expansão das frentes de ocupação colonial.

A partir da década de 1960, os povos indígenas foram expulsos de seus *tekoha* para produzir benefícios à expansão territorial da agricultura moderna com o início da fase agroindustrial. A aquisição de terras, a partir da década de 1990, passou a ocorrer em grande escala por meio de corporações transnacionais que destruíram as economias locais e regionais dos Guarani e Kaiowá (além de camponeses/agricultores familiares), e transformaram vastas extensões de terra – onde existia o *tekoha* Guasu (grande território Guarani)¹, em territórios de produção agrícola e de negócio. Essas empresas do Sul Global construíram espaços (des)nacionalizados e expulsaram os habitantes originários de suas terras e dos territórios de ocupação tradicionais.

O conflito entre fazendeiros e indígenas (Guarani e Kaiowá) em Mato Grosso do Sul ganhou dimensões em múltiplas escalas, principalmente, nas últimas duas décadas com as medidas relativas às demarcações das terras tradicionais. Neste estado a resistência política e territorial indígena que se iniciou de forma coletiva e organizada na década de 1970, deu um passo fundamental no ano de 2007 para a agenda de luta pelo reconhecimento dos direitos territoriais destas populações tradicionais, com a publicação das portarias da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em acordo com o Ministério Público Federal (MPF), que determinaram o início do processo demarcatório e/ou de regularização fundiária de vários *tekoha*. Esse ato jurídico-político foi, entretanto, o estopim para o acirramento do conflito territorial que já vinha ocorrendo historicamente entre indígenas e fazendeiros nesta região, e que se acentuou com a possibilidade de uma reconfiguração fundiária no cone sul do estado, que compreende uma área de fronteira do Brasil com o Paraguai.

Dados recentes apontam o crescimento dos conflitos relativos aos direitos territoriais no Brasil, com destaque para o estado do Mato Grosso do Sul. O relatório “Violência Contra os Povos Indígenas”, com informações compiladas do ano de 2018, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2019), demonstra que ocorreu um aumento dos ataques, em várias frentes, aos territórios originários. Em 2018 foram registrados 111 casos, enquanto em 2017 eram 96. Essas invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio, ocorreram nos seguintes estados: Pará (24), Rondônia (17), Acre (7), Amazonas (13), Roraima (11), Mato Grosso (10), Maranhão (9), Tocantins (8), Mato Grosso do Sul (3), Santa Catarina (3), Pernambuco (2), Alagoas (1), Paraná (1). Dois outros casos abrangem os estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia e Tocantins.

No Brasil contemporâneo está em curso uma institucionalização da violência como prática de governo. Segundo o relatório, a omissão do poder público, o aumento da grilagem e do garimpo ilegal, o roubo de madeira, as invasões de terras e até mesmo da implantação

¹ O *tekoha* Guasu compreendia o cone sul do estado do Mato Grosso do Sul e extrapolava seus limites a terras lindeiras do Paraguai. Nele existiam vários *tekoha* habitados por famílias extensas de Guarani e Kaiowá que tinham seus modos de vida territorializados na fronteira do Brasil com o Paraguai.

de loteamentos em seus territórios tradicionais, são as principais causas do aumento da escalada da violência contra os povos indígenas. A articulação entre o poder público e o agronegócio é o meio utilizado para a desregulamentação dos dispositivos jurídico, administrativo, legislativo e político de proteção das terras e dos povos originários.

Desde 2016, depois do fim do governo de Dilma Rousseff, não foi demarcada mais nenhuma terra indígena. Essa política anti-indígena do Estado é emblemática em Mato Grosso do Sul devido ao descaso no reconhecimento das terras originárias. De acordo com o Relatório (CIMI, 2019) os povos Guarani e Kaiowá estão na posse de 29% das terras reconhecidas pelo Estado. Isso ocorre porque nas 31 terras indígenas demarcadas e tituladas, os Guarani Kaiowá e Nhandeva ocupam ou estão na posse de apenas 29% delas. Com uma população de 54.658 pessoas, segundo a Funai (2018), as comunidades ocupam 70.370,08 dos 242.370,08 hectares reconhecidos oficialmente como territórios tradicionais, *tekoha*.

O Relatório (CIMI, 2019) também revela que houve aumento dos conflitos por terra, ameaças de morte e assassinatos. Em 2018 foram registrados 135 casos de assassinato de indígenas, sendo que os estados com maior número de casos foram Roraima (62) e Mato Grosso do Sul (38). Em 2017, haviam sido registrados 110 casos de assassinatos. Em relação à “violência contra a pessoa”, ocorreram: tentativa de assassinato (22), homicídio culposo (18), racismo e discriminação étnico-cultural (17), violência sexual (15), abuso de poder (11), ameaças várias (14), ameaça de morte (8), e lesões corporais dolosas (5), totalizando 110 casos. Também foram registrados 101 suicídios em todo o país em 2018. Os estados que apresentaram as maiores ocorrências foram Mato Grosso do Sul (44) e Amazonas (36). No Mato Grosso do Sul aumentaram os casos de suicídios de 31 em 2017, para 44 em 2018. As vítimas tinham entre 5 e 64 anos.

Como contraponto a esse racismo de Estado (FOUCAULT, 2005) implantado pela necropolítica colonial (MBEMBE, 2018), uma das formas de descolonização do imaginário geográfico hegemônico se deve às estratégias políticas, práticas e discursos colocados em curso que reelaboram novas territorialidades dos povos indígenas em luta. Se, por um lado, fazendeiros buscam sua legitimidade pela manutenção da propriedade da terra (a chamada “segurança jurídica”), de outro, os Guarani e Kaiowá lutam pelo direito constitucional de reapropriação da natureza, por meio do reconhecimento (FRASER, 2002; 2006) e titulação de seus antigos *tekoha*. Lutas por autonomia territorial e dignidade humana.

As lutas territoriais se fazem desde às reservas. Lutas para transformar reservas em aldeias. Em uma reserva existem vários *tekoha*, famílias, parentelas, trocas, relações. Nas reservas existem modos de ser – *teko* – múltiplos. A mobilidade é o que assegura a permanência na terra. Esse trânsito entre aldeias e terras, a multiterritorialidade Guarani e Kaiowá, permite as trocas e anima o quadro de vida. A transterritorialidade, o trânsito por territórios indígenas e não indígenas, devido à incorporação estratégia, dialógica e relacional

do território do Outro (HAESBAERT e MONDARDO, 2010), é o que assegura a permanência nas terras, constrói as relações nas aldeias, entre famílias, parentelas. Os caminhos, as ligações e essas trocas, mantem esses circuitos entre famílias, entre roças, que se dão na mesma aldeia. Por isso, a vida não se encerra no espaço da aldeia. As multi/transterritorialidades dos Guarani e Kaiowá estão para além desse espaço, pequenas áreas, em que foram confinados. Hoje as estratégias dos Guarani e Kaiowá em trânsito são colocadas em prática por modalidades alternativas de territorialização, em ações diretas de reapropriação social da natureza chamadas de retomadas de territórios tradicionais.

Retomadas de territórios tradicionais: acampamentos, ocupações e autodemarcações

É uma forma de luta as retomadas. Hoje retomar as áreas que eram as antigas aldeias. Retomar, a gente está retomando o que era nosso mesmo. Nós estamos querendo a terra que era nossa, que foi retirada pelos não indígenas. Retomar o que era nosso. Hoje somos mendigos na sua própria terra. Retomar e reviver aquela história que foi cortada ou esquecida quando os Guarani Kaiowá foram expulsos (Guarani Kaiowá, Tekoha Apykai, área de retomada localizada no município de Dourados, às margens da BR 463, 12/10/2018).

Os povos Guarani e Kaiowá têm um “projeto étnico-sistêmico-local” (ESCOBAR, 2015) de autonomia na luta pela terra. A reterritorialização, o recomeço, se dá pelo retorno ao teko porã (*o bem viver*) em práticas de retomadas: acampamentos, ocupações e autodemarcações. A proliferação destes acampamentos, das retomadas, das mobilizações cosmopolíticas, da dinâmica espaçotemporal das relações de parentesco, dos rituais, das danças e cantos, da busca pela terra “sem males”, uma vez que implicados no próprio conceito denso de *tekoha*, movimenta sentidos dos corpos dos vivos e dos mortos à luta por território e fortalece os indígenas para resistirem à violência, o genocídio e o etnocídio. Uma cartografia do céu e da terra. O plano terrestre do território inclui a vida e morte.

Nas últimas três décadas, vêm ganhando força, no campo sul-mato-grossense, as ações diretas de luta pela terra, denominadas de retomadas de territórios tradicionais. A ação ganha variações semânticas, a depender da terra e dos territórios requeridos e dos sujeitos sociais envolvidos, em modulações como: retomadas territoriais, retomadas de *tekoha*, retomadas de território, retomadas de quilombos, reocupação, recuperação, dentre outras. O sentido prático, político e estratégico atribuído e aplicado nas retomadas torna o território uma “arma de luta”, político e catalizador das práticas adotadas pelos movimentos das populações tradicionais em luta no espaço geográfico brasileiro. Em nome do território – *tekoha* – se fazem

as retomadas em atos que assumem a forma de acampamentos, ocupações e autodemarcações.

Esta ação é uma estratégia de luta adotada pelos povos Guarani e Kaiowá para retomar as terras das quais foram expulsos durante o processo de colonização. Isso implica traçar linhas alternativas, redesenhar espaços, contornar cercas e construir estratégias com potência em territorialidades de resistência. Nessa reelaboração cultural de seus modos de ser, no caminhar, no *teko*, altera-se a relação com a natureza devido às ações de resistência traçadas pelos grupos nos *front* de batalha e em reconexão com a terra. Nesse movimento de reapropriação, a natureza é vista como cultura, sendo necessário, para isso, uma politização da cultura (LATOURE, 2004).

A re-existência (existir para resistir) dos povos originários tem sido fundamental na luta contra o processo de acumulação por espoliação (HARVEY, 2004). O movimento dos grupos étnicos contra a transformação da natureza em mercadoria nos dá um novo horizonte de sentido para a vida pela reapropriação social da natureza onde a cultura é politizada na luta pelo território (PORTO-GONÇALVES, 2012).

No Mato Grosso do Sul, com relação aos povos Guarani e Kaiowá, a área de retomada normalmente é aquela em que estão situados os conflitos/confrontos, bem como é onde está o horizonte da esperança de reconectar à relação indissociável dos povos com a terra e o território. Existem retomadas com condições territoriais, político e jurídica, distintas, a depender dos sujeitos coletivos, étnicos e raciais, envolvidos na luta pela terra e dos grupos hegemônicos contrários aos movimentos de retorno aos territórios tradicionais.

No entanto, a expansão territorial do capitalismo na faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai é um fenômeno violento. Essa territorialização funcional promoveu o desmatamento, o uso ilimitado dos recursos hídricos, a violação de direitos humanos e a desterritorialização dos povos indígenas de seus *tekoha*. Tais populações tradicionais viram suas terras tornarem-se mercadorias, em que o valor de troca suprimiu o valor de uso, implicando na mercantilização da vida por meio de uma biopolítica (a “biopolítica” à moda regional), em que as exportações de carne de gado, as toneladas de grãos (soja e milho) e os litros de etanol, valem mais do que a vida de um Guarani e Kaiowá. A biopolítica, nesta situação degradante, desterritorializa/precariza a vida indígena e a transforma em “vida nua” (conforme acepção de AGAMBEN, 2002), sem direitos. A mercantilização das relações sociais nesta fronteira coisificou a vida indígena como algo “sem valor” sob o vértice da hierarquia normativa das empresas multinacionais.

Gerou-se, com isso, uma geografia da acumulação de riqueza nas mãos de fazendeiros, grupos multinacionais e mais recentemente dos fundos de pensão. Estes últimos veem a terra como ativo financeiro, com investimentos nesse tipo de empreendimento em ambos os lados dos limites internacionais entre Brasil e Paraguai. A produção deste espaço

regional de fronteira para o capital reproduz pobreza para as populações tradicionais indígenas. As empresas do Norte Global carecem dos recursos naturais (terra, água, madeira, minérios, dentre outros) destes territórios do agronegócio para a reprodução de suas relações capitalistas de produção. Isso explica o cercamento das propriedades face às reservas indígenas e a contenção territorial das ações dos povos em luta em áreas de retomadas de territórios tradicionais.

Por isso, a estabilidade territorial nesta faixa de fronteira está vinculada a segurança que o modelo de desenvolvimento econômico necessita. Por outro lado, ocorre a desterritorialização/precarização dos povos indígenas contidos e apinhados em áreas de reservas. Com o agronegócio globalizado e com o Estado neoliberal em curso, o neocolonialismo atua com força na desterritorialização dos povos Guarani e Kaiowá em seus necroterritórios. Muitos indígenas vivem em condição de miséria generalizada, sobrevivendo com sextas básicas da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), por meio de políticas compensatórias, que expõe lógicas de “inclusão por exclusão” (AGAMBEN, 2004), legitimadas por um sistema econômico e político injusto e concentrador de riquezas.

Inconformados com esta condição de precariedade socioespacial a que foram submetidos, uma parcela de Guarani e Kaiowá colocam em prática múltiplas estratégias em *fronts* de luta. Estas ações diretas variam desde ocupações de áreas pelo controle temporário do espaço em acampamentos às margens de rodovias ou nas fazendas identificadas como de apropriação tradicional, até as táticas cotidianas de mobilização étnica coletiva em espaços públicos (rodovias, ruas e praças) e/ou órgãos (FUNAI, SESAI e prefeituras). Ressalta-se que, hoje, os povos indígenas são protagonistas destas ações de luta pela terra e território no Mato Grosso do Sul.

As retomadas de territórios tradicionais transpassam os limites de contenção das reservas e se transformaram em espaços de luta e resistência (“um recomeço”) para os povos indígenas. Como disse um jovem Kaiowá do *Tekoha Guyra Kambi'y*, área de retomada localizada no município de Douradina, a “retomada é para requerer nosso *tekoha*. A retomada é um recomeço para nós. É um recomeço para nós requerer a nossa terra, um novo começo para nós” (entrevista realizada em 27/06/2018). E é nesse recomeço que acreditamos que é possível a recuperação, o *devir indígena*, de “novos” territórios tradicionais. *Devir-tekoha*, *devir-minoria*, novas territorialidades. Transterritorialidades.

Para além das reservas e dos territórios-fazendas do agronegócio com suas lógicas espaciais voltadas a contenção, violência e genocídio dos povos indígenas, os Guarani e Kaiowá contemporâneos do cone sul do Mato Grosso Sul tem um projeto autônomo de reterritorialização de suas práticas tradicionais que tem por base o ecossistema *tekoha* como forma de reapropriação social da natureza. O retorno ao *teko porã* (o bem viver) torna-se uma estratégia de luta por meio das retomadas de territórios tradicionais. Essas ações diretas

contra a propriedade da terra, o capital e o Estado, são as formas destes povos tradicionais requererem e viverem o *tekoha*. É importante frisar, que a proliferação dos acampamentos de retomadas, das ocupações, das mobilizações étnico-políticas, da recriação de relações de parentesco, dos rituais e rezas de fortalecimento das lutas estão, hoje, implicados na própria reelaboração desta categoria da prática emancipatória indígena, o *tekoha*.

Se por um lado, o Estado, articulado com o capital em sua fase neoliberal, visa manter os condenados em sua própria terra – indígenas – em territórios coloniais de exceção denominados de reservas (“sem direitos”, “vida nua”), por outro, as retomadas de *tekoha* buscam reocupar e requerer os territórios decoloniais por meio de ações diretas de resistência e enfrentamento contra a propriedade privada na forma de latifúndio. As áreas retomadas são, hoje, territórios decoloniais que estão num limbo jurídico entre a exceção e a norma do Estado de Direito, entre o latifundiário do capital legitimado pelo Estado capitalista neoliberal, e entre os territórios de autonomia e emancipação dos povos indígenas em luta. Não é a toa que o Estado considere como afirma Oliveira (2014), os indígenas que estão fora da reserva, em territorializações alternativas e ocupações, sem a sua tutela.

Nesse movimento contra o “*apartheid*” étnico imposto – em que de um lado tem-se os indígenas nas reservas, do outro, brancos nas cidades e fazendas –, os Guarani e Kaiowá procuram transgredir esses limites da colonialidade/modernidade (MIGNOLO, 2003; 2005) do saber e poder (QUIJANO, 2005). Articulados em múltiplas escalas de relações de poder, esses povos estão reelaborando territorialidades subalternas alternativas. A mobilização de uma parcela de Guarani e Kaiowá torna, hoje, essa categoria de população, uma poderosa biopolítica pela multiplicação das ações de resistência e enfrentamento em variadas escalas, lugares e esferas sociais.

Essa “geometria de poder” (MASSEY, 2008) das ações tenta romper com a lógica colonialista e racista que foi imposta sobre esses grupos étnicos. Como afirma Fanon (2005, p. 53), “a descolonização é verdadeiramente a criação de novos homens”. Nessa criação “a ‘coisa’ colonizada se torna homem no processo mesmo pelo qual ela se liberta”. Para os povos Guarani e Kaiowá essa libertação estabelece profunda conexão com seu espaço, na medida em que a recuperação de seus territórios decoloniais, os *tekoha*, são indissociáveis deste movimento.

Em espaços coloniais como na fronteira do Brasil com o Paraguai, o racismo faz parte das políticas ocidentais que tem regulado a distribuição da morte. Isso só é possível porque as funções repressivas do Estado se legitimam pelo encadeamento da soberania e do espaço em necrotérios. Inspirados em Achille Mbembe, estabelecemos essa correlação entre necropolítica e território. Para o autor, necropolítica são “as formas contemporâneas que sugam a vida ao poder da morte”, o “necropoder embaralha as fronteiras entre resistência e

suicídio, sacrifício e redenção, mártir e liberdade” nas “topografias recalçadas de crueldade” (MBEMBE, 2018, p. 71).

Para os povos indígenas, pensamos que esses necroterritórios configuram-se em áreas de exceção de direitos e “contenção territorial” (HAESBAERT, 2008), as reservas, e em fazendas genocidas que regulam e cerceiam o ir e vir, exercem o monopólio da violência e matam. Por isso, as retomadas de territórios tradicionais podem ser consideradas como práticas de um *devir* indígena no mundo decolonial.

Se a reserva no seu sentido colonial era usada para desterritorializar/expulsar indígenas de seus *tekoha*, influenciá-los e controlá-los por uma fronteira fechada, hoje, com as mobilizações étnicas e ações diretas de resistência em retomadas territoriais, às fronteiras da reserva podem ser vistas como limites em expansão, zonas móveis e deslocáveis. Por isso, as fronteiras e limites entre as reservas, acampamentos e áreas de retomadas transformaram-se no Mato Grosso do Sul, em espaços de luta (conflito) e de guerra (confronto). As cercas e limites sobrepostos/entre fazendas e *tekoha* separam o que se convencionou chamar, por meio do imaginário colonial, de ordem e barbárie, ou de “insegurança jurídica” (para os fazendeiros) e “insegurança social” (para os povos indígenas). Nessa visão dualista existe a negação racista do mundo indígena pela imposição das fronteiras do colonizador (não indígena).

Essas áreas de retomadas apresentam ações mais duradouras e outras, contingentes, a depender do nível do conflito e de confronto que estão envolvidas. Estima-se que hoje proliferem em torno de 40 acampamentos indígenas no estado como uma estratégia e prática concreta de luta pelo retorno aos territórios tradicionais. Mesmo sendo de difícil delimitação, com tamanhos de áreas variadas, e em sua maioria, localizados nas zonas rurais, o que não descarta que existam acampamentos de retomadas em espaços urbanos. Em Dourados, município epicentro de conflitos entre indígenas e fazendeiros na luta pela terra, por exemplo, encontramos os acampamentos de retomadas territoriais, *Apika'y*, *Ñu Verã 1, 2 e 3*, *Ñu Porã* e *Pacurity*, todos localizados às margens de importantes rodovias de fluxos do agronegócio do estado. No município de Douradina também observamos o *Tekoha Guyra Kambi'y*, hoje área de retomada. Essas formas alternativas de (re)territorialização permitem aos grupos reconstruírem suas relações de apropriação, pertencimento e das territorialidades afetivo-religiosas, mesmo que em parte de seus *tekoha* pelo envolvimento não só de adultos e idosos, mas também de jovens e crianças indígenas nascidas em reservas, e que, hoje, retornam aos seus territórios originários.

Considerais finais

Para os povos indígenas o conflito territorial é um drama humanitário vivido devido à condição de precarização e exceção à que foram submetidos/condenados/desterritorializados em sua própria terra. Para esses povos o Estado de Exceção faz parte de suas vidas pela negação cotidiana de seus direitos. A conquista dos direitos territoriais só pode ser efetivada com o reconhecimento das suas diferenças étnicas em que a demarcação dos antigos *tekoha* é prioridade.

Para isso é necessário construir conceitos em diálogo com os povos indígenas, abertos à diferença e contextualizados com seus espaços de vida. O saber dos povos deve ser contextualizado por uma ecologia local, intergeracional, na relação entre os mais velhos e os mais jovens, em que a memória tem um papel ativo. Os conceitos não devem ser encaixados aos saberes tradicionais. Os conceitos devem ser elaborados por contextos espaço-temporais específicos, por maneiras de olhar, em perspectivas próprias. Os saberes tradicionais Guarani e Kaiowá demonstram a multiplicidade do espaço indígena.

As palavras *tekoha* e retomadas territoriais apresentam conteúdo social e potencial transformadores desta realidade. A demarcação dos territórios tradicionais é um passo importante para a construção de um ordenamento territorial decolonial pelos “de baixo”. Contra a desterritorialização forçada e os necroterritórios à que foram submetidos na condição de reserva, os Guarani e Kaiowá constroem, hoje, estratégias de luta e ações coletivas diretas para a retomada de seus *tekoha*. Esse devir-minoria indígena que visa reconhecimento e conquista de direitos, de autonomia e de justiça espaciais, será possível por meio de ecossistemas locais que reconheçam suas diferenças étnicas como potenciais transformadores de sua condição atual precária de territorialização. O *tekoha*, assim, é visto como ecossistema étnico local.

Nesse movimento pela reapropriação social da natureza, as retomadas constituem-se em lutas por territórios para responder a uma demanda local, a mega ou demodiversidade dos povos em sua multiplicidade espacial, como uma polifonia de múltiplas versões de canto ou luto. O canto que sustenta a força Guarani Kaiowá na luta por *tekoha*. Assim, o ar, a terra, a água, a mata, são dimensões ampliadas, comuns e coletivas do *tekoha* que fazem parte do seu ecossistema. Nesse lugar de existência, combina-se, no plano terrestre, uma cartografia do céu e da terra, nesse trânsito espiritual e material de caminhos, de perspectivas, em que se amplia a subjetividade, o modo de ser, o *teko*, na luta por território.

Referências

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, G. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2002.

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292p.
- CASANOVA, P. G. **Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO – CIMI. **Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2018**. Brasília: CIMI, 2019.
- ELDEN, S. **The birth of territory**. Chicago: Chicago University Press, 2013.
- ESCOBAR, A. Territórios de diferencia: la ontologia política de los “derechos al territorio”. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 41, 2015.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, M. **Naissance de la Biopolitique**. Paris: Gallimard-Seuil, 2004.
- FOUCHER, M. **Fronts et frontières: un tour du monde géopolitique**. 3 ed. Paris: Fayard, 2004.
- FRASER, N. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63: 7-20, 2002.
- FRASER, N. Redistribución ou reconocimiento? In: FRASER, N. & HONNETH, A. **Redistribución ou Reconocimiento?** Madrid: Ediciones Morata, 2006.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, R. Sociedades biopolíticas de in-segurança e des-controle dos território. In: OLIVEIRA, M. et al. (Org.). **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj e ANPEGE. 2008.
- HAESBAERT, R. A global sense of place and multi-territoriality: notas for dialogue from a “perifheral” point of view. In: FEATHERSTONE, D. E PAINTER, J. (Org.). **Spatial politics: essays for Doreen Massey**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2013.
- HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- HAESBAERT, R. Armadilhas do território. In: BORZACCHIELLO DA SILVA, J.; SILVA, C. N. M. da.; DANTAS, E. W. C. (Orgs). **Território: modo de pensar e usar**. Fortaleza: Edições UFC, 2016, p. 19-42.
- HAESBAERT, R.; MONDARDO, M. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. **GEOgraphia**, n. 24, 2010.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

IAGRO. *Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal. Rebanho bovino de Mato Grosso do Sul*. Disponível em: <http://www.iagro.ms.gov.br/> - acesso em 11/02/2018.

LATOURE, B. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Bauru, SP: EDUS, 2004.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOERA, N. R. **Tempo de acampamento**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Melusina, Tenerife, 2011.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIGNOLO, W. **Habitar la frontera: sentir y pensar la descolonialidad**. Barcelona, Ediciones Bellatera, 2005.

MIGNOLO, W. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MONDARDO, M. A geometria de poder do conflito territorial entre fazendeiros e Guarani-Kaiowá na fronteira do Brasil com o Paraguai. **Acta Geográfica** (UFRR), 2014, p. 185-202.

MONDARDO, M. **Conflitos territoriais entre Guarani Kaiowá, paraguaios e “gaúchos”: a produção de novas territorialidades no Mato Grosso do Sul**. (Tese de Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2012.

MONDARDO, M. No território do agronegócio à luta pelo retorno ao *tekoha*: o conflito territorial envolvendo Guarani-Kaiowá e fazendeiros em Mato Grosso do Sul. **Revista GeoNorte**, v. 7, 2013, p. 767-781.

MONDARDO, M. Territorialidades de insegurança e estratégias biopolíticas dos povos Guarani e Kaiowá na fronteira do Brasil com o Paraguai. **L'Espace Politique**, 31, 2017-1. Acesso em 27/12/2018. Disponível em <http://espacepolitique.revues.org/4212>.

MONDARDO, M. **Territórios de trânsito: dos conflitos entre Guarani e Kaiowá, paraguaios e “gaúchos” à produção de multi/transterritorialidades na fronteira**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MONDARDO, M. Mobilidade sulista do capital e da força de trabalho para o Mato Grosso do Sul: modernização agroindustrial, descompassos e contradições sócio-territoriais. **Terra Livre**, v. 1, p. 173-187, 2009.

OLIVEIRA, J. P. de. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. **MANA** 20(1): 125-161, 2014.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Latifúndios Genéticos y existencia indígena. **Revista Chiapas**. n. 14, 7-30. UNAM/Ediciones Era, México, 2002.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v. 9, n.1, p.16-50, Jan./Jul. 2012.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp. 107-130.

SACK, R. **Human territoriality**. Cambridge. Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 3 ed. Hucitec: São Paulo, 1997.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 3 ed. Hucitec: São Paulo, 1997.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Metafísicas canibais**. São Paulo: CosacNaify, 2015.

Sobre o autor

Marcos Leandro Mondardo – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). **Orcid**: <https://orcid.org/0000-0001-8862-8801>.

Como citar este artigo

MONDARDO, Marcos Leandro. O movimento Guarani e Kaiowá pela reapropriação social da natureza e as retomadas de Tekoha. **Revista NERA**, v. 23, n. 52, p. 133-150, dossiê., 2020.

Recebido para publicação em 09 de setembro de 2018.

Devolvido para revisão em 14 de setembro de 2019.

Aceito para a publicação em 13 de outubro de 2019.

O acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu em Rio Brilhante (MS): a atual conjuntura dos conflitos e das resistências

Lara Dalperio Buscioli

Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP)

Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA)
e-mail: lara.dalperio@gmail.com

Resumo

A situação das terras indígenas no estado do Mato Grosso do Sul (MS) vem sendo estudada por diversos autores em diferentes perspectivas analíticas envoltas de suas ciências. Assim, a ciência geográfica permite a partir da análise do território compreender os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização indígena, que compõem um conjunto de ações históricas de (re)existências. Caso que não é diferente no acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu em Rio Brilhante (MS), onde por meio de suas cosmologias e ações de enfrentamento contra o agronegócio nacional e estrangeiro os indígenas Guarani-Kaiowá, tem resistido com o seu modo de ser, como pretendemos demonstrar ao longo deste artigo.

Palavras-chave: Rio Brilhante; Agronegócio; Laranjeira Ñanderu; Acampamento-tekoha; Conflitos.

Abstract

The encampments-tekoha Laranjeira Ñanderu in Rio Brilhante (MS): The current conjuncture of conflicts and resistance

The situation of indigenous lands in the state of Mato Grosso do Sul (MS) has been studied by authors in different analytical perspectives of their sciences. Thus, science allows content analysis to include processes of territorialization-deterritorialization-indigenous reterritorialization, which constitute a set of historical (re) existential actions. If it is not different at the encampments-tekoha Laranjeira Ñanderu in Rio Brilhante (MS) where and when the world confronts with national and foreign agribusiness the Guarani-Kaiowá Indians have resisted with their way of being, facts that we pretend to prove throughout this article.

Keywords: Rio Brilhante; Agribusiness; Laranjeira Ñanderu; Encampments-tekoha; Conflicts.

Resumen

El campamento-tekoha Laranjeira Ñanderu en Río Brilhante (MS): la actual coyuntura de los conflictos y resistencias

La situación de las tierras indígenas en el estado de Mato Grosso del Sur (MS) viene siendo estudiada por autores en diferentes perspectivas analíticas de sus ciencias. Así, la ciencia permite que el análisis de contenido pueda incluir procesos de territorialización-desterritorialización-reterritorialización indígena, que constituyan un conjunto de acciones históricas de (re) existencias. Si no es diferente en el campamento-tekoha Laranjeira Ñanderu en Rio Brilhante (MS) donde y cuando el mundo se enfrenta con la agronegocio nacional y extranjero los indios Guaraní-Kaiowá han resistido con su modo de ser, hechos que pretendemos demostrar a lo largo de este artículo.

Palabras clave: Rio Brilhante; Agronegocio; Laranjeira Ñanderu; Campamento-tekoha; Conflictos.

Introdução

Este trabalho apresenta parte das discussões realizadas na dissertação de mestrado intitulada “Impactos e Resistências no Processo de Estrangeirização de Terras em Rio Brillhante (MS): O Caso dos Projetos de Assentamentos Federais São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do Território Indígena Laranjeira Ñanderu”, sob orientação de Bernardo Mançano Fernandes e com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Esta pesquisa buscou analisar os impactos e as resistências da inserção do grupo francês Louis Dreyfus Commodities nos três assentamentos originários de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e no acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu pertencentes aos Guarani-Kaiowá.

Assim, apresentaremos nas páginas que se seguem os resultados desenvolvidos que se referem à luta indígena no município de Rio Brillhante no acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu, que pela sua presença já se configura uma resistência frente ao avanço do capital nacional estrangeiro, bem como apresentar os impactos na saúde, cultura e produção como elementos estruturantes desse processo.

A questão indígena no Mato Grosso do Sul está relacionada ao território-terra pela materialidade e imaterialidade, ligado com os modelos de desenvolvimento para o campo, com suas políticas voltadas para essa questão, com a estrutura fundiária de ambas as escalas, com as formas de uso e apropriação dos territórios pelos diferentes sujeitos (capitalistas, camponeses, indígenas, quilombolas - povos tradicionais em geral etc.), que tem gerado alguns conflitos tanto materiais como paradigmáticos, principalmente com os discursos do agronegócio frente aos direitos de comunidades tradicionais.

Desta forma, os indígenas têm vivido em situação de precariedade desterritorializados e/ou confinados a um território com uma delimitação mínima sem a possibilidade de reproduzirem em sua plenitude a sua cultura, e são totalmente dependentes de cestas básicas e programas assistencialistas dentro de uma lógica de desenvolvimento capitalista para o campo, subalternizando estes sujeitos que lutam pela sua reterritorialização.

Eles estão sujeitos às várias formas de violações dos direitos, sejam elas com violências físicas num grau que configura tortura, tentativas de assassinatos, assassinatos, atentado aos acampamentos entre outras. E outras por meio de repressões do Estado, de ações indiretas do agronegócio como a pulverização de áreas de fazendas onde os indígenas estão reivindicando em acampamentos de retomada ou em territórios já demarcadas, impactando na saúde dos indígenas e na parte ambiental, pois os fazendeiros degradam os territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas poluindo e/ou perdendo a biodiversidade devido ao uso excessivo de agrotóxicos.

Fatos que são evidenciados no acampamento-tekoha que desde 2007 busca por meio de ações de enfrentamento e ações judiciais a (re) conquista do seu território originalmente ocupado, que tem sido alvo do agronegócio nacional através da produção de soja, realizada pelo fazendeiro “Raul”, e da cana-de-açúcar aliada ao agronegócio estrangeiro, por meio do grupo francês Louis Dreyfus Commodities. Estes fatos têm provocado impactos no modo de vida Guarani-Kaiowá não permitindo a sua reprodução na sua totalidade, bem como na perda da produção e na saúde com a pulverização aérea ou terrestre nestas culturas.

Assim, na primeira parte do artigo apresentaremos um breve histórico do processo de ocupação dos territórios tradicionais dos Guarani e Kaiowá no estado do Mato Grosso do Sul, datados de 1800, e da atuação situação registrada por meio de dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e de estudiosos como Brand (2004), Pimentel (2012), Mota (2015), Urquiza e Prado (2015), Chamorro (2015) entre outros.

Em seguida apresentaremos a atualidade do conflito territorial no acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu em Rio Brilhante entre os diferentes sujeitos – Estado, Indígenas e Agronegócio nacional e estrangeiro, analisando por meio das entrevistas com os Guarani-Kaiowá e dos autores Mangolim (1993), Cavalcante (2015), Santos (2002), Mota (2011), Pimentel (2012), Almeida e Mura (2013), João (2011) etc. essa conflitualidade tão latente.

Para suprir os objetivos do artigo, partimos de três procedimentos metodológicos para a produção de informações qualitativas e quantitativas que nos permitiu avançar nas discussões teóricas e empíricas: No primeiro caso, realizamos uma pesquisa bibliográfica que compunha os principais temas do trabalho. No segundo, realizamos a observação participante exigindo uma gama de atividades que tem o tempo como um dos elementos principais, pois a relação do observador com o objeto só tende a contribuir para o entendimento sobre o mesmo (MAY, 2004). E no terceiro, as entrevistas, aplicadas com o caráter formal e semi-estruturadas com roteiro e liberdade para adicionar perguntas conforme a necessidade do pesquisador (COLOGNESE; MELO, 1998), cabendo destacar que considerando a análise política do tema da pesquisa, os nomes que compõem o artigo são fictícios, ou seja, não são os reais nomes dos entrevistados para evitar assim represálias/repressões.

O processo de ocupação dos territórios Guarani e Kaiowá e a sua atual situação

O processo de ocupação dos territórios Guarani e Kaiowá ocorreu de forma estratégica em vários momentos da história do Brasil e do Estado, perpassando diferentes ocupações e sujeitos. Brand, Ferreira e Azambuja (2008) apontam que o povoamento por não índios no estado que hoje denominamos Mato Grosso do Sul, remete aos anos de 1800, quando poucos foram os contatos mantidos com os Guarani e Kaiowá.

Pimentel (2012a) também confirma o pouco contato com os indígenas, ao afirmar que até meados do século XIX na região que habitavam os Guarani e Kaiowá não ocorreu intensamente e permanentemente uma ocupação por não índios, favorecendo a um 'isolamento' que é modificado posteriormente pelos processos de guerras e ocupações via políticas do Estado.

Esta situação mudou drasticamente depois da Guerra do Paraguai (pós 1870), seguidamente intensificada com a ação das concessões feitas à empresa estrangeira Cia. Matte Laranjeira e a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), que criaram diferentes conflitos territoriais a nível material e imaterial.

Desta forma, a CAND teve como base política a ampliação das fronteiras no contexto da política de "marcha para o Oeste", ocasionando uma intensificação da desterritorialização dos indígenas na região. Já a territorialização da Cia Matte Laranjeira em territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas Guarani e Kaiowá no estado (então Mato Grosso), tinha como objetivo a exploração dos ervais, que eram abundantes (BRAND, 2004).

Pimentel (2012a) afirma que com a exploração de erva-mate os indígenas "lançam-se massivamente ao trabalho – afinal, possibilitava-lhes um afluxo de bens exteriores ao mesmo tempo em que não lhes exigia um engajamento insatisfatório" (p. 92).

Segundo Mota (2015), a exploração da erva mate provocou uma dispersão e desarticulação dos indígenas do tekoha:

Essa situação passou a ocorrer não mais pelas redes de sociabilidade nas relações de parentesco ou pelo esgotamento de riquezas ambientais que impossibilitavam a manutenção e/ou constituição de espaços de morada - na construção de ogapysy, por exemplo - mas por uma mobilidade moldada pelo espaço-tempo de trabalho na atividade ervateira, nos espaços onde tinham erva matte em abundância. Exatamente por esse contexto, é possível afirmar que a atividade ervateira não propiciou a desterritorialização efetiva dos Guarani e Kaiowá, a empresa detinha o monopólio da terra para exploração dos ervais e mão de obra a ser explorada, tanto indígena quanto paraguaia, o que se constituiu em um regime de trabalho conhecido por escravidão por dívida (atualmente conhecido como trabalho análogo ao escravo, segundo o artigo 149 do código Penal Brasileiro) (MOTA, 2015, p. 129).

Os problemas territoriais ocasionados por estes processos no estado do Mato Grosso do Sul (parte centro-sul do antigo Mato Grosso), tem reflexos e impactos nos dias atuais frente às ações de retomada dos Guarani-Kaiowá. Concordamos que a atuação do então Serviço de Proteção aos Índios (SPI)¹ foi errônea, pois o órgão tinha orientações claras de como proceder para garantir o direito territorial dos indígenas e não o fez. As atividades do SPI iniciaram em 1915 na região da Grande Dourados com a demarcação de reservas que tiveram suas extensões diminuídas/reduzidas: a 1ª Reserva Indígena Kaiowá em Amambaí no mesmo ano, em 1917 com a segunda área em Dourados 'para a colônia dos índios de Dourados' e a terceira em 1924 com a reserva em Caarapó (BRAND, FERREIRA, AZAMBUJA, 2008).

¹ Em 1910 foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) e no ano seguinte reformulado tornando-se o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) (MOTA, 2015).

Ao total foram criadas oito reservas nas décadas de 1910 e 1920, que tiveram impactos avassaladores sobre o modo de vida indígena, acentuando-se a partir da década de 1970:

Após o processo de mecanização da agricultura na década de 1970 e o fim dos trabalhos de derrubada das matas e abertura de estradas (onde houve participação efetiva dos grupos indígenas citadas neste trabalho), torna-se inconveniente para os “novos” proprietários manter os indígenas em “suas terras”. Ocorre então uma mobilização, em alguns casos com apoio do órgão oficial indigenista, para expulsar de vez esses grupos ou famílias. Acreditava-se que “lugar de índio é dentro da reserva” pelo Estado (URQUIZA; PRADO, 2015, p. 65).

Sobre os impactos das reservas nas vidas dos Guarani e Kaiowá, Brand (2004) afirma que o maior impacto referia (e ainda refere-se) a questão da organização social pela perda do território, agregado à atual situação de reserva, frente ao avanço de seus territórios:

[...] as políticas aplicadas em relação aos indígenas, consistiam em concentrar em uma única Reserva todas as nucleações de indígenas existentes nas regiões circunvizinhas, liberando assim terras para as “frentes de expansão colonizadora”. Os índios que viviam em um território sem fronteiras passam, a partir da re/demarcação das Reservas, a viver sob o controle de postos, submetidos a medidas convenientes para o Estado (ALONSO JUNIOR, 2011, p. 23).

Brand (2004) observa que as limitações a nível econômico pela inviabilização da itinerância em território amplo, o esgotamento dos recursos naturais utilizados pelos indígenas (que eram abundantes) e a projeção das aldeias – que eram realizadas de forma estratégica para a natureza poder se recompor – bem como limitações a nível religioso e de organização social, provocaram grandes impactos. Evidenciando assim que toda a relação com o território material e imaterial foi modificada, pois os governos não consideraram as características culturais peculiares dos povos indígenas. Fatos que ainda conseguimos ver na atualidade, principalmente com os trabalhos de campos realizados nas áreas de retomada e nas reservas dentro do estado. Ao observarmos a história de ocupação destes territórios, vemos a intensificação e destruição por meio da criação de gado e de produção de monoculturas, bem como o trabalho degradante nessas áreas.

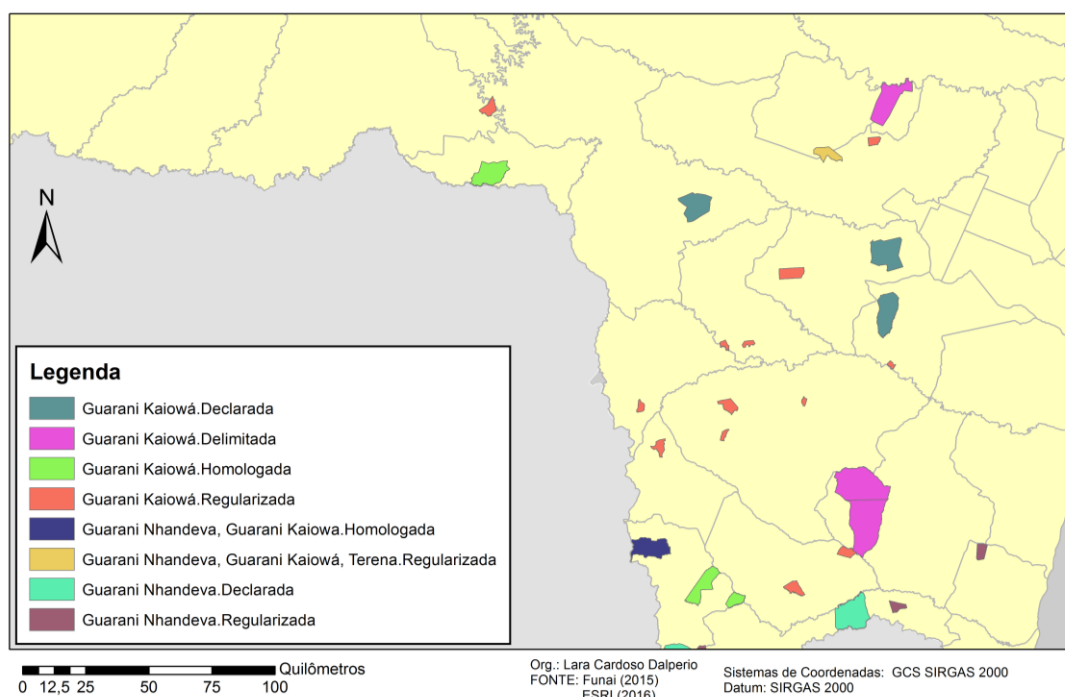
Segundo Brand, Ferreira e Azambuja (2008) foram nas décadas de 1940 e 1950 que se instalam as fazendas agropecuárias em regiões de matas, onde residiam os indígenas. Assim, ocorre um desmatamento intenso e a destruição das aldeias criando as fazendas de gado. E com a introdução da monocultura da soja no que hoje é o estado do Mato Grosso do Sul, então na década de 1970, as aldeias-refúgios nos fundos das fazendas foram acabando.

Além da destruição das aldeias de refúgio onde os indígenas Guarani-Kaiowá resistiram por muito tempo, o processo de mecanização da produção de soja em Mato Grosso do Sul provou uma intensa dispensação de mão-de-obra indígena nas fazendas (BRAND, 2004), prejudicando ainda mais a situação que já estava conflituosa. Tem repercussão também a inserção das usinas de cana-de-açúcar, principalmente com o Programa Nacional do Álcool, inserindo o trabalho indígena nestes territórios de forma análoga à escravidão.

Atualmente, esses territórios estão sobre o controle de empresas nacionais e estrangeiras para a produção commodities como cana-de-açúcar, milho, soja, eucalipto, algodão entre outras. E este processo de territorialização da agricultura capitalista e do agronegócio foi subsidiado pelo Estado, bem como com o processo de estrangeirização de terras através da Cia. Matte Laranjeira, que tem desdobramentos atuais na conjuntura territorial/política de lutas, que impedem/dificultam as de demarcações e a ocupação das terras que os indígenas Guarani e Kaiowá reivindicam.

O mapa 1 representa a espacialização da situação das terras indígenas no Mato Grosso do Sul nos dias atuais e o quadro 1 especifica tais territórios. Elementos que se configuram, a partir do que foi exposto, enquanto na análise histórica, política e territorial destes processos.

Mapa 1: Terras Indígenas Guarani–Kaiowá no Sul do estado do Mato Grosso do Sul



Quadro 1: Situação das terras indígenas Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul				
Terras Indígenas	Etnias	Municípios	Superfície (Ha)	Fases
Guýraroká	Guarani Kaiowá	Caarapó	11.440,00	Declarada
Jatayvari	Guarani Kaiowá	Ponta Porã	8.800,00	Declarada
Taquara	Guarani Kaiowá	Juti	9.700,00	Declarada
Iguatemipegua I	Guarani Kaiowá	Iguatemi	41.571,00	Delimitada
Panambi - Lagoa Rica	Guarani Kaiowá	Douradina, Itaporã	12.196,00	Delimitada
Apapeguá	Guarani Kaiowá	Ponta Porã	0	Em Estudo
Boqueirão-MS	Guarani Kaiowá	Paranhos	0	Em Estudo
Guaivyry-Joyvy	Guarani Kaiowá	Ponta Porã	0	Em Estudo
Iguatemipeguá II	Guarani Kaiowá	Amambai, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Dourados, Iguatemi, Paranhos e Tacuru	0	Em Estudo
Iguatemipeguá III	Guarani Kaiowá	Tacuru	0	Em Estudo
Laranjeira Nhanderu	Guarani Kaiowá	Rio Brilhante	0	Em Estudo
Arroio-Korá	Guarani Kaiowá	Paranhos	7.175,77	Homologada
Nãnde Ru Marangatu	Guarani Kaiowá	Antônio João	9.317,22	Homologada
Sete Cerros	Guarani Nhandeva, Guarani Kaiowá	Paranhos	8.584,72	Homologada
Takuaraty/Yvykuarusu	Guarani Kaiowá	Paranhos	2.609,09	Homologada
Aldeia Limão Verde	Guarani Kaiowá	Amambaí	668,0796	Regularizada
Amambai	Guarani Kaiowá	Amambaí	2.429,55	Regularizada
Buritizinho	Guarani Kaiowá	Sidrolândia	9,7428	Regularizada
Caarapó	Guarani Kaiowá	Caarapó	3.594,42	Regularizada
Dourados	Guarani Nhandeva, Guarani Kaiowá, Terena	Dourados, Itaporã	3.474,60	Regularizada
Guaimbé	Guarani Kaiowá	Laguna Carapã	716,9316	Regularizada
Guasuti	Guarani Kaiowá	Aral Moreira	958,7993	Regularizada
Jaguapiré	Guarani Kaiowá	Tacuru	2.342,02	Regularizada
Jaguari	Guarani Kaiowá	Amambaí	404,7055	Regularizada
Jarara	Guarani Kaiowá	Juti	479,0728	Regularizada
Panambizinho	Guarani Kaiowá	Dourados	1.272,80	Regularizada
Pirakua	Guarani Kaiowá	Bela Vista, Ponta Porã	2.384,06	Regularizada
Rancho Jacaré	Guarani Kaiowá	Laguna Carapã	777,5349	Regularizada
Sassoró	Guarani Kaiowá	Tacuru	1.922,64	Regularizada
Sucuriy	Guarani Kaiowá	Maracajú	535,1047	Regularizada
Taquaperi	Guarani Kaiowá	Coronel Sapucaia	1.776,96	Regularizada

Fonte: FUNAI, 2015. Org. BUSCIOLI, L. D.

Diante do quadro 1 e do mapa 1, podemos observar a diversidade das extensões territoriais e das fases dos processos de demarcação das terras indígenas no estado do Mato Grosso do Sul. Cabe ressaltar que são territórios que se destacam e conflitam principalmente no Sul do estado, devido ao histórico de territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos indígenas e do agronegócio nacional e estrangeiro.

Em todo o processo histórico de retomada e ocupação dos territórios indígenas Guarani-Kaiowá os mesmos sofreram com repressão do Estado e dos latifundiários. Diante dessa

conjuntura, eles vêm lutando para conseguir voltar para seus territórios ocupados pelos seus antepassados. Segundo Mangolim (1993), eles estão lutando para retomar seus principais instrumentos de luta, seus valores tradicionais como a autoridade religiosa e familiar, as assembleias (Aty Guasu) e a religião.

Aprofundando estas questões, parte da população indígena no Mato Grosso do Sul vive em acampamentos de retomada e acampamentos sem características de retomadas territoriais. Segundo Mota (2015), os acampamentos estão em margens de rodovias, em áreas de litígio, nas periferias das cidades e até mesmo em reservas indígenas, como é o caso dos acampamentos na Reserva Limão Verde.

Mota (2015), ao utilizar o termo acampamento-tekoha, nos mostra a relação de luta dos indígenas Guarani e Kaiowá, ocorrendo nestes territórios uma territorialização precária com uma recriação do modo de vida dos antigos (tekoyama); assim, tem-se uma maior liberdade se comparado com as aldeias, mas estão mais expostos às ações de fazendeiros e capangas etc.

Em seu estudo, a autora identificou 41 os acampamentos e acampamentos-tekoha Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul; deles, citamos: Apyka'i, Passo Piraju, Kurussu Ambá, São José, Guyra Kambiy, Nova América, Porto Caioá, Cerro'y, Laranjeira Ñanderu, Aroeira e Sete Placas, sendo que estes três últimos estão no município de Rio Brilhante.

O acampamento Aroeira está localizado no distrito de Prudêncio Tomaz em contexto urbano com 18 famílias, ou seja, com 80 pessoas. Elas são procedentes das TI's dos municípios de Douradina, Dourados e Maracajú. E a Aldeinha Sete Placas é um acampamento de fundo de fazenda com cinco famílias correspondente a 25 indígenas (CHAMORRO, 2015).

No caso do Laranjeira Ñanderu, temos a presença de aproximadamente 200 pessoas vivendo em uma reserva legal da Fazenda Santo Antônio da Nova Esperança, convivendo com a produção de soja realizada pelo fazendeiro "Raul" e com a produção de cana-de-açúcar do grupo francês Louis Dreyfus Commodities (LCD) impactando tal território, como veremos a seguir.

A atualidade do acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu em Rio Brilhante (MS)

O contexto da luta para retomada do tekoha Laranjeira Ñanderu perpassa entre os anos 2000, com o acordo firmado pela FUNAI pelo Termo de Ajustamento de Conduta, com representantes do Ministério Público Federal e Ministério da Justiça. Devido ao acordo do órgão com o comprometimento de identificar 36 terras indígenas tradicionalmente ocupadas no Mato Grosso do Sul, na qual o tekoha Laranjeira Ñanderu estava incluído, devendo ser finalizado entre 2010 e 2011. Mas, com os entraves judiciais promovidos pelos fazendeiros, com participação da

Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul, bem como com a situação de opressão e violência, fizeram com que os estudos demorassem para ser realizados.

Esta situação culminou na primeira ação de retomada e enfrentamento dos indígenas em 2007, resultando na criação de um grupo técnico de estudo da área em 2008, ainda em processo nos dias atuais. Cabe ressaltar que neste ano os estudos realizados pela FUNAI foram bloqueados por uma ação solicitada pelos fazendeiros, ou seja, por decisão judicial 2ª Vara da Justiça Federal em Dourados, concedendo o despejo dos indígenas do seu território tradicionalmente ocupado.

Em 2009, quando acampados, o fazendeiro “Raul” já tinha proibido qualquer reprodução cultural dos Guarani e Kaiowá não permitindo o cultivo de alimentos, rodeava a área que eles se encontravam com capangas - ameaçando-os, ou seja, impedindo o acesso básico de alimentação e de ir e vir dos indígenas.

Desta forma, os indígenas solicitaram apoio dos órgãos competentes – FUNAI, Polícia Federal e Ministério Público Federal – para que pudessem ter o direito de retirar suas casas de sapê da fazenda e as madeiras utilizadas para moradia, mas sem qualquer apoio eficiente foram desterritorializados indo para as margens de rodovias do estado.

Nas margens de uma rodovia presente no município, os indígenas recebiam cestas básicas, pois não havia como produzir alimentos ali e sofreram várias violações dos direitos humanos pelo não acesso a condições essenciais de sobrevivências, como água e comida, culminando no falecimento de indígenas por suicídios e atropelamentos.

Diante deste contexto de precariedade e insegurança, no dia 13 de maio de 2011, os indígenas voltaram a retomar o território tradicional. Com a ameaça eminente de despejo, dois indígenas se mataram evidenciando ainda mais a situação de conflito e precariedade, como observamos nas palavras de cacique por nós entrevistado.

O então proprietário solicitou a reintegração de posse no dia 26 de janeiro de 2012, mas foi suspendida devido à situação de risco dos indígenas. Riscos também vindos do fazendeiro com ações de intimidação e bloqueios de passagem em “sua” fazenda para conseguirem chegar na estrada para frequentarem o perímetro urbano de Rio Brilhante, a escola e os hospitais.

No ano de 2013, os fazendeiros voltaram a atacar o acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu com ameaças de queimar o acampamento, bem como com o impedindo da passagem dos indígenas com toras de madeira. Provavelmente, esta ação foi de represálias aos estudos antropológicos iniciados naquele ano, pois não foi possível sua realização anteriormente devido à falta de segurança dos pesquisadores do grupo técnico responsável.

No ano de 2014, os Guarani e Kaiowá denunciaram ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI) a demora no processo demarcatório do território indígena Laranjeira Ñanderu e as violências cometidas pelos fazendeiros da região, contrários às suas ações e à presença dos indígenas.

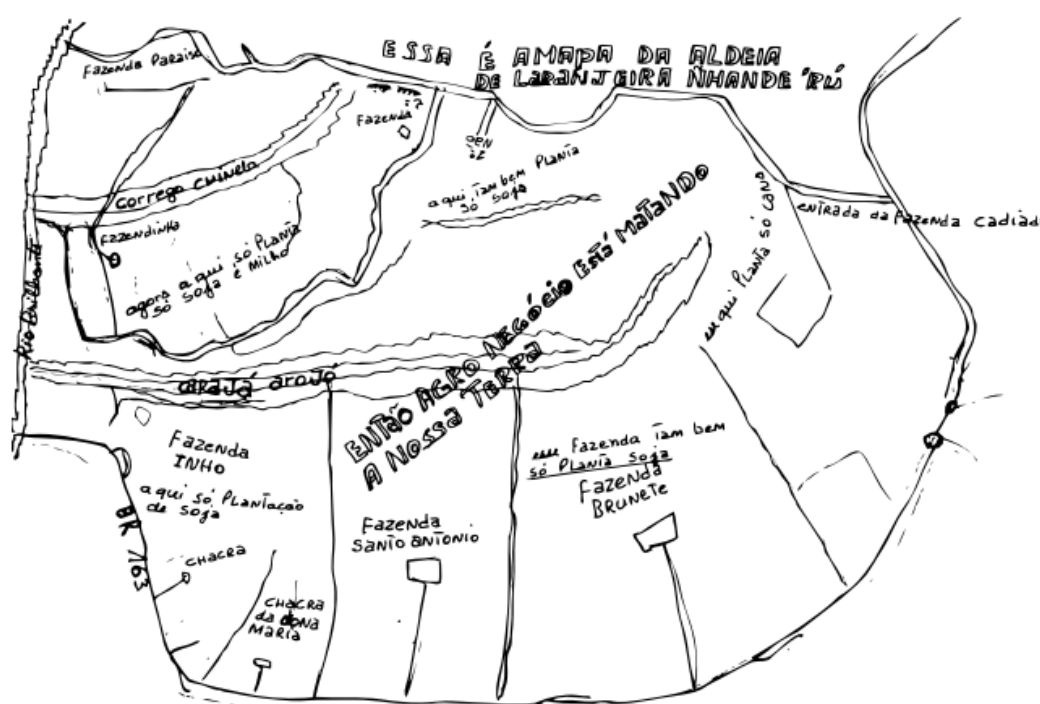
Atualmente, os estudos oficiais relacionados a este território estão caminhando de acordo com a realidade conflitante, em que já foram realizados os estudos antropológicos, ambientais e

estão sendo iniciados os estudos fundiários. Cabe destacar que todas essas fases dos processos são asseguradas pela Constituição de 1988, que permite reconhecer a tradicionalidade dos territórios indígenas.

No Laranjeira Nãnderu residiam aproximadamente 200 indígenas, sendo cinco recém-nascidos e 20 crianças, conforme dados coletados nos trabalhos de campo entre 2016. Estes dados configuram uma análise quantitativa, mas principalmente qualitativa de continuidade e valorização do tekoha no contexto de conflitualidade.

A seguir, um desenho-croqui feito pelos indígenas de seu território e uma imagem de moradias do acampamento.

Figura 1: Croqui da Terra Indígena Laranjeira Nãnderu elaborado pelos indígenas



Fonte: GLASS, 2012, p. 24

Figura 2: Laranjeira Nānderu



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2016.

Podemos observar que no meio da figura 1, há uma mensagem: “*Então agro negócio está matando a nossa terra*”, em alusão às modificações/transformações ocasionadas pelos fazendeiros e grupos estrangeiros que compram e arrendam terras originalmente ocupadas pelos indígenas, com a finalidade de produção de commodities que parte de uma lógica distinta de ocupação e uso da terra.

A indígena ‘Aline”, em seu depoimento, mostrou tais mudanças ocorridas na época em que viveu com seus pais neste território e na atualidade. Ela nos informou que teve um estranhamento imediato com seu território em seu retorno, pois tudo havia mudado, antes haviam árvores, o verde representando a mata e agora ocorre a produção de cana-de-açúcar e de soja juntamente com a milho, homogeneizando a paisagem e destruindo o território.

A isto podemos relacionar a percepção da paisagem aliada à oralidade. Para Santos (1988), a paisagem é muito mais do que a visão abarca, considerando aquilo que é apreendido pelos sentidos, como cores, odores e som. Esses elementos conjugam a representação de cada realidade em seus tempos históricos. Então, na paisagem devemos considerar os movimentos, a dinamicidade das formas que são animadas pelo Homem dando novas funções, sendo modelada de forma diferente dependendo das técnicas empregadas. Assim, “a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal” (SANTOS, 2002, p.103).

Esta comparação de elementos da paisagem na sua forma e conteúdo pode ser observada nos trabalhos de campo realizados. Conforme explanado por “Aline”, ao afirmar que antigamente eles plantavam várias culturas e hoje já não podem mais devido à área que eles se encontram ser uma reserva legal da fazenda, o mesmo impedimento para a derrubada de árvores para fazer casas ou retirada de folhas. Salientou também que ainda está viva e vai esperar a demarcação deste

território, “*pois quando ela morrer não vai vê mais as árvores, não sabe quanto vai esperar, porque a demarcação de terra demora*” (“Aline” - tradução de “Luciana”², 2015).

Assim, a retomada também se faz na recriação de ideias de uma vida diferente da que se tem. E segundo relatos, quando os indígenas decidem retornar seu território partindo do enfrentamento direto por meio do acampamento-tekoha, eles já têm o entendimento de que a vida não será fácil, pois as dificuldades são grandes devido às resistências do Estado e dos fazendeiros - agronegócio.

O rezador “Orlando”, em nossa conversa, afirmou que quando o indígena decide retomar determinado território, ele já sabe de toda a história de vivência de seu povo, pois a própria terminologia *Retomada* implica a volta de saberes tradicionais que antes pareciam “perdidos”: “*então agora aqui mesmo, fazer ritual essa gurizada aqui sabe fazê, tudo que tiver nós perdemos, tá começando a vir tudo, a retomada*” (“Orlando”, em entrevista, 2015).

Conforme relatado pelo rezador “Orlando”, ao retomar para o Laranjeira Ñanderu, eles realizaram antes da saída cantos e rituais para amansar os animais e as cobras, bem como para proteção dos indígenas contra os ataques dos inimigos (no caso polícia e fazendeiros) e na contaminação de doenças provenientes nesta nova área.

Segundo Cavalcante (2015), nas ações de retomadas indígenas, os rezadores têm um papel importante na luta:

Nesses movimentos de retomada, os caciques rezadores exercem um papel fundamental. Eles preparam os grupos e o ambiente para que a retomada possa ocorrer com harmonia entre os humanos e as divindades. Como guardiões da tradição, **são fontes fundamentais de inspiração para que os indígenas resistam** aos movimentos colonialistas de esbulho territorial. Sua presença é marcante nas retomadas e sua atuação na condução dos rituais religiosos é fundamental para a manutenção da chama da **luta acesa** (CAVALCANTE, 2015, p. 199 – grifos nossos).

Ao ocuparem o território reivindicado, os indígenas realizam os mesmos rituais na entrada da fazenda, caminhando em direção à reserva legal onde estão. Conforme relato de “Orlando” (em entrevista, 2015): “*ritual pra amansar a onça, cobra ... com cânticos para poder*”. Estes rituais são importantes para compreendermos as tradições Guarani-Kaiowá neste território, enfatizando a criação de territorialidades a partir da cultura – cosmologias.

A estrutura social-política dos Guarani e Kaiowá está relacionada com a questão cultural e territorial, pois eles acreditam que foram criados pelo Deus Ñande Ru (nosso pai) ou Ñande Jára (nosso senhor), em que a autoridade nas aldeias vincula-se a uma pessoa de prestígio, líder religioso, geralmente homens (MANGOLIM, 1993).

² Cabe ressaltar que Luciana mediou comunicação da entrevista por meio da tradução, pois Aline se comunicava na língua Guarani (fala colhida em observação-participação em campo – como todas as demais citadas no texto).

No caso do acampamento-tekoha Laranjeira Nānderu existem três rezadores, “Orlando”, “Meire” e “Antônio”, sendo que nos trabalhos de campo realizados foi possível observar a forte influência deles no contexto das famílias e da organicidade do território vinculado a elas.

Antigamente, os indígenas viviam em casas grandes denominadas “Ogajekutu e Ogaguasu, reunindo até cem famílias, mas atualmente elas cederam lugares para casas pequenas abrigoando a família nuclear embora mantendo uma proximidade com outros membros da família” dentro do território (MANGOLIM, 1993).

Essa proximidade com membros da família está relacionada com a organização social dos Guarani e Kaiowá, que era baseada em sistema de cooperação: a família extensa que representa a produção comunal como edificações de casas, roças, pesca etc. e o tekoha, que se constitui a base política, social e religiosa destes povos (URQUIZA; PRADO, 2015).

Hoje os indígenas no acampamento-tekoha Laranjeira Nānderu vivem em casas que compõem a sua família nuclear, mas próximas a seus parentes. Segundo os indígenas, ao retomarem seu território, a escolha da casa ficou a cargo de cada um deles, tendo a possibilidade da mobilidade de sua casa de acordo com a sua intenção.

A indígena “Luciana”, por exemplo, mora perto da casa onde sua avó residia antes de falecer, sendo que quem construiu sua casa foi seu companheiro, pois: “*As casas que construí aqui só os homens, as mulheres não podem né... as mulheres só ajudam*” (“Luciana”, em entrevista, 2016).

Segundo a tradição Guarani e Kaiowá, as casas onde os falecidos residiam são destruídas, como foi o caso da avó de “Luciana”: “*A gente quando a pessoa morre a gente tem que destruir tudo a casa, porque não pode morar onde os irmã, parentes que morrem né... dai tem que construir em outro lugar... porque é um a cultura né, pode obedecer mesmo né*” (“Luciana”, em entrevista, 2016).

Vale destacar que além desta mobilização de casas dentro do acampamento-tekoha Laranjeira Nānderu, os indígenas tiveram que remover a casa de reza devido aos constantes alagamentos, pois a primeira casa de reza eles fizeram perto do brejo. Esta situação não foi relatada como algo ruim para eles; ao contrário, foi visto como abundância da natureza, sendo um fato positivo.

O que foi relatado de negativo nesta área da reserva legal, refere-se às questões de produção-alimentação e a falta de espaço para a construção e recebimento de novos indígenas no território, como podemos observar na conversa com “Luciana”, mas a luta pelo reconhecimento da tradicionalidade do território e demarcação do mesmo continua.

Ao demarcarem seus territórios os indígenas poderão viver, mesmo que limitados devido à situação de suas terras, o seu modo de ser. Estas práticas dos antigos e a questão da natureza nos Guarani e Kaiowá têm uma ligação direta com a luta pela terra, a política e o xamanismo (PIMENTEL, 2012b),

Segundo Mota (2011), a valorização da terra para o Guarani e Kaiowá ocorre pelos seus aspectos naturais como o mato e pelas práticas humanizadoras por meio da produção de alimentos ou construção de moradias, ou seja, a natureza tem um papel importante na reprodução do modo de vida.

Segundo Mota (2011):

O mato é a possibilidade de viver, nele se encontra a terra boa e farta, onde estão os deuses no qual deve se pedir permissão para caçar, coletar... É no mato que se está o peixe, pois é pelo mato que os Guarani e Kaiowá acessam os rios, os córregos, acessam seus modos múltiplos de viver no Tekoha, fundamentalmente nas relações com, na natureza que os permite humaniza-la, assim como ver-se parte dela (MOTA, 2011, p. 295-296).

Tais considerações foram observadas nos trabalhos de campo, ficando evidente a importância da mata (figura 3) para os indígenas dentro do Laranjeira Ñanderu. Ela serve para alimentação, coleta de ervas para rituais e remédios, bem como para a construção de casas com o sapé.

Figura 3: Mata da TI Laranjeira Ñanderu ao fundo



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2016.

Conforme citado, os indígenas, em 2016, estavam localizados na única área de mata da Fazenda Santo Antônio da Nova Esperança, mas procuravam estrategicamente construir suas casas bem especializadas para não prejudicar a mata, que para eles é vida e esperança. Mesmo assim, houve relatos nos trabalhos de campo que os proprietários das fazendas vizinhas ao acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu soltavam o gado bem nesta área prejudicando consequentemente o córrego que atravessa a área retomada.

Compreendemos que é por meio do mato que os indígenas têm se reproduzido e praticado seus ritos e alimentação, que em muitos casos estão diretamente ligados. A alimentação do acampamento-tekoha Laranjeira Nānderu vem por meio das cestas básicas oferecidas pela FUNAI, da pesca, caça e produção mínima de algumas árvores frutíferas.

A cesta básica é fundamental para a subsistência dos indígenas, que deveria vir a cada 15 dias, mas em todas as nossas visitas a campo, a cesta estava atrasada entre um e/ou dois meses. Segundo os indígenas, a sua maior dificuldade na questão de alimentação é a cesta básica, e sem ela fazem arrecadação de dinheiro e empréstimo de alimentos de outras famílias, em outros territórios.

Segundo Cavalcante (2013):

Os acampamentos de retomada de áreas de ocupação tradicional, principalmente nos primeiros anos de sua existência, encontram muitas dificuldades para acessar atendimentos básicos de saúde e educação, além de outros serviços oferecidos pelos órgãos de assistência do poder público – principalmente de programas geridos pelos Municípios e pelo Estado. Essas dificuldades com frequência são utilizadas por agentes públicos ou missionários como justificativa para tentativas de convencimento dos indígenas a voltarem para uma das reservas, onde presumivelmente teriam mais facilidade para o atendimento (CAVALCANTE, 2013, p. 108).

Conforme relata “Cristina”, mãe de “Luciana”: “*Ta atrasada faiz dois dias... tive que comprar arroz*” (em entrevista, 2016). O agravante na compra do alimento é pela cobrança do pedágio (referência ao posto de pedágio na rodovia BR-163, próximo ao acampamento) que está territorializado em suas terras tradicionalmente ocupadas, então eles compram uma vez por mês. E quando não há condições de comprar a comida, os indígenas emprestam os produtos: “*A gente empresta comida, um vovô vem pedir alguma coisa e a gente dá*” (“Luciana”, em entrevista, 2016).

Esta questão da reciprocidade indígena Guarani e Kaiowá é um traço de sua cultura:

A economia tradicional Guarani se distingue muito da forma econômica encontrada em sociedades de tradição ocidental, pois se divide basicamente em unidades de produção e consumo coletivos, que se orienta em torno da distribuição, redistribuição e reciprocidade, baseada principalmente no conceito de propriedade não individual (URQUIZA; PRADO, 2015, p. 65).

Desta forma, os indígenas têm resistido frente às dificuldades na parte de produção e alimentação. Na área de estudos temos a criação de alguns animais como galinha e porco para a sua alimentação, bem como a carne de macaco que está ligada com a prática de rituais vinculados ao esporte, ao bloqueio de doenças, sorte e arte.

Segundo Meliá *et al* (2008, p. 116 apud URQUIZA; PRADO, 2015 p. 67), para os indígenas o trabalho é visto como um dever religioso e social. E no território de pesquisa, analisamos vários relatos sobre os sofrimentos dos indígenas em não poder plantar no seu território devido à reserva legal e a produção de commodities, conforme observamos as palavras de “Ariodo”: “*Por aqui nós*

não tem espaço aí que nós sofre, porque esta terra é reserva legal e a reserva legal também é nossa. Se for pra derrubar esse mato ... pra nós vai prejudicar” (em entrevista, 2015).

Diante dessa impossibilidade, os indígenas denunciaram que não podem plantar coisas básicas que sempre foram importantes para se alimentaram, como mandioca, devido às raízes das árvores serem dominantes, e o milho, que é uma das principais comidas. Mas, em um determinado local no território, eles plantaram uma árvore de manga e outra de goiaba, frutos que não prejudicam a terra agricultável.

A partir dos relatos dos indígenas, foi possível analisar o enfrentamento em suas palavras em relação ao modelo de desenvolvimento do agronegócio, que na visão deles plantam em seu território soja e cana-de-açúcar, ou seja, monoculturas destruindo todas as formas de vivência, contrapondo a diversidade de culturas que os indígenas tradicionalmente produzem, como batata, feijão, o milho, mandioca entre outros.

“Nesse sentido, o modo de ser propriamente kaiowa/guarani implica também uma forma própria de alimentar-se, é fundamental na definição dos modos apropriados de viver e no contraste com os modos dos karai” (PIMENTEL, 2012b, p. 143).

Em relação a isso, os impactos territoriais no Laranjeira Nãnderu por meio da pulverização de agrotóxicos são caracterizados por dois agravantes: o veneno vindo da área de produção de cana-de-açúcar da Louis Dreyfus Commodities, carregado pelo vento, e o veneno da Fazenda Santo Antônio da Nova Esperança, com a soja e milho dificultando a questão alimentar dos indígenas.

No caso da fazenda Santo Antônio, a prática mais comum na pulverização do agrotóxico é o trator conhecido como “gafanhoto”, e na LDC, a pulverização ocorre por avião, ou seja, o capital vai criando tecnologias de acordo com as suas atividades produtivas para o “melhoramento” da pulverização, sem levar em consideração a totalidade do território efetivo e margeado.

Os indígenas informaram que em agosto de 2016, o trator passou de noite na plantação de milho, acometendo os indígenas de surpresa e só perceberem a ação devido o cheiro forte do agrotóxico. No caso da LDC, foram denunciados pelo CIMI os impactos que o veneno da cana-de-açúcar provocou no território indígena; por mais que esta produção não faz divisa direta com o acampamento-tekoha, o vento carrega as partículas de veneno intoxicando as crianças, jovens, adultos e principalmente os idosos.

No início dos nossos trabalhos de campo, foram relatados pelos indígenas que produção da LDC não estava prejudicando em nenhum aspecto o acampamento, e que era melhor não tocarmos neste assunto, pois eles estavam “quietos” e por este motivo era melhor “nem mexermos com eles”. Neste momento, observamos um certo estranhamento com a abordagem do assunto, mas na prática da observação participante conseguimos avançar nestes debates devido à criação de laços de confiança que nos permitiram avançar em alguns assuntos.

Segundo a liderança indígena “Mariana”, desde a entrada dos indígenas no Laranjeira Ñanderu já havia a plantação de cana-de-açúcar: *“E o fazendeiro nunca falou nada, nada, nada... todos sabem que é área de demarcação ... fingem que não sabem, ficam quietinhos”*. Até o momento de nossa pesquisa, observamos que os indígenas sabem que a terra arrendada com cana-de-açúcar produz para a LDC e que a mesma é estrangeira, mas preferiram não adentrar no assunto.

Essas relações causam conflitualidades e impactos no acampamento-tekoha dos mais variados: os maiores impactos da pulverização do agrotóxico no acampamento vêm das questões de saúde, meio ambiente e produção e mortandade dos animais. Esta situação tem ocasionado um sentimento de tristeza e sofrimento nos indígenas, pois para eles a terra é sagrada e não pode ser destruída e/ou atacada com venenos.

Segundo relatos no Laranjeira Ñanderu, ocorre a morte constante de animais envenenados devido à pulverização, como, por exemplo, a morte dos cachorros e gatos de estimação, de passarinhos que comem os frutos das árvores com veneno, pelo contato direto com ele através da pulverização ou da bebida da água do rio (o rio Brilhante é parte do território) que também mata os peixes. Esta situação impossibilita a criação de animais de pequeno porte para a alimentação, como patos, galinhas e pintinhos, pois todos morrem com o veneno.

Também tivemos relatos da perda da produção de culturas básicas como a mandioca, que acaba prejudicando na sua reprodução, conforme relata “Luciana”: *“as crianças não conhecem a planta que é de nós, as crianças agora não sabem nem comer mandioca e batata”* (em entrevista, 2016). Cabe destacar, novamente, que a relação com a terra-alimento é sagrada para os indígenas, assim a retomada de seus territórios tem um dos objetivos de ensinar os mais novos as culturas Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul.

Em relação aos envenenamentos dos indígenas por meio dos agrotóxicos, os sintomas, segundo os indígenas, são os mais variados: náuseas, desmaios, dor de cabeça, dor no estômago, diarreia etc. E já teve casos graves de internação em hospitais do município de Rio Brilhante e outros com transferência para Dourados por causa dos venenos que ataca principalmente as crianças e idosos, como relata Luciana: *“A gente tem dó das crianças, as crianças não aguenta, nós aguenta”* (em entrevista, 2015).

Segundo os indígenas, com comprovação da FUNAI, o fazendeiro “Raul” passou o agrotóxico em cima do acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu com o avião na qual os indígenas tiveram de se proteger na casa de Reza. Conforme relatos do rezador “Orlando” (em entrevista, 2015), o veneno *“estraga a barriga da gente”* e *“quando passa trator ficou doente, cheiro que passou sentiu e atacou o estomago dela [referindo-se a “Aline”, a pessoa mais velha do tekoha]”*.

Devido aos vários casos de intoxicação e criminalização deste ato, o fazendeiro não pode passar o agrotóxico perto do acampamento, pois os indígenas denunciaram e conseguiram na justiça o direito a mil hectares deste território, e que segundo “Luciana” (em entrevista, 2016): *“A*

gente vai aproveitar essa terra...” para tentar produzir, mesmo que em meio à monocultura do milho e da soja.

Os casos que não são graves, os indígenas utilizam de seus saberes tradicionais com ervas medicinais retiradas do mato para a cura, mas quando isto não é possível eles procuram o socorro médico que entra no acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu, da qual o fazendeiro tenta impedir quase que cotidianamente a entrada.

Assim, podemos observar a importância do mato para os indígenas nas questões de saúde permitindo a reprodução de parte de suas tradições, como por exemplo, as coletas de ervas medicinais que são passadas pelas gerações.

Ficou evidente nas narrativas dos indígenas o sofrimento deles, por eles terem apenas a área de reserva legal para retirarem seus medicamentos, em contrapartida seu território está tomado pela produção de commodities, conforme palavras de “Orlando”: *“tudo o que restou foi cana e milho”* (em entrevista, 2015).

As árvores que são utilizadas para remédio são consideradas sagradas pelos indígenas, evidenciando a importância do mato para as questões imateriais: *“A gente descobre tudo aqui, o remédio e a gente não sabe que é uma árvore sagrada, mas a gente conhece também”* (“Luciana”, em entrevista, 2016).

Entre as ervas-cascas podemos citar o Cedro, Cancarosa, Cipó-Mil-Homens, Aroeira, Amescla e Guacuri. As finalidades de curas das ervas-cascas variam de acordo com suas espécies, sendo utilizadas para dor de barriga, disenteria, dor no corpo, cicatrização de machucado, gripes e resfriados, tosse entre outros. Indo além, são utilizadas para questões espirituais como inveja e “mal olhado”.

O cedro (nome científico *Cedrela odorata* L) representada na figura 4, é utilizado no Laranjeira Ñanderu para questões que envolvem problemas respiratórios decorrentes de gripe, resfriado ou tosse. Sendo preparada por meio da inalação e banho com o pano no tórax como informa “Luciana”: *“inalação da banho né, pega o pano de agua fervida e põe aqui [no tórax]”* (em entrevista, 2016).

A Cancarosa (*Jodina rhombifolia*) (figura 4) é utilizada como chá para ajudar no aparelho digestivo, na qual retiram suas cascas, ferve-se e toma-se, conforme relato de “Luciana”: *“tira e pica bem uma varinha bem pequenininha mesmo coloca na água quente, isso pra dor de barriga”* (em entrevista, 2016).

Figura 4: Cedro e casca de Cancarosa no Laranjeira Ñanderu em Rio Brilhante (MS)



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2016.

O Cipó-Mil-Homens (*Aristolochia triangularis*, Cham) também é utilizado pelos indígenas no Laranjeira Ñanderu para questões gastrointestinais, principalmente nas crianças: “cipó milombre é pras crianças né, que tem diarreia brava” (“Luciana”, em entrevista, 2016).

Outro remédio retirado do território indígena Laranjeira Ñanderu é a Aroeira (*Schinus terebinthifolius*), que é usada para cicatrização de machucados: “*espera ferver e esfriar e joga em cima assim [do machucado] se for emergência é isso, saúde aqui não veio o médico*” (“Luciana”, em entrevista, 2016). Quando, em um dos momentos, estávamos chegando a campo no acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu, a mãe da “Luciana” estava entregando esta erva para outra indígena, que não reside no acampamento. Ficou evidenciado que esta é uma prática corriqueira entre os indígenas situados em outros territórios, bem como com a vinda de moradores de Rio Brilhante para pegar a erva.

A Amescla é outra erva utilizada, mas juntamente com o chimarrão – erva mate com água quente – para questões relacionadas à dor de barriga, bem como o Guacuri que contribui com a limpeza do aparelho digestivo, sendo relatado a vontade de comer após a digestão do produto: “*Dá fome e limpa também seu [aparelho digestivo] que tá com defeito você toma também e depois da fome*” (“Luciana”, em entrevista, 2016).

A única erva relacionada com questões imateriais de inveja relatada foi a Caaré, em que o rito consiste em fazer um chá das folhas e tomar um banho com ela, conforme palavras de um rezador: “*Água morna, põe na chaleira, depois pega a cabecinha... fala um nome do Ñanderu lavando a cabeça... ai a inveja passa longe*” (“Orlando”, em entrevista, 2015).

Neste sentido, observamos que os rituais são elementos importantes ao analisarmos a relação dos indígenas com seu território. E diante do processo de estrangeirização, tais ações são as mais impactadas, pois a extensão territorial limitada faz com que os indígenas não consigam se reproduzir completamente.

Os rituais são realizados com frequência para proteção de sua terra, para a saúde dos indígenas e outros motivos. Para não atrapalhar as crianças que estudam em Rio Brillhante alguns rituais são feitos no fim de semana, segundo “Luciana”: *“A gente faz sábado e domingo, porque a gente tem... é porque a criança a maioria estuda de manhã ai a gente faz sábado e domingo... todos participa, criança, idoso, adulto”* (em entrevista, 2016).

Os indígenas afirmaram que estas mudanças ocorrem também devido à questão territorial, mesmo assim eles continuam resistindo com os cantos do passado. Na área de pesquisa, os indígenas realizam alguns rituais que envolvem a plantação, batismos e proteção contra os animais e pela saúde, fatos que são confirmados por Almeida e Mura (2013):

Entre os kaiowa, duas cerimônias têm destaque: a do avati kyry (milho novo, verde) e do mitã pepy ou kunumi pepy (realizada em várias comunidades no Paraguai; no Brasil apenas uma comunidade a mantém). A primeira é celebrada em época de plantas novas (fevereiro, março) e tem no avati morotĩ (milho branco), planta sagrada que rege seu calendário agrícola e religioso, a referência principal. Semanas de trabalho e envolvimento de muitas famílias para preparar o kãguy ou chicha e o lugar da cerimônia, antecedem sua realização. O kãguy é uma bebida fermentada, feita, nestas cerimônias, com o milho branco (mas também de mandioca, batata doce ou cana de açúcar) e preparada pelas mulheres (ALMEIDA; MURA, 2013, p. [1]).

Na área de pesquisa, devido à extensão territorial, os indígenas não têm como plantar o milho sagrado. Desta forma, a aldeia Panambizinho (no município de Dourados) doa para os indígenas do Laranjeira Ñanderu: *“A gente ganha um pouquinho pra gente fazer porque cada ono [ano] a gente faz ritual do milho branco ... Panambizinho que doa pra cá né”* (“Luciana” em entrevista, 2016).

Segundo relatos, antigamente no Laranjeira Ñanderu se plantava o milho, mas agora é impossível pelo veneno passado pela cana-de-açúcar, milho e soja. Segundo “Orlando”, *“se a gente ganhar essa terra dá pra plantar o milho branco mesmo e rezá”* (em entrevista, 2015).

Com o milho os indígenas fazem a chicha, uma bebida fermentada adocicada com utilização para usado na alimentação, rituais e festas (MANGOLIM, 1993). Segundo os indígenas, ela também pode ser feita com fubá e esta função de preparo é exclusivamente feminina.

Um dos rituais existentes no Laranjeira Ñanderu é o batismo do milho branco (avati morotĩ) - Jerosy Puku que acontece uma vez por ano, no mês de fevereiro. Segundo João (2011). o jerosy é um canto coletivo e, por mais que se tenha o canto individual, ele busca o diálogo com as divindades e negociação com os deuses:

O ritual do jerosy puku é cantado, rodando em volta de um apyka (banco) ou em volta de uma vasilha de xixá. Esta vasilha pode ser um balde de alumínio, com capacidade volumétrica de uns vinte litros, abastecido constantemente a partir de um recipiente maior, onde foi produzida a bebida. O canto do jerosy é considerado infinito, porém, cada xamã, durante a noite até o amanhecer, procura alcançar sua meta de trabalho que é chegar ao canto de pa’i kuara. O

canto exige a sua plenitude para não causar inúmeros problemas na comunidade ou para o desenvolvimento do jakaira (milho saboró) (JOÃO, 2011, p. 59).

Segundo Montardo (2004), o ritual é realizado depois do pôr-do-sol, em que o xamã e/ou seus ajudantes conduzem o canto e as danças com o mbaraka - tipo de chocalho –, depois é incorporado ao rito o canto das mulheres executando seus takuapu - bastões de ritmo – sendo que toda a comunidade deve estar dançando-percorrendo um caminho com o intuito de encontrar as divindades, das quais se comunicam o xamã indicando o percurso. “Ao tocar seus instrumentos, cantar e dançar neste ritual, os guaranis buscam força (mbarete), erguer-se (opuã), limpar o corpo (ombopotĩ), tornar-se leves (ivevuy), estar alegres (hory ou ovy’a)” (MONTARDO, 2004, p. 1).

Ao falarmos deste ritual no Laranjeira Ñanderu, eles nos informaram que ele tem que ser seguido corretamente, não errando nenhum passo ou dança. Nas falas, observamos que a desobediência a ele pode provocar algumas doenças no corpo, visto que é de suma importância a realização do ritual por completo e certo. Conforme relato de “Luciana”, *“pra gente representa bastante regra né, porque a gente não pode errar nenhum passo né e a gente pensava né que a colheita do milho a gente põem no lugar desse milho, o milho branco saboro”* (em entrevista, 2016).

Segundo relatos dos Guarani e Kaiowá, o jerosy puku é realizado para proteção contra doenças, invejas, coisas ruins na vida... Os homens e mulheres se preparam para o ritual com pinturas e ornamentas. As mulheres preparam a bebida tirando o sabugo do milho, amaçam e colocam na bebida fermentando e cantando.

A figura 5 mostra a preparação do ritual com os yvyra’i, que para os indígenas representam o guardião do jakaira (milho saboro). Assim, os indígenas vão passando um por um até chegar ao quarto yvyra’i, sempre cantando e exaltando o jakaira (JOÃO, 2011).

Figura 5: Yvyra'i - Jerosy Puku no Laranjeira Ñanderu

Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2016

Podemos observar claramente o impacto do processo de territorialização do capital nacional e estrangeiro para a produção de commodities no território indígena, com desdobramentos profundos nos rituais, no processo de criação de animais e na atividade agrícola, ou seja, no modo de ser Guarani-Kaiowá no acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu, onde muitos ritos são realizados devido à ajuda de outros indígenas, mas de forma precária ou mesmo não são realizados no território pela falta de algum elemento, como é o caso emblemático do jakaira, bem como a perda da produção e dos animais pelo processo de pulverização de agrotóxicos.

Considerações finais

Diante de tudo o que foi exposto, podemos observar que a luta e resistência no Laranjeira Ñanderu baseia-se na sua reterritorialização, passando pelo processo de demarcação de seus territórios e reconhecimento de sua reexistência. Pois, apesar deste processo de desterritorialização, as histórias de vida dos indígenas estão marcadas por este tekoha e marcando neste território tudo o que eles têm enfrentado e vem enfrentando frente ao avanço do agronegócio nacional e estrangeiro.

Como na fala do rezador “Josivan”, ao afirmar que toda sua família morreu neste território e hoje ele retorna para a terra que sempre o pertenceu, pois ele tem certeza que nenhum de seus

ancestrais vendeu o tekoha Laranjeira Nānderu para os fazendeiros usarem suas riquezas como se fossem deles.

Assim, depois do retorno definitivo ao seu território por meio da demarcação, os indígenas pretendem voltar suas rezas e costumes como os seus ancestrais viveram. Conforme relatou “Luciana” ao ser questionada na possibilidade da sua reprodução depois da conquista da terra:

É né a gente pensa, pensa muito né. A maioria que estão parado né tá velho né, aqui por assim em diante, hoje para a amanhã eles estão pensando aqui né em plantar muito feijão comandá, feijão que os indígena mesmo que planta. A gente queria trazer esse semente no outro parente que tem pra emprestar né... a gente da a semente, dá pro outro a gente é assim mesmo né ... a gente empresta né ... a gente colhe e a gente devolve né pra gente .. ir se ajudando (“Luciana”, em entrevista, 2016).

Segundo os indígenas, na porção que tem a territorialização da cana-de-açúcar, da soja, do milho e do gado, eles vão criar porcos, galinhas, cavalos entre outros animais. E cultivarão tudo o que não podem na atualidade como: o milho sagrado, a mandioca, o arroz, a melancia, a abobora, a banana e a cana-de-açúcar. Mas, tanto o rezador “Orlando” como “Luciana” deixaram claro em suas falas que não é a cana-de-açúcar produzida pela LDC e sim “*a cana né, listrada, é que antigamente judava açúcar pra fazer guarapa, a chica né*” (“Luciana”, em entrevista, 2016).

Este tipo de cana-de-açúcar está plantado em um local pequeno e reservado no acampamento-tekoha, pois atualmente eles só têm acesso a esta planta por meio do empréstimo de outras aldeias, para fazer a chica e praticar assim seus rituais, como já apresentamos: “*A gente pega a cana emprestada né, pois com o açúcar industrial não é o mesmo gosto*” (“Luciana”, em entrevista, 2016).

Assim, as plantas cultivadas no território e as que serão cultivadas são importantes para a reprodução material e imaterial dos indígenas. A estas questões justifica-se a recuperação dos territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas no Mato Grosso do Sul, para que eles possam novamente se alimentar da comida que é concedida pelos jára, Tupanguéry, Pa’i Kuara, o Sol e todos os seres que estão presentes em seu tekoha garantindo o bem estar deste povo (PIMENTEL, 2012b).

Por isto que a luta é necessária, para que ocorra a desterritorialização do agronegócio nacional e estrangeiro, pois nas palavras de “Luciana” (em entrevista, 2016): “*Se nós desistir a gente não vai ver nada né, a gente não vai ter a historia né da realidade indígena. Se a gente desistir não vai saber contar a história né, que nem ela contou [referindo-se a indígena “Aline”]*”.

Referências

- ALMEIDA, Rubem Ferreira Thomaz de; MURA, Fabio. **Mitologia e rituais**. Instituto Socioambiental, 2003. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-kaiowa/557>>. Acesso em: 20 mai. 2018.
- ALONSO JUNIOR, José Lazaro. **Territórios de Conflito**: contribuição da Geografia para a questão da identidade territorial a partir das relações entre indígenas e fazendeiros na região de Dourados (MS). 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.
- BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Impactos e Resistências no Processo de Estrangeirização de Terras em Rio Brilhante (MS)**: O Caso dos Projetos de Assentamentos Federais São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do Território Indígena Laranjeira Nanderu. 443 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2016.
- BRAND, Antonio Jacó. **Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS**. Tellus, Campo Grande, ano 4, n. 6, p. 137-150, abr 2004.
- BRAND, Antonio Jacó; FERREIRA, Eva Maria Luiz; AZAMBUJA, Fernando de. **Os Kaiowá e Guarani e os processos de ocupação de seu território em Mato Grosso do Sul**. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **A questão Agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. 1. ed. Campo Grande: UFMS, 2008. 27-51 p
- CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, Território e Territorialidade**: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul. 471 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.
- CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Lideranças indígenas e a luta pela terra como Expressão da organização sociopolítica guarani e Kaiowá**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 182-205, jan./jun. 2015.
- CHAMORRO, Graciela. **Povos indígenas guarani falantes no atual Estado de Mato Grosso do Sul (séculos XVI-XXI)**. In: CHAMORRO, G.; COMBÊS, I.. (Org.). Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul: História, Cultura e Transformações Sociais. 1ed.Dourados: UFGD, 2015, v. 1, p. 293-322.
- COLOGNESE, Silvio Antonio; MELO, José Luiz Bica. **A Técnica da Entrevista na Pesquisa Social**. Porto Alegre: Cadernos de Sociologia, 1998, v. 9, p. 143-159.
- FUNAI - **Fundação Nacional do Índio**. 2015. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/>>. Acesso em: 20 mai. 2018.
- GLASS, Verena. **Em terras alheias**: a produção de soja e cana em áreas Guarani no Mato Grosso do Sul. Repórter Brasil. 2012. Disponível em <<http://www.reporterbrasil.org.br>>. Acesso em: 20 mai. 2018.
- JOÃO, Izaque. **Jakaira Reko Nheypyry Marangatu Mborahéi**: Origem E Fundamentos Do Canto Ritual Jerosy Puku Entre Os Kaiowá De Panambi, Panambizinho E Sucuri'y, Mato Grosso do Sul. 119 f. Dissertação (Mestre em História)– Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.
- MANGOLIM, Olívio. **Povos indígenas no Mato Grosso do Sul**: viveremos por mais 500 anos. Campo Grande: CIMI Regional de Mato Grosso do Sul, 1993.
- MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

MONTARDO, Deise Lucy Oliveira. **O caminho do conhecimento – música e dança no jeroky guarani**. 2004. Disponível em: < encurtador.com.br/abcp8 >. Acesso em: 20 mai. 2018.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowa**: da territorialização precária na Reserva Indígena de Dourados à multiterritorialidade. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFGD, Dourados, 2011.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá**: diferenças geográficas e as lutas pela descolonização na Reserva Indígena e acampamentos-tekoha - Dourados/MS. 297 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2015.

PIMENTEL, Spensy Kmitta. **Elementos para uma teoria política kaiowá e guarani**. 375 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012a.

PIMENTEL, Spensy Kmitta. **Cosmopolítica kaiowá e guarani: Uma crítica ameríndia ao agronegócio**. Revista de Antropologia da UFSCar, v.4, n.2, jul.-dez., p.134-150, 2012b.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec.São Paulo 1988.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

URQUIZA, Antonio Hilario Aguilera; PRADO, José Henrique. **O impacto do processo de territorialização dos Kaiowá e Guarani no sul de Mato Grosso do Sul**. Tellus, ano 15, n. 29, p. 49-71, jul./dez. 2015.

Sobre a autora

Lara Dalpério Buscioli – Graduação e Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). **ORCID**: <https://orcid.org/0000-0002-9741-6883>.

Como citar este artigo

BUSCIOLI, Lara Dalpério. O Acampamento-Tekoha Laranjeira Ñanderu em Rio Brilhante (MS): a atual conjuntura dos conflitos e das resistências. **Revista NERA**, v. 23, n. 52, p. 151-175, dossiê., 2020.

Recebido para publicação em 19 de agosto de 2018.
Devolvido para revisão em 16 de setembro de 2019.
Aceito para a publicação em 24 de outubro de 2019.

COMPÊNDIO AUTORES

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas**. Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

ACOSTA, Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa**. Ano 18, n. 28, p. 68-91, 2015.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

ADOUE, Silvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile**. Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana**. Ano 7, n. 5 p. 13-33, 2004.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais**. Ano 8, n. 6 p. 59-74, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais**. Ano 1, n. 2 p. 74-93, 1998

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra**. Ano 8, n. 7 p. 22-34, 2005.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. **O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha**. V. 22, n. 47, p. 248-271, Dossiê MATOPIBA, 2019.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo**. Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul**. Ano 3, n. 3 p. 58-67, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares**. Ano 17, n. 24, p. 09-35.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

ALVES, Flamarion Dutra. **Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade**. V. 22, n. 48, p.98-113, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18. n. 28.p.19-31.2015.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação.** Ano 21, n. 42, p. 14-33.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha de jóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocioal a la constitución de sujetos.** Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

AVILA, Agustín; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina.** Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

AZÉREDO, Rauni Fernandes; CRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 72-93, 2018.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional.** Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1-27, 2006.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales.** Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15, n. 20 p. 83-98, 2012.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16, n. 22, p. 27-42, 2013.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17, n. 24, p. 51-70, 2014.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18, n. 29.p.101-132. 2015.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16, n. 22, p. 55-81, 2013.

BELO, Diego Carvalho; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17, n. 24, p. 71-85, 2014.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 -23, 2005.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1-10, 2007.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

BEZERA, Juscelino Eudâmidas; GONZAGA, Cíntia Lima. **O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas.** V. 22, n. 47, p. 46-63, dossiê MATOPIBA, 2019.

BEZERRA, Lívia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18, n.28, p.92-105. 2015.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. **“Pioneiros” do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola**. V. 22, n. 47, p. 87-122, Dossiê MATOPIBA, 2019.

BOGO, Maria Nalva de Araújo. **Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 32-49, 2018.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR)**. Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST**. Ano 9, n. 9 p. 28-48, 2006.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números**. Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163**. Ano 21, n. 42, p. 51-73.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar**. Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX)**. Ano 9, n. 9 p. 49-73, 2006.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder**. Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay**. Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

BUENO, Caroline Tapia; SILVA, Susana Maria Veleza. **O patriarcado na agricultura familiar brasileira: reflexões a partir do município de São Lourenço do Sul – RS**. Ano 23, n. 51, p. 279-299.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS)**. Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique**. Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola**. Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos.** Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades.** V. 22, n. 48, p. 38-57, 2019.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP: uma análise a partir da produção e consumo.** Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil.** Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p. 174-193, 2015.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo.** Ano 16. n. 23. p. 09-26, 2013.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113-122, 2004.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC.** Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Um olhar sobre o desenvolvimento acreano: a "florestania" e outras histórias.** Ano 23, n. 51, p. 117-132.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate**. Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Geografias das lutas por direitos no distrito do Grajaú-SP: o caso do movimento social “Nós da Sul”**. V. 22, n. 49, p. 15-30, 2019.

CASTRO, Raifran Abidimar de. **Resistências camponesas maranhenses às estratégias de dominação e territorialização empresariais**. V. 22, n. 47, p. 272-295, dossiê MATOPIBA, 2019.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR**. Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio**. Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão**. V. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso**. Ano 9, n. 8 p. 109-121, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014**. Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI**. Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; CARVALHO, Isabele de Oliveira. **A Formação do Licenciando Participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/PIBID Interdisciplinar Educação do Campo**. V. 22, n. 48, p. 114-136, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion**. Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos; SPOSITO, Eliseu Savério. **Terra e Geografia**. V. 22, n. 50, p. 21-39, 2019.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil**. Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias.** Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar cooperativo.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos.** Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCs y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-19, 2014.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais.** Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

COUTINHO, Elenice Aparecida; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. **A mobilidade cotidiana campo-cidade nas sociedades rurais em Cajuri e Coimbra/MG.** V. 22, n. 49, p. 59-82, 2019.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

CRUZ, Abigail Bruna da; AZEVEDO, Sandra de Castro de. **Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano.** V. 22, n. 46, p. 133-155, jan.-abr. 2019.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010.** Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas**. Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico**. Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica**. Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos**. Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro**. Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial**. Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

DAMBRÓS, Cristiane. **Contexto histórico e institucional na demarcação de terras indígenas no Brasil**. V. 22, n. 48, p. 174-189, Dossiê Território em Movimento, 2019.

DANTAS, José Carlos. **A falsa vilã: ideologias e ação estatal no semiárido brasileiro**. Ano 23, n. 51, p. 157-179.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS**. Ano. 18. n. 29.p.133-150. 2015

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses**. Ano 10, n. 10 p. 165-173, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá**. Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária**. Ano 1, n. 1 p. 72-75, 1998.

DOMINGUEZ, Diego Ignacio. **Cartografía de la agroecología y las disputas territoriales en Argentina**. V. 22, n. 49, p. 297-313, 2019.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants**. Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural**. Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo**. Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe**. Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato**. Ano 11, n. 13 p. 83-101, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas**. Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados**. Ano 8, n. 7 p. 48-67, 2005.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay**. Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina**. Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais**. Ano 10, n. 11 p. 8-32, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais**. Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná**. Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR**. Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

FACCO, Vinícius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR)**. Ano. 18. n. 29.p.70- 100. 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio**. Ano 18. n.28. p.223-240. 2015.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre**. Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária**. Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; PÓ, Marcos. **Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba.** V. 22, n. 47, p. 348-381, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barragem amazônica mais controversa do Brasil.** Ano 21, p. 162-185.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto; ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. **Tocantins no contexto do MATOPIBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais.** V. 22, n. 47, p. 230-247, dossiê MATOPIBA, 2019.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112-124, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 02-44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24-34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 01-32, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. **Acumulação pela renda terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira.** V. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Land grabbing for agro-extractivism in the second neoliberal phase in Brazil.** V. 22, n. 50, p. 208-238, 2019.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado.** Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: Controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61-80, 2007.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9, p. 113-143, 2006.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro.** Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

FOLMER, Ivanio; MEURER, Ane Carine. **A territorialização do MST a partir da Educação do Campo nos assentamentos Fazenda Annoni e Bela Vista.** V. 22, n. 48, p. 14-37, Dossiê Território em Movimento, 2019.

FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. **Capital financeiro, *land grabbing* e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA.** V. 22, n. 47, p. 123-147, dossiê MATOPIBA, 2019.

FREDERICO, Samuel. **From subsistence to financial asset: the appropriation of the Brazilian Cerrado lands as a resource.** V. 22, n. 50, p. 239-260, 2019.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14, n. 19 p. 44-58, 2011.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **Perfil do uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011-2016).** V. 22, n. 46, p. 13-40, jan.-abr. 2019.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **An outline of the use of agrochemicals in southwestern Paraná (2011-2016).** V. 22, n. 46, p. 41-67, jan.-abr. 2019.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11-36, 2007.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18, n. 27. p. 280-295. 2015.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15, n. 21 p. 173-180, 2012.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP.** Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR - CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75-91, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Questão agrária, conflitos e violência no campo brasileiro**. V. 22, n. 50, p. 116-134, 2019.

GOES, Denilson Manfrin; CAMPOS, Margarida de Cássia. **Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo**. V. 22, n. 46, p. 85-105, jan.-abr. 2019.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 11-37. 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill**. Ano 18. n.28. p.32-67. 2015.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara**. Ano 21, n. 42, p. 135-161.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturalesy su aplicación desde américa latin**. Ano 18. n.28. p. 241-264. 2015.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social**. Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136-138, 2009.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero**. Ano 7, n. 5 p. 43-55, 2004.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR**. Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay**. Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

HASUDUNGAN, Albert; NEILSON, Jeffrey. **Processes of land appropriation for large-scale oil palm development in West Kalimantan, Indonesia**. Ano 23, n. 51, p. 366-389.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território**. Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. Ano 9, n. 8, p. 1-28, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar**. Ano 21, n. 43, p. 282-308.

HETTWER, Henrique Rudolfo. **O neoliberalismo no espaço educacional brasileiro – uma análise geopolítica**. V. 22, n. 48, p. 206-223, Dossiê Território em Movimento, 2019.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151-164, 2007.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro; MAURO, Rogério Antônio; CALALA, Manoel. **Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás.** V. 22, n. 49, p. 140-167, 2019.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências.** Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on.** Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics.** Ano 21, n. 42, p. 74-97.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productive (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173-185, 2006.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul.** Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL).** Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism.** Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho.** V. 22, n. 46, p. 192-213, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros in the middle São Francisco: state planning and labor mobility.** V. 22, n. 46, p. 214-233, jan.-abr. 2019.

KOBASHIKAWA, Tamy. **Brazilian agribusiness in Mozambique: the Prosavana Programme case study.** Ano 23, n. 51, p. 345-365.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 309-331.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada.** Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

KUBOYAMA, Rey; CUNHA, FÁBIO CÉSAR ALVES. **“A escola é nossa!”: territorialidades do movimento estudantil nas ocupações das escolas de Londrina (PR) em 2016.** V. 22, n. 49, p. 31-58, 2019.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26, p. 149-166, 2015.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini.** Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo.** Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas.** Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

LIMA, Eloíza Aparecida Cerino; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 50-71, 2018.

LIMA, Maria Messias Ferreira. **Agricultura familiar camponesa no semiárido cearense: o desenvolvimento rural desigual e combinado como corolário da expansão capitalista no campo.** V. 22, n. 49, p. 270-296, 2019.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

LOPES, Cláudio Ribeiro; MIRANDA, Napoleão. **O Geoparque Bodoquena-Pantanal (MS) reificação da natureza ou proposta de preservação ambientalista?** V. 22, n. 50, p. 193-207, 2019.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

LUIZ, Luana Fernanda; NARDOQUE, Sedeval. **Programa Nacional de Crédito Fundiário em Três Lagoas/MS: desdobramentos e entraves para a recriação do campesinato.** V. 22, n. 49, p. 83-110, 2019.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37-56, 2007.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitaria** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63. 2015.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro.** Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil.** Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará.** Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MARICHAL, Walter Oreggioni; PAREJA, Matías Carámbula. **¿Otro consumo es posible? La experiencia de grupos de consumidores y su vínculo con los productores agroecológicos en Uruguay.** V. 22, n. 50, p. 152-172, 2019.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18, n. 28, p.09-18, 2015.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81-108, 2007.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. **Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 94-121, 2018.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo.** Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

MERCADANTE, Patrícia Tozzo de Matos; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária e transição agroecológica: experiências de sustentabilidade no assentamento 20 de Março em Três Lagoas/MS.** V. 22, n. 49, p. 111-139, 2019.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57-71, 2007.

MEDINA-NARANJO; Julian; ALMEIDA, Ana Lúcia Jesus. **Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 122-146, 2018.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense.** Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade.** Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária.** Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

MELO, Maria Aparecida Vieira de; SANTANA, Marcelo da Fonsêca; ALMEIDA, Ricardo Santos de. **A ordem do discurso da educação de jovens, adultos e idosos no território da educação do campo brasileiro: a qualificação profissional enunciada em análise documental.** Ano 23, n. 51, p. 328-344.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14, n. 19 p. 59-72, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA.** Ano 21, n. 43, p. 332-353.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens.** Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México.** Ano 18, n.28. p.206-222. 2015.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16, n. 23. p. 43-59, 2013.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena.** Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais.** V. 22, n. 47, p. 296-320, dossiê MATOPIBA, 2019.

MONTEBLANCO, Felipe Leindecker; CORDEIRO, Márcio Pereira. **Os assentamentos da reforma agrária e os meandros da formação de uma bacia leiteira no município de Santana do Livramento (Campanha Gaúcha/RS).** V. 22, n. 48, p. 58-84, Dossiê Território em Movimento, 2019.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado.** Ano 18. n. 27. p. 96-112. 2015.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das ‘escolinhas de favores’ à ‘escola de direito’: a educação no/do campo no município de Goiás.** Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155 -176, 2012.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45-57, 2000.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisia Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173. 2015

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas.** Ano 20, n. 38, 68-105, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekohará.** Ano 15. n. 21, p. 114-134, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo tekoha: os acampamentos de retomadas e a conquista do teko porã (bem viver).** Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI.** Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

NAHUN, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos. **Dendê para que? Dendê para quem? A ideologia da fronteira na Amazônia paraense.** Ano 21, n. 43, p. 113-134.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg; DUARTE, Douglas Ambiel Barros Gil. **Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo.** V. 22, n. 45, p. 282-308, jan.-abr. 2019.

NASCIMENTO, Rodrigo Cavalcanti; FREDERICO, Samuel; SAWELJEW, Yuri. **Financial capital and land control: new rentiers on the Brazilian agricultural frontier.** V. 22, n. 50, p. 261-286, 2019.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155. 2015.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182. 2015.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar.** Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5, p. 35-42, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária.** Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINHO, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?.** Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964).** Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

NORDER, Luiz Antonio; LOBO, Natália Santos. **A percepção dos profissionais de educação sobre o impacto dos agrotóxicos em escolas rurais no estado do Mato Grosso**. V. 22, n. 46, p. 68-84, jan.-abr. 2019.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI**. Ano 21, n. 42, p. 34-50.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha**. Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP**. Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

Ó LOIOLA, Valéria do; SILVA, Tânia Paula. **As táticas sustentáveis para um melhor gerenciamento do território no município de Cáceres-MT**. V. 22, n. 50, p. 173-192, 2019.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva**. Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro**. Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária**. Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

OLIVEIRA, Alysson Bezerra; SILVA, Daniely Lima. **Reestruturação produtiva da cadeia de papel e celulose em Imperatriz – MA: terra, transportes e trabalho**. Ano 23, n. 51, p. 133-156.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI**. Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATEs em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA**. Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual**. Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual**. Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas**. Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil**. V. 22, n. 46, p. 106-132, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. **A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira**. V. 22, n. 46, p. 259-281, jan.-abr. 2019.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel**. Ano 15. n.

21 p. 162-172, 2012.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: viente años de lucha en Cerro de San Pedro, México.** Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos.** Ano 18. n. 27. p. 113-137. 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo.** Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai.** Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo deFreitas; PEREIRA, Lorena Izá; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Tendências dos estudos sobre questão agrária a partir das publicações da Revista NERA.** V. 22, n. 50, p. 08-20, 2019.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro; HERRERA, José Antônio. **Subsunção do trabalho ao capital na agroindústria de óleo de palma na Amazônia paraense.** Ano 23, n. 51, p. 64-88.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense.** Ano 21, n. 43, p. 354-372.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente.** Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50. 1998.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campeños sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

PAULA, Cristinao Quaresma de. **Conflitos por território na pesca artesanal brasileira.** Ano 23, n. 51, p. 180-204.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 259-279. 2015.

PEDON, Nelson Rodrigo; CORRÊA, Rubens Arantes. **Escola e currículo: um ensaio sobre territórios em disputa.** V. 22, n. 48, p.85-97, Dossiê Território em Movimento, 2019.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94, 2015.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos.** Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29.p. 48- 69, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático.** Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **MATOPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato.** V. 22, n. 47, p. 09-21, dossiê MATOPIBA, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. **MATOPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra.** V. 22, n. 47, p. 148-172, dossiê MATOPIBA, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá; ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **Multidimensionalidade, multiterritorialidade e multiescalaridade da questão agrária no Sul global**. Ano 23, n. 51, p. 09-20.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005)**. Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil**. Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial**. Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios**. Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

PITTA, Fábio; LEITE, Ana Carolina Gonçalves; KLUCK, Eric Gabriel Jones. **O boom e o estouro da bolha das commodities no século XXI e a agroindústria canavieira brasileira: da mobilização a crise do trabalho**. Ano 23, n. 51, p. 41-63.

POLLNOW, Germano Ehlert; CALDAS, Nádia Velleda; SPERLING, Daiane Roschildt. **O arroz ecológico Terra Livre: desenvolvimento e compromisso social**. Ano 23, n. 51, p. 260-278.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural**. Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx**. Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

PORTO, José Renato Sant’Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”**. Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex**. Ano 19, n. 30, p.58-79.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo**. Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia**. Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6 p. 46-58, 2005.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná.** Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

REIS, Simony Lopes da Silva; PERTILE, Noeli. **O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro.** V. 22, n. 47, p. 64-86, dossiê MATOPIBA, 2019.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil.** Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n. 1 p. 45-58, 1998.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n.28. p.165-185, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27. p. 296-300, 2015.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191,2014.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima.** Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações.** Ano 21, n. 42, p. 202-228.

RODRIGUES, Jondinson Cardoso; LIMA, Ricardo Angêlo Pereira. **Grandes projetos de infraestrutura na amazônia: imaginário, colonialidade e resistências**. Ano 23, n. 51, p. 89-116.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará**. Ano 21, n. 43, p. 257-281.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión**. Ano 18. n.28. p. 132-148. 2015.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista**. Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico**. Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária**. Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra**. Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

ROOS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná**. Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução**. Ano 18. n. 27. p. 183-213. 2015.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização**. Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro**. Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho**. Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya**. Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador**. Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano**. Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia uma Geografia útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España**. Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS**. Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu**. Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

SANTOS, Flávio Reis; SILVA, Magda Valéria. **Produção agrícola familiar no Brasil: experiências materializadas em três mesorregiões do estado de Goiás**. V. 22, n. 49, p. 211-243, 2019.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes**. Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

SANTOS, Junio Gregório Roza; CASTRO, Selma Simões. **Metodologia de avaliação de sustentabilidade de projetos de assentamento rural aplicada à região do nordeste goiano, estado de Goiás**. Ano 23, n. 51, p. 231-259.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô**. Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Suqishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP**. Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra**. Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP)**. Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil**. Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional**. Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

SANTOS, Thiago Araujo. **Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo**. V. 22, n. 46, p. 234-258, jan.-abr. 2019.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais**. Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro**. Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff**. Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

SCHNITMAN, Talita. **Multifunctionality of agricultura: a brazilian perspective**. Ano 23, n. 51, p. 21-40.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable**. Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Ano 8, n. 7 p. 1-21, 2005.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II**. Ano 10, n. 10 p. 115-133, 2007.

SILVA, Andréa Leme da; SOUZA, Cláudia de; ELOY, Ludivine; PASSOS, Carlos José de Sousa. **Políticas ambientais seletivas e expansão da fronteira agrícola no Cerrado: impactos sobre as comunidades locais numa Unidade de Conservação no oeste da Bahia**. V. 22, n. 47, p. 321-347, Dossiê MATOPIBA, 2019.

SILVA, Arthur Boscaroli; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP**. Ano 18. n. 26. p. 95-112, 2015.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil)**. Ano 42, n. 22, p. 186-201.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joanderson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil)**. Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO**. Ano 18. n. 27. p. 214-239. 2015.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft**. Ano 10, n. 11 p. 149- 169, 2007.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações**. Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE.** Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74-08, 2006.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SILVA, Paulus Vinicius; GRZEBIELUCKAS, Cleci. SANTOS, Josiane Silva Costa dos Santos. **Benefícios e Entraves do Programa Aquisição Alimentos - PAA Diamantino-MT.** V. 22, n. 49, p.168-188, 2019

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica.** Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território.** Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem.** Ano 7, n. 4 p. 50-55,2004.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Hulda Rocha e; CELENTANO, Danielle; ROUSSEAU, Guillaume. **Sistemas agroflorestais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da Amazônia maranhense.** V. 22, n. 46, p. 309-315, jan.-abr. 2019.

SILVA, Jesiel Souza. **Breve revisitação ao conceito de campesinato**. V. 22, n. 50, p. 40-63, 2019.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira**. Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo**. Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão**. Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável**. Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará**. Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA**. Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema**. Ano 18. n. 27. p. 64-95. 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces**. Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D'Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças**. Ano 21, n. 43, p. 376-396, 2018.

SOBREIRO FILHO, José; CARDOSO, Messias Alessandro; VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. **Os gigantes dos pés de barro da reforma agrária no Brasil: análise crítica dos Planos Nacionais de Reforma Agrária I e II por meio do debate paradigmático**. V. 22, n. 50, p. 91-115, 2019.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa**. Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

SOUSA, Rafael Benevides de. **Campesinização e resistências ao agronegócio do dendê no nordeste paraense**. V. 22, n. 49, p. 244-270, 2019.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta**. V. 22, n. 47, p. 22-45, dossiê MATOPIBA, 2019.

SPADOTTO, Bruno Rezende; COGUETO, Jaqueline Vigo. **Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro.** V. 22, n. 47, p. 202-229, dossiê MATOPIBA, 2019.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 98-112.

STRAUCH, Guilherme Freitas Ewald. **A territorialização do capital e as estratégias de resistência camponesa em Paraty/RJ.** Ano 23, n. 51, p. 205-230.

SULZBACHER, A, W. **Perspectivas relacionais das categorias Território e Campo na análise geográfica.** V. 22, n. 48, p. 137-153, Dossiê Território em Movimento, 2019.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134-150, 2007.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

TERRA, Ademir. **A pertinência do conceito de território para análise de assentamentos rurais.** V. 22, n. 48, p. 190-205, Dossiê Território em Movimento, 2019.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8, p. 122-132, 2006.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17, p. 7-28, 2010.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la extensión universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina).** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina.** Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira.** Ano 21, n.42, p. 229-256.

TRICHES, Rozane Marcia; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18, n. 26. p. 11-28, 2015.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionates para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná.** Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

- VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST.** Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.
- VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.
- VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS.** Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.
- VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964).** Ano 18, n. 27. p. 240-258. 2015.
- VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay.** Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.
- VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52. 2015.
- VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.
- VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como una idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.
- VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18, n. 29.p.220 -232, 2015.
- VIANA, Camila Eduarda; TRICHES, Rozane Marcia; CRUZ, Fabiana Thomé da. **Que qualidades para quais mercados? O caso do queijo colonial da microrregião de Capanema, Paraná.** V. 22, n. 49, p. 189-210, 2019.
- VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará.** Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.
- VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.
- VIEIRA, Francisca Pereira; NÓBREGA, Mariana Conceição Leal; ASSUMPÇÃO E LIMA, Débora. **Dona Francisca: entre cabaças, caminhos de lutas e sementes de resistência.** Relatos de campo, v. 22, n. 47, p. 413-433, Dossiê MATOPIBA, 2019.
- VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.
- VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **“A volta dos que não foram”: camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato.** V. 22, n. 46, p. 156-174, jan.-abr. 2019.
- VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"The return of those who never went": Peasant and / or family farmer? Theoretical-conceptual reflections and the pertinence of the peasantry.** V. 22, n. 46, p. 175-191, jan.-abr. 2019.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão.** Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica.** Ano 21. n. 45, edição especial, p. 12-31.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana.** Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

WAHREN, Juan; SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18. n.28. p.149-164, 2015.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35-45, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159-168, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102-112, 2004.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94-111, 2000.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco.** Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorance. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

ZENETTI, Fábio Luiz. **Cooperativismo e disputas territoriais no Paraná: o caso da Cocamar e da Corol.** V. 22, n. 50, p. 135-151, 2019.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del litio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47. 2015.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

ZIMMERMANN, Angelita; MEURER, Ane Carine. **Educação do Campo: o egresso da Pedagogia da Alternância no Noroeste do RS.** V. 22, n. 48, p. 154-173, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ZIMMERMANN, Angelita; MEURER, Ane Carine; DAVID, C. **A formação dos sujeitos do campo e a pedagogia da alternância: da França ao sul do Brasil.** Ano 23, n. 51, p. 300-327.

COMPÊNDIO EDIÇÕES

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1, p. 2-44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n.1, p. 45 -58, 1998.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59-72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1-32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33-50. 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7-27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45 -57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20-28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29-41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”:** breve abordagem. Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achilles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86-101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”:** a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism. Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6, p. 46-58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11, p. 109-121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31-56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97,

2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98-107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117-136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102-117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118-127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 07-27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28-47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil.** Ano 12, n. 14 p. 48-62, 2009.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST.** Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS.** Ano 12, n. 14 p. 72-96, 2009.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97-111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE.** Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia.** Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará.** Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along**

India's Narmada river. Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural**. Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo**. Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como un idea**. Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campepinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa**. Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação**. Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola**. Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina**. Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil**. Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa**. Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão**. Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico**. Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe**. Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina**. Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária**. Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglia jurídico**. Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro**. Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, Edição Especial, p. 21-42, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127-154, 2012.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155-176, 2012.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekohará.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cuestion agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS**. Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo**. Ano 16. n. 23. p. 09-26.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão**. Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido**. Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010**. Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate**. Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay**. Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS)**. Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar**. Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares**. Ano 17. n. 24. p. 09-35, 2014.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica**. Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica**. Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra**. Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia**. Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente**. Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica**. Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)**. Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay.** Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-190, 2014.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade".** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.

TRICHES, Rozana Maria; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18. n. 26. p. 11-28, 2015.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94.

SILVA, Arthur Boscaroli; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos.** Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26. p. 149-166, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 11-37, 2015.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52, 2015.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63, 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 27. p. 64-95, 2015.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado.** Ano 18. n. 27. p. 96-112, 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos.** Ano 18. n. 27. p. 113-137, 2015.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155, 2015.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182, 2015.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239, 2015.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964).** Ano 18. n. 27. p. 240-258, 2015.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 259-279, 2015.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27, p. 296-300, 2015.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18, n. 28, p. 09-18, 2015.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18, n. 28, p. 19-31, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill.** Ano 18, n. 28, p. 32-67, 2015.

ACOSTA Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18, n. 28, p. 68-91, 2015.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18, n. 28, p.92-105, 2015.

MATO, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração do carvão mineral de Benga em Moçambique e a expropriação da terra dos nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação.** Ano 18, n. 28, p.106-131, 2015.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18, n.28, p. 132-148, 2015.

WAHREN, Juan ;SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18, n. 28, p. 149-164, 2015.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n. 28, p.165-185, 2015.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222, 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240, 2015.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturales y su aplicación desde América Latina.** Ano 18. n.28. p. 241-264, 2015.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del litio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29, p. 48- 69, 2015.

FACCO, Vinícius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR).** Ano. 18. n. 29.p.70- 100, 2015.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29, p.101-132, 2015.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150, 2015.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173, 2015.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p.174-193, 2015.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18. n. 29, p.220 -232, 2015.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios.** Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

ROSS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil.** Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos.** Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná.** Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima.** Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas.** Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar corporativo.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la extensión universitaria: repensando ‘los’ territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina)**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria hacia una crisis productiva (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitaria** (Relatório de Campo). Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC**. Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô.** Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP.** Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira.** Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território.** Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional.** Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on.** Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional.** Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo.** Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro.** Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay.** Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diógenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisia Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

BEZERRA, Livia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrario en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI.** Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana.** Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas.** Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná.** Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo.** Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense.** Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará.** Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências.** Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil.** Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA.** Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP: uma análise a partir da produção e consumo.** Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador**. Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária**. Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado**. Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI**. Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR)**. Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP**. Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária**. Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR.** Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil.** Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes.** Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales.** Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar.** Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Viecente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco.** Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada.** Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder.** Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas.** Ano 20, n. 38, p. 68-105, 2017.

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas.** Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo.** Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio.** Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique.** Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHO, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos.

Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?. Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorange. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo**. Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces**. Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena**. Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo *tekoha*: os acampamentos de retomadas e a conquista do *teko porã* (*bem viver*)**. Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina**. Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS)**. Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade**. Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai**. Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos**. Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano**. Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números**. Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil**. Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático**. Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: viente años de lucha en Cerro de San Pedro, México.** Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina.** Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

DESMARIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá.** Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho.** Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014.** Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joanderson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil).** Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL).** Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR.** Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu.** Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens.** Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP.** Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista.** Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro.** Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay.** Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território.** Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas.** Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais.** Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação.** Ano 21, n. 42, p. 14-33, 2018.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI.** Ano 21, n. 42, p. 34-50, 2018.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163.** Ano 21, n. 42, p. 51-73, 2018.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics.** Ano 21, n. 42, p. 74-97, 2018.

STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 98-112, 2018.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara.** Ano 21, n. 42, p. 135-161., 2018.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barragem amazônica mais controversa do Brasil.** Ano 21, n. 42, p. 162-185, 2018.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil).** Ano 21, n. 42, p. 186-201, 2018.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações.** Ano 21, n. 42, p. 202-228, 2018.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira.** Ano 21, n.42, p. 229-256, 2018.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará.** Ano 21, n. 43, p. 257-281, 2018.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar.** Ano 21, n. 43, p. 282-308, 2018.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 309-331, 2018.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA.** Ano 21, n. 43, p. 332-353, 2018.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense.** Ano 21, n. 43, p. 354-372, 2018.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D'Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças.** Ano 21, n. 43, p. 376-396, 2018.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini.** Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária.** Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul.** Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro.** Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

ADOUE, Sílvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile.** Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha de jóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocial a la constitución de sujetos.** Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das 'escolinhas de favores' à 'escola de direito': a educação no/do campo no município de Goiás.** Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias.** Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica.** Ano 21, n. 45, edição especial p. 12-31.

BOGO, Maria Nalva de Araújo. **Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 32-49, 2018.

LIMA, Eloíza Aparecida Cerino; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 50-71, 2018.

AZÊREDO, Rauni Fernandes; CRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 72-93, 2018.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. **Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 94-121, 2018.

MEDINA-NARANJO; Julian; ALMEIDA, Ana Lúcia Jesus. **Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 122-146, 2018.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; RAMOS, Lucinéia Maria. **Perfil do uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011-2016)**. v. 22, n. 46, p. 13-40, jan.-abr. 2019.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; RAMOS, Lucinéia Maria. **An outline of the use of agrochemicals in southwestern Paraná (2011-2016)**. v. 22, n. 46, p. 41-67, jan.-abr. 2019.

NORDER, Luiz Antonio; LOBO, Natália Santos. **A percepção dos profissionais de educação sobre o impacto dos agrotóxicos em escolas rurais no estado do Mato Grosso**. v. 22, n. 46, p. 68-84, jan.-abr. 2019.

GOES, Denilson Manfrin; CAMPOS, Margarida de Cássia. **Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo**. v. 22, n. 46, p. 85-105, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil**. v. 22, n. 46, p. 106-132, jan.-abr. 2019.

CRUZ, Abigail Bruna da; AZEVEDO, Sandra de Castro de. **Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano**. v. 22, n. 46, p. 133-155, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"A volta dos que não foram": camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato**. v. 22, n. 46, p. 156-174, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"The return of those who never went": Peasant and / or family farmer? Theoretical-conceptual reflections and the pertinence of the peasantry**. v. 22, n. 46, p. 175-191, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho**. v. 22, n. 46, p. 192-213, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. *Posseiros in the middle São Francisco: state planning and labor mobility*. v. 22, n. 46, p. 214-233, jan.-abr. 2019.

SANTOS, Thiago Araujo. **Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo**. v. 22, n. 46, p. 234-258, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. **A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira**. v. 22, n. 46, p. 259-281, jan.-abr. 2019.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg; DUARTE, Douglas Ambiel Barros Gil. **Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo**. v. 22, n. 46, p. 282-308, jan.-abr. 2019.

SILVA, Hulda Rocha e; CELENTANO, Danielle; ROUSSEAU, Guillaume. **Sistemas agroflorestais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da Amazônia maranhense.** v. 22, n. 46, p. 309-315, nota, jan.-abr. 2019.

PEREIRA, Lorena Izá. **MATOPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato.** V. 22, n. 47, p. 09-21, dossiê MATOPIBA, 2019.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta.** V. 22, n. 47, p. 22-45, dossiê MATOPIBA, 2019.

BEZERA, Juscelino Eudâmidas; GONZAGA, Cíntia Lima. **O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas.** V. 22, n. 47, p. 46-63, dossiê MATOPIBA, 2019.

REIS, Simony Lopes da Silva; PERTILE, Noeli. **O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro.** V. 22, n. 47, p. 64-86, dossiê MATOPIBA, 2019.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. **“Pioneiros” do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola.** V. 22, n. 47, p. 87-122, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. **Capital financeiro, land grabbing e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA.** V. 22, n. 47, p. 123-147, dossiê MATOPIBA, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. **MATOPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra.** V. 22, n. 47, p. 148-172, dossiê MATOPIBA, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. **Acumulação pela renda terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira.** V. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

SPADOTTO, Bruno Rezende; COGUETO, Jaqueline Vigo. **Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro.** V. 22, n. 47, p. 202-229, dossiê MATOPIBA, 2019.

FELICIANO, Carlos Alberto; ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. **Tocantins no contexto do MATOPIBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais.** V. 22, n. 47, p. 230-247, dossiê MATOPIBA, 2019.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. **O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha.** V. 22, n. 47, p. 248-271, Dossiê MATOPIBA, 2019.

CASTRO, Raifran Abidimar de. **Resistências camponesas maranhenses às estratégias de dominação e territorialização empresariais.** V. 22, n. 47, p. 272-295, dossiê MATOPIBA, 2019.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais.** V. 22, n. 47, p. 296-320, dossiê MATOPIBA, 2019.

SILVA, Andréa Leme da; SOUZA, Cláudia de; ELOY, Ludivine; PASSOS, Carlos José de Sousa. **Políticas ambientais seletivas e expansão da fronteira agrícola no Cerrado: impactos sobre as comunidades locais numa Unidade de Conservação no oeste da Bahia.** V. 22, n. 47, p. 321-347, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; PÓ, Marcos. **Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba.** V. 22, n. 47, p. 348-381, Dossiê MATOPIBA, 2019.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão.** V. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

VIEIRA, Francisca Pereira; NÓBREGA, Mariana Conceição Leal; ASSUMPÇÃO E LIMA, Débora. **Dona Francisca: entre cabaças, caminhos de lutas e sementes de resistência.** Relatos de campo, v. 22, n. 47, p. 413-433, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FOLMER, Ivanio; MEURER, Ane Carine. **A territorialização do MST a partir da Educação do Campo nos assentamentos Fazenda Annoni e Bela Vista.** V. 22, n. 48, p. 14-37, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades.** V. 22, n. 48, p. 38-57, 2019.

MONTEBLANCO, Felipe Leindecker; CORDEIRO, Márcio Pereira. **Os assentamentos da reforma agrária e os meandros da formação de uma bacia leiteira no município de Santana do Livramento (Campanha Gaúcha/RS).** V. 22, n. 48, p. 58-84, Dossiê Território em Movimento, 2019.

PEDON, Nelson Rodrigo; CORRÊA, Rubens Arantes. **Escola e currículo: um ensaio sobre territórios em disputa.** V. 22, n. 48, p.85-97, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ALVES, Flamarion Dutra. **Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade.** V. 22, n. 48, p.98-113, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; CARVALHO, Isabele de Oliveira. **A Formação do Licenciando Participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/PIBID Interdisciplinar Educação do Campo.** V. 22, n. 48, p. 114-136, Dossiê Território em Movimento, 2019.

SULZBACHER, A, W. **Perspectivas das categorias Território e Campo na análise geográfica.** V. 22, n. 48, p. 137-153, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ZIMMERMANN, Angelita.; MEURER, Ane Carine. **Educação do Campo: o egresso da Pedagogia da Alternância no Noroeste do RS.** V. 22, n. 48, p. 154-173, Dossiê Território em Movimento, 2019.

DAMBRÓS, Cristiane. **Contexto histórico e institucional na demarcação de terras indígenas no Brasil.** V. 22, n. 48, p. 174-189, Dossiê Território em Movimento, 2019.

TERRA, Ademir. **A pertinência do conceito de território para análise de assentamentos rurais.** V. 22, n. 48, p. 190-205, Dossiê Território em Movimento, 2019.

HETTWER, Henrique Rudolfo. **O neoliberalismo no espaço educacional brasileiro – uma análise geopolítica**. V. 22, n. 48, p. 206-223, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Geografias das lutas por direitos no distrito do Grajaú-SP: o caso do movimento social “Nós da Sul”**. V. 22, n. 49, p. 15-30, 2019.

KUBOYAMA, Rey; CUNHA, FÁBIO CÉSAR ALVES. **“A escola é nossa!”: territorialidades do movimento estudantil nas ocupações das escolas de Londrina (PR) em 2016**. V. 22, n. 49, p. 31-58, 2019.

COUTINHO, Elenice Aparecida; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. **A mobilidade cotidiana campo-cidade nas sociedades rurais em Cajuri e Coimbra/MG**. V. 22, n. 49, p. 59-82, 2019.

LUIZ, Luana Fernanda; NARDOQUE, Sedeval. **Programa Nacional de Crédito Fundiário em Três Lagoas/MS: desdobramentos e entraves para a recriação do campesinato**. V. 22, n. 49, p. 83-110, 2019.

MERCADANTE, Patrícia Tozzo de Matos; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária e transição agroecológica: experiências de sustentabilidade no assentamento 20 de Março em Três Lagoas/MS**. V. 22, n. 49, p. 111-139, 2019.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro; MAURO, Rogério Antônio; CALALA, Manoel. **Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás**. V. 22, n. 49, p. 140-167, 2019.

SILVA, Paulus Vinicius; GRZEBIELUCKAS, Cleci. SANTOS, Josiane Silva Costa dos Santos. **Benefícios e Entraves do Programa Aquisição Alimentos - PAA Diamantino-MT**. V. 22, n. 49, p. 168-188, 2019.

VIANA, Camila Eduarda; TRICHES, Rozane Marcia; CRUZ, Fabiana Thomé da. **Que qualidades para quais mercados? O caso do queijo colonial da microrregião de Capanema, Paraná**. V. 22, n. 49, p. 189-210, 2019.

SANTOS, Flávio Reis; SILVA, Magda Valéria. **Produção agrícola familiar no Brasil: experiências materializadas em três mesorregiões do estado de Goiás**. V. 22, n. 49, p. 211-243, 2019.

SOUSA, Rafael Benevides de. **Campesinização e resistências ao agronegócio do dendê no nordeste paraense**. V. 22, n. 49, p. 244-270, 2019.

LIMA, Maria Messias Ferreira. **Agricultura familiar camponesa no semiárido cearense: o desenvolvimento rural desigual e combinado como corolário da expansão capitalista no campo**. V. 22, n. 49, p. 270-296, 2019.

DOMINGUEZ, Diego Ignacio. **Cartografía de la agroecología y las disputas territoriales en Argentina**. V. 22, n. 49, p. 297-313, 2019.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo deFreitas; PEREIRA, Lorena Izá; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Tendências dos estudos sobre questão agrária a partir das publicações da Revista NERA**. V. 22, n. 50, p. 08-20, 2019.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos; SPOSITO, Eliseu Savério. **Terra e Geografia**. V. 22, n. 50, p. 21-39, 2019.

SILVA, Jesiel Souza. **Breve revisitação ao conceito de campesinato**. V. 22, n. 50, p. 40-63, 2019.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O paradigma originário da educação do campo e a disputa de territórios materiais/imateriais com o agronegócio.** V. 22, n. 50, p. 64-90, 2019.

SOBREIRO FILHO, José; CARDOSO, Messias Alessandro; VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. **Os gigantes dos pés de barro da reforma agrária no Brasil: análise crítica dos Planos Nacionais de Reforma Agrária I e II por meio do debate paradigmático.** V. 22, n. 50, p. 91-115, 2019.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Questão agrária, conflitos e violência no campo brasileiro.** V. 22, n. 50, p. 116-134, 2019.

ZENETTI, Fábio Luiz. **Cooperativismo e disputas territoriais no Paraná: o caso da Cocamar e da Corol.** V. 22, n. 50, p. 135-151, 2019.

MARICHAL, Walter Oreggioni; PAREJA, Matías Carámbula. **¿Otro consumo es posible? La experiencia de grupos de consumidores y su vínculo con los productores agroecológicos en Uruguay.** V. 22, n. 50, p. 152-172, 2019.

Ó LOIOLA, Valéria do; SILVA, Tânia Paula. **As táticas sustentáveis para um melhor gerenciamento do território no município de Cáceres-MT.** V. 22, n. 50, p. 173-192, 2019.

LOPES, Cláudio Ribeiro; MIRANDA, Napoleão. **O Geoparque Bodoquena-Pantanal (MS) reificação da natureza ou proposta de preservação ambientalista?** V. 22, n. 50, p. 193-207, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Land grabbing for agro-extractivism in the second neoliberal phase in Brazil.** V. 22, n. 50, p. 208-238, 2019.

FREDERICO, Samuel. **From subsistence to financial asset: the appropriation of the Brazilian Cerrado lands as a resource.** V. 22, n. 50, p. 239-260, 2019.

NASCIMENTO, Rodrigo Cavalcanti; FREDERICO, Samuel; SAWELJEW, Yuri. **Financial capital and land control: new rentiers on the Brazilian agricultural frontier.** V. 22, n. 50, p. 261-286, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá; ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **Multidimensionalidade, multiterritorialidade e multiescalaridade da questão agrária no Sul global.** Ano 23, n. 51, p. 09-20.

SCHNITMAN, Talita. **Multifunctionality of agricultura: a brazilian perspective.** Ano 23, n. 51, p. 21-40.

PITTA, Fábio; LEITE, Ana Carolina Gonçalves; KLUCK, Eric Gabriel Jones. **O boom e o estouro da bolha das commodities no século XXI e a agroindústria canavieira brasileira: da mobilização a crise do trabalho.** Ano 23, n. 51, p. 41-63.

PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro; HERRERA, José Antônio. **Subsunção do trabalho ao capital na agroindústria de óleo de palma na Amazônia paraense.** Ano 23, n. 51, p. 64-88.

RODRIGUES, Jondinson Cardoso; LIMA, Ricardo Angêlo Pereira. **Grandes projetos de infraestrutura na amazônia: imaginário, colonialidade e resistências.** Ano 23, n. 51, p. 89-116.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Um olhar sobre o desenvolvimento acreano: a "florestania" e outras histórias.** Ano 23, n. 51, p. 117-132.

OLIVEIRA, Alysson Bezerra; SILVA, Daniely Lima. **Reestruturação produtiva da cadeia de papel e celulose em Imperatriz – MA: terra, transportes e trabalho.** Ano 23, n. 51, p. 133-156.

DANTAS, José Carlos. **A falsa vilã: ideologias e ação estatal no semiárido brasileiro.** Ano 23, n. 51, p. 157-179.

PAULA, Cristina Quaresma de. **Conflitos por território na pesca artesanal brasileira.** Ano 23, n. 51, p. 180-204.

STRAUCH, Guilherme Freitas Ewald. **A territorialização do capital e as estratégias de resistência camponesa em Paraty/RJ.** Ano 23, n. 51, p. 205-230.

SANTOS, Junio Gregório Roza; CASTRO, Selma Simões. **Metodologia de avaliação de sustentabilidade de projetos de assentamento rural aplicada à região do nordeste goiano, estado de Goiás.** Ano 23, n. 51, p. 231-259.

POLLNOW, Germano Ehlert; CALDAS, Nádia Velleda; SPERLING, Daiane Roschildt. **O arroz ecológico Terra Livre: desenvolvimento e compromisso social.** Ano 23, n. 51, p. 260-278.

BUENO, Caroline Tapia; SILVA, Susana Maria Velleda. **O patriarcado na agricultura familiar brasileira: reflexões a partir do município de São Lourenço do Sul – RS.** Ano 23, n. 51, p. 279-299.

ZIMMERMANN, Angelita; MEURER, Ane Carine; DAVID, C. **A formação dos sujeitos do campo e a pedagogia da alternância: da França ao sul do Brasil.** Ano 23, n. 51, p. 300-327.

MELO, Maria Aparecida Vieira de; SANTANA, Marcelo da Fonsêca; ALMEIDA, Ricardo Santos de. **A ordem do discurso da educação de jovens, adultos e idosos no território da educação do campo brasileiro: a qualificação profissional enunciada em análise documental.** Ano 23, n. 51, p. 328-344.

KOBASHIKAWA, Tamy. **Brazilian agribusiness in Mozambique: the Prosavana Programme case study.** Ano 23, n. 51, p. 345-365.

HASUDUNGAN, Albert; NEILSON, Jeffrey. **Processes of land appropriation for large-scale oil palm development in West Kalimantan, Indonesia.** Ano 23, n. 51, p. 366-389.